

Howard S. Becker

**SEGREDOS E TRUQUES DA**  
**PESQUISA**

Howard S. Becker

# Segredos e Truques da Pesquisa

Tradução:

MARIA LUIZA X. DE A. BORGES

Revisão técnica:

Karina Kuschnir

IFCS/UFRJ



Para Dianne

## **Prefácio à edição brasileira**

## **Prefácio à edição norte-americana**

### **1. Truques**

### **2. Representações**

#### **Representações substantivas**

#### **Representações científicas**

A narração de histórias científicas

O truque da hipótese nula [*null hypothesis*]

Coincidência

A sociedade como uma máquina

A sociedade como organismo

Narrativa

Causas

### **3. Amostragem**

#### **O que incluir?**

Amostragem e sinédoque

Amostragem aleatória: uma solução perfeita (para alguns problemas)

Alguns outros problemas de amostragem

Onde parar? O caso da etnomusicologia

Quanto detalhe? Quanta análise?

#### **Além das categorias: descobrir o que não se encaixa**

A descrição e as “categorias”

Tudo é possível

As ideias de outras pessoas

Por outro lado...

Usar a informação de outras pessoas

Instituições bastardas

### **4. Conceitos**

#### **Conceitos são definidos**

Habilitação

Crime

## **Definição de conceitos: alguns truques**

Deixe o caso definir o conceito

Generalização: o truque de Bernie Beck

## **Conceitos são generalizações**

## **Conceitos são relacionais**

## **O truque de Wittgenstein**

## **Aumentar o alcance de um conceito**

## **5. Lógica**

### **Encontrar a premissa maior**

Para compreender conversas estranhas

### **Tabelas de verdade, combinações e tipos**

Obras de arte e tabelas de verdade

Análise do espaço de propriedades (AEP)

Análise comparativa qualitativa (ACQ)

Indução analítica (IA)

A lógica subjacente das combinações

## **6. Coda**

*Notas*

*Referências bibliográficas*

*Índice remissivo*

# Prefácio à edição brasileira



Este livro foi escrito para ajudar as pessoas a compreenderem como se faz o trabalho cotidiano de pesquisa em ciências sociais, como lidar com os problemas que incomodam estudantes e jovens pesquisadores quando se ocupam de aprender um ofício profissional estranho: pensar sobre os dados que colhem, escolher os lugares onde vão colher seus dados e as pessoas que observam ou entrevistam. Situa-se, nesse sentido, na tradição norte-americana de pensamento pragmático. Não tem em mira um sistema abrangente de conceitos e ideias, e sim uma série de coisas a serem feitas para ajudar o trabalho a avançar.

Esta ênfase talvez reflita uma tendência peculiarmente norte-americana de preferir a pesquisa empírica ao pensamento abstrato, embora seja provável que as culturas sociológicas nacionais não se mostrem assim tão diferentes. Mesmo que a ciência social brasileira, muito influenciada pelo tipo de obra que vem da França, produza e respeite o pensamento sociológico abstrato, ela conta também com grandes corpos de pesquisa empírica séria que não diferem acentuadamente do tipo de trabalho que este livro pretende auxiliar.

Obras brasileiras sobre métodos de pesquisa contêm informação tão detalhada sobre como fazer análises estatísticas quanto os livros norte-americanos a respeito do assunto. Uma forma de pensar sobre este livro é simplesmente como um desses compêndios sobre maneiras de fazer as coisas. É por isso que ele se intitula *Segredos e truques da pesquisa*, para enfatizar que pretende auxiliar na feitura do trabalho — e não apresentar um sistema de ideias e conceitos logicamente consistente e rigoroso.

Os problemas de qualquer tradução já são bem-conhecidos. Palavras que têm um sentido certo, claramente compreendido, num país e numa língua, perdem o sentido ou são enganosas em outro lugar e outra língua. Talvez possamos compreender isso através do *insight* — encontrado na filosofia de Wittgenstein, nas análises linguísticas de Benjamin Whorf e na psicologia social de George Herbert Mead e Herbert Blumer (a “interação simbólica” com que está associada a Escola de Chicago) — de que a língua é parte de um modo de viver, de que as palavras significam o que passaram a significar em seu uso diário, de que elas adquirem sentido no que é feito quando são ditas.

Os conceitos do pensamento sociológico não constituem exceção a esta regra. Gostamos de pensar que nossos conceitos são atemporais e universais, que representam categorias básicas do comportamento humano e da organização social. Mas um momento de reflexão mostra que todos os nossos conceitos são histórica e geograficamente situados e representam uma maneira de pensar ligada a tal lugar, tal país, tal época. Talvez nossos conceitos sejam ainda mais provincianos que isso e estejam amarrados também a determinada classe social, a tal grupo profissional, tal grupo de gênero.

Para nossos presentes propósitos, importante é o vínculo entre país e língua, por um lado, e análise sociológica, por outro. Você está lendo um livro escrito por um cientista social norte-americano. Embora não tenha sido feito tendo em mente um leitor norte-americano (e muitos exemplos, de fato, vêm de outros lugares do mundo), ele se refere, a maior parte do tempo, a

experiências, eventos, organizações e práticas sociais que parecerão familiares a qualquer norte-americano de certa idade — e que os leitores de outros lugares do mundo poderão achar estranhos ou de difícil compreensão.

Considere a análise (ver »<sup>1</sup>) de como a prática e a carreira médicas podem depender de onde a clínica de um determinado profissional se situa. Ela começa se referindo à distribuição geográfica diferencial de classes e grupos étnicos e raciais. Depois comenta o modo como as culturas desses grupos levam a diferentes hábitos de alimentação, e, por fim, discute como esses diversos padrões de alimentação poderiam produzir diferentes tipos de problemas de saúde. Grupos cuja dieta habitual é cheia de colesterol provavelmente terão mais problemas cardíacos que outros com uma dieta menos gordurosa.

Em seguida acrescento uma complicação geográfica. Suponha que você, membro de um grupo étnico que tem essa dieta pouco saudável, vive num lugar habitado sobretudo por integrantes de sua própria etnia e onde, como no Norte dos Estados Unidos, neva durante grande parte do ano. Imagine ainda que você, como proprietário de uma casa, seja responsável por limpar a neve da calçada pública em frente a ela. Podemos presumir que esse violento exercício episódico poderia torná-lo mais propenso a um ataque cardíaco que as pessoas que se alimentam de maneira diferente e cuja situação de moradia não requer esse tipo intensivo de tarefa. Os médicos provavelmente adaptariam suas práticas médicas às doenças comuns em sua área, de modo que aqueles que clinicam em sua área tenderiam a se especializar em doenças cardíacas, e as carreiras médicas seriam moldadas por esse padrão de especialização — assim como a prática da medicina numa comunidade cheia de pessoas mais velhas levaria a uma maneira diferente de exercer a medicina (mais pacientes com doença de Alzheimer, artrite e outras doenças comuns entre idosos) e a diferentes contingências de carreira (mudança mais rápida na clientela, pois os pacientes morrem mais rapidamente que entre uma população mais jovem).

Esta pode parecer uma análise perfeitamente “neutra”, sem nenhum “viés americano”. Mas os exemplos possuem pressupostos que poderiam não se sustentar em outros lugares, em particular no Brasil. Para começar, a sociologia norte-americana tem em seu cerne uma referência onipresente a dois dos grandes fatos da história dos Estados Unidos: a importação de africanos como escravos e sua subsequente emancipação lenta dessa condição; e as vastas ondas de imigração da Europa, Ásia e América do Sul que tiveram lugar ao longo dos séculos XIX e XX, e ainda prosseguem. (Há similaridades no Brasil, que importou igualmente africanos como escravos e também teve uma história de substanciais ondas de imigração de outros países; mas os padrões resultantes de segregação urbana talvez sejam diferentes.)

Esses dois grandes fatos produziram uma população composta de grupos étnicos e raciais relativamente bem definidos, que vivem em comunidades semissegregadas, na qual existe uma cultura de grupo, contendo, entre outros aspectos, hábitos e preferências alimentares característicos. Eles produziram, igualmente, uma série contínua e persistente de “problemas sociais” — como curar as feridas e remediar as injustiças deixadas pela história da escravidão, como “absorver” as vastas diferenças em culturas e modos de vida que surgiram a partir do ingresso de novos grupos num país onde agrupamentos mais antigos já haviam moldado algumas das formas costumeiras de atividade.

A sociologia norte-americana, quase sempre de maneira implícita, mas muitas vezes explicitamente, considera raça e etnicidade os principais eixos de diferenciação na sociedade. O que levou à acusação, feita por cientistas sociais que trabalham em situações históricas diferentes, de que os sociólogos norte-americanos negligenciam e minimizam as relações de classe como traços importantes da vida diária. A ciência social brasileira tem suas próprias idiossincrasias nacionais a

considerar, talvez, em especial, o desafio de construir um país unificado a partir de seus três principais grupos raciais constituintes.

A análise das carreiras médicas oferecida simplesmente como um exemplo ilustra a importância das diferenças nacionais. Ela começa, lembre-se, com uma referência à maneira como os grupos étnicos apresentam uma distribuição geográfica diferencial, referência que talvez seja “tipicamente americana”, e quem sabe tem alguma ressonância no Brasil. Ela fala sobre um padrão de queda de neve — que sem dúvida não é uma possibilidade séria em quase todo o Brasil — e, de maneira mais importante, sobre um padrão de responsabilidade pela remoção da neve que é típico de bairros americanos compostos de moradias unifamiliares, pequenas construções independentes habitadas por uma única família. Esta é a sua casa: você deve remover a neve que cai na calçada — uma responsabilidade que é legal (se alguém escorregar e se ferir, o proprietário poderá ser obrigado a pagar multas substanciais; e isto se refere, por sua vez, a uma conhecida tendência americana a procurar soluções legais para danos desse tipo) e ao mesmo tempo informal (os outros proprietários podem exercer uma pressão informal sobre aquele que não remove a neve).

Tomemos esse longo exemplo como representante do tipo de problema que este livro cria para o leitor não americano, que não tem esse “conhecimento de fundo” para moldar a leitura das histórias e análises que ele contém. Até que ponto isso é um problema?

Por um lado, poderia ser uma grande questão. O exemplo mencionado envolvendo prática médica, hábitos étnicos de alimentação, padrões de moradia, responsabilidades a eles associadas e a queda de neve e suas consequências exemplifica o que poderia dar errado. Se você não sabe que as pessoas vivem em áreas etnicamente segregadas que tornam fácil manter dietas culturalmente distintas; que as áreas do país diferem enormemente em termos da quantidade de neve que recebem; que os proprietários das casas são responsáveis pela remoção da neve; que eles tendem a ter uma idade em que os maus hábitos de alimentação afetarão sua saúde cardíaca — se você não sabe nada disso, pode ter dificuldade em decodificar o exemplo.

Mas vivemos num mundo em que as pessoas sabem muito sobre outras culturas e modos de vida. Em geral atribuímos todo esse conhecimento aos filmes e à televisão, mas jovens no mundo todo leram, cem anos atrás, e ainda leem hoje, as obras de Alexandre Dumas e Walter Scott, que se referiam a sociedades cujas práticas eram muito mais estranhas para eles que a vida diária atual no Rio de Janeiro para um jovem norte-americano, ou a vida diária atual em Nova York para um jovem brasileiro. Talvez esses jovens americanos que liam Dumas não compreendessem todas as nuances da nobreza e da corte francesas, e o cenário político desses romances, mas podiam acompanhar a história e entender o que estava em jogo. De modo que é bem possível que os brasileiros que lerem este livro não o considerem tão estranho em suas referências a coisas especificamente americanas a ponto de não serem capazes de apreender as ideias gerais que os exemplos pretendem ilustrar.

Isso traz à baila uma segunda e talvez mais difícil diferença nacional. Este livro é escrito de uma forma que não é estranha para leitores americanos. Ele raciocina a partir de exemplos específicos tomados da literatura sociológica e também da vida cotidiana. Entra em grande detalhe com relação aos exemplos, e as lições “teóricas” são extraídas de maneira informal e não enfática — não como o ponto de partida para uma “grã teoria”. O livro é sobre a compreensão do mundo e sobre como fazemos o trabalho que conduzirá a essa compreensão, ele não diz ao leitor como construir uma teoria maior e melhor.

Esse é um modo de apresentar o pensamento sociológico diferente daquele comum no Brasil, na França, na Grã-Bretanha e em muitos outros lugares do mundo, no qual o discurso teórico assume um valor muito maior que o que este livro lhe atribui. (Quando, anos atrás, propus-me a fazer uma



palestra no Rio de Janeiro chamada “Teoria, o mal necessário”, meus colegas brasileiros me pediram que não usasse esse título. Alegavam que ninguém sequer ouviria o que eu tinha a dizer depois de conhecer o título. O texto dessa palestra está incluído neste livro.)

*São Francisco, 2007*

# Prefácio à edição norte-americana



Grande parte deste livro resulta de minha experiência como professor. A necessidade de explicar para os alunos o que fazemos nos força a encontrar maneiras simples de dizer as coisas, exemplos que deem forma concreta a ideias abstratas e exercícios que permitam aos estudantes praticar novos modos de pensar e manusear o que aprendem em sua pesquisa. Quando ouvimos os problemas individuais, aparentemente idiossincráticos, que os estudantes encontram em seu trabalho, começamos (como o guru local da computação, que acumula conhecimentos resolvendo problemas individuais) a ver semelhanças de família entre eles. Aprendemos a identificar o idiossincrático como a variante de um problema geral. Mas cada novo problema é diferente o bastante de todos os outros para nos dar algo a acrescentar à nossa compreensão da classe geral de dificuldades.

Depois de algum tempo, comecei a registrar minhas invenções *ad hoc*, urdidas para as necessidades da aula de um dia particular ou do problema de pesquisa de um aluno específico. Depois, tendo escrito um livro sobre os problemas da escrita acadêmica (*Writing for Social Scientist*), decidi que poderia lhe dar seguimento com um livro sobre o “pensar”, se começasse com os materiais que passara a reunir na pasta de “truques”. Algumas dessas ideias já vieram à luz em publicações anteriores, artigos escritos para essa ou aquela ocasião, e apropriei-me livremente dessas formulações anteriores (no fim deste prefácio há uma lista dos editores a quem agradeço pela permissão para fazê-lo).

Em sua maior parte, meus trabalhos foram autobiográficos, de maneira explícita ou não, e este o é em especial. Vali-me extensa e reiteradamente de minhas experiências. Mais importante ainda, talvez, lembrei o modo como fui ensinado, os sociólogos com quem aprendi o que o trabalho sociológico podia ser e o que uma vida sociológica podia ser. De certa maneira, este livro é uma homenagem às pessoas que me ensinaram, muitas delas enquanto eu estava na escola, outras depois que eu a deixara (mas não interrompera minha educação). Homenageei-as vinculando muitas vezes o que tenho a dizer às palavras de pessoas com quem aprendi, usando seus pensamentos como um trampolim para os meus. Aprendi, ao longo dos anos, o que a maioria das pessoas aprende, isto é, que meus professores em geral não eram tão tolos quanto eu às vezes pensava.

Aprendi também com muitas pessoas que, ao longo dos anos, leram e apreciaram o que eu escrevo, mas sem poupar críticas. Várias delas leram uma versão preliminar deste manuscrito, e sou grato por seus extensos comentários, ainda que eles tenham significado mais trabalho. (Foi melhor ter sabido por eles!) Assim, agradeço a Kathryn Addelson, Eliot Freidson, Harvey Molotch e Charles Ragin por suas cuidadosas críticas.

Doug Mitchell é o editor com quem todo autor sonha trabalhar. Esperou por este livro com paciência, sugeriu ideias interessantes e úteis, estimulou minha confiança e interesse esmorecidos e manteve em geral o projeto vivo.

Diane Hagaman e eu partilhamos uma vida intelectual e doméstica, e nossas mútuas explorações de todos os tipos de pesquisa e problemas conceituais conformaram todo o livro de formas que não podem ser discriminadas e localizadas. Além disso, ela ouviu praticamente tudo que está aqui — na forma de monólogos desconexos, comentários casuais e até leituras em voz alta — e suas reações e

ideias ajudaram a dar forma à versão final.

Sou grato a muitas pessoas e editores pela permissão de reproduzir materiais que apareceram originalmente em outras publicações. Porções dispersas deste livro foram primeiro publicadas em Howard S. Becker “Tricks of the trade”, in *Studies in Symbolic Interaction*, organizado por Norman K. Denzin (Nova York, JAI Press, 1989, 10B, p. 481-90). A fotografia de René Boulet, no Capítulo 2, apareceu originalmente em “The pedofil of Boa Vista”, artigo no livro de Bruno Latour, *Common Knowledge*, n. 4 (1995, p. 165). Partes do texto do Capítulo 2 foram originalmente publicadas em Howard S. Becker, “Foi por acaso: Conceptualizing coincidence”, *Sociological Quarterly*, n. 25 (1994, p. 183-94); Howard S. Becker, “The epistemology of qualitative research”, in *Ethnography and Human Development*, organizado por Richard Jessor, Anne Colby e Richard A. Shweder (Chicago: University of Chicago Press, 1996, p. 53-71); Howard S. Becker, “Cases, causes, conjunctures, stories, and imagery”, in Charles C. Ragin e Howard S. Becker, *What is Case?* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 205-16, © 1992, Cambridge University Press, reproduzido com a permissão da Cambridge University Press). Partes do Capítulo 3 foram publicadas em Howard S. Becker, “Letter to Charles Seeger”, *Ethnomusicology*, n. 33 (primavera-verão, 1989, p. 275-85), reproduzido com a permissão de *Ethnomusicology*. Partes do Capítulo 4 apareceram originalmente em Howard S. Becker, “Generalizing from case studies”, in *Qualitative Inquiry in Education: The Continuing Debate*, organizado por E.W. Eisner e A. Peshkin (Nova York: Teachers College Press, Columbia University, p. 233-42, © 1990, Teachers College, Columbia University, todos os direitos reservados, reproduzido com a permissão da Teachers College Press. Partes do Capítulo 5 apareceram originalmente em Howard S. Becker, “How I learned what a crock was”, *Journal of Contemporary Ethnography*, n. 22 (abril 1993), p. 28-35. Ademais, os Capítulos 1, 3 e 5 contêm trechos de Everett C. Hughes, *The Sociological Eye* (New Brunswick, N.J.: Transaction Books, 1984, © 1984 por Transaction, Inc., todos os direitos reservados, reproduzido com permissão de Transaction Publishers); o Capítulo 3 contêm trechos de James Agee e Walker Evans, *Let Us Now Praise Famous Men* (Boston: Houghton Mifflin, 1941, p. 125-26 e 162-65, © 1939, 1940 por James Agee, © 1942 por James Agee e Walver Evans, © renovado 1969 por Mia Fritsch Agee e Walker Evans, reproduzido com a permissão de Houghton Mifflin Co., todos os direitos reservados); o Capítulo 5 contêm um trecho de Arthur Danto, “The artworld”, *Journal of Philosophy*, n. 61 (1964), p. 571-84, reproduzido com a permissão do *Journal of Philosophy*.



## Truques

Os alunos de graduação da Universidade de Chicago, quando eu estudava lá, aprendiam a lidar com todas as questões conceituais difíceis dizendo, peremptoriamente: “Bom, tudo depende de como você define os seus termos.” Sem dúvida, mas isso não ajudava muito, pois não sabíamos nada de especial sobre como fazer a definição.

Continuei na Universidade de Chicago para fazer minha pós-graduação e assim conheci Everett C. Hughes, que se tornou meu orientador e, mais tarde, parceiro de pesquisa. Hughes fora aluno de Robert E. Park, que podia ser considerado o “fundador” da “Escola de Sociologia de Chicago”. Ele me ensinou a traçar minha ascendência sociológica, passando por ele e Park, até Georg Simmel, o grande sociólogo alemão que havia sido professor de Park. Até hoje me orgulho dessa linhagem.

Hughes não gostava de teoria abstrata. Certa vez, aproximamo-nos dele depois da aula, um grupo de alunos nervosos, para perguntar o que pensava sobre “teoria”. Ele nos olhou irritado e perguntou: “Teoria do quê?” A seu ver, havia teorias sobre coisas específicas, como raça e etnicidade, ou a organização do trabalho, mas não existia esse animal chamado teoria em geral. Sabia o que fazer, porém, quando uma turma ou um aluno se confundia sobre o que víamos como questões “teóricas”, tal como a maneira de definir ideias ou conceitos. Perguntávamos a nós mesmos, por exemplo, como definir o conceito de “grupo étnico”. Como saber se um grupo era étnico ou não? Hughes havia identificado nosso erro crônico num ensaio que escreveu sobre relações étnicas no Canadá: “Quase todos que usam a expressão [grupo étnico] diriam que se trata de um grupo distinguível de outros por uma das seguintes coisas ou uma combinação delas: características físicas, língua, religião, costumes, instituições ou ‘traços culturais’.”<sup>1</sup>

Isto é, pensávamos que era possível definir um grupo “étnico” pelos traços que o diferenciavam de algum outro grupo, presumivelmente “não étnico”; aquele constituía um grupo étnico porque era diferente.

Mas, explicou Hughes, estávamos entendendo a coisa ao contrário. Um truque simples resolveria esse tipo de enigma: inverta a sequência explicativa e veja as diferenças como o resultado das definições que as pessoas faziam numa rede de relações de grupo:

Um grupo étnico não é tal por causa do grau de diferença mensurável ou observável entre ele e outros grupos; é um grupo étnico, ao contrário, porque as pessoas dentro e fora dele sabem que o é; porque tanto os que estão dentro quanto os que estão fora dele falam, sentem e agem como se fossem um grupo separado.<sup>2</sup>

Assim, os franco-canandenses não constituíam um grupo étnico *porque* falavam francês enquanto os demais canadenses falavam inglês, ou *porque* em geral eram católicos, enquanto os ingleses em geral eram protestantes. Formavam um grupo étnico porque tanto franceses quanto ingleses viam os dois grupos como diferentes. As diversidades na língua, na religião e as outras coisas que nos pareciam definir etnicidade eram importantes, mas apenas porque dois grupos só podem se tratar um ao outro como diferentes caso “haja maneiras de distinguir quem pertence e quem não pertence ao

grupo, e caso uma pessoa aprenda cedo, profundamente e em geral de maneira irrevogável, a que grupo pertence”. O cerne do truque, que pode ser aplicado a todo tipo de problemas de definição (por exemplo, o problema do desvio, a que retornarei mais tarde neste livro), é reconhecer que não se pode estudar um grupo étnico isoladamente, devendo-se vincular sua “etnicidade” à rede de relações com outros grupos na qual ela surge. Hughes diz:

É preciso mais que um grupo étnico para que haja relações étnicas. As relações não podem ser compreendidas estudando-se um ou outro dos grupos, assim como não se pode compreender uma combinação química pelo estudo de um elemento apenas, ou uma luta de boxe pela observação de apenas um dos lutadores.<sup>3</sup>

É nisso que consiste um truque — um estratagema simples que nos ajuda a resolver um problema (neste caso, o estratagema de procurar a rede em que definições surgem e são usadas). Todo ofício tem seus truques, suas soluções para problemas característicos, maneiras fáceis de fazer algo que dá muito trabalho a leigos. Os ofícios da ciência social, exatamente como os de um encanador ou carpinteiro, têm seus segredos, destinados à solução de problemas peculiares. Alguns desses truques são simples regras práticas derivadas da experiência, como o conselho de que pôr selos comemorativos coloridos nos envelopes de resposta estimulará mais pessoas a enviar de volta seus questionários. Outros resultam de uma análise científica social da situação em que o problema surge, como a sugestão de Julius Roth<sup>4</sup> de que os pesquisadores considerem o problema de entrevistadores de survey que trapaceiam não como uma espécie de questão policial, como se fosse flagrar empregados irresponsáveis, mas como o comportamento para o qual tendem as pessoas que não têm nenhum interesse ou envolvimento com seu trabalho quando sua única motivação é econômica.

Os truques que compõem o conteúdo deste livro ajudam a resolver problemas de pensamento, o tipo de problemas que os cientistas sociais veem em geral como “teóricos”. Definir um termo verificando como seu significado surge numa rede de relações é exatamente o tipo de truque a que me refiro, mas esta não é a maneira usual de resolver questões teóricas. Tipicamente, os cientistas sociais discutem “teoria” de um modo rarefeito, como um assunto por si mesmo, coordenado com a forma como fazemos pesquisa, mas não realmente relacionado com ele. É verdade que os dois artigos clássicos de Merton<sup>5</sup> delineiam as relações estreitas que, a seu ver, teoria e pesquisa deviam ter uma com a outra, mas essas ideias foram sempre mais usadas por alunos preparando-se para exames que por pesquisadores ativos. Hughes, que orientou seu próprio trabalho metodológico para os problemas práticos de descobrir coisas sobre o mundo, sempre ameaçou escrever “um livrinho teórico” contendo a essência de sua posição teórica, e de certa forma diferente das pérolas de generalização sociológica espalhadas por seus ensaios e livros.

Os alunos de Hughes, inclusive eu, desejávamos muito que ele escrevesse esse livro teórico, porque sabíamos, quando o ouvíamos e líamos seus trabalhos, que estávamos aprendendo uma teoria, embora não soubéssemos dizer em que ela consistia. (Jean-Michel Chapoulie analisa argutamente as ideias básicas do estilo sociológico de Hughes.<sup>6</sup>) Mas ele nunca o escreveu. Não o fez, acho eu, porque não tinha uma teoria sistemática, no estilo de Talcott Parsons. O que tinha era antes um método de trabalhar informado pela teoria, se é que essa distinção significa alguma coisa. Sua teoria não era destinada a fornecer todas as molduras conceituais em que o mundo tinha de se encaixar. Consistia antes numa coleção de truques generalizadores que ele usava para pensar sobre a sociedade, truques que o ajudavam a interpretar os dados e dar-lhes um sentido geral. (O sabor é mais bem transmitido em seus ensaios, reunidos em *The Sociological Eye*.<sup>7</sup>) Como sua teoria consistia nesses truques analíticos, e não numa teoria, os alunos a aprendiam permanecendo à sua volta e aprendendo a usar seus truques, assim como os principiantes aprendem as habilidades de um

ofício observando artífices mais experientes utilizarem seus truques para resolver problemas da vida real.

Como Hughes, tenho uma profunda desconfiança da teorização sociológica abstrata. Vejo-a, na melhor das hipóteses, como um mal necessário, algo de que precisamos para levar nosso trabalho a cabo, mas, ao mesmo tempo, uma ferramenta que tende a sair do controle, levando a um discurso generalizado largamente divorciado da escavação dia a dia da vida social que constitui a ciência sociológica. Tentei domar a teoria para mim mesmo encarando-a como um conjunto de truques, modos de pensar que ajudam pesquisadores confrontados com problemas concretos de pesquisa a fazer algum progresso.

Para repetir e amplificar, um truque é uma operação específica que mostra uma maneira de contornar uma dificuldade comum, sugere um procedimento que resolve de forma relativamente fácil o que de outro modo pareceria um problema intratável e persistente. Os truques que se seguem lidam com problemas em várias áreas de trabalho nas ciências sociais, que dividi grosseiramente sob os tópicos representações, amostragem, conceitos e lógica.

Minha descrição dos truques consiste frequentemente em extensos casos que poderiam servir como exemplares num dos sentidos kuhnianos, como modelos que você pode imitar quando depara com um problema semelhante. Fui levado a essa preferência por exemplos, em contraposição a definições gerais, por minha experiência como professor. Quando lecionei sociologia da arte, numa época em que escrevia o que se tornou o livro *Art Worlds*,<sup>8</sup> estava ávido por partilhar com meus alunos a estrutura teórica que formulara para compreender a arte como um produto social. Mas, é claro, para preencher as horas de aula, contava uma porção de histórias. Uma de minhas melhores aulas era sobre as Watts Towers, a incrível construção que um pedreiro italiano imigrante fez em Los Angeles nos anos 1930 e depois abandonou à própria sorte. Contava a história desse homem e mostrava *slides* da obra. Apresentava-a como um caso limite do caráter social de uma obra de arte. Simon Rodia, que fez as torres, realmente construiu tudo sozinho, sem ajuda de ninguém, sem se basear em nenhum tipo de teoria da arte, história da arte, loja de material artístico, museu, galeria ou arte organizada. Assim, eu explicava como a obra exibia essa independência e mostrava que, no caso da maioria das obras de arte, podemos ver as marcas da sua dependência com relação a tudo isso no modo como eram feitas. Para mim, o importante era a forma como esse caso marginal explicava todos os outros. Por isso, foi mortificante ouvir mais tarde dos alunos que a única coisa de que realmente se lembravam daquele curso eram as Watts Towers. Alguns, com essa história em mente, lembravam-se também da ideia que eu tanto me esforçara para elucidar por meio das torres, mas a maioria se lembrava simplesmente do fato da existência das torres, da história daquele sujeito maluco e de sua obra de arte maluca. Isso me ensinou que histórias e exemplos são o que as pessoas ouvem e memorizam. Por isto há muito de ambas as coisas aqui.

(Alguns leitores notarão que muitos de meus exemplos não são exatamente atuais, nem os últimos achados ou ideias. Fiz essa escolha de propósito. Surpreende-me ver quanto trabalho bom do passado está esquecido, não por não ser bom, mas porque os alunos nunca ouviram falar a seu respeito, nunca tiveram sua atenção voltada para ele. Assim, escolhi meus exemplos muitas vezes de obras de 30, 40 até 50 anos atrás, na esperança de lhes dar uma merecida vida nova.)

Estes truques, portanto, são maneiras de pensar sobre o que sabemos ou queremos saber que nos ajudam a compreender dados e a formular novas questões com base no que descobrimos. Eles nos auxiliam a extrair o máximo de nossos dados, expondo facetas do fenômeno que estamos estudando além daquelas em que já pensamos.

Sociólogos da ciência<sup>9</sup> mostraram-nos como cientistas naturais trabalham de maneiras nunca

mencionadas em suas exposições formais de método, escondendo “a prática artesanal” — o que realmente fazem — sob a maneira formal como falam sobre o que fazem. Os cientistas sociais fazem o mesmo, usando um conjunto de truques teóricos aprendidos no cotidiano quando estão realmente fazendo ciência social, em contraposição às ocasiões em que falam sobre teoria. Este livro trata do que são muitas vezes considerados problemas teóricos mediante a catalogação e a análise de alguns truques que os cientistas sociais usam, a prática artesanal da ciência social. Descreverei alguns dos meus favoritos, bem como alguns que aprendi com Hughes, ressaltando sua relevância teórica à medida que avanço. Ocasionalmente, dei-lhes nomes para facilitar sua memorização, assim você encontrará aqui coisas como “o truque da máquina”, “o truque de Wittgenstein” e muitos outros.

Chamar este livro de *Segredos e truques da pesquisa* gera algumas ambiguidades que devem ser elucidadas de imediato. A expressão tem vários sentidos potenciais, a maioria dos quais eu não tenho em mente. Alguns podem esperar que eu vá transmitir truques sobre como fazer carreira na academia; como conseguir um emprego; como obter um cargo permanente; como conseguir um emprego melhor; conseguir publicar os próprios artigos. Estou sempre disposto a discutir essas coisas. Minha carreira acadêmica pouco convencional, em que passei muitos anos dedicado exclusivamente à pesquisa antes de finalmente ingressar na academia como professor em tempo integral, talvez tenha me dado algumas ideias especiais que provêm dessa marginalidade. Mas os tempos mudam, e a situação econômica e política das universidades se alterou o suficiente para que eu duvide que ainda possua alguma informação confidencial sobre esses processos incertos. De todo modo, a academia não é o ofício que tenho em mente. (Aaron Wildavsky, em *Craftways*, abrange grande parte desse campo.)

Outros podem pensar que tenho em mente truques técnicos de escrita, computação, “métodos” ou estatística (embora não muitos esperem isto de mim). Disse o que sabia sobre escrita técnica em outra obra,<sup>10</sup> e provavelmente tenho uma série semelhante de sugestões folclóricas sobre outras áreas da ciência social para passar adiante. Mas estes, embora sejam truques de nosso ofício da ciência social, são específicos demais, não generalizáveis o bastante para permitir uma longa discussão. São apropriadamente transmitidos na tradição oral.

Assim, estou falando sobre o ofício de sociólogo ou (já que tantas pessoas fazem um trabalho que considero, imperialisticamente, como sociologia, embora elas próprias se considerem algum outro gênero de cientista social ou humanista) sobre o ofício de estudar a sociedade, sob a égide de qualquer título profissional conveniente. Os truques que tenho em mente ajudam os que fazem esse tipo de trabalho a levá-lo a cabo, seja qual for o título profissional que usem. Em consequência, fui um tanto descuidado usando “sociologia” e “ciência social” como equivalentes, mesmo que isso por vezes gere ambiguidades com relação a disciplinas limítrofes, como a psicologia.

Outra coisa que espero estar clara, mas provavelmente preciso dizer de modo explícito, é que meus pensamentos não se restringem à pesquisa em geral chamada de “qualitativa”. Esse é o tipo de pesquisa que fiz, mas isso representa uma escolha prática, não ideológica. Era o que eu sabia fazer, e tinha prazer pessoal nisso, então continuei a fazer. Mas sempre levei em conta a possibilidade de outros métodos (contanto que não me sejam impingidos como matérias de fé religiosa), e considerei particularmente útil pensar sobre o que eu fazia em termos que provinham de outras maneiras de trabalhar, como survey ou modelagem matemática. Portanto, as ideias contidas aqui não se destinam unicamente aos iniciados no trabalho de campo de estilo antropológico, embora estes venham a considerar, espero, seu conteúdo familiar, mas não tranquilizador. Elas se destinam também a pessoas que trabalham nos diferentes estilos e tradições que compõem a ciência social contemporânea.

A palavra “truque” em geral sugere que o estratagema ou operação descritos tornarão a coisa

mais fácil de fazer. Neste caso, isso é enganoso. Para dizer a verdade, estes truques provavelmente tornarão as coisas mais difíceis para o pesquisador, num sentido especial. Em vez de facilitar a realização de um trabalho convencional, eles sugerem maneiras de interferir nas confortáveis rotinas de pensamento que a vida acadêmica promove e sustenta, tornando-as a maneira “certa” de fazer as coisas. Este é um caso em que o “certo” é inimigo do bom. O que os truques fazem é sugerir maneiras de virar as coisas ao contrário, de vê-las de outro jeito, para criar novos problemas a pesquisar, novas possibilidades de comparar casos e inventar novas categorias e assim por diante. Tudo isso é trabalho. Prazeroso, porém é mais trabalho do que se você fizesse as coisas de uma maneira rotineira, sem parar para pensar.

Clifford Geertz fez uma boa descrição do trabalho que se espera que esses truques façam:

O que as recomenda [“figurações” descrevendo um resultado etnográfico], ou não, são as figuras adicionais que brotam delas; sua capacidade de levar a explicações extensas que, cruzando com outras explicações de outras matérias, ampliem suas implicações e aprofundem seu domínio. Podemos sempre contar com alguma outra coisa acontecendo, uma outra experiência indireta, um outro evento semitestemunhado. Aquilo com que não podemos contar, é sobre isso que teremos alguma coisa de útil a dizer sobre ele quando acontece. Não corremos nenhum perigo de ficar carentes de realidade; estamos em constante perigo de ficar carentes de sinais, ou pelo menos de que os velhos sinais nos escapem. A natureza após o fato, *ex post*, a reboque da vida, da consciência em geral — ocorrência primeiro, formulação depois — aparece em antropologia como um esforço contínuo para arquitetar sistemas de discurso que possam acompanhar, mais ou menos, o que, talvez, esteja acontecendo.<sup>11</sup>

Assim, cada seção do livro trata do tema da convenção — convenção social e convenção científica — como um importante inimigo do pensamento sociológico. Todos os assuntos que estudamos já foram estudados por muitas pessoas com muitas ideias próprias; além disso são os domínios das pessoas que realmente habitam esses mundos, que têm ideias próprias sobre o que está em jogo neles e sobre o que significam os objetos e eventos que neles têm lugar. Esses especialistas por profissão ou pelo grupo a que pertencem têm em geral um monopólio de ideias sobre “seu” assunto que não é examinado nem questionado. Os recém-chegados ao estudo do assunto, seja ele qual for, podem ser facilmente seduzidos a adotar essas ideias convencionais como premissas não examinadas de sua pesquisa. A estimável atividade da “revisão da literatura”, tão cara aos corações das bancas de tese, nos expõe ao perigo dessa sedução.

Precisamos, portanto, de formas de expandir o alcance de nosso pensamento, de ver o que mais poderíamos estar pensando e perguntando, de aumentar a capacidade de nossas ideias lidarem com a diversidade do que se passa no mundo. Muitos dos truques que descrevo são dedicados a esse esforço.

Os capítulos do livro dizem respeito a aspectos importantes do trabalho da pesquisa em ciência social. “Representações” trata de como pensamos sobre o que vamos estudar antes de realmente iniciarmos nossa pesquisa, e como são elaboradas nossas imagens sobre como é essa parte do mundo social, e sobre como é o trabalho da ciência social. Discute as várias formas que as representações sobre a sociedade assumem, e sugere maneiras de adquirir controle sobre a forma como vemos as coisas, de modo a não sermos simplesmente, sem o saber, os portadores dos pensamentos convencionais sobre o mundo.

“Amostragem”, no capítulo seguinte, reconhece que nossas ideias gerais sempre refletem a seleção de casos a partir do universo que poderia ter sido considerado. Leva em conta a questão de como escolhemos aquilo que realmente observamos, os casos que teremos em mente ao formular nossas ideias explicitamente. Sugere a necessidade de escolhermos casos de maneira a maximizar a chance de encontrarmos pelo menos alguns que agitem nossas ideias, nos façam questionar o que pensamos saber.



“Conceitos”, o terceiro capítulo deste livro, trata da feitura de nossas ideias. Como devemos reunir o que aprendemos a partir de nossas amostras na forma de ideias mais gerais? Como podemos usar a diversidade do mundo, que nossos esforços para aperfeiçoar nossas representações e amostragem nos revelaram, de modo a criar maneiras melhores e mais úteis de pensar sobre as coisas?

Finalmente, “Lógica” sugere maneiras de manipular ideias mediante métodos de lógica mais ou menos (sobretudo menos) formal. Este capítulo se vale intensamente de materiais já elaborados e difundidos por outros (sobretudo Paul Lazarsfeld, Charles Ragin e Alfred Lindesmith — um trio improvável). Um tema importante aqui, tomado de Ragin, é a utilidade de buscar uma diversidade de casos e não uma variação nas variáveis. (Esta referência abreviada será explicada em “Lógica”.) Não peço desculpas pelos meus empréstimos, exceto para dizer que só me apropriei do melhor, e, até onde posso lembrar, atribuí os devidos créditos.

Os leitores logo descobrirão, portanto é melhor que eu confesse, que há certa arbitrariedade quanto ao lugar em que os temas são discutidos. A maior parte deles poderia ser (e por vezes é) discutida em mais de um lugar. Os títulos dos capítulos são apenas guias aproximados para seus conteúdos. As ideias não são uma teia perfeita de proposições logicamente conectadas (quisera eu!), mas um todo orgânico. Isto é, todas podem em geral implicar-se uma à outra. O livro é uma rede ou teia, não uma linha reta.

Os capítulos parecem ter um tipo de ordem cronológica aproximada também. Você poderia pensar que os pesquisadores naturalmente começam seu trabalho tendo imagens de vários tipos sobre o que vão estudar e depois, com base nelas, desenvolvem ideias sobre o que estudar e como escolher os casos (em outras palavras, como planejar esquemas de amostragem). Poderia pensar ainda que, depois de escolher os casos a estudar e de estudá-los, os pesquisadores desenvolvem conceitos para usar em suas análises e utilizam lógica ao aplicá-los a seus casos. Seria razoável que você pensasse tudo isso porque a maioria dos livros sobre construção de teoria e métodos de pesquisa especifica esse tipo de ordem como a “maneira correta”. Mas se você o fez, errou. As várias operações têm esse tipo de conexão lógica entre si — as representações, em certo sentido, são sem dúvida subjacentes à amostragem e parecem ditar um tipo dela —, mas isso não significa que você as deva executar nessa ordem, não se quiser fazer algum trabalho sério.

Pesquisadores cuidadosos se movem repetidamente para a frente e para trás entre essas quatro áreas de pensamento, e cada uma afeta as outras. Posso escolher minha amostra de uma maneira que leve em conta minha imagem do que estou estudando, mas certamente modificarei minha imagem com base no que minha amostra me revela. E as operações lógicas que executo sobre os resultados de alguma parte de meu trabalho provavelmente ditarão uma mudança em meus conceitos. E assim por diante. Não faz sentido imaginar que este será um processo limpo, bem-arrumado. Geertz novamente:

Trabalhamos *ad hoc* e *ad interim*, combinando histórias de mil anos com massacres de três semanas, conflitos internacionais com ecologias municipais. A economia do arroz ou das azeitonas, a política da etnicidade ou da religião, a operação da língua ou da guerra, devem, em certa medida, ser soldadas na construção final. Assim também a geografia, o comércio, a arte e a tecnologia. O resultado, inevitavelmente, é insatisfatório, trôpego, desconjuntado e malformado: uma grande engenhoca. O antropólogo, ou pelo menos aquele que deseja complicar suas engenhocas, não as fechar sobre si mesmas, é um remendão maniaco à deriva com sua razão.<sup>12</sup>

Nenhum dos truques de pensamento deste livro terá um “lugar certo” no esquema de construção de semelhante engenhoca. Use-os quando parecer que eles podem fazer seu trabalho avançar — no começo, no meio ou perto do fim de sua pesquisa.

## Representações

Herbert Blumer foi outro de meus professores na Universidade de Chicago. Ex-jogador de futebol americano, era alto, forte e imponente, com uma voz que se elevava a um grunhido inconvenientemente agudo quando se entusiasmava com alguma ideia teórica abstrata. Ele nos ensinava psicologia social e uma versão idiossincrática de metodologia, um aspecto da qual era a maneira habitual, até obsessiva, como chamava a atenção para as representações subjacentes com que os sociólogos se aproximavam dos problemas que estudavam. O que eles pensam estar observando e quais são as suas características? Mais importante ainda, dado o que pensam observar, será que estudam isso e relatam os resultados que obtêm a seu respeito de uma maneira congruente com essas características? Ele defendia sua ideia de modo repetido e convincente:

Só podemos ver o mundo empírico por meio de algum esquema ou imagem. O ato do estudo científico *em sua totalidade* é orientado e moldado pela imagem subjacente do mundo empírico usada. Essa imagem estabelece a seleção e formulação dos problemas, a determinação do que são os dados, os meios a serem usados na obtenção dos dados, os tipos de relações buscadas entre dados e formas em que as proposições são moldadas. Em face desse efeito fundamental e onipresente exercido sobre todo o ato da investigação científica pela imagem inicial do mundo empírico, é absurdo ignorar essa imagem. A imagem subjacente do mundo é sempre passível de identificação na forma de um conjunto de premissas. Estas premissas são constituídas pela natureza dada, explícita ou implicitamente, aos objetos-chave que compreendem a imagem. A tarefa inevitável do genuíno tratamento metodológico é identificar e avaliar essas premissas.<sup>1</sup>

Blumer estava muito interessado em repreender os sociólogos por basearem seu trabalho em representações flagrantemente incompatíveis com o que as pessoas sabiam, em particular por trabalharem com imagens da sociedade que contradiziam o modo como sua própria experiência cotidiana lhes dizia que as coisas eram. Fui aluno de Blumer e aprendi a importância disso através de um exercício que ele nos impunha: tome quaisquer dez minutos de sua própria experiência e tente explicá-los e compreendê-los usando qualquer uma das teorias de psicologia social em moda no momento. Quando tentávamos aplicar, digamos, a psicologia de estímulo e resposta (então realmente em voga) a atividades triviais como levantar-se e tomar o café da manhã, compreendíamos que não éramos capazes de identificar o estímulo ou de associar estímulos de qualquer maneira segura ao modo como “respondíamos”. Logo captávamos o xis da questão. Nenhuma teoria disponível nos dava as palavras, ideias e representações com que fazer justiça à multidão de coisas que víamos, ouvíamos, sentíamos e fazíamos enquanto nos ocupávamos de realizar as coisas que compunham nossa vida.

Mas que fazer quando admitimos a ideia de que falta alguma coisa às nossas representações usuais na ciência social? Por que nossas representações são tão ruins? Como melhorá-las? Eu sofria, com outros estudantes, as dificuldades que advinham do fato de ver o problema sem divisar nenhuma solução. Blumer deixava-nos nessa situação. Era implacável ao expor o fracasso da sociologia em respeitar ou mesmo em saber grande coisa a respeito do que sempre chamava “o caráter renitente da vida social como um processo de eus em interação”.

Quase por definição, o pesquisador não tem um conhecimento de primeira mão da esfera da vida social que se propõe a estudar. Raramente é um participante nessa esfera e em geral não está em contato estreito com as ações e experiências das pessoas nela envolvidas. Sua posição é quase sempre a de um intruso; como tal, ele está evidentemente limitado no conhecimento simples do que se passa na esfera da vida em questão. O sociólogo que se propõe a estudar crime, ou agitação estudantil na América Latina, ou elites políticas na África, e o psicólogo que se compromete a estudar o uso de drogas por adolescentes, ou aspirações entre escolares negros, ou julgamentos sociais entre delinquentes são exemplos dessa ausência quase inevitável de conhecimento íntimo da área da vida sob consideração.<sup>2</sup>

Blumer nunca levou essa linha de pensamento adiante, até o ponto de fornecer remédios específicos. Não nos dizia quais seriam boas imagens com que trabalhar, exceto no nível mais abstrato, ou como criá-las, a não ser conseguindo um conhecimento de primeira mão da área da vida social em que estávamos interessados. Isso era claramente necessário, mas não constituía uma orientação suficiente para nós. Neste capítulo, vou tentar remediar essa falta de especificidade e discutir as imagens que os cientistas sociais usam, examinar de onde elas vêm e fornecer truques específicos para aperfeiçoá-las.

## — REPRESENTAÇÕES SUBSTANTIVAS

Para começar de novo, Blumer pensava, e eu também penso, que a operação básica quando se estuda a sociedade — começamos com imagens e terminamos com elas — é a produção e o refinamento de uma imagem da coisa que estamos estudando. Aprendemos um pouco (talvez muito) sobre algo em que estamos interessados. Com base nesse pouco, construímos (ou imaginamos) uma história bastante completa do fenômeno. Suponhamos que eu decida estudar o bairro de uma cidade. Poderia começar consultando um livro de estatísticas locais (o *Chicago Community Fact Book* ou as publicações pertinentes do Censo) para ver que tipo de gente mora ali. Quantos homens? Quantas mulheres? Que idade têm? Qual é seu nível médio de educação? A renda média? Com essa informação básica, posso desenvolver um quadro mental completo, ainda que provisório — uma imagem — do bairro: concluir com base nos números sobre renda e educação que se trata de um bairro de classe trabalhadora e usar a distribuição de idade para imaginar a natureza da vida familiar, vendo-o como uma área de pessoas aposentadas ou prestes a se aposentar, ou, ao contrário, como uma área cheia de jovens apenas iniciando suas famílias. Quando acrescento as variáveis de raça e etnicidade, meu quadro fica ainda mais detalhado.

Meu quadro é mais que uma compilação de estatísticas. Ele inclui detalhes que não estão nos livros e tabelas que consultei, detalhes que inventei com base no que os livros me contaram. Isso nos leva à segunda parte da crítica de Blumer às representações dos cientistas sociais:

Apesar dessa falta de conhecimento de primeira mão, o pesquisador formará, sem se dar conta, algum tipo de quadro da área da vida que se propõe a estudar. Porá em jogo as crenças e imagens que já possui para formar uma visão mais ou menos inteligível da área da vida. Sob esse aspecto, ele é como todo ser humano. Quer sejamos leigos ou estudiosos, vemos necessariamente qualquer área não conhecida da vida em grupo através de imagens que já possuímos. Podemos não ter nenhum conhecimento de primeira mão da vida entre grupos delinquentes, ou em sindicatos, ou em comitês legislativos, ou num culto religioso, contudo, graças a algumas pistas, formamos prontamente imagens úteis dessa vida. É nesse ponto, como todos sabemos, que imagens estereotipadas entram em cena e assumem o controle. Todos nós, como estudiosos, temos nossa cota de estereótipos, que usamos para ver uma esfera da vida social empírica que não conhecemos.<sup>3</sup>

Assim, após colher esses poucos fatos preliminares sobre o bairro que pretendo estudar, “sei”, por exemplo, em que tipo de casa essas pessoas moram — posso quase ver, como numa fotografia, o

gramado bem cuidado com os flamingos de plástico, os “conjuntos” de móveis da loja que vende mobília a crédito e o que mais meu estereótipo desse tipo de população produz. Nada disso é baseado em qualquer conhecimento real da área. São representações que construí com a imaginação, como Blumer diz que eu faria, a partir de um pequeno número de fatos e do estoque de estereótipos que minha própria experiência da sociedade me forneceu. Elas incluem, se eu for imaginoso o bastante, a aparência das ruas e o cheiro das cozinhas. (“Italianos? Alho!”) Caso eu tenha leitura suficiente em ciência social, posso até acrescentar à minha imagem do bairro alguma ideia, digamos, do tipo de conversa que se desenrola na mesa de jantar (“Classe trabalhadora? Código restrito — muitos resmungos e monossílabos, como Basil Bernstein descreve”).

Cientistas sociais imaginosos, muito lidos, podem ir longe com um pequeno fato. No entanto, como todos nós afirmamos ser *cientistas* sociais, não nos contentamos com a imaginação e a extrapolação, como poderia fazer um romancista ou um diretor de cinema. Porque sabemos também que nossos estereótipos são apenas isso, e tanto podem ser precisos quanto imprecisos. Encontramos Blumer à nossa espera aqui, com outra recriminação:

O pesquisador nas ciências sociais tem e utiliza um outro conjunto de imagens preestabelecidas. São imagens constituídas por suas teorias, pelas crenças correntes em seus próprios círculos profissionais e por suas ideias de como o mundo empírico deve ser construído de modo a lhe permitir seguir seu procedimento de pesquisa. Nenhum observador cuidadoso pode honestamente negar que isso é verdade. Vemos isso de maneira clara na moldagem de imagens do mundo empírico para que se adaptem às nossas teorias, na organização dessas imagens em termos dos conceitos e crenças que gozam de aceitação corrente entre o conjunto de nossos colegas, e na moldagem dessas imagens para que se ajustem às exigências do protocolo científico. Devemos dizer com toda honestidade que o pesquisador nas ciências sociais que empreende o estudo de dada esfera da vida social que não conhece em primeira mão formará um quadro dessa esfera em termos de imagens preestabelecidas.<sup>4</sup>

Como ele diz, nossas representações nesse nível determinam a direção de nossa pesquisa — as ideias com que começamos, as perguntas que fazemos para verificá-las, as respostas que consideramos plausíveis. E fazem isso sem que pensemos muito a respeito, porque estas são coisas que mal sabemos que “sabemos”. São apenas uma parte da bagagem de nossas vidas comuns, o conhecimento em que nos fiamos quando não estamos sendo cientistas e não sentimos que precisamos saber coisas daquela maneira científica especial que nos permitiria publicar em revistas científicas bem-conceituadas.

Alguns cientistas sociais me deterão aqui e dirão que nunca falam sobre coisas a cujo respeito não possuem dados. Não acredito neles. Consideremos o caso óbvio a que Herbert Blumer, e muitos outros desde então, dedicou grande atenção: a atribuição de significados e motivos a atores sociais. (O mesmo problema surge com relação a assuntos que parecem menos amorfos, eventos e outros fatos mais “objetivos”; tratarei destes em seções posteriores.) Nós, cientistas sociais, sempre atribuímos, implícita ou explicitamente, um ponto de vista, uma perspectiva e motivos às pessoas cujas ações analisamos. *Sempre*, por exemplo, descrevemos os significados que as pessoas que estudamos dão aos eventos de que participam, de modo que a única pergunta não é se deveríamos fazer isso, mas com que precisão o fazemos. Podemos, e muitos cientistas sociais o fazem, colher dados sobre os significados que as pessoas dão às coisas. Descobrimos — não com perfeita exatidão, mas melhor que zero — o que as pessoas pensam estar fazendo, como interpretam os objetos, eventos e pessoas em suas vidas e experiência. Fazemos isso conversando com elas, em entrevistas formais ou informais, em rápidos diálogos enquanto participamos de suas atividades comuns e as observamos, e prestando atenção nelas e ouvindo-as quando se desincumbem de seus afazeres; podemos fazer isso até aplicando-lhes questionários que lhes permitam dizer quais são seus significados ou escolher entre significados que lhes oferecemos como possibilidades. Quanto mais

perto chegarmos de apreender as condições em que elas realmente atribuem significados aos objetos e eventos, mais precisa será nossa descrição desses significados.

Mas, e se não descobriremos diretamente que significados as pessoas realmente dão às coisas, e às atividades delas próprias e dos outros? Acaso iremos, num espasmo de ascetismo científico, nos abster rigorosamente de qualquer discussão sobre motivos, propósitos e intenções? É pouco provável. Não, ainda falaremos sobre esses significados, mas iremos, por uma necessidade nascida da ignorância, inventá-los, usando o conhecimento advindo de nossa experiência cotidiana (ou falta de experiência) para sustentar que as pessoas sobre as quais estamos escrevendo deviam ter em mente isso ou aquilo, ou não teriam feito o que fizeram. Mas é perigoso, é claro, especular sobre algo que poderia ser conhecido mais diretamente. O perigo é que imaginemos errado, que o que nos parece razoável não seja o que parecia razoável para elas. Corremos esse risco o tempo todo, em grande parte porque, como Blumer indicou, não somos aquelas pessoas e não vivemos nas circunstâncias delas. Tendemos portanto a tomar o caminho fácil, atribuindo às pessoas o que pensamos que nós mesmos sentiríamos no que compreendemos como a situação delas, assim como especialistas (muito provavelmente de meia-idade, muito provavelmente homens), ao estudar o comportamento de adolescentes, examinam as taxas comparativas de gravidez, e todos os seus correlatos, e concluem o que as jovens mulheres que tiveram esses bebês “deviam estar” pensando ao se envolverem em tal enrascada. Na ausência de conhecimento real, nossas representações assumem o controle.

O estudo do uso de drogas está cheio de erros desse tipo. Tanto especialistas quanto leigos interpretam comumente o uso de drogas como uma “fuga” de algum tipo de realidade que o usuário supostamente considera opressiva ou insuportável. Concebem a intoxicação por drogas uma experiência em que todos os aspectos penosos e indesejados da realidade passam para o segundo plano e não precisam ser enfrentados. O usuário de drogas substitui a realidade por sonhos brilhantes de esplendor e bem-estar, prazeres isentos de problemas, emoções e fantasias eróticas extravagantes. A realidade, é claro, é compreendida como se espreitasse nos bastidores, pronta para dar um chute no traseiro do usuário assim que ele ou ela aterrissar.

Esse tipo de representação tem uma longa história literária. Provavelmente originou-se a partir da obra de De Quincey, *Confessions of an English Opium Eater*. (Uma maravilhosa versão norte-americana do século XIX é o livro de Fitz Hugh Ludlow, *The Hassish Eater*.) Essas obras jogam com as representações analisadas na dissecação que Edward Said fez de “Orientalia, the Orient as mysterious other”.<sup>5</sup> Uma versão mais atualizada, mais ao estilo da ficção científica, menos oriental e mais benigna, pode ser encontrada em *Naked Lunch* de William Burroughs.

Essas descrições do uso da droga são, como era possível e foi constatado por gerações de pesquisadores que se deram ao trabalho de indagar, puras fantasias inventadas (com a ajuda da literatura que citei) pelos pesquisadores que as publicaram. As fantasias não correspondem às experiências dos usuários ou daqueles pesquisadores que fizeram o experimento de usá-las eles próprios. Foram inventadas a partir de uma espécie de ignorância deliberada. Interpretações errôneas da experiência e dos significados das pessoas são lugares-comuns em estudos da delinquência e do crime, do comportamento sexual e, em geral, do comportamento à margem da experiência e do estilo de vida dos pesquisadores acadêmicos convencionais.

Como nossas representações leigas influenciam tanto nosso trabalho, deveríamos cuidar para que fossem precisas. Mas como fazer isso? As representações penetram em nossas cabeças como o resíduo de nossas experiências cotidianas; assim, para introduzir nelas representações melhores, temos de fazer alguma coisa acerca do caráter de nossas vidas comuns. Foi isso que Blumer, de

maneira insistente e abstrata, quis dar a entender.

Harvey Molotch,<sup>6</sup> de maneira sensível e expressiva, expandiu e deu textura ao diagnóstico e à prescrição de Blumer. Ele começa citando a afirmação de Patricia Limerick de que os professores são as pessoas com quem ninguém dançaria na escola secundária e acrescenta, por sua própria conta, que são também as últimas escolhidas para os times de beisebol nas aulas de ginástica. Descreve sua própria imagem juvenil da sociologia como o trabalho de algum tipo de amálgama de C. Wright Mills, Jack Kerouac, Lenny Bruce e Henry Miller, “todos eles heróis que conheciam o mundo através de suas bordas — desviantes, estridentes e/ou de boca suja”. Isto é, se você quiser escrever sobre a sociedade, terá de conhecê-la em primeira mão, e, em particular, terá de saber sobre os lugares acerca dos quais pessoas respeitáveis têm pouca experiência: “o *dancing*, os conjuntos habitacionais, as marchas de protesto, a gangue de jovens e os lugares escuros que a maioria de nós conhece apenas como insinuações obsedantes do possível”.

Mas, diz Molotch, os sociólogos não só não são Kerouac como não são nem Louis Wirth nem Herbert Gans (que estudaram guetos judaicos e italianos, respectivamente), e não conseguem “sustentar um padrão de apreensão mesmo nos ambientes exteriores mais comuns. Sociólogos com frequência não conhecem nenhum mundo fora de seu próprio círculo acadêmico e familiar diário; não fazem ‘ponto’ nas salas de pregão de *commoditie*”, diz ele, “em igrejas pentecostais ou em clubes de golfe exclusivos. Reuniões de comitês, cargas de aulas, revisão pelos pares e a escrita de ensaios como este são a ocupação principal, deixando pouco espaço para caminhar através do mundo”. Sem uma participação mais completa na sociedade (o título do ensaio de Molotch é “Going out”), não sabemos nem as coisas mais elementares que nos impediriam de cometer erros tolos.

(Molotch expressa uma outra ideia interessante, tangencial ao que estou discutindo aqui, mas digna de nota. Sem conhecimento baseado em experiência de primeira mão para corrigir nossas representações, não só não sabemos para onde olhar à procura de material interessante, como também não sabemos o que não requer investigação e prova extensa. Na falta de conhecimento pessoal, supomos que muitas coisas comuns estão entre aqueles grandes mistérios da ciência social que precisam ser elucidados com um grande estudo e farta quantidade de dados. Uma versão preliminar do diagnóstico de Molotch definiu um sociólogo como alguém que gasta 100 mil dólares estudando a prostituição para descobrir o que qualquer motorista de táxi teria podido lhe dizer. Eu mesmo tive um exemplo maravilhoso disso alguns anos atrás, quando descrevi o estudo do teatro regional norte-americano que Michal McCall e eu<sup>7</sup> queríamos fazer para um eminente e brilhante sociólogo que por acaso nascera e fora criado na cidade de Nova York. Quando expliquei que queríamos estudar a rede de teatros regionais que haviam substituído Nova York como centro do mundo teatral, ele insistiu em que não poderíamos fazer nosso estudo sem uma pesquisa preliminar que provasse que Nova York havia sido substituída, o que seu orgulho provinciano lhe dizia que simplesmente não podia ser verdade. Saí-me citando uma estatística dificilmente contestável: enquanto, nos velhos tempos, por volta de 1950, quase todos os empregos teatrais nos Estados Unidos estavam em Nova York, no final dos anos 1980 metade das diárias por trabalho teatral era paga fora da área da cidade. Os nova-iorquinos não aceitam facilmente a decadência de sua cidade.)

## — REPRESENTAÇÕES CIENTÍFICAS

Como somos, antes de mais nada, *cientistas* sociais, não nos contentamos com as representações da

vida cotidiana que levamos para um novo objeto de estudo, por mais detalhadas e imaginativas que sejam. Fazemos uma pequena verificação para ver se estamos certos. Pesquisamos. Colhemos dados. Construimos hipóteses e teoria.

Entramos então na esfera mais abstrata das representações cujas origens Blumer atribuiu às nossas vidas profissionais e aos grupos em que elas nos inserem. Essas representações são “científicas”. Talvez seja menos presunçoso dizer simplesmente que são profissionais. Isto é, não são as representações encarnadas nos estereótipos leigos de que falei anteriormente. (“Italianos? Alho!”) São as representações partilhadas por um grupo profissional cujos membros ganham a vida estudando e escrevendo sobre esses assuntos para a edificação e o julgamento de seus pares profissionais.

As representações profissionais não estão ligadas a detalhes como alho. Algumas representações da ciência social são específicas, é claro. (“Classe trabalhadora? Códigos de linguagem restritos!”) Mas as representações em que estou mais interessado agora são abstratas. Elas não se referem a especificidades como a classe trabalhadora de Londres, mas a entidades abstratas reconhecidas apenas por pessoas formadas para ver o mundo de uma maneira profissional. Usamos essas imagens para corporificar e nos ajudar a produzir conhecimento e compreensão sobre classes grandes e abstratamente definidas de coisas, não apenas sobre membros singulares dessas classes. Os cientistas sociais geralmente concebem essas imagens como teorias ou explicações de algo, histórias sobre como eventos e pessoas de certo tipo chegam a ser como são. (Se isso soa abstrato e um pouco irreal, é em imitação direta do tipo de conhecimento sobre o qual estou falando.) Vou usar por enquanto a palavra “história” como termo genérico para essas explicações e descrições, uma vez que elas podem quase sempre ser compreendidas como algum tipo de narrativa sobre como alguma coisa aconteceu no passado, acontece agora e acontecerá no futuro. Como são contadas para uma audiência profissional, essas histórias têm certas características e problemas gerais. (Mais tarde usarei “história” ou “narrativa” para descrever um tipo particular de história científica.)

## ■ A NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS CIENTÍFICAS

A criação de uma teoria científica aceitável ou uma explicação para algum fenômeno constrange a narrativa da história de duas formas. Em primeiro lugar, a história deve “funcionar”, ser coerente sob todos os aspectos. Tem de nos levar daqui para ali de tal maneira que, ao chegarmos ao fim, possamos dizer: sim, este é o modo como deve terminar. Assim, tentamos construir uma história sobre nosso tema, uma história que inclua tudo que pensamos que ela deve ter (do contrário, será incompleta de alguma forma crucial) e reúna isso de uma maneira que “faça sentido”. Não é óbvio o que “fazer sentido” significa aqui. O que eu pelo menos quero dizer é que a história deve corporificar algum princípio, ou ser organizada segundo algum princípio que o leitor (e o autor) aceite como razoável para relacionar as coisas. Robert E. Park contou uma história sobre o *ciclo de relações raciais*, uma história sobre como diferentes tipos de relações entre pretos e brancos se seguiam uma à outra. Ela foi aceitável para as pessoas, em parte, porque a ideia de um ciclo, em que um conjunto de incidentes cria as condições nas quais surge o estágio seguinte, fazia sentido para elas.

A outra exigência é que a história seja congruente com os fatos que descobrimos. Suponho que há também uma discussão sobre o que significa congruência para histórias e fatos. Thomas Kuhn

ensinou-nos que nossas observações não são “puras”, mas moldadas por nossos conceitos — vemos aquilo sobre o que temos ideias, e não podemos ver aquilo para o que não temos palavras e ideias. Assim, num sentido forte, não existem quaisquer “fatos” independentes das ideias que usamos para descrevê-los. Isso é verdade, mas irrelevante aqui. Se reconhecemos a configuração conceitual de nossas percepções, continua verdadeiro que nem tudo que nossos conceitos nos permitiriam ver, em princípio, realmente aparece naquilo que observamos. Assim, podemos “ver” apenas homens e mulheres no Censo, porque, fornecendo apenas essas duas categorias de gênero, ele nos impede de enxergar a variedade de outros tipos de gênero que uma conceituação diferente nos mostraria. O Censo não reconhece categorias complicadoras como “transgêneros”. Mas se dissessemos que a população dos Estados Unidos, contada da maneira como o Censo o faz, consistia em 50% de homens e 50% de mulheres, o relatório do Censo poderia certamente nos dizer que essa história está errada. Não aceitamos histórias que não são respaldadas pelos fatos que estão disponíveis para nós.

“Não aceitar uma história” significa acreditar que suas representações sobre o modo como essa coisa realmente funciona está errada sob algum aspecto importante — não conseguimos compreendê-la ou sabemos que ela não é verdadeira porque alguns fatos se recusam inconvenientemente a ser congruentes com ela. Quando isso acontece, e não podemos evitá-lo ou contorná-lo por meio de algum estratagema, tentamos modificar a história.

Há uma tensão aqui entre modificar histórias para melhorar a lógica e modificar histórias para melhor levar em conta os fatos. Qual das duas coisas devemos fazer? Qual delas fazemos? Esta é, evidentemente, uma questão falsa: devemos fazer, e fazemos, as duas coisas. Uma questão mais pertinente é quando deveríamos fazer ou fazemos uma ou outra. Por vezes queremos produzir uma história muito complexa e não nos preocupamos com aspectos mal resolvidos e eventuais pequenas incoerências. Nessas ocasiões, mergulhamos em fatos — lemos muito sobre neurofisiologia, ou entrevistamos grande número de pessoas de teatro, ou observamos um grupo de trabalhadores húngaros da indústria do aço —, de modo que ficamos sabendo grande quantidade de fatos isolados sobre nosso tema. Isso significa que podemos encontrar, em qualquer momento em que queiramos procurá-la com afincamento suficiente, alguma coisa inconveniente para a imagem que já temos de como é a neurofisiologia, o trabalho com o aço ou seja lá o que for. Quando o fazemos, esforçamo-nos por ampliar nossas ideias e imagens de modo a levar em conta mais aspectos do “mundo real”, como costumamos chamá-lo.

Por vezes, no entanto, quando estamos nos sentindo científicos, procuramos o tipo de história que nos agrada e que pode ser contada acerca do mundo de forma simpática e clara. Tentamos identificar algumas das coisas que descobrimos como coisas que pessoas em nossa área da ciência já descobriram e nomearam, e sobre as quais já elaboraram uma história que leva em conta suas interconexões mútuas. Precisamos então apenas demonstrar que temos mais um caso de uma dessas histórias já conhecidas, e todos ficarão felizes e aliviados, especialmente nós. Trabalhando nesse estilo, esforçamo-nos para ser engenhosos e conectar as coisas sobre as quais estamos falando de maneiras hábeis, que eliminem anomalias e tornem nosso quadro básico simples, limpo, intuitivamente apreensível, “evidente”. Quando contamos uma história assim, basta que citeamos alguns fatos, e todos acreditarão nela; nós mesmos acreditaremos e ficaremos aliviados por ter, afinal, encontrado alguma ordem no mundo. Temos uma história ou imagem clara. Infelizmente, é uma história que pode ser facilmente desmontada por fatos inconvenientes.

Dentro dos limites criados por nossas soluções para esses problemas, temos uma ampla escolha de tipos de representações. Em geral, nossas representações profissionais têm a ver com o tipo de causalidade que pensamos que pode estar em operação. Pensamos que o fenômeno que estamos



estudando é totalmente governado pelo acaso, de modo que um modelo de atividade aleatória é apropriado? Pensamos que é em parte acaso e em parte algo mais determinístico? Pensamos que pode ser mais bem descrito como uma narrativa, contado como uma história? Em outras palavras, ao pensar sobre o fenômeno, incluímos no quadro que construímos algumas noções sobre o tipo de conclusão que tiraremos a seu respeito, o tipo de pensamento paradigmático com que o identificaremos. Esses paradigmas vêm a nós a partir de nossa participação num mundo de cientistas sociais profissionais. (Minha dívida para com Kuhn<sup>8</sup> aqui é óbvia.)

Esse mundo ocupacional especializado nos dá muitas imagens do modo como o mundo social em geral funciona. A noção de Blumer sobre a sociedade como feita de eus em interação é uma delas. Outras incluem um mundo governado por atividade aleatória; o mundo social como coincidência; o mundo social como máquina; o mundo social como organismo; o mundo social como história. Cada uma dessas imagens nos ajuda a descobrir algumas coisas e nos impede de descobrir outras. Eu as considerarei sucessivamente, detalhando, com exemplos, seus traços característicos e descrevendo os tipos de truques analíticos que elas tornam possíveis.

## ➤ O TRUQUE DA HIPÓTESE NULA [*NULL HYPOTHESIS*]

Nossas representações nem sempre precisam ser acuradas. Blumer estava errado a esse respeito. Representações não acuradas das coisas, à medida que são eventualmente confrontadas com a realidade, podem se tornar muito úteis, mostrando-nos como as coisas poderiam ser caso houvesse um meio de saber exatamente como elas não são.

## ≡ Escolhas aleatórias

A versão clássica desse truque é a hipótese nula, que afirma uma hipótese que o pesquisador acredita não ser verdadeira. Provar que a hipótese nula é errada significa provar que alguma outra coisa deve ser verdadeira, embora não nos diga que outra coisa é essa. Sua forma simples, bem conhecida pelos estatísticos e experimentalistas, afirma que duas variáveis se relacionam apenas por acaso. A imagem é a de bolas numeradas retiradas de uma urna por uma pessoa de olhos vendados, cada bola com igual chance de ser escolhida. Ou de partículas chocando-se aqui e ali num espaço fechado, cada uma com igual probabilidade de se chocar com qualquer outra. Nada opera para “enviesar” o resultado. Nenhuma influência torna qualquer resultado mais provável que outro.

Os cientistas experimentais não formulam a hipótese nula — de que os diferentes resultados obtidos quando se trata o mesmo material de duas maneiras são aleatórios, de que a “variável de tratamento” que introduzem em sua situação experimental não tem nenhum efeito — por acreditarem que ela é verdadeira. Ao contrário, esperam e confiam que estejam errados e que sua hipótese nula venha a ser refutada. Quando encontram algum tipo de relação (e assim podem rejeitar a hipótese nula que afirmava a inexistência de relação num dado nível de significância), isso se torna uma evidência presumida para qualquer teoria que estejam propondo. Dá-lhes uma base sobre a qual dizer que havia muito pouca chance de que esses resultados ocorressem caso sua teoria não fosse verdadeira. Eles nunca acreditaram que não havia absolutamente relação alguma, disseram apenas para focalizar a investigação e produzir uma maneira de expressar um resultado. A hipótese de que o mundo é movido por números aleatórios lhes é útil analiticamente, mostrando como o mundo seria se

realmente o fosse. O experimento ganha sua significação e seu vigor exatamente por mostrar que o mundo não é assim.

(Há um problema com isto, que Anatole Beck me mostrou anos atrás. Esse estratagema diz sobre a probabilidade de obter um resultado particular, dado que sua teoria seja verdadeira. Mas não é isso que você quer saber. Você já sabe que *obteve* esses resultados, e falar sobre a probabilidade de obtê-los é de certa forma tolo. O que você quer saber é a probabilidade de sua teoria ser verdadeira, dado que você obteve esses resultados. E, segundo Beck, não há nenhum meio matemático de transformar o resultado que você *pode* obter naquele que você *gostaria* de obter.)

Meu truque da hipótese nula é uma versão qualitativa ou teórica do estratagema estatístico. Começamos observando que qualquer evento social consiste na atividade conjunta de um grande número de pessoas. De modo típico, queremos compreender as atividades das pessoas que foram escolhidas, ou se ofereceram voluntariamente, ou foram conduzidas de alguma outra maneira a participar desse evento, as quais provêm de um agregado de pessoas muito maior que eram em algum sentido “elegíveis”, ou “disponíveis” ou “candidatos prováveis” para a participação. Isto é, a partir da grande multidão de pessoas que poderiam ter escolhido ou sido escolhidas, somente algumas o fizeram ou o foram.

O truque da hipótese nula consiste em formular a hipótese de que a seleção dos participantes *foi* aleatória, que todos na multidão de participantes potenciais tinham igual probabilidade de serem escolhidos, que nenhuma “seleção” fora feita, nem pelas engrenagens da estrutura social nem por ninguém. Os participantes foram reunidos mais ou menos como se atribuíssemos um número a cada um e depois usássemos uma tabela de números aleatórios para reunir o elenco requerido. As mil crianças de um bairro com elevada taxa de delinquência juvenil tinham todas igual probabilidade de se tornarem delinquentes. Algumas tiveram seus números escolhidos, outras não. É isso.

É claro que na realidade social nem todos são “elegíveis” ou não igualmente “elegíveis” para participar de qualquer evento específico. O funcionamento da vida social assegura, quase sempre, que somente um conjunto muito pequeno e extremamente selecionado de pessoas será escolhido ou elegível para ser escolhido. Esse é o sentido desse truque. Tal como na versão estatística, fingimos que houve uma seleção aleatória exatamente no intuito de ver como a população escolhida para participar difere da população que a seleção aleatória teria produzido. Supomos que ela *irá* variar dessa maneira, e queremos saber *como* o faz para podermos ver que práticas ou estruturas sociais produziram aquele desvio em relação à escolha aleatória.

Aqui está um exemplo. Lori Morris, Michal McCall e eu queríamos saber, entre outras coisas, como a organização social de uma comunidade teatral leva às produções que os frequentadores de teatro finalmente veem.<sup>9</sup> Um aspecto desse processo é a atribuição de papéis a atores nas peças. Poderíamos, usando o truque da hipótese nula, supor (para efeito de raciocínio, lembre-se) que os diretores compõem o elenco de espetáculos escolhendo atores a partir de uma lista dos que estão disponíveis fazendo escolhas aleatórias. Nessa distribuição de papéis puramente “cega”, as pessoas que fazem a escolha não se preocupam com idade, gênero, raça, tipo físico ou qualquer outra coisa. Uma mulher negra de 70 anos de idade poderia desempenhar o papel de Romeu. Sob regras ligeiramente menos severas, o diretor poderia levar em conta essas variáveis (idade, gênero, raça, tipo físico), mas nada além delas.

Essas “regras menos severas” que acabo de invocar de maneira tão displicente são na verdade o início da análise, porque (como muito poucas peças têm seu elenco escolhido com tamanha desconsideração por essas variáveis sociais básicas) elas mostram que os diretores são de fato coagidos, em sua escolha de atores, a aceitar, mais ou menos inconscientemente (e quero de fato

dizer *mais* ou *menos*), as regras que governam a definição de que tipo de pessoa socialmente definida pode desempenhar que tipo de pessoa dramaticamente definida. Assim, eles não escolherão um homem para um papel feminino, a menos que desejem produzir especificamente, com algum objetivo particular, o efeito que isso criaria (que foi o que Caryl Churchill fez em *Cloud 9*). Ou, para tornar a análise um pouco mais realista, eles escolhem uma pessoa “inadequada” por não terem alternativa, por não haver ninguém do tipo físico “certo” disponível. A razão por que tantos teatros menores escolhem Lears obviamente jovens demais para o papel é que há muito mais atores jovens que velhos, especialmente em teatros que não pagam muito bem ou não pagam nada.

Com muita frequência, em particular num problema “bem-definido” como o que formulei, ignoramos esse tipo de seleção prévia como óbvio. Não o notamos até que as pessoas no mundo que estudamos o transformam numa questão de que estão conscientes (assim como a escalação de elenco socialmente estereotipada finalmente tornou-se uma questão de debate, em grande parte, embora não somente, em relação à raça, sob o tópico “escalação de elenco não tradicional”). O que equivale a dizer que um “problema bem-definido” é aquele para o qual já excluimos de consideração grande número de processos potencialmente muito interessantes.

Assim, nosso “problema bem definido” sobre escalação de elenco teatral nos levou a focalizar (até que o trabalho de campo de Lori Morris<sup>10</sup> nos fez ver algumas dessas outras considerações) os processos que surgiam mais naturalmente da organização da comunidade e o modo como essa organização interferia na seleção aleatória. Numa comunidade teatral organizada, a interação seletiva faz as pessoas se conhecerem umas às outras de tal maneira que aqueles que tomam as decisões sobre a distribuição dos papéis “conhecem” o suficiente sobre os atores para saber o que podem fazer e como é trabalhar com eles. Isso ocorre sobretudo quando os diretores já trabalharam com os atores em espetáculos anteriores. Assim, o processo de escalação de elenco impede os diretores de aprender o mesmo tanto sobre muitas pessoas (como ocorreria num mundo teatral muito estreitamente organizado, em que as mesmas poucas pessoas sempre trabalhassem para o mesmo diretor, o qual nunca trabalhasse com ninguém fora desse grupo), ou lhes permite aprender muito sobre grande número de pessoas (como ocorreria se o elenco para cada espetáculo fosse escolhido a partir de audições muito concorridas), ou, naturalmente, qualquer coisa entre esses extremos.

Em suma, Morris via quem havia sido escalado e lhes perguntava (sabendo de antemão que a resposta seria “não”) se haviam sido escalados por alguma versão de números aleatórios. A resposta, é claro, era “não”, o que então a levava a descobrir como exatamente a seleção divergia de um processo aleatório e como aquele resultado era alcançado. E isso a dirigiu para os processos de organização de comunidade profissional em que nós estávamos interessados.

Éramos nós realmente tão patetas? Não sabíamos antes de nos dedicar a um exercício tão ingênuo que a seleção não era aleatória? Sim, claro que sabíamos, e o que digo acima é de certo modo um conto de fadas sobre a maneira como realmente fizemos as coisas. Na vida real, você usa um truque como esse em qualquer estágio de seu trabalho, mesmo depois que tem alguma ideia do que está acontecendo. Usa-o não porque produz um resultado que você não poderia ter imaginado de outro modo, mas para que isso o ajude a formalizar seu pensamento e talvez perceber algumas conexões que poderia não ter notado ou levado a sério.

Até agora falei sobre como pessoas são selecionadas para participar em eventos sociais — isto é, em qualquer tipo de ação coletiva. Mas não há razão para limitar o uso desse truque à seleção de pessoas. Estas, isoladamente e em conjunto, escolhem coisas para fazer, e escolhem as coisas que fazem numa situação particular a partir de um grande número de opções. Algumas dessas outras opções serão coisas das quais elas têm conhecimento como possibilidades e decidiram não escolher

por razões de que estão bem cientes, podendo, se quiserem, descrevê-las para um sociólogo que as questione a esse respeito. Algumas das possibilidades podem lhes ocorrer de maneira tão fugaz e ser rejeitadas tão rapidamente que não são lembradas nem como escolhas potenciais. E outras opções ainda serão coisas que simplesmente não lhes parecem possíveis, nem sequer por um minuto.

No caso de qualquer combinação dessas três alternativas, podemos usar o mesmo truque que antes. É possível começar com a hipótese nula de que a escolha do que fazer foi efetuada usando-se números aleatórios para selecionar a partir de uma lista completa de ações possíveis. Novamente, sabemos que não é assim que isso acontece, mas pensamos que aprenderemos alguma coisa fazendo essa suposição irrealista.

E aprenderemos. Como no primeiro caso, aprendemos quais são as coerções que levam as pessoas a concluir que determinada escolha é, afinal, a melhor, ou talvez a única (viável). Coerções são uma das coisas mais importantes que a ciência social estuda. Joseph Lohman costumava dizer que a sociologia estudava o que as pessoas *tinham* de fazer, as coisas que faziam, quer gostassem ou não. (Isso não é inteiramente verdadeiro, porque muitas vezes as pessoas fazem o que tem de ser feito porque aprenderam a gostar disso, mas essa é uma outra história.) Seja como for, o truque nos mostra, realçando os desvios em relação à aleatoriedade, que coerções estão operando e, assim, qual a natureza da organização social que estudamos.

Isso significa que a análise cientificamente adequada de uma situação exporá a variação total de coerções em operação. Para chegar a essa variação total, precisamos conhecer, tão bem quanto pudermos, a variação completa das possibilidades a partir das quais as escolhas que observamos foram feitas. Para saber isso, temos de ficar tão a par quanto possível de todos os tipos de possibilidades presentes no mundo a partir do qual as coisas que aconteceram foram escolhidas. Precisamos fazer tudo para nos obrigarmos a pensar sobre possibilidades improváveis, e precisamos também tomar precauções severas para não desconsiderar quaisquer possibilidades em nossa análise apenas porque parecem improváveis ou seriam de exame muito trabalhoso. Considerarei esta questão mais tarde, na seção sobre amostragem.

= O que uma garota legal como você está fazendo num lugar como este?

Além do modelo da escolha aleatória, há outras hipóteses nulas possíveis e úteis — hipóteses que adotamos por pensar que não são verdadeiras e por supor que procurar o que as refuta nos levará ao que é verdadeiro. Por exemplo, as pessoas frequentemente explicam uma conduta que não apreciam ou não compreendem dizendo que ela é louca (ou alguma palavra ou expressão mais elegante com igual significado, como “psicologicamente perturbado” ou mesmo “socialmente desorganizado”). A prova de que a conduta é louca consiste em que ela não serve a nenhuma finalidade útil que o observador possa imaginar. No folclore sobre prostitutas, fregueses estão sempre perguntando por que uma mulher aparentemente “legal” como aquela com quem estão dedica-se àquele tipo de trabalho. A pergunta clássica de por que uma garota legal como você está fazendo isso reflete uma contradição cultural: a mulher parece legal (isto é, não esquisita e fora do comum, não um membro de uma espécie diferente), mas “garotas legais” não vendem sua cooperação num ato sexual. Os motivos que explicam o comportamento de mulheres “normais” não parecem explicar esse comportamento, mas a mulher parece e age como uma pessoa normal. O cientista social que procura motivos inusitados, diferentes dos que estão por trás do comportamento normal, está incorrendo na mesma ingenuidade que os fregueses que pedem esse tipo de explicação.

Fumar maconha, para tomar outro exemplo, não serve a nenhuma finalidade útil. Para compreender por que, apesar disso, algumas pessoas o fazem, podemos usar a versão da hipótese nula segundo a qual uma ação não faz nenhum sentido, e ações como fumar maconha são um bom exemplo disso. Tentamos refutar essa hipótese mostrando que coisas que parecem loucas, excêntricas ou extravagantes poderiam fazer sentido se soubéssemos mais sobre elas. Neste caso, procuramos as razões pelas quais fumar maconha faz pleno sentido para o fumante. Uma resposta poderia ser que isso dá prazer ao fumante de maneira pouco dispendiosa e sem grandes sanções sociais.

Não só o fumar maconha que pode ganhar sentido dessa maneira. Em geral, uma boa alternativa sociológica à hipótese nula da loucura é supor que a ação a ser estudada faz pleno sentido, apenas não sabemos que sentido é esse. Poderíamos dizer, numa variante de uma expressão muito em voga em minha escola secundária como forma de explicar algo de idiota que se tivesse feito: “Na hora, pareceu uma boa ideia.” De fato, é provavelmente uma hipótese muito boa sobre atos em aparência ininteligíveis que eles pareciam uma boa ideia na hora para as pessoas que os praticaram. Isso transforma o trabalho analítico na descoberta das circunstâncias que levaram o ator a pensar que aquela era uma boa ideia.

Uma maneira óbvia de começar essa análise é ver que muitas vezes as coisas parecem uma boa ideia porque suas consequências não são visíveis quando a ação é empreendida. Somente em retrospectiva, depois que a casa cujo preço você e todos os outros tinham certeza que subiria na realidade baixa, você vê que, afinal, não foi boa ideia comprá-la. Vale a pena lembrar que ninguém pode jamais prever o resultado de nenhuma ação humana com plena certeza — portanto, até a escolha aparentemente mais segura pode se revelar ruim. Pessoas sensatas e especialistas muitas vezes discordam sobre o resultado provável de uma ação; assim, muitas coisas que pareciam boas ideias vão se revelar, no fim das contas, grandes tolices.

(Uma razão pela qual a hipótese nula da loucura torna-se interessante é que outras disciplinas — em especial algumas versões da psicologia — ganham a vida insistindo em que algumas ações *realmente* não fazem nenhum sentido e são de fato o resultado de algum tipo de distúrbio mental, de modo que não estamos apenas nos opondo a uma hipótese nula hipotética; estamos, por assim dizer, nos opondo à hipótese positiva de uma outra disciplina.)

Muitas vezes, também, as coisas nos parecem incompreensíveis simplesmente porque estamos distantes demais da situação para conhecer as contingências reais sob as quais a ação foi escolhida. Tomemos o exemplo bastante espalhafatoso, mas apesar disso interessante, das operações de mudança de sexo. É possível fazer a pergunta desta maneira: o que levaria um homem norte-americano aparentemente normal a mandar amputar seu pênis e seus testículos? Formular isso desta maneira torna o ato completamente ininteligível. “Olá! Gostaria que seus órgãos genitais fossem amputados?” “Não, muito obrigado!”

Mas, como a pesquisa de James Driscoll (feita no início da história das cirurgias de mudança de sexo) mostrou,<sup>11</sup> não é assim que isso acontece. Homens não decidem subitamente, seja ou não sob o domínio de motivos ou impulsos ocultos, se submeter a esse tipo de cirurgia. A decisão final é o fim de uma longa série de decisões anteriores, cada uma das quais — e este é o ponto-chave — não parecia tão esquisita em si mesma. Aqui está uma trajetória típica, não necessariamente a única. Primeiro, talvez, um jovem se vê atraído por alguma versão de atividade homossexual. Seu impulso inicial, talvez (e cada um desses “talvez” representa um ponto de contingência em que uma parte do grupo que deu esse passo se vira numa outra direção, a qual não investigaremos porque estamos interessados somente naqueles que tomam esse caminho rumo a uma operação de mudança de sexo), o conduza a um mundo social em que a atividade homossexual não é reprovada nem incomum.

O candidato potencial a uma operação encontra-se agora entre pessoas que sugerem ações sobre as quais ele talvez não tivesse conhecimento antes, ações que podem lhe parecer interessantes ou prazerosas. Esses novos companheiros, antecipando os medos e dúvidas que o impedem de aceitar de imediato algumas de suas sugestões, podem ter ideologias e racionalizações prontas que explicam por que as ideias que o refreiam são erradas. Ele pode decidir experimentar algumas das possibilidades recomendadas e talvez descubra que gosta de fazer essas novas coisas (talvez não, é claro). Agora adquiriu alguns novos motivos. Tem algumas novas coisas que gosta de fazer, tem nomes para elas e maneiras rotineiras de fazê-las, e esses são nomes e rotinas que partilha com muitos outros. Portanto envolver-se com esses atos é relativamente fácil, não mais amedrontador e desconhecido.

Se você perguntasse a esse rapaz nesse momento se gostaria de se submeter a uma operação de mudança de sexo, ele provavelmente pensaria que você está de todo louco. Se lhe perguntar se pensa que é uma mulher, provavelmente pensará a mesma coisa. Mas ele poderia, em consequência de suas novas aptidões e motivos, travar conhecimento com outras pessoas que lhe sugeriram que, se ele gosta do que vem fazendo, poderia começar a considerar que realmente é de certo modo uma mulher, e que poderia achar incrivelmente interessante desempenhar esse papel, e até talvez (mais um “talvez”) se vestir como mulher. Ele poderia não ter pensado em fazer isso ele próprio (embora soubesse bem que outros o fazem), mas agora pensa, e se vê aprendendo uma nova série de habilidades e motivos. Aprende, por exemplo, a comprar roupas de mulher de tamanho grande o bastante para um homem. Pode aprender as habilidades de se maquilar e se pentear de uma maneira mais comum entre mulheres. Pode começar a observar e tentar imitar os maneirismos físicos que considera prototipicamente femininos.

Ele pode assim se tornar o que é conhecido como um travesti. (Observe que nem todos os travestis são homossexuais e tampouco todos os homens homossexuais são travestis. Nas entrevistas de Driscoll, contudo, esse foi um padrão.) Mas agora ele pode achar o papel intrigante o bastante para se perguntar que tal seria viver todo o tempo como uma mulher. E talvez faça isso, e se veja portanto na situação de Agnes, o transexual que Harold Garfinkel<sup>12</sup> tornou sociologicamente famoso, tendo agora de refazer não apenas seu comportamento físico como todo o seu passado.

Em cada um desses pontos, nosso jovem mítico vê-se fazendo algumas coisas de que em algum momento anterior nunca ouvira falar e, tendo ouvido sobre elas, não imaginara que poderia praticá-las. Os passos que efetivamente dá nunca são tão radicais. Cada um é apenas um pequeno passo numa estrada da qual ele poderia a qualquer minuto se desviar para alguma outra de muitas estradas disponíveis. Cada pequeno passo é intelectual e emocionalmente compreensível para pessoas que não são elas próprias como esse rapaz, *desde que as circunstâncias sejam tornadas inteligíveis para elas*. Se continuarmos, o que não farei, veremos por fim que, quando entra em jogo a operação de mudança de sexo, o rapaz está apenas dando mais um passo relativamente pequeno, não muito diferente de todos os outros pequenos passos que deu ao longo do caminho.

Em suma, ele não decidiu um belo dia, praticamente sem razão ou por alguma inspiração interior, submeter-se a essa cirurgia. Isso seria difícil de compreender, se acontecesse dessa maneira. Mas não acontece. Foram necessárias dúzias de passos relativamente pequenos, cada um deles pequeno o suficiente para não exigir nenhuma forma complexa ou inusitada de explicação. Descobriremos, se de fato investigarmos todas as circunstâncias e processos, que, na hora, cada um desses passos parecia, de uma maneira que será inteligível, uma boa ideia.

Do ponto de vista analítico, isso significa que a descoberta de algo aparentemente tão esquisito e ininteligível que só pode ser explicado por alguma forma de “Eles devem estar loucos” deveria nos

alertar para a possibilidade de não sabermos o bastante sobre o comportamento em questão. É melhor supor que ele faz algum tipo de sentido e procurar descobrir qual é.

## — COINCIDÊNCIA

Outro tipo de representação útil, e talvez bastante realista de uma maneira que hipóteses nulas em geral não são, é a noção de “coincidência”. Isto é, coisas que não são exatamente aleatórias, mas tampouco são completamente determinadas. Há nelas algo de coincidente. Embora nenhuma das ações particulares envolvidas num evento particular que queremos explicar seja aleatória, embora cada uma delas possa ser explicada de um modo sociológico bastante razoável, o que não pode ser explicado tão facilmente é sua interseção. Pode ser explicável que eu tenha decidido ir ao meu trabalho numa repartição do governo aquele dia; afinal, é meu trabalho, e experimentarei sanções negativas, como dizem os sociólogos, se não for, por isso vou trabalhar todos os dias. Por boas razões sociológicas, fui trabalhar aquele dia também. E pode ser explicável que duas outras pessoas, através de uma sequência de conversão não muito diferente da que descrevi em relação ao candidato a uma operação de mudança de sexo, decidam que o governo dos Estados Unidos é um inimigo que devem enfrentar destruindo alguns dos prédios que ele possui. E uma combinação de proximidade socialmente determinada com conhecimento local específico pode levá-los a escolher como alvo o prédio em que trabalho. O que não parece explicável como resultado de um processo social causal, porém, é como sua escolha de um prédio para bombardear coincidiu com o fato de eu trabalhar nele. O que explica como eu, em contraposição a milhares ou milhões de outras pessoas, tenha me tornado uma de suas vítimas?

Coincidência parece ser uma boa palavra para o que está envolvido. De fato, passei a me interessar por este problema de uma maneira que ilustra bem o processo em questão. Eis o que aconteceu.

Em abril de 1990, fui ao Rio de Janeiro como bolsista da Fundação Fulbright para lecionar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Era minha terceira visita ao Rio, minha segunda experiência em lecionar nesse programa. Fui lá pela primeira vez graças a uma estranha conjuntura de circunstâncias. Um amigo, que eu havia conhecido por meio de nossas mútuas conexões com a Haight-Ashbury Free Medical Clinic, em São Francisco (uma história em si mesma), estava agora encarregado da área de educação superior do escritório da Fundação Ford no Brasil. Ele havia conhecido Gilberto Velho, que lecionava nesse programa de pós-graduação e cuja especialidade era antropologia urbana. Gilberto lera meu livro *Outsiders*, e muitos de seus alunos estavam estudando o fenômeno do desvio. Assim Richie Krasno chamou-me e sugeriu que eu fosse ao Rio como parte do programa patrocinado pela Ford no Museu.

Isso foi completamente inesperado. A única coisa que eu conhecia sobre o Brasil era bossa-nova, e isso por causa de meu passado na área musical. Mas, por alguma razão que nunca compreendi ou tentei explicar para mim mesmo, decidi que aquilo era algo que eu devia fazer. Passei um ano estudando português, li (com enorme dificuldade) os dois livros seus que Gilberto me enviou,<sup>13</sup> e parti no outono de 1976. Passei no Rio de Janeiro uma temporada maravilhosa e mantive o contato, lendo trabalhos que as pessoas que lá conheci me enviavam, mandando-lhes meu próprio trabalho para que lessem, fazendo-lhes uma outra visita, encontrando-me com brasileiros que vinham aos Estados Unidos e trabalhando com vários estudantes brasileiros que vieram fazer cursos de pós-

graduação ou apenas para passar um ano de estudos no exterior.

Voltei ao Rio em 1990 para o que me parecia um retorno adiado havia muito. Dei um curso com Gilberto sobre, grosso modo, a “Escola de Sociologia de Chicago”, tema em que ele estava interessado havia muito e que, tendo entrado em moda em Paris, se tornava mais interessante para outros no Rio. Como usava a sala de Gilberto como meu quartel-general, tinha tempo de sobra para explorar os papéis espalhados sobre sua mesa de trabalho, uma enorme quantidade de revistas, jornais, livros e artigos. Eu vinha lendo muita coisa em português desde minha chegada, e uma das coisas que me caiu em mãos foi um artigo que ele me deu de autoria de Antonio Candido, de quem eu nunca ouvira falar, mas era de fato uma das mais importantes figuras literárias no Brasil. A sofisticação e o encanto literário do artigo impressionaram-me enormemente, e quis saber mais sobre seu autor.

Vim a saber que Antonio Candido se formara em sociologia e havia de fato lecionado sociologia durante muitos anos, antes de se tornar professor de literatura comparada; sua dissertação foi um estudo do modo de vida de caipiras no estado de São Paulo.<sup>14</sup> Em função disso, Mariza Peirano, uma antropóloga interessada no desenvolvimento da antropologia brasileira, o entrevistara para sua dissertação. Alimentando meu crescente interesse por Antonio Candido, Gilberto deu-me um artigo que Peirano escrevera sobre ele com base nessa entrevista<sup>15</sup> e um outro artigo que discutia um interessante fenômeno que ela descobrira durante sua pesquisa.<sup>16</sup>

Esse segundo artigo pareceu-me intrigante já desde o primeiro parágrafo, que dizia o seguinte:

Há 11 anos, ao fazer uma série de entrevistas com cientistas sociais, observei um fenômeno curioso. Meu objetivo na época era esclarecer aspectos que haviam ficado nebulosos para mim, mesmo depois de ter lido as obras e estudado as carreiras intelectuais desses autores, a quem considerava fundamentais para a compreensão do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. A maioria deles nasceu na década de 1920 e estava, portanto, entre seus 50 e 60 anos de idade. Entre eles estavam Florestan Fernandes, Antonio Candido, Darcy Ribeiro e, o caçula, Roberto Cardoso de Oliveira. Nessas entrevistas, cuja duração foi de aproximadamente duas horas para cada autor, me surpreendi ao ouvir com frequência as expressões “foi por acaso” ou “tratou-se de um fenômeno ocasional”, para explicar a mudança de rumo em determinado momento de suas carreiras. Todos lançaram mão do acaso nas conversas que mantivemos.<sup>17</sup>

Peirano ficou surpresa porque, diz ela, o trabalho de todos esses autores era totalmente comprometido com modelos de causalidade social extremamente determinísticos. Era somente quando discutiam suas próprias vidas que as teorias deterministas não pareciam explicações adequadas; quando falavam sobre outras pessoas, um discurso de ciência social mais convencional funcionava à perfeição.

Ela deu vários exemplos de como as vidas desses intelectuais refletiam ocorrências casuais. Um deles dizia respeito à maneira como Roberto Cardoso de Oliveira, um líder no desenvolvimento da antropologia profissional no Brasil, tornou-se antropólogo:

No final de 1953, Darcy Ribeiro realizou uma conferência na Biblioteca Municipal em São Paulo e, como procurava um assistente para um curso a ser oferecido no Museu do Índio, diz que encontrou em Roberto [Cardoso de Oliveira], apresentado por um amigo em comum, o único com perfil para o cargo. Roberto relutou em aceitar, já que considerava que sua formação era em filosofia e sociologia, mas não convenceu Darcy, que argumentava que, se Lévi-Strauss havia aprendido etnologia depois de formado, por que não ele? Então, em virtude deste início “puramente acidental”, de um encontro na Biblioteca Municipal, Roberto Cardoso de Oliveira fez a transição da sociologia para a antropologia, aprendendo com Darcy a lição do indigenismo e conservando de Florestan a ambição teórica. Nasceu, daí, a antropologia de cunho sociológico, na qual o conceito de “fricção interétnica” fornecia a evidência de que Roberto Cardoso criara uma “Eva” tirada da costela da sociologia uspiana.<sup>18</sup>

Eu próprio, por um outro conjunto de circunstâncias que havia levado ao meu então recente casamento, estava em particular aberto para o reconhecimento do que via como os elementos “casuais” na vida social. Como muitas pessoas que refletem sobre a maneira como encontraram seu



cônjuge, eu tinha uma aguda consciência das muitas coisas que, tivessem elas acontecido de outra maneira, teriam me enviado para algum outro lugar que não Columbia, em Missouri, no dia em que conheci Dianne Hagaman. Poderia fazer uma palestra interminável sobre o quanto teria sido fácil que não nos tivéssemos conhecido. Assim, li o artigo de Peirano com grande interesse e atenção.

Fiz o relato sobre como Dianne e eu havíamos nos encontrado para Gilberto, até onde ele se dispôs a ouvir, e acabamos discutindo o tema durante as semanas restantes de minha estada no Rio. Em outras palavras, para concluir esta digressão autobiográfica, foi por puro acidente que passei a me interessar pelo problema do papel do acaso e da coincidência na vida social.

Quando eu pensava sobre isso, o principal problema parecia ser que, embora todos reconheçam que histórias como estas mostram “como as coisas realmente acontecem”, não há nenhuma linguagem conceitual para discutir essa coisa que todos conhecem. Quando falamos como cientistas sociais profissionais, falamos sobre “causas” de uma maneira que não reconhecemos na vida cotidiana. Essa disparidade não incomodaria talvez muitos sociólogos, mas a mim ela incomoda.

A discussão acima leva, sem dúvida, falando do ponto de vista prático (e apesar de minhas queixas perenes sobre noções confusas como as que estou prestes a proferir), à ideia de que as coisas não apenas acontecem, mas ocorrem numa série de etapas, que nós cientistas sociais tendemos a chamar de “processos”, mas que poderiam igualmente ser chamados de “histórias”. Uma história bem construída pode nos satisfazer como explicação para um evento. A história nos diz como algo aconteceu — como isso aconteceu primeiro e fez, de uma maneira que parece razoável, com que aquilo outro acontecesse, e depois como essas coisas levaram à seguinte... e assim por diante, até o fim. E como, se tudo isso não tivesse acontecido, o evento em que estamos interessados também não teria ocorrido. Poderíamos descrever as condições necessárias para que um evento (chamêmo-lo de Isso) ocorra como a história de como aconteceu uma coisa após outra, até que se tornou quase certo que Isso aconteceria. Reunir todos os componentes necessários para um concerto sinfônico certamente não fará o concerto acontecer, e não garante de maneira alguma que aconteça, mas se conseguirmos ter todos os músicos reunidos para tocar um concerto sinfônico... e se a audiência comparecer... e se não houver nenhum incêndio ou furacão ou outro obstáculo natural inesperado... torna-se difícil ver o que impediria que o concerto acontecesse.

Se duas pessoas se encontram, contudo, não é tão certo assim que elas se apaixonarão. Longe disso. A maioria das pessoas não se apaixona por outras que conhecem casualmente. Os amigos estão sempre tramando, aproximando pares prováveis, apenas para ver seus planos irem por água abaixo. Assim, o atendimento de todas as precondições não significa que Isso acontecerá. O antropólogo Lloyd Warner costumava falar sobre suas investigações da sociedade aborígene australiana, cujos membros, segundo relatos antropológicos anteriores, não compreendiam a base fisiológica da gravidez. Quando ele lhes perguntou de onde vinham os bebês, os aborígenes lhe disseram exatamente o que haviam dito a investigadores anteriores: os bebês esperam no poço dos espíritos do clã até que uma mulher tenha um sonho especial; então o espírito de um bebê sai do poço dos espíritos e entra no estômago dela. Ele insistiu: “Mas e quando homens e mulheres, você sabe, têm relações? Isso não tem nada a ver com o bebê?” Eles o olharam com pena, como se fosse uma criança idiota, e disseram que, é claro, era isso que fazia o bebê. Mas, lembraram-lhe, embora homens e mulheres fizessem isso o tempo todo, as mulheres só engravidam de vez em quando — apenas, salientaram triunfantemente, quando a mãe sonha com o poço dos espíritos.

Aprendi, em grande parte sob influência de Everett C. Hughes, a pensar sobre essas dependências de um evento em relação a outro como “contingências”. Quando o evento A acontece, as pessoas envolvidas passam a se encontrar numa situação em que várias coisas poderiam acontecer em

seguida. Se eu me formo no curso secundário, posso ir para a universidade, para o Exército, para a escola técnica, para a cadeia... Estes estão entre os passos seguintes possíveis. Há um grande número de passos seguintes possíveis, mas não um número infinito, e em geral apenas um número relativamente pequeno é mais ou menos provável (embora os improváveis possam acontecer também). Que caminho é tomado em semelhante conjuntura, isso depende de muitas coisas. Podemos chamar as coisas das quais o passo seguinte depende de “contingências” e dizer que o fato de o evento A ser seguido por B, e não por C ou D, é contingente de alguma outra coisa X. O fato de eu ir para a universidade é contingente do fato de eu ter obtido notas suficientemente altas para ser aceito pela universidade que desejo, do fato de eu ter dinheiro bastante, do fato de ter tanto desejo de ir para a universidade que vou tolerar alguns dos inconvenientes a ela associados e assim por diante.

(Stephen Jay Gould, o biólogo, descreve isso como o caráter fundamental da história e de toda explicação histórica: “Uma explicação histórica não repousa em deduções diretas a partir de leis da natureza, mas numa sequência imprevisível de estados antecedentes, onde cada mudança de vulto em qualquer passo da sequência teria alterado o resultado final”, diz ele. “Esse resultado final é, portanto, dependente, ou contingente, de tudo que ocorreu antes — a assinatura indelével e determinante da história.”<sup>19</sup>)

Assim o caminho que leva a qualquer evento pode ser visto como uma sucessão de eventos contingentes uns dos outros dessa maneira. Poderíamos visualizar isso como um diagrama em árvore no qual, em vez de a probabilidade de chegar a um ponto final particular diminuir à medida que nos afastamos do ponto de partida, a probabilidade de alcançar um ponto X aumenta à medida que dele nos aproximamos. (Von Wright usa diagramas em árvore de um modo eficaz em seu trabalho.<sup>20</sup>)

A cadeia de eventos que conduz ao evento importante para mim, aquele para o qual desejo uma explicação detalhada, envolve muitas outras pessoas. Assim, a cadeia de eventos que me levou a desenvolver interesse por esse problema exigiu, entre muitas outras coisas (entre as quais o fato de ter ido ao Brasil, para começar, não foi a menor), que Mariza Peirano entrevistasse vários cientistas sociais brasileiros, que todos usassem essa forma de explicação, que ela escrevesse um artigo sobre isso, que o artigo estivesse sobre a mesa de Gilberto Velho, onde pude encontrá-lo (o que por sua vez exigia que ele conhecesse Peirano, que ela lhe tivesse enviado esse trabalho, então inédito), e assim por diante. Qualquer dessas outras pessoas poderia ter feito algo diferente, de tal modo que meu interesse não teria, ou não poderia, ter sido despertado como foi.

O dramaturgo suíço Max Frisch, em sua peça *Biography: A Game*, corporificou esse pensamento numa interessante situação dramática. Um estranho misterioso (“O Registrador”) aparece um dia para o protagonista, Hannes Kürmann, e lhe oferece uma grande oportunidade: poderia repassar sua vida — cujos detalhes lhe são disponíveis através de um terminal de computador e de um operador instalados à direita do palco durante toda a ação (na encenação que vi em Minneapolis, embora não no roteiro publicado<sup>21</sup>) — e mudar tudo que quisesse. O herói revive muitos momentos cruciais de sua vida. A peça começa com ele tentando mudar o episódio da festa em que encontrou pela primeira vez e dormiu com Antoinette Stein, com quem, como sabe, viria a se casar e a quem finalmente mataria. Quando o motorista de táxi que foi chamado para levá-la da festa para casa tocou a campainha, os dois não tomaram conhecimento do toque. Agora, olhando para trás, ele quer, em vez de se envolver com ela, despachá-la polidamente, mas descobre que não consegue mudar suas ações — seu personagem visivelmente não tem vontade de fazê-lo — de modo a alterar o desfecho final. Por fim, quando o Registrador pergunta se ele quer mudar o próprio assassinato, eles têm este diálogo:

KÜRMAN: Sei como aconteceu.

REGISTRADOR: Por acaso?  
KÜRMANN: Não foi inevitável.

Isso expressa com precisão minha primeira ideia sobre a natureza desse tipo de explicação, que concebe os eventos como nem aleatórios, nem determinados.

Mas, tendo escolhido não cometer o assassinato, Kürmann fica sabendo que, em vez de passar pelo menos 12 anos na prisão, agora terá câncer, e está a caminho de uma morte miserável. Sua mulher, a quem pretendia dar uma outra vida ao fazer esta nova escolha, ficaria condenada a visitá-lo religiosamente.

Até aí, contingência. Mas agora o Registrador se volta para a mulher de Kürmann, Antoinette:

REGISTRADOR: *Frau* Kürmann.

ANTOINETTE: Sim?

REGISTRADOR: Lamenta os sete anos que passou com ele? [*Antoinette olha com espanto para o Registrador.*] Se eu lhe dissesse que você também tem escolha, que também pode recomeçar tudo, sabe o que faria de maneira diferente em sua vida?

ANTOINETTE: Sei.

REGISTRADOR: Sabe?

ANTOINETTE: Sei.

REGISTRADOR: Então vá em frente... Você também pode escolher tudo de novo.

Em seguida eles representam novamente a cena de abertura, em que ela conhece Kürmann. Desta vez, porém, quando o motorista de táxi toca a campainha, ela diz até logo e sai do apartamento dele e de sua vida para sempre.

KÜRMANN: E agora?

REGISTRADOR: Agora ela foi embora.

KÜRMANN: E agora?

REGISTRADOR: E agora você está livre.

KÜRMANN: Livre...

E assim somos lembrados de que tudo o que aconteceu na vida de Kürmann, é claro, dependeu não só de suas próprias ações e escolhas, mas também das ações de todas as outras pessoas com que estava envolvido. Se Antoinette muda sua vida, a dele necessariamente também muda. Ele não pode desposar e matar alguém que saiu de sua vida de maneira tão definitiva. Poderíamos chamar a dependência em que suas ações estão para com as dela de *intercontingência*.

Peirano cita Norbert Elias dizendo quase a mesma coisa:

Em contraste [com o “determinismo”], quando a indeterminação, a “liberdade” do indivíduo é enfatizada, esquece-se em geral que há simultaneamente muitos indivíduos mutuamente dependentes. ... Ferramentas de pensamento mais sutis que a antítese usual entre “determinismo” e “liberdade” são necessárias para que problemas desse tipo possam ser resolvidos.<sup>22</sup>

Esse é um tipo de representação para o qual os cientistas sociais não têm atualmente ferramentas conceituais muito boas. Mas sempre vale a pena considerá-lo um candidato para a imagem explanatória que se ajusta a um caso.

## — A SOCIEDADE COMO UMA MÁQUINA

Não há em essência nada de errado com as formas básicas de pensamento da ciência social. O problema é que os cientistas sociais não as utilizam realmente quando deveriam. Eles se envolvem

em seus piores problemas e cometem seus maiores erros quando esquecem como deveriam fazer as coisas; esquecem porque algum compromisso político ou viés temperamental os leva a ver um problema de uma maneira estreita e a desconsiderar a variação completa das coisas que suas teorias básicas lhes imporiam se estivessem atentos. O truque da sociedade como uma grande máquina destina-se a cuidar disso. Primeiro explicarei que dificuldade o truque pretende superar.

Sofremos esses lapsos de memória (não me excludo da acusação) em especial quando queremos transformar o mundo para que seja um lugar melhor para a democracia, ou para a classe média, ou para os cidadãos honestos cumpridores da lei, ou para pacientes mentais ou... . Sempre que queremos melhorar as coisas, tendemos a esquecer (de modo conveniente, poderíamos dizer, embora a inconveniência que disso resulte seja em geral astronômica) muitas das pessoas, grupos ou coisas que contribuem para o resultado que queremos alterar. Se pacientes mentais são maltratados, e o chamado tratamento que recebem nos hospitais psiquiátricos não os ajuda de maneira alguma, se podemos ver como os hospitais os privam dos direitos e das dignidades mais essenciais, o que deveria ser feito parece óbvio: retirá-los dos hospitais. As impressionantes análises da doença mental e da hospitalização feitas por Goffman, Foucault e Szasz nos fizeram ver tudo isso com clareza.<sup>23</sup>

O que essas análises deixaram de considerar foi: para onde iriam esses pacientes se saíssem do hospital? Quando fechássemos o hospital estatal em Napa, para onde iriam todas aquelas pessoas que haviam sido encarceradas injustamente (Goffman, Foucault e Szasz estavam certos a esse respeito, acho eu)? Segundo a teoria da “desinstitucionalização”, elas seriam absorvidas pela “comunidade” e não ficariam mais sujeitas às grandes e pequenas humilhações que acompanhavam o rótulo de “doente mental”. Tendo recobrado todos os seus direitos como cidadãos, iriam tratar de suas vidas como qualquer outra pessoa: conseguir um emprego, alugar um apartamento, comprar comida e preparar as próprias refeições, casar-se, criar filhos — em suma, passariam a ser cidadãos produtivos normais como quaisquer outros. Mas elas podiam, é claro, estar realmente loucas demais para fazer qualquer dessas coisas; ou envolvidas demais em suas próprias inquietações para fazer cálculos precisos sobre os resultados de suas atividades; ou incapazes demais para controlar seus impulsos e fazer os ajustes necessários para adequar seu comportamento aos dos outros e tornar-se assim parte do mundo social. E, mesmo que não tivessem de enfrentar nenhuma dessas dificuldades, tinham muitas vezes passado um longo tempo fora da sociedade civil, e suas habilidades e talentos não seriam mais adequados ao atropelo do dia a dia. A ideia de desinstitucionalização não levava essas possibilidades em conta.

Os pacientes mentais recém-libertados, como se constatou, não foram viver nas comunidades que haviam deixado ao se hospitalizar. Essas comunidades — para ser mais preciso, as famílias que eles haviam deixado — não estavam ansiosas para recebê-los de volta. Em geral, pacientes se tornam pacientes quando suas famílias e amigos não toleram mais as perturbações que causam. Assim, os pacientes recém-libertados foram viver em asilos dirigidos por empresários dispostos a aceitar o que o Estado pagava pela manutenção deles (um custo ainda menor que o de um grande hospital), em bairros incapazes de se proteger contra a invasão desse tipo de estabelecimento. Em pouco tempo, muitas grandes cidades passaram a ter guetos de pacientes mentais — a Uptown de Chicago ou a área correspondente em San Jose. Esses guetos não eram as comunidades “normais” acolhedoras antevistas pela teoria libertadora da desinstitucionalização (embora certamente propiciassem a economia de dinheiro prevista pelos conselheiros de políticos como o governador Ronald Reagan na Califórnia). Os pacientes libertados, agora “cidadãos normais”, não podiam ou não queriam viver as vidas normais que a teoria esperava e se tornar autossuficientes. Em vez disso, aprenderam a

manipular os sistemas de serviço implantados para facilitar seu reingresso na sociedade e a tirar partido dos espaços e oportunidades concedidos pelo relaxamento da organização social urbana. Tornaram-se uma parte notável do grupo que veio a ser conhecido como “os sem-teto”.

Ninguém, nem um só político, nem um só cientista social, havia previsto isso. Por que não? O curso de introdução à sociologia nos teria alertado exatamente para essa possibilidade, ao insistir que deveríamos investigar todas as pessoas envolvidas na situação: não apenas os pacientes, mas também as famílias, e não apenas “a comunidade” em abstrato, mas a comunidade como uma organização social e política específica. Seguindo esta injunção, indagaríamos, como parte de nosso procedimento-padrão, como essas pessoas estavam organizadas, quais compreendiam ser seus interesses e que recursos tinham para defendê-los. Nesse caso, não nos surpreenderíamos quando comunidades de classe média usassem seus poderes políticos para manter asilos fora de suas vizinhanças. De fato, se tivéssemos lido a análise de Suttles da “comunidade defendida”,<sup>24</sup> teríamos podido prever tudo isso.

Assim, a falha de não considerar todas as pessoas envolvidas, o que a mais elementar concepção de sociedade requer, levou a um flagrante não entendimento da situação e a um mau conjunto de políticas, que nunca logrou seus objetivos.

Tomemos um outro exemplo: teorias do desvio. A assim chamada revolução da “teoria da rotulação” nunca deveria ter sido necessária. Não representou uma revolução intelectual ou científica (embora se possa dizer que foi uma revolução política, por causa do deslocamento de lealdades e das mudanças em oportunidades e organização nos campos profissionais que afetou). Nenhum paradigma básico do pensamento sociológico foi derrubado. A “definição da situação”, por exemplo — a grande contribuição de W.I. Thomas para o vocabulário e a maneira de pensar da sociologia — nos leva a compreender como a situação parece aos atores nela envolvidos, a descobrir o que eles pensam que está se passando, de modo a podermos compreender o que está em jogo em suas ações. Se criminologistas e outros que estudaram o que mais tarde veio a ser chamado de desvio tivessem prestado atenção a isso, teriam perguntado rotineiramente sobre os pontos de vista dos criminosos, em vez de supor que estes tinham transtornos de personalidade ou vinham de ambientes patogênicos. Teriam compreendido que era preciso problematizar o que os agentes da lei faziam, em vez de tomá-lo como certo.

Longe de ser uma revolução, poderíamos dizer que a teoria da rotulação foi uma contrarrevolução, um retorno conservador a um fio de pensamento sociológico básico que de algum modo fora perdido na prática da disciplina.

Mas esse “de algum modo” não deveria deixar de ser questionado. Essas ideias sociológicas básicas não foram perdidas por acidente, mas porque sociólogos haviam feito compromissos que os impeliam a definir problemas de maneiras que excluía os atores mais importantes no drama do desvio. Esses sociólogos não admitiam que a definição de algumas atividades como “erradas” (fosse qual fosse o termo usado para estabelecer esse julgamento) se tornasse objeto de investigação. Quem eram as pessoas que conseguiam definir algumas atividades como desviantes e como o faziam, essas não eram questões passíveis de discussão. Cientistas sociais convencionais tratavam essas definições como óbvias, ou ditadas por Deus; quem senão um idiota questionaria se assassinato, prostituição infantil ou uso de drogas eram atividades condenáveis?

Da mesma maneira, estudos sobre educação tratavam muitas vezes da razão por que estudantes não aprendiam o que deviam na escola. Tipicamente, os pesquisadores procuravam a resposta em alguma coisa relacionada aos estudantes: personalidade, capacidade, inteligência e cultura de classe social eram, e ainda são, candidatos frequentes ao papel de fator responsável. Nunca procuravam a

resposta nos professores ou na organização da vida social. Isso refletia, da mesma maneira que os exemplos anteriores, de onde o dinheiro vinha. Afinal, pessoa alguma lhe paga para ser informada que o problema que a aflige é culpa dela mesma. Educadores não gostam de ter à sua volta pesquisadores que lhes digam que as deficiências de suas escolas resultam de suas próprias atividades, não das falhas dos alunos, dos pais ou de suas comunidades. Eles gostam de ver a pesquisa organizada de tal maneira que não seja possível fazer um achado como esse. Garantem que nenhuma resposta como essa será encontrada, recusando-se a se tornarem eles mesmos o objeto do estudo. (Um membro do corpo docente numa escola que estudei me perguntou, em tom de irritada surpresa, ao perceber que eu o estava entrevistando: “Você quer dizer que está estudando a mim também?”, e não conseguiu compreender por que eu considerava isso necessário, uma vez que ele não era “o problema”.)

Em suma, os sociólogos esquecem suas próprias teorias quando alguma coisa importante no mundo está em jogo. Não conseguem seguir as instruções claras que essas teorias implicam e examinar todas as pessoas e organizações que contribuem para um resultado.

O truque da máquina aplica-se a esse problema, incitando-nos a não desconsiderar elementos cruciais da situação. Requer que pensemos como engenheiros interessados no bom desempenho da máquina que projetam. Aqui está o truque:

Projete a máquina que produziria o resultado o qual, segundo sua análise indica, ocorre rotineiramente na situação que você estudou. Assegure-se de que incluiu todas as partes — todas as engrenagens, manivelas, correias, botões e outras engenhocas sociais —, todas as especificações de materiais e de suas qualidades necessárias para se obter o resultado desejado. Como os cientistas sociais frequentemente estudam “situações-problema”, o produto da máquina será muitas vezes algo que não desejaríamos de fato produzir, o que torna o exercício de descobrir como produzi-lo inevitavelmente irônico, mas isso não nos deveria impedir de levá-lo a sério.

Vamos aplicar o truque. Consideremos um fenômeno que não nos agrada: nossos alunos não aprendem o que ensinamos, nossos representantes no Legislativo comportam-se de maneira corrupta, nossos médicos estão mais interessados em ganhar dinheiro e jogar golfe do que em curar doenças. Agora suponhamos que, longe de ser um resultado indesejado, isso fosse exatamente o que um Criador onisciente e onipotente pretendesse. Com cuidado e perícia, o Criador organizou uma máquina complexa que produziria exatamente o resultado que temos diante de nós. Gostaríamos de reproduzir essa máquina, para podermos, também nós, gerar políticos corruptos, alunos que não aprendem ou médicos fãs de golfe. Infelizmente, como o Criador saiu para almoçar ou não está atendendo ao telefone, os planos não se encontram disponíveis para nós. Diante disso, temos então de fazer o que na área da computação é chamado de “engenharia reversa”. Vamos desmontar essa máquina, descobrir como ela funciona, quais são suas partes, como elas se conectam e o que há dentro da caixa-preta, de modo a conseguirmos também produzir exatamente esse maravilhoso resultado.

Suponhamos que queremos assegurar que as escolas ensinem aos alunos exatamente tanto quanto lhes ensinam agora, nem mais nem menos, de modo que eles continuem a deixá-las com pelo menos o mesmo grau de incapacidade que exibem agora. Que tipos de alunos deveríamos recrutar? De que tipo de professores precisaríamos? Que deveriam fazer os professores para que os alunos não ficassem mais motivados do que já estavam? Como poderiam eles impedir que alunos interessados aprendessem mais? Como poderíamos manter os pais sob controle, para que não fizessem nada que interferisse com o resultado que desejamos? Como o orçamento do sistema escolar deveria ser controlado para que não se gastasse dinheiro em coisas que afetariam nosso resultado de maneiras indesejáveis?

Podemos encontrar as respostas para estas perguntas em muitas pesquisas feitas em escolas. É

possível, por exemplo, dizer aos professores para matar o interesse dos alunos pela escola fazendo-os esperar por longos períodos durante os quais não aprendem nada,<sup>25</sup> podemos recompensar alunos por decorar e cuspir, e puni-los por pensarem por si mesmos,<sup>26</sup> e assim por diante. Este é um resumo muito tendencioso do que pode ser aprendido sobre escolas em pesquisas publicadas, mas deixa claro o que interessa.

Exercícios semelhantes podem consistir em projetar uma máquina, usando a análise do processo de adição feita por Alfred Lindesmith para produzir viciados de heroína;<sup>27</sup> ou uma máquina para produzir uma distribuição etnicamente tendenciosa da força de trabalho baseada na análise desses processos encontrada nos escritos de Everett Hughes e Stanley Lieberman.<sup>28</sup>

Imaginar uma máquina como essa nos dá uma boa razão para incluir fatores que de outro modo poderíamos ter omitido, fatores que nossos sentimentos, compromissos e interesses nos impelem a esquecer ou ignorar. Nossa máquina não trabalhará se não tiver tudo que precisa para tanto.

Nem sempre nos parecerá fácil projetar essas máquinas. É raro sabermos com tanta segurança exatamente o que queremos que a máquina faça, o resultado que desejamos. Mesmo quando estamos seguros, pelo menos alguns de nossos colegas em geral discordarão de nós. Ainda que alcançássemos um consenso desse tipo, poucos fenômenos sociais foram suficientemente bem estudados para que possamos fornecer as especificações das partes e materiais que nos permitiriam projetar uma máquina de fato eficiente. Em sua maior parte, os fenômenos sociais estão conectados de tantas maneiras a tantas condições ambientais que talvez nunca consigamos obter um projeto adequado. A maneira clássica de sair desse dilema é fazer o trabalho repetidas vezes, continuar examinando, acrescentando elementos ao projeto da engenhoca à medida que avançamos: construir um pequeno pedaço que faz alguma parte do serviço, acrescentá-lo a outras peças já projetadas, ver o que ainda é necessário, sair e descobrir suas especificações, projetá-lo e testá-lo, e repetir o processo até que nossa máquina produza uma aproximação razoável do produto desejado (Geertz descreve muito bem esse processo<sup>29</sup>). Lembre-se de que não queremos realmente esses resultados — esse exercício de projetar uma máquina é uma maneira de procurar, de modo sistemático, tudo que contribui para a ocorrência deles.

## — A SOCIEDADE COMO ORGANISMO

A imagem da máquina nem sempre será útil ou apropriada. Funciona melhor quando o mundo social age de maneira muito repetitiva, dando origem a produtos em essência similares ao seguir um procedimento sistemático, por mais complexo que seja (assim como, poderíamos dizer, as escolas continuam rotineira e obstinadamente a formar alunos que não são o que esperamos). Ou, talvez seja melhor dizer, quando decidimos pensar sobre o aspecto repetitivo do que estamos estudando. A maioria das organizações sociais tem esses aspectos. Esta, de fato, é uma forma de compreender o que entendemos por organização social: uma situação em que a maioria das pessoas faz em geral as mesmas coisas, de mesmo hábito, na maior parte do tempo.

Suponhamos, como Everett Hughes gostava de sugerir, que uma grande revolução fosse acontecer amanhã, uma revolução semelhante em alcance e magnitude àquelas que os cientistas sociais mais gostam de estudar, como as Revoluções Francesa ou Chinesa. O que mudaria e o que continuaria igual? Os jornais poderiam ficar diferentes, os programas de televisão quase certamente ficariam diferentes. O sistema de coleta de lixo mudaria? Talvez. O sistema de distribuição de água mudaria?

Quase certamente não. Mas esta não é uma questão para ser decidida por análise teórica. Essas coisas serão decididas quando a revolução acontecer e virmos o que mudou.

Apesar disso, o exercício pode nos fazer compreender que, muito provavelmente, nem tudo mudaria. Muitas coisas tenderiam a acontecer tal como antes. É para essas coisas que o modelo da máquina é mais apropriado, e é a elas que desejaremos aplicá-lo em nosso trabalho cotidiano.

Às vezes, porém, queremos pensar sobre a vida social de outra maneira, como uma série de processos interconectados. Quando pensamos assim, enfatizamos a conectividade, e não a repetição, como acontecia no caso da imagem da máquina. As coisas não serão sempre as mesmas, mas dia a dia estarão conectadas entre si quase da mesma maneira, assim como as partes do sistema circulatório de um animal, de modo que o que acontece no coração afeta e é afetado pelo que está se passando nos vasos sanguíneos, nos pulmões e no sistema nervoso central.

“Conexão” é uma palavra vaga, e eu a utilizo porque há muitos modos de conexão, para os quais usamos palavras como “influência”, “causalidade” ou “dependência”. Todas estas palavras são indicativas de variação. Alguma coisa vai variar e alguma outra, em função do que acontece com a primeira, passará por uma mudança também. As coisas que variam assim frequentemente se influenciarão umas às outras de modos complexos, de tal modo que “causalidade” não é na realidade uma maneira apropriada de falar sobre o que queremos enfatizar. Poderíamos dizer que as partes do sistema em questão estão conectadas de tal forma que o output de cada um dos subprocessos que o compõem fornece um dos inputs para alguns outros processos, os quais por sua vez absorvem resultados (outputs) de muitos outros lugares e produzem resultados que são inputs para outros processos ainda, e assim por diante.

Pensadores sociais do século XIX usaram muitas vezes a metáfora da sociedade como um organismo para expressar essa compreensão. Seus usos excessivamente entusiásticos e literais — as classes altas da sociedade sendo seu cérebro, as classes trabalhadoras seus músculos, por exemplo — desacreditaram a metáfora. Mas a ecologia, disciplina hoje revitalizada, cujas representações básicas enfatizam exatamente essas conexões múltiplas, deu-lhe nova vida. Assim, é um bom truque pensar sobre algum conjunto de atividades sociais como dotado desse caráter orgânico, procurando todas as conexões que contribuem para o resultado em que estamos interessados, vendo como eles se afetam mutuamente, cada um criando as condições para que os outros operem. A detalhada análise que Arthur McEvoy fez da pesca na Califórnia exemplifica esse tipo de abordagem analítica.<sup>30</sup> Vou relatar uma pequena parte de toda a análise histórica, que começa com as comunidades indígenas antes das invasões dos europeus e termina com a aprovação da lei federal que limita as áreas de pesca, em 1976, e suas consequências imediatas.

McEvoy começa sua análise observando que o oceano Pacífico e os rios que nele deságuam a partir da costa da Califórnia abrigam grande variedade de vida marinha: algas, lontras, baleias, leões-marinhos, abalones, crustáceos (camarões, ostras, mexilhões) e toda espécie de peixes, mas em especial o salmão. Essas espécies eram complexamente conectadas:

Abalones e ouriços-do-mar comem vorazmente algas marinhas, as quais fornecem alimento e abrigo para grande quantidade de peixes importantes tanto para o mercado como para a pesca recreativa. Quando há pelo menos algumas lontras para fazer com que abalones e ouriços-do-mar se tornem escassos, as algas marinhas proliferam de maneira luxuriante. As águas costeiras com abundância de algas sustentam uma massa maior de matéria viva, e uma parte maior dessa massa fica concentrada nos corpos de animais com posição elevada o bastante na cadeia alimentar para serem úteis às pessoas. Onde não há lontras, encontram-se mais abalones e ouriços-do-mar, mas menos algas marinhas e, no total, menos águas produtivas.<sup>31</sup>

Diferentes sociedades e populações humanas têm diferentes hábitos alimentares, formas diversificadas de organizar a pesca e a coleta de frutos do mar, diversas culturas, e tudo isso afeta a



conexão entre as espécies de diferentes maneiras, causando grandes variações nos números de plantas e animais de cada tipo que existem em um momento particular. Na década de 1820, comerciantes russos, ianques e espanhóis exploraram com ganância o mercado chinês em aparência insaciável para peles de lontra e depauperaram severamente a população desse animal. Isso significou que, 40 anos depois, alguns dos chineses que haviam ido para a Califórnia, como todo mundo, em busca de ouro, mas tinham sido excluídos da corrida por razões raciais, puderam ganhar a vida pescando abalones para vender a outros chineses, para os quais aquele era um alimento muito apreciado. Como as lontras haviam desaparecido, a população de abalones crescera a tal ponto que enormes fardos desses moluscos, secos, de uma maneira conhecida e palatável para consumidores chineses, eram empilhados nos cais de San Diego.<sup>32</sup>

Quando os pescadores chineses, seguindo seus costumes culturais, reduziram assim drasticamente a população de abalones (ao mesmo tempo que a matança de focas para o comércio de peles se expandia), a safra de peixes comestíveis como barracuda, bonito, garoupa e pescada-olhuda (apreciada como alimento por outros grupos de população — um outro fenômeno cultural) aumentou enormemente. A complexidade desta frase apenas sugere a complexidade da realidade social e ecológica. Uma frase muito mais complicada seria necessária para explicar as conexões entre as culturas das diversas tribos norte-americanas nativas que habitaram a Califórnia, seus rituais religiosos e vida econômica, suas dietas e hábitos de coleta de alimentos — tudo isto, por um lado —, e os motivos econômicos e políticos que levaram grande número de pessoas de ascendência europeia das partes leste dos Estados Unidos a pescar e enlatar o salmão, que era um componente tão importante das dietas dos índios, e a exterminar esse peixe ao minerar ouro e derrubar madeira com métodos que poluíam os cursos d'água em que ele desovava.

Os hábitos geneticamente enraizados dos peixes, os hábitos culturais dos seres humanos e as características geográficas da paisagem interagiram de tal maneira que o que se lê acima é apenas um exemplo muito pequeno. O livro de McEvoy conta muito mais e dá detalhes suficientes para tornar sumários como este inteligíveis e críveis. Descrevi isso aqui para indicar o tipo de análise útil que a metáfora segundo a qual “a sociedade é um organismo” pode produzir. Ver a sociedade como um organismo não é em si mesmo um truque analítico, mas apenas uma advertência geral para se prestar atenção a todas as coisas conectadas em que estamos interessados. A concepção da sociedade como organismo funciona bastante bem quando queremos reconhecer a variação independente de subsistemas inteiros de fenômenos que não são nem totalmente desvinculados nem relacionados de algum modo profundamente determinístico e dar espaço para ela em nossa análise. As relações entre peixes, pessoas, clima, cultura e geografia na costa da Califórnia são exatamente uma mixórdia de sistemas desse tipo, e muitas vezes temos motivos para reconhecer que muitas das coisas que queremos explicar são exatamente assim, e não como uma máquina que pudéssemos submeter à “engenharia reversa”.

Alguns truques específicos, contudo, decorrem de um ponto de vista como esse. Aqui estão vários. O primeiro consiste em esquecer a ideia de ver tipos de pessoas como categorias analíticas e procurar, em vez disso, tipos de atividades em que as pessoas se envolvam ocasionalmente. O segundo consiste em ver objetos como o resíduo corporificado das atividades das pessoas. Ambos os truques decorrem da metáfora do organismo da seguinte maneira: ver pessoas e objetos como entidades fixas, dotadas de um caráter inerente, as torna desvinculadas do contexto do ponto de vista analítico — se não na teoria, sem dúvida na prática. Fazer de atividades o local de partida concentra a análise na situação em que a atividade ocorre, e em todas as conexões que aquilo que você estuda tem com todas as outras coisas à sua volta, com seu contexto. Atividades só fazem sentido quando

você sabe para o que elas são uma resposta, que fenômenos fornecem inputs e condições necessárias para aquilo que você quer compreender. Se o caráter da pessoa ou do objeto é tão imutável que resiste a toda variação situacional, tão inalterável que nenhum input é uma condição para sua existência ou seu funcionamento, esse será um achado empírico, e não um compromisso teórico feito antes que a pesquisa começasse, portanto imune à refutação pelos dados.

## = Transformar pessoas em atividades

Este truque oferece um substituto para o hábito que os cientistas sociais têm de fazer tipologias de pessoas. Um exemplo clássico é a divisão que os sociólogos fazem entre desviantes e não desviantes, entre pessoas que se conformam às regras sociais existentes e aquelas que as transgridem. O que há de errado nisso? E qual é a alternativa?

O que está errado é que esse tipo de exame toma como sua unidade básica da análise um tipo de pessoa, tratada analiticamente como se isso fosse o que ela é, isso fosse tudo que ela é, e como se o que essas pessoas fazem ou tendem a fazer fizesse sentido, tivesse sido “explicado” causalmente, pelo tipo de pessoas que são. Analistas fazem isso com tipos psicológicos, mas também com tipos baseados em características sociais: tipos de classe, tipos étnicos, tipos de gênero ou tipos ocupacionais, sejam introvertidos e extrovertidos, sejam desviantes ou psicopatas.

Isso é um erro, para início de conversa, porque é fácil observar que ninguém age completamente segundo o papel designado pelo seu tipo. A atividade de todas as pessoas é sempre mais variada e inesperada que isso. Não estou desenvolvendo aqui uma argumentação sobre o modo como a liberdade humana irromperá em meio aos grilhões da teorização social — apenas uma simples observação empírica. Tipos que não permitem prever realmente o que farão não têm grande serventia.

A resposta convencional para essa objeção é que, se insistimos em que o uso desses tipos construídos deveria permitir ao analista prever o comportamento das pessoas com uma margem de erro muito pequena, estamos sendo anticientíficos. Por quê? Porque insistir em tanta perfeição exclui a meta científica realística e atingível de um sucesso preditivo modesto. Não vou me confessar anticientífico, porque há uma solução simples e facilmente disponível, que consiste em substituir tipos de pessoa por tipos de atividade. A fundamentação teórica para essa substituição é que falar sobre tipos de pessoas é adotar o pressuposto forte e empiricamente infundado de que as pessoas agem de modo coerente, de maneiras determinadas por sua constituição como pessoas, seja esta psicológica ou sociológica. O pressuposto alternativo, mais adequado para um sociólogo e que apresenta maior probabilidade de ser empiricamente correto, é que, levando tudo em consideração, as pessoas fazem seja o que for que devam fazer, ou seja o que for que lhes pareça bom no momento, e que, como as situações mudam, não há razão para esperar que se comportem sempre da mesma maneira.

Dietrich Reitzes demonstrou isso aplicando um questionário que media atitudes raciais de membros brancos de um sindicato inter-racial que moravam num bairro racialmente segregado.<sup>33</sup> Quando eles responderam às perguntas no trabalho, mostraram-se tão racialmente tolerantes quanto o fato de serem filiados àquele sindicato sugeria; quando responderam a elas em casa, mostraram-se tão racistas quanto seus vizinhos. Se tentarmos pensar neles como pessoas tolerantes ou racistas, teremos um grande problema. Se pensarmos neles como pessoas que agem às vezes como racistas e às vezes como não racistas, ainda cabe explicar a diferença em seu comportamento, mas não temos o

problema considerável de compreender como a natureza básica de uma pessoa, expressa no tipo, poderia mudar tão depressa. Transformar uma espécie de pessoa numa espécie de atividade torna o problema muito mais tratável.

O tipo de solução que podemos mais sensatamente encontrar para problemas como esse é: as atividades são respostas a situações particulares, e as relações entre situações e atividades têm uma coerência que permite generalização. Assim, podemos dizer algo como: as pessoas que estão numa situação do tipo X, sofrendo tais tipos de pressão e podendo escolher entre tais ações, farão tal e tal coisa. Ou poderíamos ser capazes de dizer que certa sequência de situações constitui um caminho que tende a ser seguido por pessoas que fizeram a coisa em que estamos interessados (a análise que Driscoll fez de homens que se submeteram a cirurgia de mudança de sexo é um exemplo disso).

O estudo realizado por Lindesmith de vício em opiáceos (a que já me referi e voltarei a me referir) corporifica essa estratégia. Em vez de supor que havia tipos de pessoas que se tornavam viciadas, ele conjecturou que havia um tipo de comportamento adicto que, sob determinadas circunstâncias, as pessoas desenvolveriam. Estudou o comportamento adicto, não pessoas dependentes. Da mesma maneira, em minha própria pesquisa, falei do uso de maconha como um tipo de atividade, não de usuários de maconha como um tipo de pessoas.

Tendo dito isto, tenho algo a explicar. Tanto Lindesmith quanto eu falamos (como todo mundo fala) de tipos de pessoa. De fato, ele escreveu sobre dependentes, eu escrevi sobre usuários de maconha. Mas empregamos essas expressões como uma espécie de abreviatura, uma maneira de observar que algumas pessoas se envolviam nessas atividades de modo mais ou menos rotineiro ou regular. Queríamos que os leitores compreendessem (embora muitas vezes eles não o tenham feito) que esses usos *eram* abreviaturas, e que os sujeitos de nossa pesquisa eram apenas pessoas comuns que praticavam com frequência essas coisas particulares.

Nossas análises reconheciam que o envolvimento num ato particular criava condições que afetavam a probabilidade de que o sujeito a praticasse de novo e o modo como o faria. Fazer X poderia levar a uma reação por parte de outras pessoas que tornaria mais provável que o sujeito continuasse a fazê-lo. Fazer X poderia levar a um resultado físico (assim como beber muito pode prejudicar o fígado) que afetaria então o que ele faria ou poderia fazer no futuro. Mais importante ainda, fazer X poderia pôr em movimento uma variedade de processos que tornariam mais provável que o sujeito continuasse a fazer X reiteradamente.

Tipificar pessoas é uma maneira de explicar a regularidade nas suas ações; tipificar situações e linhas de atividade é um caminho diferente. O foco em atividades e não em pessoas desperta em nós um interesse pela mudança, e não pela estabilidade, por ideias de processo, e não de estrutura. Vemos a mudança como a condição normal da vida social, de modo que o problema científico passa a ser, não explicar a mudança ou a falta dela, mas explicar a direção que ela toma, encarando como um caso especial a situação na qual as coisas realmente permanecem iguais por algum tempo.

≡ As coisas são apenas pessoas agindo juntas

Os objetos materiais, embora fisicamente bastante reais, não têm propriedades “objetivas”. Tampouco os mais intangíveis objetos sociais. Nós lhes atribuímos essas propriedades, por razões sociais, ao reconhecer que eles as possuem. Os sociólogos muitas vezes supõem que as propriedades físicas de um objeto restringem o que as pessoas envolvidas com ele podem fazer. Quase invariavelmente, porém, essas propriedades são restritivas se, e somente se, as pessoas usarem o

objeto da maneira que todos reconhecem que ele é em geral usado. Uma droga pode ter efeitos mensuráveis sobre o sistema nervoso central, mas ela não lhe dará um “barato” se você não reconhecer que esses efeitos ocorreram ou que eles são aquilo em que consiste ficar no “barato”. Há limites indiscutíveis para isso; ninguém pode respirar debaixo d’água para sempre (embora, tendo dito isto, eu possa facilmente imaginar que estou errado, que há uma maneira de fazer isso).

Obtemos alguma ideia da interação entre definições sociais e propriedades físicas em operação procurando aquelas situações (e sempre podemos encontrá-las) em que o objeto parece não ter suas propriedades normais, como quando uma droga entorpecente não produz barato em alguém ou causa adição. Podemos ver então que as restrições que pensávamos estar inelutavelmente incorporadas no objeto físico têm um componente social e dependente de sua definição. Melhor ainda, podemos ver que o objeto é, como eu disse acima, a encarnação física de todas as ações que todos praticaram para lhe dar existência. Um instrumento musical, apesar de sua indubitável realidade física, é a encarnação material de todos os experimentos em acústica que o tornaram possível. Mas é também a encarnação das escolhas feitas por muitas e muitas gerações de executantes e compositores para construí-lo e tocá-lo de determinada maneira, dos ouvintes que aceitaram os sons resultantes como música e das empresas comerciais que tornaram tudo isso possível (escrevi extensamente sobre este exemplo e outros relacionados em *Art Worlds*<sup>34</sup>).

Um elegante exemplo do modo como objetos físicos obtêm seu caráter a partir das atividades coletivas das pessoas é a análise feita por Bruno Latour<sup>35</sup> da maneira como um torrão de solo brasileiro muda quando o cientista o manipula. Latour havia estudado ciência no laboratório moderníssimo e *high-tech* de um biólogo que pesquisava a estrutura molecular de um hormônio do crescimento. Pesquisara também no laboratório Louis Pasteur em Paris, centro de tecnologia de ponta para sua época, e no quase laboratório que Pasteur construía numa fazenda para testar suas teorias sobre as causas do antraz bovino. Latour havia concluído que laboratórios eram decisivos na elaboração da ciência, uma vez que permitiam aos cientistas isolar as coisas em que estavam interessados (o hormônio, o micróbio ou o que fosse) de tudo que interferia com sua atividade e sobrevivência na vida comum. Depois que isolávamos um micróbio e o protegíamos de todos os seus predadores naturais, podíamos criar o número suficiente deles para submetê-los a experimentos científicos, e assim aplicar-lhes os métodos da ciência de laboratório. Sem laboratório não há ciência.

Mas como fazer ciência quando a experimentação de laboratório não é possível, como tantas vezes é o caso? Latour decidiu, numa maravilhosa estratégia de amostragem (um tema de que tratarei no próximo capítulo), acompanhar alguns cientistas do solo franceses a uma floresta próxima a Boa Vista, em Roraima, no coração do Brasil tropical, para vê-los resolver esse problema. Os cientistas do solo queriam saber se, no lugar particular que estudavam, a floresta estava invadindo a savana ou a savana estava tomando terra da floresta (um assunto que interessava a eles e ao universo de seus pares científicos muito mais que aquele pedaço de terra específico). Não é possível estudar essa invasão no laboratório; é preciso ir à fronteira entre as duas e observar o que se passa. Além disso, o processo se desenvolve lentamente. Não se pode simplesmente sentar e observá-lo acontecer. É preciso fazer inferências a partir de amostras de solo desenterradas aqui e ali na área.

Mas como a floresta e a savana são agrestes, e não organizadas para a atividade científica, em primeiro lugar os cientistas precisam lhes impor uma ordem deles próprios. Eles pregam números nas árvores para estabelecer pontos de referência; senão, como poderiam distinguir uma árvore de outra? Como a terra nunca foi limpa, não podem usar instrumentos e métodos convencionais de survey, que supõem linhas de visão claras; têm de usar um instrumento especial (o Topofil Chaix)

para traçar linhas na terra a intervalos uniformes e assim marcar uma grade. Em seguida podem retirar amostras de testemunho de terra de cada célula da grade e assim comparar a natureza do solo de uma parte do sítio de pesquisa (uma célula da grade) com outra. Fazem essa comparação sistematicamente, pondo cada torrão de terra numa das centenas de caixinhas arrumadas num dispositivo chamado “pedocomparador” de  $10 \times 10$ cm, em estrita correspondência com os 100 quadrados marcados na terra pelos sinais e linhas.

Latour acompanhou o processo ao longo de um número de etapas muito maior do que vou considerar aqui; vale a pena ler o artigo para apreender a sutileza da argumentação que desviei para meus próprios fins. A etapa crucial, para mim, está contida na figura 12 do artigo, a fotografia de um dos cientistas do solo, René Boulet, pegando um torrão de terra, extraído do solo a uma profundidade especificada pelo plano de pesquisa, e pondo-o num dos cubos do pedocomparador:

Considere esse grumo de terra. Segurado na mão direita de René, ele ainda conserva toda a materialidade do solo — “tu és pó e em pó te tornarás”. Contudo, parcialmente dentro do cubo de cartolina que René tem na mão esquerda, a terra se torna um indício, assume uma forma geométrica, torna-se portadora de um código numerado, e logo será definida por uma cor. Na filosofia da ciência, a mão esquerda não sabe o que a direita está fazendo. Na antropologia, somos ambidestros: focalizamos a atenção do leitor nesse híbrido, esse momento de substituição, o instante mesmo em que o futuro indício é extraído do solo. Nunca deveríamos desviar os olhos do peso material dessa ação. A dimensão terrena do platonismo é revelada nesta imagem. Não estamos saltando do solo para a Ideia de Solo, mas dos torrões contínuos e múltiplos de terra para uma cor discreta num cubo geométrico codificado em coordenadas  $x$  e  $y$ . No entanto, René não impõe categorias predeterminadas a um horizonte sem forma; ele investe seu pedocomparador com o significado do pedaço de terra; ele o *extraí*. Só o movimento de substituição pelo qual o solo real se torna o solo conhecido pela pedologia (a ciência do solo) conta. O imenso abismo que separa as coisas das palavras pode ser encontrado em toda parte, distribuído entre muitas lacunas menores entre os torrões de terra e os cubos-casos-códigos do pedocomparador.<sup>36</sup>



Latour prossegue para fazer desse momento o protótipo de todos aqueles em que algo que parece bastante “real” (um torrão de terra brasileira) é “abstraído” cientificamente para fazer um outro objeto “real” (uma amostra de terra num dispositivo para fazer comparações sistemáticas), o qual por sua vez é abstraído para se tornar mais um objeto real — parte de uma tabela ou diagrama num artigo científico. Para nossos fins, o que interessa é que um bocado de barro, por mais fisicamente real que seja, é o que fazemos dele. Para nós, ele poderia ser apenas um bocado de barro, mas para Boulet e seus colegas é uma peça de evidência científica.

A maioria dos objetos, é claro, não muda de caráter de maneira tão radical. De fato, em geral as

As pessoas tratam os objetos, com bastante sucesso, como se eles possuíssem propriedades estáveis e fossem imutáveis. Depois se torna um problema interessante para os cientistas sociais explicar como o fazem. A resposta geral é que os objetos continuam a ter as mesmas propriedades quando as pessoas pensam neles e os definem conjuntamente da mesma maneira. Concordar quanto ao que são os objetos, ao que fazem e ao modo como podem ser usados torna a atividade comum muito mais fácil. Como alguém que queira mudar a definição pode ter de pagar um preço substancial pelo privilégio, a maioria de nós aceita as definições correntes dos objetos na maior parte do tempo.

Os objetos, portanto, são acordos sociais congelados, ou melhor, momentos congelados na história de pessoas agindo juntas. O truque analítico consiste em ver no objeto físico diante de nós todas as indicações de como ele ficou daquela maneira, de quem fez o que para que essa coisa exista agora desse modo. Muitas vezes enceno esse exercício na aula: pego qualquer objeto que esteja à mão — o caderno de um aluno, meu sapato, um lápis — e reconstituo todas as decisões e atividades anteriores que produziram essa coisa que temos diante de nós.

Uma maneira fácil de tomarmos consciência dos acordos sociais incorporados em objetos físicos é encontrar lugares em que esse acordo produziu um objeto diferente daquele a que estamos acostumados. Um exemplo clássico é o teclado QWERTY, um arranjo ineficiente e pouco funcional das teclas das máquinas de escrever que lança luz sobre a enorme influência dos primeiros passos na criação de objetos-padrão. Uma vez que havia sido arranjado daquela maneira — para que os datilógrafos teclassem mais devagar, já que a datilografia rápida emperrava as primeiras máquinas —, o teclado provou-se totalmente resistente à introdução de arranjos melhores (como o teclado Dvorak, cujos usuários são mais rápidos e mais corretos). Um número grande demais de pessoas já conhecia o antigo sistema para que qualquer mudança fosse “prática”. (Este exemplo é descrito por David em “Clio and economics of QWERTY”.)

## — Tudo deve estar em algum lugar

Embora os sociólogos e antropólogos (os profissionais de outras ciências sociais nem tanto, e os da história, por necessidade, de maneira alguma) façam questão absoluta (com razão ou não) de manter “confidenciais” as identidades das pessoas que estudam, também quase invariavelmente fornecem uma breve descrição do contexto de sua pesquisa, do lugar de onde seus dados provêm. Um desses pesquisadores poderia dizer: “Colhi meus dados [é irrelevante que estes sejam qualitativos ou quantitativos] de crianças num bairro de classe trabalhadora composto por números iguais de negros, brancos e latinos. Ele se situa num morro que domina um grande rio em que se veem barcaças transportando carga, na periferia oeste de uma grande cidade do Meio-Oeste. A cidade experimentou uma clara perda de empregos durante os 20 anos anteriores e sua base de impostos encolheu.” E assim por diante, tentando dar de maneira indireta uma informação que poderia ser expressa de maneira mais fácil dizendo-se: “Estudei tal e tal coisa num bairro de Cleveland [ou Detroit].”

Quando meus colegas e eu relatamos nosso estudo sobre alunos de graduação,<sup>37</sup> demos nome ao lugar — a Universidade do Kansas —, mas mesmo assim fizemos uma breve descrição desse tipo:

A universidade (exceto a escola de medicina, que se localiza em Kansas City, no Kansas) situa-se em Lawrence, no Kansas, uma cidade de mais de 32 mil habitantes (portanto, uma das maiores do estado, só superada em população pelo anel suburbano de Kansas City, Wichita, Topeka e Salina). O centro de Kansas City fica a cerca de 45 minutos de distância de carro, e Topeka a menos que isso. Embora a cidade tenha outras indústrias, a universidade é seu maior empreendimento. Lawrence é uma cidade universitária.

Situada nas colinas onduladas do terço leste mais densamente povoado do estado, a universidade tem sua maior parte situada

sobre o monte Oread, um morro alto de onde se avistam, nas planícies, as centenas de cidades e vilas menores que compõem sua clientela. Maior que muitas delas, Lawrence é uma espécie de centro cultural e intelectual do estado, apesar da rivalidade de Kansas City e Topeka (que têm mais desses atrativos do que seu tamanho justifica, em razão de sua posição como centro mundialmente famoso de pesquisa e tratamento psiquiátrico).

[«1]

Lawrence se parece muito com uma cidade universitária do Meio-Oeste. A universidade, com seus prédios antigos e novos, dormitórios, casas de fraternidades e irmandades, estádio de futebol e ruas arborizadas cheias de estudantes, situa-se no centro. Além dela erguem-se as confortáveis casas dos docentes e dos habitantes da cidade e, mais adiante, os condomínios suburbanos encontrados em toda cidade americana. Logo ao norte, a uma distância que pode ser transposta a pé, ficam o centro comercial e de negócios de Lawrence, o rio Kaw e a autoestrada do Kansas.<sup>38</sup>

Por que os cientistas sociais fornecem essas descrições? Por que entramos nesses detalhes sobre a Universidade do Kansas e a cidade de Lawrence?<sup>39</sup> Em primeiro lugar, cientistas sociais gostam de fazer generalizações, e por isso gostam de minimizar os aspectos em que “seu caso” difere de outros. Gostamos de dizer que nosso caso é “representativo”, que se assemelha a muitos ou à maioria dos casos semelhantes. Isso nos permite afirmar que descobrimos resultados gerais importantes sobre algum fenômeno ou processo social, não apenas algumas histórias ou fatos interessantes. (Retomarei este tópico na seção sobre amostragem.)

Mas, lembre-se, eu disse “caso”. Cada local de pesquisa é um caso de uma categoria geral, e, por isso, conhecimento sobre ele fornece conhecimento sobre um fenômeno generalizado. Podemos fingir que ele é exatamente igual a todos os outros casos, ou pelo menos semelhante a eles em todos os aspectos relevantes, mas só se ignorarmos todas as suas características locais, peculiares. Se nosso caso está situado na Califórnia, ele diferirá em alguns aspectos de um situado em Michigan, na Flórida ou no Alasca, porque todas as coisas relacionadas à localização geográfica, ou contidas nela ou dependentes dela (podemos escolher entre muitas possibilidades) afetam necessariamente o que estamos estudando.

Que tipos de coisas? O clima, para começar. As revoltas estudantis que ocorreram na Califórnia nos anos 1960 dificilmente poderiam ter ocorrido da mesma maneira em Minnesota; faz diferença, para a incidência de demonstrações ao ar livre, que tenhamos um tempo ameno durante o ano todo ou apenas alguns meses de aula antes que fique realmente frio. Um prelúdio necessário para uma manifestação espontânea é que um grande número de pessoas se reúna rotineiramente em lugares públicos, onde ficam disponíveis para serem mobilizadas por organizadores, oradores e o simples fluxo dos acontecimentos. Ora, essa circunstância será mais provavelmente preenchida quando as condições meteorológicas forem propícias a se comer sentado na grama, jogar Frisbee e apenas matar o tempo ao ar livre. Tem muito menos probabilidade de ser cumprida quando se mede a temperatura em fatores de sensação térmica e quando ficar ao ar livre por qualquer período de tempo for um convite a enregelamentos (embora não seja impossível; Irving Horowitz me lembra que alguns dos mais importantes episódios da Revolução Russa ocorreram nas partes mais frias daquele país — um útil lembrete de que “influenciar” ou “afetar” não é o mesmo que “determinar”).

Características da população também fazem diferença: se ela é instruída ou não, as porcentagens dos vários grupos étnicos e raciais, a prevalência de qualificações profissionais particulares. Esses fatos e outros similares são relevantes para qualquer investigação de processos de estratificação e de padrões de comportamento e organização indiretamente ligados a eles. E as conexões podem ser muito complexas, avançando através de uma longa série de fenômenos vinculados. Aqui está um



exemplo extenso.

Suponhamos que estamos estudando a organização da prática médica.

1. Populações que diferem em raça e classe também diferem com frequência em seus hábitos alimentares; alguns grupos ingerem, por opção, grande quantidade de carne e outros alimentos com alto teor de colesterol.
2. Hábitos alimentares têm forte conexão com padrões de doenças; pensa-se que diferenças nas taxas de doença cardíaca, por exemplo, estão ligadas a diferenças na quantidade de gordura saturada (carne contém grande quantidade dessas gorduras) que uma população ingere. Assim, populações cuja cultura culinária difere podem se diferenciar também em padrões de doenças.
3. As situações de trabalho dos médicos que clinicam numa área variam segundo a distribuição de problemas e eventos médicos característicos dessa área. Essa distribuição depende, por sua vez, da população da área e de sua cultura. Um médico que abre um consultório numa área onde as pessoas têm dietas com elevado teor de colesterol por uma questão de rotina cultural provavelmente atenderá muitos pacientes com doença cardíaca.
4. Acrescentem-se agora as características físicas da área. Ela é acidentada. Alguns residentes se livram de alguns dos efeitos físicos de sua dieta com exercícios vigorosos rotineiros, subindo e descendo morros. Outros não o fazem, e aumentam o risco de sofrer problemas cardíacos realizando esforço excessivo ocasional. E como neva muito no inverno, pessoas com excesso de peso e artérias obstruídas por colesterol envolvem-se periodicamente em intensos exercícios para remover a neve com pá, o que quase certamente aumenta ainda mais o risco.
5. Embora os médicos sejam até certo ponto especializados, de modo que não veem todos a mesma distribuição de doenças, muitos deles nessa área atenderão pacientes com as mesmas síndromes culturais/médicas relacionadas com dietas de alto colesterol: pressão sanguínea alta, ataques cardíacos e problemas correlatos.
6. Profissionais que enfrentam problemas de trabalho semelhantes desenvolvem, quando têm a oportunidade de discutir o tema, compreensões partilhadas que especificam, no caso de médicos, questões como: de que modo os pacientes adquiriram suas doenças; por “culpa” de quem as têm; os cuidados que esses pacientes tomarão ou não consigo mesmos. Desenvolverão padrões de cooperação (substituindo-se uns aos outros de modo a evitar perturbações durante férias e fins de semana) sintonizados com os problemas que as doenças “típicas” da área geram (um tipo de cooperação para uma população mais idosa com doença cardíaca e mal de Alzheimer, outro para um grupo mais jovem, com muitas gestantes).

Não continuarei a listar todos os outros aspectos do lugar que podem ser incluídos numa análise desse tipo. O que disse é suficiente para sugerir que padrões de cultura profissional — esta seria uma boa hipótese de trabalho — terão alguma coisa a ver com o *lugar* onde os profissionais estão trabalhando.

Damos esse tipo de “informação de fundo” [*background information*], como ela costuma ser chamada, porque sabemos que é relevante, mesmo que não possamos especificar exatamente como, mesmo que não façamos dela uma parte explícita de nossa análise. Por vezes explicamos a inclusão de um detalhe desse tipo dizendo que ele dá às pessoas uma “impressão” do lugar ou uma “sensação” de como ele é. Há um pouco (às vezes mais que um pouco) de pretensão literária nisso.

Mas os “detalhes de fundo” que incluímos são, de fato, muito mais que mero *background*, não

apenas cor local lançada para produzir um pouco de verossimilhança. Eles são as *condições* ambientais nas quais as coisas que estudamos — as relações que pusemos a nu, os processos sociais gerais de cuja descoberta queremos nos gabar — existem. Quando dizemos que Lawrence, no Kansas, fica a cerca de 50 quilômetros de Kansas City, isso não é apenas um fato “interessante”. Ele aponta para traços característicos desse campus que não existiriam se estivesse em uma situação diferente. Embora não tenhamos feito uso explícito dessas características em nossa análise, sabíamos que elas estavam ali e influenciavam o que se passava. Por exemplo: sendo tão próxima, Kansas City era um local onde você podia ir e voltar numa noite, um lugar onde podia comprar uma cerveja ou beber no balcão, o que não era permitido na época em Lawrence. Assim, era um lugar onde você podia ir beber ouvindo uma banda tocar, portanto, onde podia levar uma namorada, por conseguinte um lugar de onde podia, se não tivesse mais juízo que um aluno médio de graduação, voltar de carro semiembriagado com a namorada. Fossem quais fossem os tipos de apuros em que os estudantes da Kansas State, 160 quilômetros mais a oeste, na cidade de Manhattan, podiam se meter, este sem dúvida não era um deles.

Talvez mais importante, sendo tão próxima de Kansas City e considerada por muitos (embora certamente não por todos) muito superior acadêmica e socialmente à Universidade de Missouri, em Columbia — consideravelmente mais distante de Kansas City que Lawrence —, a universidade atraía uma parcela maior que a esperável de estudantes ricos de Missouri. Isso sem dúvida tinha algo a ver com a atmosfera relativamente sofisticada e intelectual do campus. A juventude abastada de classe média não é tão sofisticada quanto gosta de imaginar, mas tem certo estilo, e o fato de que grande parcela dela provinha da metrópole mais próxima era algo a levar em conta.

Como eu disse, sabíamos essas coisas, mas não as levamos todas em conta em nosso livro. O trabalho era sobre a resistência estudantil coletiva às demandas e exigências acadêmicas e intelectuais que o corpo docente fazia a eles e para eles — o que nós e outros chamamos de “cultura estudantil”. Ignoramos em nossa análise as características geográficas (e não mencionamos todas elas) do lugar em que a cultura da Universidade do Kansas estava sendo construída, e deixamos que os leitores deduzissem por si mesmos, explicitamente, suas consequências, se assim quisessem, ou apenas lessem o que dizíamos como “obviedades” que qualquer um (pelo menos qualquer americano com certa idade e *background*) entenderia. Mas elas constituíam fatos, aspectos do que a Universidade do Kansas *era*, que condicionavam as formas de ação coletiva que compunham a vida do campus.

Outra maneira de dizer isso é que havia outras relações além das que analisamos envolvidas no que estávamos tentando compreender. Sem dúvida a cooperação dos estudantes para minimizar a coerção da organização acadêmica, imposta pelos docentes e a administração, era decisiva. Esta é uma história com uma longa história, como Helen Horowitz mostrou.<sup>40</sup> Mas esse caso particular aconteceu onde aconteceu, e o lugar onde aconteceu fez uma diferença.

Ainda mais formalmente, as condições ambientais de um evento, uma organização ou um fenômeno são cruciais para sua ocorrência ou existência na forma que finalmente assume. Tornar essas dependências explícitas nos ajuda a dar explicações melhores.

O reconhecimento da dependência da organização social para com seu ambiente põe em foco o problema que muitos pesquisadores enfrentam quando redigem aquelas pequenas descrições do lugar onde fizeram sua pesquisa. Como está claro que não podemos incluir tudo, que coisas relacionadas ao lugar em que nosso caso se situa deveríamos levar em conta? Trata-se de uma questão tática. A resposta provisória é que você deve incluir tudo que lhe diz que não pode ser omitido, impondo-se de tal maneira que não pode ser ignorado. Se os psicanalistas que você entrevista lhe dizem que

grupos de autoajuda e terapias leigas competem com eles por pacientes, com sucesso, e essas terapias e grupos são muito comuns na Califórnia, você percebe que, ao estudar as carreiras de psicanalistas, não pode ignorar a geografia e a cultura local (a esse respeito, ver “Professional culture and professional practice”, de Marcia Nunes). Acumulamos conhecimento descobrindo cada vez mais coisas que, nesse sentido, não podem ser desconsideradas, coisas que estão, em primeira instância, ligadas às circunstâncias locais dos casos que estudamos.

Assim, em vez de tentar ignorar ou “controlar” a variação local, deveríamos descobrir essas peculiaridades locais e incorporá-las aos nossos resultados. Um excelente exemplo é o estudo de Thomas Hennessy<sup>41</sup> sobre o desenvolvimento das grandes orquestras dançantes entre músicos negros, no período de 1917 (o fim da Primeira Guerra Mundial, quando muitos músicos negros voltaram do serviço militar, onde haviam tocado em bandas segregadas) e 1935 (quando a nova forma da grande orquestra itinerante tornou-se um fenômeno nacional). As orquestras e a música que tocavam se desenvolveram de maneira diferente em lugares diversos do país e, especificamente, segundo a natureza das populações negras e brancas nesses centros metropolitanos e das relações entre elas. Nova York tinha populações negras e brancas sofisticadas; músicos negros aprendiam a ler música de todos os tipos; as plateias brancas estavam acostumadas a ter músicos negros tocando para elas — assim, eles tocavam numa grande variedade de circunstâncias e adaptavam sua música à ocasião. Músicos negros em Atlanta eram muito menos instruídos em música europeia convencional e tocavam principalmente em circos para a população negra.

Tudo isto leva a dois truques que podem ser resumidos assim:

*Tudo tem de estar em algum lugar.* Isto é importante porque o que você está estudando ocorre num lugar específico, não no mundo em geral, ou num “contexto social”, mas neste lugar, precisamente aqui, e tudo que seja verdadeiro acerca deste lugar o afetará. Assim, examine atentamente, e continue examinando, as características desse lugar: as propriedades físicas (onde ele está e que tipo de lugar é para se viver, trabalhar e estar) e as sociais (quem está lá, há quanto tempo, e todos os outros aspectos que demógrafos, sociólogos, antropólogos e historiadores lhe dizem para considerar). É útil repetir “Tudo tem de estar em algum lugar” para você mesmo frequentemente.

*Insira o que não puder ser omitido.* Seguir a regra anterior é claramente impossível, já que ela requer que você saiba tudo sobre tudo e escreva sobre tudo isso quando for o caso. Portanto, quando pensar sobre o que está estudando, observe que particularidades do lugar está invocando como explicações *ad hoc* das características sociais específicas sobre as quais quer falar. Se perceber que está se referindo ao clima como uma explicação parcial de algum evento, ele deve ter um lugar na sua descrição introdutória. E se tem um lugar nessa descrição, deve ter um lugar na sua análise.

Assim como tudo tem de acontecer em algum lugar, tem também de acontecer em algum momento, e esse momento faz diferença. Os problemas e soluções para a questão do tempo assemelham-se muito aos do lugar; deixarei, como dizem os matemáticos, como um exercício para o leitor a dedução das implicações do truque chamado “Tudo tem de acontecer em algum momento”.

## ■ NARRATIVA

Estilos de análise narrativos concentram-se em encontrar histórias que expliquem o que Isso é (“Isso” sendo qualquer coisa que queiramos compreender e explicar) e como se deu dessa maneira. Quando um analista causal trabalha bem, o resultado é uma grande proporção de variância explicada. Quando um analista narrativo trabalha bem, o resultado é uma história que mostra como esse processo tinha de levar a esse resultado.

Análises narrativas produzem correlações perfeitas, algo de que os analistas causais desconfiam,

e com razão, dados seus pressupostos e práticas de trabalho. Análises causais probabilísticas que produzam uma correlação perfeita são rejeitadas como contendo necessariamente erros bastante grandes. Os pesquisadores sabem que há ruído demais em seus dados, muitos erros de mensuração e outros, para que ocorram correlações perfeitas. Esperam correlações imperfeitas, mesmo quando sua teoria prevê uma correlação perfeita. Mas, embora saibam que há erro em seus dados (os erros que impedem correlações melhores), não jogam fora os dados imperfeitos, porque não sabem que casos ou mensurações contêm erros. Para serem honestos, incluem todos os casos e, assim, asseguram um resultado probabilístico. Isso perturba os analistas narrativos, que veem a variância não explicada como um problema, não uma característica natural da paisagem. (Essas questões serão examinadas de maneira mais completa nas discussões a respeito da análise do espaço de propriedades [*property space analysis*] e da análise comparativa qualitativa, no Capítulo 5.)

Os analistas narrativos, por outro lado, não se satisfazem, a menos que tenham um resultado completamente determinístico. Cada caso negativo se torna uma oportunidade para refinar o resultado, para retrabalhar as explicações de modo que elas incluam o caso que parece anômalo. Uma segunda maneira de lidar com casos anômalos, contudo, a qual incomoda os analistas causais probabilísticos, é jogá-los fora. Não exatamente jogá-los fora, mas sim decidir, examinando-os com cuidado, que eles, afinal, não são do tipo que queremos explicar. Parte do processo de construir uma narrativa é uma contínua redefinição do que a teoria está explicando, do que a variável dependente realmente é. (Isso é considerado de maneira mais cuidadosa na discussão da indução analítica no Capítulo 5.<sup>42</sup>)

## = Pergunte “como?”, não “por quê?”

Todo mundo conhece este truque. Mas, como muitas outras coisas que todo mundo conhece, quem o conhece nem sempre o utiliza quando deveria, não segue a prescrição de perguntar como as coisas aconteceram, em vez de por que aconteceram. A razão disso é um problema interessante, embora eu suponha que esta frase contém a resposta: parece mais natural perguntar por quê, como acabo de fazer. De alguma maneira, “por quê?” parece mais significativo, mais intelectual, como se estivéssemos perguntando pelo significado mais profundo das coisas, em contraposição à narrativa simples que o “como?” provavelmente evocaria. Este preconceito está incorporado na velha e falsa distinção, invariavelmente usada de maneira pejorativa, entre explicação e “mera” descrição.

Compreendi pela primeira vez que “como?” era melhor que “por quê?” como resultado de minha prática em pesquisa de campo. Quando entrevistava pessoas, se lhes perguntava por que haviam feito algo, provocava inevitavelmente uma resposta defensiva. Se perguntava a alguém por que havia feito certa coisa em que eu estava interessado — “Por que você se tornou um médico?” “Por que você escolheu aquela escola para lecionar?” —, o pobre e indefeso entrevistado compreendia minha pergunta como um pedido de justificção, de uma razão boa, suficiente para a ação sobre a qual eu estava indagando. Respondia aos meus “por quês?” de maneira breve, cautelosa, pugnaz, como se para dizer: “Certo, meu chapa, isto é bom o bastante para você?”

Quando, por outro lado, eu perguntava como alguma coisa havia acontecido — “Como você foi parar nessa linha de trabalho?” “Como acabou lecionando naquela escola?” —, minhas perguntas “funcionavam” bem. As pessoas davam-me respostas longas, contavam-me histórias cheias de detalhes, forneciam-me explicações que incluíam não só suas razões para o que quer que tivessem feito, mas também as ações de outros que haviam contribuído para o resultado em que eu estava

interessado. E, quando entrevistei usuários de maconha para desenvolver uma teoria da gênese dessa atividade, “Como foi que você começou a puxar fumo?” não suscitava nenhuma das reações defensivas, culpadas, evocadas (como se eu os tivesse acusado de alguma coisa) por “Por que você fuma baseado?”

Por que “como?” funciona tão melhor que “por quê?” como pergunta numa entrevista? Mesmo entrevistados cooperativos, não defensivos, davam respostas curtas para “por quê?” Na compreensão deles, a pergunta pedia uma causa, talvez mesmo algumas causas, mas, de todo modo, algo que pudesse ser resumido brevemente em algumas palavras. E não apenas qualquer causa antiga, mas a causa contida nas intenções da vítima. Se você fez tal coisa, fez por alguma razão. Certo, qual é sua razão? Além disso, “por quê?” pedia uma “boa” resposta, uma resposta que fizesse sentido e pudesse ser defendida. Deveria ser tanto social quanto logicamente defensável; isto é, a resposta deveria expressar um dos motivos convencionalmente aceitos como adequados naquele mundo. Em outras palavras, perguntar “por quê?” pede ao entrevistado uma razão que o absolva de qualquer responsabilidade por qualquer ocorrência de coisa negativa que se oculte por trás da pergunta. “Por que chegou atrasado ao trabalho?” pede claramente uma “boa” razão; “Tive vontade de dormir até mais tarde hoje” não é uma resposta, mesmo que seja verdadeira, porque expressa uma intenção ilegítima. “Os trens pararam” poderia ser uma boa resposta, pois sugere que as intenções eram boas e a culpa estava em outro lugar (a menos que “Você deveria ter levantado cedo o suficiente para contar com essa possibilidade” esteja à espera como réplica). “Estava previsto em meu horóscopo” não funcionará em muitas ocasiões.

Perguntas “como?”, quando eu as fazia, davam mais liberdade às pessoas, eram menos restritivas, convidavam-nas a responder de qualquer maneira que lhes conviesse, a contar uma história que incluísse qualquer coisa que pensassem que ela devia incluir para fazer sentido. Essas perguntas não pediam uma resposta “certa”, não pareciam estar tentando atribuir responsabilidade por más ações ou resultados a quem quer que fosse. Transmitem uma curiosidade gratuita ou desinteressada: “Poxa! O que aconteceu na vinda para o trabalho que o fez chegar tão tarde?” Não davam a entender a forma que a resposta deveria assumir (no caso do “por quê”, uma razão contida numa intenção). Em consequência, convidavam as pessoas a incluir o que lhes parecia importante para a história, quer eu tivesse pensado naquilo ou não.

Se você estiver fazendo certo tipo de pesquisa, talvez não lhe agrade que um entrevistado tenha esse tipo de liberdade. Se você quisesse fazer com que todas as pessoas escolhessem respostas para suas perguntas a partir de um mesmo pequeno número de opções (como é por vezes, mas não necessariamente, o objetivo em pesquisas de survey), de modo que fosse possível contar quantos haviam escolhido qual delas, você não quereria ouvir sobre possibilidades não contidas em sua lista; estas teriam de ser incluídas sob o tópico “outras” e não poderiam ser usadas para nada que você pretendesse fazer.

Mas o tipo de pesquisa que fazia então, e ainda faço, buscava algo diferente. Eu queria conhecer todas as circunstâncias de um evento, tudo que se passava em torno dele, todos os envolvidos. (“Todos” e “tudo” aqui são hiperbólicos; eu não quereria realmente tudo isso, mas certamente queria muito mais do que cientistas sociais muitas vezes querem.) Queria saber as sequências das coisas, como uma levava a outra, como tal coisa não acontecia até que tal outra acontecesse. Além disso, eu tinha certeza de que não conhecia todas as pessoas, eventos e circunstâncias envolvidos na história. Esperava continuar acrescentando a essa coleção e tornando minha compreensão, minha análise, mais complexa, à medida que aprendia com as pessoas com quem conversava. Eu queria maximizar a liberdade delas de me contar coisas, em especial coisas em que eu não tinha pensado.

Há uma exceção importante à minha condenação das perguntas “por quê”. Às vezes os pesquisadores querem saber, exatamente, que tipos de razões as pessoas dão para o que fizeram ou pensam que poderiam fazer. Quando Blanche Geer e eu<sup>43</sup> entrevistamos estudantes de medicina sobre as especializações médicas que pretendiam escolher — como ainda estavam na graduação, essas escolhas eram todas hipotéticas —, o que queríamos saber era, precisamente, os tipos de razões que dariam para suas escolhas. Queríamos mapear a estrutura das razões aceitáveis para a escolha e o modo como essas escolhas se situavam no âmbito das especialidades disponíveis. Queríamos saber suas razões como parte de nossa descrição da perspectiva que guiava seu pensamento enquanto estavam na faculdade.

Assim, no campo, aprendemos mais com perguntas de entrevistas formuladas em termos de “como” do que em termos de “por quê”. A eficácia como estratégia de entrevista não assegura a utilidade teórica de uma ideia. Mesmo assim, é uma pista.

## = Processo

A pista leva a uma maneira geral de pensar que é um bom truque teórico. Suponha que uma coisa qualquer que você deseja estudar tem, não causas, mas uma história, uma estória, uma narrativa, um “primeiro aconteceu isso, depois aquilo, depois tal outra coisa, e terminou assim”. Nessa perspectiva, compreendemos a ocorrência de eventos nos inteirando dos passos no processo pelo qual eles vieram a acontecer, não buscando as condições que tornaram sua existência necessária.

Mas você não está à procura de histórias particulares, do tipo que romancistas ou historiadores contam. Não está à procura das especificidades que distinguem essa história de qualquer outra. O que você está procurando são histórias típicas, que se desenrolam quase da mesma maneira cada vez que acontecem. Você não procura efeitos de causas invariantes, mas histórias cujos passos têm uma lógica, talvez até uma lógica tão inevitável quanto a lógica das causas. Desse ponto de vista, os eventos não são causados por coisa alguma senão a história que os levou a serem como são.

Cientistas sociais chamam histórias com essas características de *processos*. Abbott<sup>44</sup> cita a explicação que Robert E. Park dá para essa ideia em sua introdução a um estudo das revoluções:

[O fato de existirem táticas de revoluções] pressupõe a existência de algo típico e genérico nesses movimentos — algo que pode ser explicado em termos gerais. Pressupõe, em suma, a existência de materiais para uma explicação científica da revolução, uma vez que a ciência — ciência natural —, em última análise, é pouco mais que uma descrição, em termos conceituais, dos processos pelos quais os eventos ocorrem, juntamente com explicações que permitem que eles sejam previstos e controlados.<sup>45</sup>

Não se trata apenas de dizer as palavras certas: “processo” em vez de “causa”. Implica uma maneira diferente de trabalhar. Você quer compreender como um casal se separa? Não procure, como fez toda uma geração de pesquisadores da família, os fatores no panorama ou nas circunstâncias presentes dos que se separam que os diferenciam dos que não o fazem. Em vez disso, procure, como fez Diane Vaughan,<sup>46</sup> a história de como o rompimento ocorreu, todos os passos nesse processo, o modo como esses passos se conectaram uns com os outros, o modo como um criou condições para que o seguinte ocorresse — a “descrição em termos conceituais dos processos pelos quais os eventos ocorrem”. A explicação da separação é que o casal passou por todos esses passos, não que era composto por pessoas desse ou daquele tipo.

Você poderia perguntar: “Bem, está certo, mas por que eles passaram por todas essas etapas? Qual é a causa disso?” Empiricamente, quando examina isso, você constata que pessoas de todos os tipos passam por essas etapas, que não parece haver nenhum tipo único de pessoa que atravessa

essas etapas ou nenhuma situação específica que leve os membros do casal a atravessá-las. Um dos achados surpreendentes de Vaughan sobre o modo como casais se separam é que o processo é o mesmo, quer o casal seja casado ou não, heterossexual ou homossexual, de classe trabalhadora ou classe média. E, o que é ainda mais surpreendente, acontece da mesma maneira quer a pessoa que inicia o rompimento seja homem ou mulher. Em qualquer dos casos, o “iniciador” desencadeia o processo e depois o resto da sequência se desdobra, segundo uma lógica que depende muito (no caso de casais que estão se separando) de quem sabe o que sobre o estado da relação em cada passo do processo. O iniciador, por exemplo, sabe que um rompimento está se aproximando porque o deseja, e o “parceiro” não, por isso não pode estar preparado para o rompimento como o primeiro.

Narrativas de processo não têm um fim predestinado. Podem ter mais de um desfecho (embora possamos estar interessados somente num dos desfechos possíveis, o que é uma outra história, considerada no Capítulo 5), e em alguns desses desfechos aquilo que pretendemos explicar não acontece. O casal, por exemplo, acaba não se separando. À medida que a história se desdobra, podemos ver como um ou outro fator de segundo plano ou conjunto de circunstâncias torna mais ou menos provável que ele o faça da maneira que conduz à separação. Mas esse resultado não é uma coisa certa. A única coisa certa é que as histórias que terminam dessa maneira chegam lá por esse caminho.

Esse tipo de representação narrativa deixará muitos cientistas sociais nervosos, porque eles querem encontrar leis invariantes, da forma “A R B, sob as condições C, D e E”. Querem ser capazes de dizer que alguma coisa tinha de acontecer, não poderia ter acontecido de outra maneira, porque há uma lei da ciência social que mostra sua necessidade lógica e empírica. Se em vez disso obtêm uma história, especialmente uma história que poderia ter terminado de uma outra maneira, sentem-se ludibriados. Não aceitam uma mera história como ciência, porque não há nada compelindo o resultado a ser o que é. Pensam que não aprenderam nada. Se você está seriamente ligado a essa versão da “ciência” nas “ciências sociais”, esse é um grande problema.

Stephen Jay Gould descreve esse problema da seguinte maneira: se fizéssemos a fita da história retroceder — ele está falando, é claro, sobre a história da evolução biológica na terra — e a tocássemos de novo, seriam os resultados iguais? Ele responde: “Não.”<sup>47</sup>

Georg von Wright fez uma análise formal útil, embora complicada, das complexidades envolvidas na construção desse tipo de linguagem.<sup>48</sup> Sua contribuição mais útil é distinguir dois tipos de explicação. Um mostra “*por que* alguma coisa era ou se tornou *necessária*”; o outro mostra “*como* alguma coisa era ou se tornou *possível*”. Quando sabemos como alguma coisa se tornou possível, ainda não sabemos o bastante para a predição, somente para o que ele e outros chamaram de “retrodição” [*retrodiction*]:<sup>49</sup> “A partir do fato de que se sabe que um fenômeno ocorreu, podemos inferir para trás no tempo que suas condições necessárias antecedentes devem ter ocorrido também no passado. E ‘olhando para o passado’ podemos encontrar vestígios delas (no presente).”<sup>50</sup>

## — CAUSAS

Uma forma final de representação deve ser considerada: a causalidade. Cientistas sociais gostam de pensar, e de dizer, que uma coisa “causa” outra. A ideia de causalidade, e a lógica que ela implica, é muito emaranhada filosoficamente, pelo menos (segundo o meu parco conhecimento) desde Hume, e é em especial difícil distingui-la do simples fato da sequência, de uma coisa seguir-se a outra. A bola

de bilhar A bate na bola de bilhar B. A bola de bilhar B se move. O fato de A bater em B “causou” seu movimento?

Deixemos esses emaranhados filosóficos de lado. De modo típico os sociólogos resolvem o problema da causa incorporando-a em procedimentos que concordamos que servirão como a maneira pela qual sabemos que A causou B, sejam eles filosoficamente válidos ou não. Esses procedimentos têm o status de métodos paradigmáticos. São partes de pacotes de ideias e métodos que uma comunidade de cientistas concordou em aceitar como bom o suficiente para a finalidade de estabelecer causalidade. Por todas as razões que Thomas Kuhn<sup>51</sup> ressaltou, essas ideias paradigmáticas têm dois gumes. Sem elas não podemos fazer coisa alguma. Mas elas nunca fazem realmente o que prometem. Deixam anomalias terríveis na esteira de seu uso. Têm falhas terríveis na lógica que as embasa. São, portanto, sempre vulneráveis a ataques, sendo sempre possível mostrar que são e fazem menos do que alegam.

Muitas vezes os sociólogos concordaram quanto a paradigmas para o estabelecimento de causalidade, em geral descrevendo seus procedimentos na linguagem de variáveis. O analista identifica uma “variável dependente”, algum fenômeno que varia segundo alguma dimensão, e depois tenta identificar as “variáveis independentes”, cuja própria variação “causa” a alteração da variável dependente. A definição de causa é covariação. Se a medida da variável dependente A muda de uma maneira regular quando a medida das variáveis independentes se altera, demonstrou-se causa, ou, pelo menos, os pesquisadores que aceitam esse paradigma concordam que se produziu evidência de causalidade. (Baseei-me extensamente, no que se segue, na discussão feita por Ragin em 1987, embora tenha adaptado seus raciocínios para meus usos. Retornarei às suas ideias mais tarde, no Capítulo 5.<sup>52</sup>)

Naturalmente, esses procedimentos envolvem muitas dificuldades. Estudantes que aprendiam técnicas de correlação aprendiam também que correlação não é causalidade. Uma longa lista de problemas pode descarrilar a identificação fácil de covariação e causalidade. Apesar disso, sociólogos usam rotineiramente essa forma de explicação, numa variedade de formas, em particular nessas aplicações paradigmáticas como descobrir, digamos, que fatores afetam a mobilidade social: em que grau a situação social dos pais, educação, ocupação e variáveis semelhantes covariam com (e portanto causam) a mobilidade de classe de alguém?

Um procedimento padrão (ou melhor, uma família de procedimentos) foi um tipo de análise fatorial quase experimental a partir da influência relativa das várias causas que, a nosso ver, poderiam explicar ou justificar (uma variedade de termos foi usada para descrever essa conexão) o resultado em que estamos interessados. Lieberon criticou profundamente essa família de procedimentos estatísticos, afirmando que a ideia de estimar a influência de uma variável mantendo outros fatores constantes é insustentável, em razão da distribuição não aleatória das variáveis assim introduzidas, o problema da “seleção”.<sup>53</sup> Apesar disso, ele tentou manter essa lógica em ação depurando os casos em que foi aplicada.<sup>54</sup>

Os procedimentos usados em estudos baseados nessa lógica dependem da comparação de células numa tabela (as células contendo casos que reúnem diferentes combinações das variáveis sob estudo), e as comparações não suportarão críticas-padrão a menos que se baseiem em um grande número de casos. Os resultados de estudos desse tipo consistem em afirmações probabilísticas acerca das relações entre as variáveis, afirmações cujo objeto não são pessoas ou organizações fazendo coisas, mas sim variáveis que têm um efeito sobre a variável dependente ou que produzem nela um grau mensurável de variação. As conclusões de um estudo desse tipo — que os casos estudados têm uma probabilidade particular de mostrar este ou aquele resultado — destinam-se a ser



aplicadas a todo um universo de casos similares.

A lógica dessa abordagem, mesmo nas versões depuradas defendidas por Lieberson, requer que imaginemos que todas as causas envolvidas na produção de um efeito operam de maneira mais ou menos simultânea e contínua, como nas conhecidas leis que governam as relações entre pressão, temperatura e volume dos gases. Mesmo quando sabemos que isso não é possível, e que A deve anteceder B, os procedimentos analíticos exigem que os tratemos como se isso não fosse verdade.

Esses procedimentos exigem também que imaginemos que as variáveis propostas como causas operam de maneira independente. Cada uma dá sua própria contribuição para alterar a variável dependente. Não há dúvida de que o analista talvez precise enfrentar efeitos de interação — os efeitos sobre a variável dependente dos efeitos que as variáveis independentes têm umas sobre as outras. Mas também estes são tratados como se acontecessem todos de maneira simultânea e contínua.

Por fim, esses procedimentos tratam as causas como cumulativas. Pode-se descobrir que várias coisas contribuem para o resultado em que estamos interessados. A ideia desse tipo de causalidade sugere que cada uma delas poderia, se existisse em grau suficiente, produzir o resultado por si só. Ou, em termos mais gerais, que qualquer combinação de “contribuições” produz o resultado, contanto que sua soma seja suficiente.

Dizer que essa família de técnicas trata as causas como operando dessa maneira não implica que os analistas que as utilizam sejam tão estúpidos a ponto de não reconhecer que variáveis têm uma ordem temporal, ocorrendo em sequências reconhecíveis e variáveis, mas sim que as técnicas não oferecem nenhuma maneira simples de lidar com esse conhecimento. A análise procede “como se” tudo que foi dito acima ocorresse. A lógica das técnicas não fornece nenhuma maneira especial de lidar com esses problemas. Expedientes visuais como diagramas de caminho, que ordenam num diagrama variáveis conectadas por setas, dão a entender que está em jogo uma sequência temporal, mas neles o tempo é apenas uma metáfora visual.

Outra abordagem, que Ragin descreve como múltipla e conjuntural,<sup>55</sup> tem uma imagem de causalidade bastante diferente. Ela reconhece que, tipicamente, as causas não são de fato independentes, cada uma dando sua contribuição independente para um vetor que produz o resultado global numa variável dependente. Sugere, em vez disso, que causas só são efetivas quando operam em conjunto. A variável  $X_1$  tem um efeito, mas apenas se as variáveis  $X_2$ ,  $X_3$  e  $X_4$  estiverem presentes também. Na ausência delas, é como se  $X_1$  não existisse. Essa é a parte “conjuntural”. Outra maneira de expressar isso, para deixar clara a diferença em relação ao modelo anterior, é dizer que essa abordagem é multiplicativa. Como todos aprendemos na escola, se multiplicamos um número, por maior que seja, por zero, o resultado é zero. Em imagens multiplicativas da causalidade, todos os elementos têm de estar presentes para desempenhar seu papel na conjunção ou combinação de circunstâncias causais relevantes. Se faltar um deles, por maiores ou mais importantes que os outros sejam, a resposta continuará sendo zero — o efeito em que estamos interessados não se produzirá.

A parte “múltipla” do raciocínio diz que mais de uma dessas combinações pode produzir o resultado em que estamos interessados. Nessas imagens causais, há mais de um caminho para se chegar lá. Que combinação funciona em determinado caso depende do contexto: condições históricas e socialmente específicas que variam de caso para caso.

Esta abordagem é muitas vezes vista como necessária em estudos que acumulam grande quantidade de informação sobre um pequeno número de casos, como é típico de estudos históricos transnacionais detalhados (como estudos da revolução ou do desenvolvimento de políticas de previdência social em alguns países). Aqui, o analista tenta lidar com toda a complexidade de casos

históricos reais, e não com as relações entre variáveis num universo de casos hipotéticos. A conclusão pretende tornar casos históricos inteligíveis como exemplos do modo como as variáveis postuladas operam em conjunto. (O “algoritmo booleano” de Ragin é um método para produzir resultados que faz exatamente isso. Eu o considero em detalhe no Capítulo 5.)

Concluirei este capítulo mencionando um outro tipo de imagem, a figura do cientista social no trabalho. Uma imagem comum na ciência social contemporânea é a do intrépido cientista (uso o gênero masculino porque a representação é bem machista) submetendo suas teorias a uma prova empírica decisiva e rejeitando-as se não são boas o suficiente, quando não é possível rejeitar a hipótese nula. Ragin desenha uma imagem contrastante que me parece muito convincente, a de um cientista social envolvido em “um rico diálogo” de dados e provas, uma imagem que se assemelha muito mais à atividade científica que Blumer concebeu, e que consiste em: ponderar as possibilidades discernidas a partir da profunda familiaridade com alguns aspectos do mundo; sistematizar essas ideias em relação a tipos de informação que se pode colher; checar as ideias à luz dessa informação; repensar as possibilidades e obter mais dados para lidar com as inevitáveis discrepâncias entre o que era esperado e o que foi encontrado, e assim por diante, numa versão da imagem proposta por Kuhn para o desenvolvimento da ciência como um todo.

## Amostragem

### — O QUE INCLUIR?

#### — AMOSTRAGEM E SINÉDOQUE

Amostragem é um grande problema para qualquer tipo de pesquisa. Não podemos estudar todos os casos de tudo quanto nos interessa, nem gostaríamos de fazê-lo. Todo empreendimento científico tenta descobrir algo que se aplicará a *todas as coisas* de certo tipo por meio do estudo de *alguns exemplos*, sendo os resultados do estudo, como dizemos, “generalizáveis” a todos os membros dessa classe de coisas. Precisamos da amostra para convencer as pessoas de que sabemos alguma coisa sobre toda a classe.

Esta é uma versão do tropo clássico da sinédoque, uma figura de retórica em que usamos uma parte de algo para remeter o ouvinte ou leitor ao todo a que ela pertence. Assim, dizemos “a Casa Branca” querendo nos referir não ao prédio físico, mas à Presidência dos Estados Unidos — e não só ao presidente, mas a toda a administração que ele chefia. A sinédoque é, portanto, um tipo de amostragem, mas destinado a servir ao propósito da persuasão, não ao de pesquisa ou estudo. Ou talvez seja melhor dizer que a amostragem é um tipo de sinédoque, em que queremos que parte de uma população, organização ou sistema que estudamos seja considerada como representante, de maneira significativa, do todo de que foi extraída. Lógicas de amostragem são argumentações destinadas a convencer os leitores de que a sinédoque funciona, porque chegamos a ela de uma maneira defensável. (Só descobri a discussão sobre amostragem e sinédoque em Hunter, 1990,<sup>1</sup> paralela à minha em muitos aspectos, quando este livro estava sendo preparado para publicação.)

O problema com a sinédoque, ou amostragem, parece ser, a princípio, que a parte pode não representar o todo como gostaríamos de pensar, ela pode não reproduzir em miniatura as características em que estamos interessados, pode não nos permitir tirar do que sabemos conclusões que sejam também verdadeiras acerca do que não examinamos nós mesmos. Se escolhemos alguns homens e mulheres das ruas de Paris e medimos sua estatura, a média que calculamos a partir dessas medidas pode ser aplicada ao conjunto da população? Podemos comparar uma média similar, computada a partir das estaturas de algumas pessoas escolhidas nas ruas de Seattle, com a média parisiense? Será a estatura média de todos os habitantes de cada uma dessas cidades mais ou menos igual à altura média dos poucos que de fato medimos? Poderíamos, com essas amostras, chegar a uma conclusão defensável sobre a estatura comparada das pessoas na França e nos Estados Unidos? Podemos usar a amostra como uma sinédoque para a população? Ou estará nossa pesquisa aberta ao tipo de crítica mordaz que os estudantes logo aprendem a dirigir a qualquer descoberta, aquela que anuncia triunfantemente: “sua amostra é falha!”?

O procedimento da amostragem aleatória, tão querido pelos que querem transformar as ciências sociais em “ciência de verdade”, destina-se a lidar com essa dificuldade. Suponhamos que queremos saber que fração da população de uma cidade se considera democrata, ou votou nos democratas nas últimas eleições, ou pretende votar num candidato democrata numa próxima eleição. Por razões de eficiência, não queremos perguntar a cada habitante sobre suas identificações, ações ou intenções. Desejamos perguntar a alguns deles e generalizar a partir dos poucos com que falamos para toda a população da cidade. Se 53% daqueles com quem falamos se dizem “democratas”, gostaríamos de poder dizer que, se tivéssemos falado com todo mundo, a proporção teria sido quase a mesma.

Procedimentos estatísticos de amostragem nos dizem como fazer isso. Podemos escolher as pessoas que entrevistaremos usando uma tabela de números aleatórios, arrançados numa ordem que certamente não contém qualquer tendenciosidade. Isto é, não há nos números nenhum padrão que dê a algumas pessoas chance maior de serem escolhidas. Temos de usar um procedimento complicado como este porque praticamente qualquer outra maneira de escolher casos em que possamos pensar revelará ter essa tendenciosidade incorporada.

Aqui está um exemplo horrível do tipo de erro que se pode fazer. Hatch e Hatch decidiram estudar “critérios de status social” colhendo dados biográficos sobre os noivos em casamentos anunciados no *New York Times* de domingo, com base no pressuposto de que pessoas cujo casamento aparecia no *Times* provavelmente ocupavam “uma posição superior no sistema social de Nova York”.<sup>2</sup> Bem, pode ser; este é o tipo de coisa que sociólogos estão sempre supondo para levar suas pesquisas a cabo. Além disso, os pesquisadores decidiram (parece uma maneira razoável de obter um grande número, embora eles não tenham apresentado nenhuma justificativa disso) estudar todos os casamentos anunciados em junho ao longo de um período de anos. Relataram depois (este foi apenas um dos muitos achados) que “nenhum anúncio participava casamento numa sinagoga judaica ou dava qualquer indicação de associação com a fé judaica”. Eles não comentaram esse resultado, embora tenham feito algumas interpretações de outros achados, a maioria destacando que características sociais as pessoas julgavam que mereciam ser enfatizadas em seus anúncios sobre suas famílias. Mesmo assim, é bastante impressionante que, numa cidade com uma população judaica tão grande como a que Nova York tinha na época, nenhum casamento judaico fosse anunciado no lugar onde esses anúncios eram costumeiramente feitos.

A explicação não demorou a chegar. Uma “Carta ao Edi-tor”<sup>3</sup> relatava ter replicado o estudo, pelo menos com relação às proporções de casamentos judaicos em edições dominicais nos meses de outubro e novembro (porque foi então que o professor Cahnman leu o artigo equivocado). Nessa amostra, relatou ele, “[Dos] 36 anúncios de casamento [nestas edições], nada menos de 13, isto é, 36,1% do total, foram realizados por um rabino. (O rabino, sem dúvida, é intitulado ‘O sacerdote Tal-e-Tal’, mas há meios para se descobrir quem é um rabino, para quem sabe.)”

Por que a discrepância? Cahnman explica:

O fato que os autores poderiam ter verificado facilmente junto a qualquer rabino ou estudioso abalizado do judaísmo é que casamentos religiosos não são realizados nas sete semanas entre a Páscoa judaica e Pentecostes e nas três semanas que precedem o dia do luto pela destruição do Templo Sagrado em Jerusalém. Quase invariavelmente, junho cai num ou noutro desses períodos. Todos os rabinos ortodoxos e conservadores e a grande maioria dos rabinos reformados aderem a essa prática.

Cahnman concluiu que, ao obter um resultado aparentemente tão inusitado, os autores deviam ter examinado com mais cuidado a questão, tratado de se instruir, ou pelo menos de obter algum

conselho especializado — em suma, deviam ter feito alguma coisa para dirimir os efeitos de sua ignorância dessa característica da prática judaica.

Mas Josephine Williams, com quem eu fazia um curso de estatística na Universidade de Chicago quando o artigo e a carta foram publicados, tirou uma conclusão diferente e, sob alguns aspectos, mais prática. Reconhecendo que (a) pode haver muitos problemas desse tipo sob os dados, e (b) nem todos eles produzem conclusões “espantosas” do tipo que alertou Cahnman, ela nos mostrou que todo e qualquer problema desse tipo geral teria sido evitado se os autores tivessem usado uma tabela de números aleatórios para escolher seus meses, em vez do engenhoso estratagema de estudar casamentos realizados em junho.

Usando um método como este, escolhemos nossos casos (em geral pessoas, mas podiam com facilidade ser números do *New York Times*) de tal modo que cada membro da população tem uma chance conhecida (em geral, mas não necessariamente igual) de ser escolhido para a amostra. Em seguida, fórmulas existentes, cuja lógica matemática é inteiramente defensável, podem nos dizer qual é a probabilidade de que a proporção de casamentos judaicos relatados nos números que examinamos (ou a proporção de democratas que encontramos na nossa amostra de entrevistados) tenha vindo de uma população na qual a “verdadeira” proporção de casamentos judaicos (ou de democratas) era diferente.

Vale a pena obter um resultado como esse, mas somente quando é isso que você quer saber. Foi por isso que eu disse acima que o problema *parece* ser que a parte poderia não representar precisamente o todo, reproduzindo fielmente suas características importantes: estatura média, proporção de votantes democratas, proporção de casamentos judaicos. A relação entre o valor de uma variável na amostra e seu valor na população é um problema, mas esse não é o único da amostragem, porque a média ou a proporção de uma variável numa população pode não ser exatamente o que você quer saber. Há outras questões.

## ■ ALGUNS OUTROS PROBLEMAS DE AMOSTRAGEM

Poderíamos, para considerar um outro tipo de problema que os cientistas sociais muitas vezes tentam resolver, querer saber que tipo de organização pode ser a totalidade daquilo cuja parte estudamos. O uso de “a Presidência” para designar todo o aparelho administrativo do Poder Executivo do governo dos Estados Unidos suscita a questão de que tipo de fenômeno este aparelho é. Se falamos sobre o chefe do Executivo, nossa sinédoque comunica alguma coisa de significativo ou confiável sobre as demais partes desse poder? Não estamos interessados em proporção aqui, mas no modo como as partes de um todo complexo revelam sua ordenação global.<sup>4</sup>

Arqueólogos e paleontólogos enfrentam esse problema quando descobrem os vestígios de uma sociedade agora desaparecida. Encontram alguns ossos, mas não um esqueleto inteiro; encontram alguns apetrechos para cozinhar, mas não toda a cozinha; encontram algum lixo, mas não as coisas de que esse lixo representa o resto. Sabem que tiveram sorte ao encontrar o pouco de que dispõem, porque o mundo não é organizado para facilitar a vida dos arqueólogos. Assim, em vez de se queixar por ter dados pífios, eles trabalham para chegar, a partir desse osso da coxa, ao organismo inteiro; a partir desse pote, ao modo de vida em que ele desempenhava seu pequeno papel como instrumento da vida. É o problema do truque da máquina — inferir a organização de uma máquina a partir de algumas partes que encontramos em algum lugar.

Poderíamos desejar conhecer uma terceira coisa que com frequência interessa aos cientistas sociais: toda a gama de variação de um fenômeno. Quais são todas as diferentes maneiras segundo as quais as pessoas organizaram suas relações de parentesco? Qual é toda a gama de variação nos modos pelos quais as pessoas organizaram arquivos ou criaram roupas? Fazemos estas perguntas porque queremos conhecer todos os membros da classe a que nossas generalizações deveriam se aplicar. Não desejamos que nossa sinédoque tenha características específicas de um subgrupo do todo, que o incauto (entre os quais devemos nos incluir) tomará por características essenciais da classe. Não queremos supor, de modo simplório, que alguma característica contida em nosso exemplo está simples e “naturalmente” ali em cada exemplar da classe, portanto não requer explicação. Será então “instintivo” e “natural” que as pessoas não tenham relações sexuais com seus parentes próximos? Se ficar patente que essa restrição “natural” não vigorava para as famílias reais do antigo Egito, teremos de rever nossa conclusão sobre o quanto essa restrição é “natural”. Devemos reconhecer que sua existência requer uma explicação mais detalhada e explícita.

## — ONDE PARAR? O CASO DA ETNOMUSICOLOGIA

Antes de considerar alguns truques que nos ajudarão a chegar a sinédoques úteis e que resistirão à crítica da “amostra ruim”, retornemos a uma abordagem alternativa que rejeitei acima, uma abordagem que, embora não prática, é algo com que a maioria dos cientistas sociais sonhou de vez em quando: esquecer esse problema de amostragem e, em vez de se valer de uma sinédoque, simplesmente pegar “a totalidade da coisa” e apresentá-la aos nossos colegas como o resultado de nosso trabalho. Isso produz quimeras como “descrição completa” e “reprodução da experiência vivida das pessoas”, entre outras.

Podemos investigar o resultado de se tentar apreender a totalidade considerando a etnomusicologia, esse híbrido interessante, e em geral feliz, da antropologia e da musicologia. Como disciplina, ela busca aperfeiçoar a musicologia convencional desvencilhando-se de seu etnocentrismo e aperfeiçoar a antropologia dando-lhe acesso a um assunto que leigos consideram difícil descrever e discutir. Na busca desses nobres objetivos, ela tenta resolver o problema da amostragem descrevendo, como explicarei, toda a música que há ou houve.

Mas uma meta assim tão abrangente cria de imediato um problema terrível. Se não limitamos o alcance de nossa disciplina — o âmbito do material por cuja explicação e compreensão suas ideias e teorias são responsáveis — à música ocidental convencional (essa é a solução costumeira), o que consideramos na música que devemos estudar, teorizar e a partir da qual generalizar? (Lembre-se de que esse é apenas um caso especial de um problema que todas as ciências sociais partilham, quer elas o reconheçam ou não. Tente você mesmo com religião, economia ou qualquer dos objetos-padrão das ciências sociais.)

Alguém de fora que se aproxime da etnomusicologia não pode deixar de notar a natureza ambiciosa do empreendimento. A resposta simples, mas insatisfatória, que a disciplina deu durante muito tempo para si mesma, e para quem quer que perguntasse, foi uma lista de tudo o que era patentemente música mas haviam sido em geral excluído do pensamento e da teorização dos musicólogos. Ela se propunha, portanto, a estudar e assumir responsabilidade intelectual pelas músicas do mundo todo, toda a música feita em qualquer lugar, por qualquer pessoa, em qualquer sociedade. Não apenas sinfonias e óperas ocidentais, e música popular ocidental, mas *gamelan*

javanês, música cortesã japonesa, músicas de nativos norte-americanos, toques de tambor africanos, sons de flauta andinos e qualquer outra coisa que um levantamento exaustivo pudesse descobrir. Mais tarde, os etnomusicólogos acrescentaram à lista: música folclórica de todos os tipos, jazz, a transformação da música pop ocidental encontrada em outras partes do mundo.<sup>5</sup> Mas uma lista não é uma definição.

Além de considerar tudo isso, a etnomusicologia, como a forma plural — “músicas” — implica, propunha-se tratar de todas essas músicas em seus próprios termos. Cada música tinha uma estética que pesquisadores etnomusicólogos obrigavam-se a considerar tão seriamente quanto as pessoas que a executavam e ouviam. Os pesquisadores, portanto, não tratam outras músicas como versões degeneradas ou incompletamente realizadas da “nossa” música; dão a cada uma a mesma consideração séria que os musicólogos concedem à música na (“nossa”) tradição ocidental. Se aceitarmos essa concepção do trabalho, não há nada passível de ser considerado música que não deva, em princípio, ser estudado. Esse universalismo foi tradicional em estudos comparativos das artes, e a musicologia comparativa sempre foi onívora, recolhendo instrumentos, sons, composições e execuções onde quer que um pesquisador conseguisse chegar com seu caderno, câmeras digitais, filmadoras e o mais avançado equipamento de gravação de som.

É claro que a prática etnomusicológica nunca fez jus por completo a esta definição. A disciplina sempre teve de lutar contra um preconceito intelectual crônico, uma tendência a dar maior atenção ao que pode ser considerado como arte musical em outras culturas “elevadas”, tradições musicais que julgamos esteticamente valiosas como a nossa: *ragas* indianos ou *gogaku* japoneses. Muitas vezes a disciplina superou esse preconceito, mas os etnomusicólogos praticantes sempre sentem uma forte obrigação de ir além desse paroquialismo. Suas preocupações acerca dessa obrigação se revelam nas declarações gerais sobre o campo feitas em manuais e em ocasiões de cerimônias, como a apresentação de discursos presidenciais.

Tal definição do domínio da etnomusicologia cria problemas terríveis porque, na prática, não é possível realmente honrar essa abrangência. Podemos pretender recolher toda a música, mas nesse caso a coleta toma precedência sobre tudo o mais. Nunca iremos além da coleta, tantas são as coisas a coletar. Sem dúvida é preciso haver um princípio de seleção. Que música pode ser deixada de fora sem risco? Que tal os versinhos musicados infantis? Podemos ignorá-los? Bom, não, não gostaríamos de deixar esses versos de fora. Eles são extremamente importantes para compreender como se ensinam às crianças as maneiras de pensar, sentir e agir características de sua sociedade — como elas são, numa palavra, socializadas. E o modo como as crianças aprendem música, seus “erros”, o destaque que um ou outro aspecto da música terá para elas, tudo isso é interessante e importante. Veja o que John Blacking<sup>6</sup> fez com esse tipo de material, ou o estudo de Antoine Hennion<sup>7</sup> sobre o modo como se ensina música às crianças francesas na escola (se elas aprendem, como ele mostra, é uma outra questão).

Podemos deixar de fora o que não é “autêntico”? A autenticidade tem sido volta e meia um problema para etnomusicólogos, dos quais pelo menos alguns costumavam ter esse tipo de tendenciosidade: uma predileção pelo que as pessoas costumavam fazer em relação ao que estão fazendo agora — um interesse maior, digamos, pelos remanescentes das músicas polinésias autênticas que pelas canções “havaianas” como “Sweet Leilani” que Don Ho cantava num hotel em Waikiki Beach. Os etnomusicólogos muitas vezes desejaram que as pessoas não mudassem seus hábitos e gostos musicais como fazem, que conservassem sua música “pura”, não adulterada pela inexorável difusão do rock and roll e do jazz ocidental (sobretudo norte-americano) e do resto. Desse modo, os etnomusicólogos se assemelhavam àqueles naturalistas que querem salvar suas

criaturas ameaçadas de extinção para que o estoque de genes da terra contenha variedade máxima.

Essas queixas muitas vezes se misturam com as de nacionalistas musicais, que querem preservar a música “tradicional” de seu povo ou país, mesmo quando essa tradição foi inventada há pouco tempo. Hermano Vianna descreveu como o samba, ele mesmo uma variedade de músicas da Europa e da África, tornou-se o ritmo musical “tradicional” do Brasil, reivindicação a que não tem mais direito que muitos outros ritmos que eram tocados e ouvidos no país na mesma época.<sup>8</sup>

Preservar todos esses ritmos mutantes parece uma ideia nobre, mas o mundo raramente aceita essas ideias nobres como guias para a ação. As pessoas assimilam a música de que gostam, que lhes parece atraente, que representa, por mais imperfeitamente, o que desejam ver representado, a música que dará lucro para os que a produzem e distribuem, e assim por diante. Parece mais sábio, portanto, e até mais prático, se você estiver interessado nas músicas do mundo, estudar o que as pessoas estão tocando e cantando agora, não importa de que combinação “espúria” de matérias-primas ela provenha, bem como tudo que você puder recuperar daquelas músicas que elas estão abandonando.

Mas, longe de resolver o problema sobre o que estudar, isso realmente abre a porta. Enquanto fazia a pós-graduação, eu me sustentava tocando piano em bares e boates de Chicago. Deveriam os etnomusicólogos estudar o que todo pianista de bar (do tipo que eu era) toca em todas as boates em todas as ruas de todas as cidades do mundo? Ninguém pensaria que valia a pena fazer isso por volta de 1900, quando teria sido possível realizar um estudo definitivo sobre, digamos, a origem do *ragtime*. Não teria sido maravilhoso se isso tivesse sido feito? E se o estudo tivesse sido levado a cabo com o mesmo cuidado e atenção dedicados à música nativa norte-americana? Claro que teria.

Mas por que nos limitarmos aos profissionais da música? Não deveríamos estudar, como poderíamos fazer com rituais musicais similares numa sociedade melanésia, cada maneira de cantar *Parabéns pra você* nos Estados Unidos, ou, para sermos um pouco sensatos, uma amostra desses cantos? E, se não, por que não?

Não vou prosseguir com os exemplos porque a ideia está clara. Gostaríamos, em retrospecto, de ter estudado tudo, porque tudo isso corresponderá à definição, e tudo poderia se tornar objeto de estudo sério. (Nesta altura deveria estar claro também que não estou falando apenas sobre música.) Mas não podemos ter tudo, pelas mais óbvias razões práticas: não dispomos de pessoal para coletá-lo e não saberíamos o que fazer com a massa de detalhes que acumularíamos se o fizéssemos. Nesse aspecto, isso lembra a história oral. Os “novos” historiadores<sup>9</sup> nos convenceram de que a vida de todo mundo é importante; mas não podemos colher a vida de *todo mundo* e, se o fizéssemos, nos afogaríamos nos detalhes de todas essas vidas. E nenhum banco de dados computadorizado poderia nos ajudar, porque o afogamento é conceitual, não mecânico.

A ciência social não tem nenhuma resposta simples para esse problema. Um cientista social poderia pôr isso em perspectiva comparativa e observar que, nas ciências sociais, toda definição global de um campo cria exatamente esse tipo de tarefa impraticável. Um sociólogo da ciência e da erudição poderia observar, ademais, que as respostas práticas para essas perguntas irrespondíveis — e os praticantes sempre têm respostas práticas, corriqueiras, para perguntas irrespondíveis — não vêm de uma lógica ou raciocínio, mas são baseadas em sólidos fatos sociais de competição e recursos organizacionais. O alcance da etnomusicologia foi determinado, eu suponho (embora não tenha me dado ao trabalho de justificar esta afirmação), por sua posição na hierarquia acadêmica e pelos recursos para pesquisa e outras atividades acadêmicas que essa posição torna disponíveis. Este é um tópico que os etnomusicólogos poderiam querer enfrentar diretamente, em vez de continuar a debater os limites apropriados do campo, tomando como modelo a discussão do efeito da posição da antropologia na academia sobre o trabalho antropológico em George Marcus<sup>10</sup> e Paul Rabinow.<sup>11</sup>



Nesta altura outros cientistas sociais poderiam se sentir superiores a esses ignorantes etnomusicólogos, que não perceberam a impossibilidade de “agarrar tudo” e não compreenderam que o importante é encontrar maneiras para evitar isso. Mas não precisam se sentir superiores. Cada campo da ciência social tem seus próprios anseios de completude. Para alguns, é o arquivo que conterà todos os dados de todas as pesquisas de opinião já feitas; para outros, é a esperança enganosa da “descrição completa” possibilitada por máquinas novas, como gravadores de áudio ou de videoteipe. Todos sabemos que isso é impossível, mas todos ansiamos por “agarrar tudo” do mesmo jeito.

Harold Garfinkel, o fundador da etnometodologia, tornou desajeitadas as generalizações dos pesquisadores de todas as tribos metodológicas ao insistir que ciência social é, afinal, uma “atividade prática”, o que quer dizer, entre outras coisas, que o trabalho deve terminar em algum momento. Como ninguém pode passar a eternidade fazendo seu estudo, é preciso tomar atalhos, e estes levam invariavelmente a violações “da maneira como a pesquisa deveria ser feita”.

Este longo exemplo é apenas uma versão de como e por que não podemos escapar da sinédoque da amostragem. Retornemos à ideia da amostragem compreendida dessa maneira ampla, como uma questão do que podemos dizer sobre o que não vimos com base no que vimos, tendo em mente que há várias razões para fazer isso, e não apenas aquela convencional, de estimar, dentro de dado intervalo de confiança, uma medida de alguma coisa numa população a partir de uma amostra.

Tendo acabado de abrir mão da ideia de descrever tudo por completo, quero agora retornar perversamente a ela. Vou usá-la como um padrão de referência, para considerar todas as maneiras de criar as sinédoques da amostragem como métodos cujos resultados deveríamos avaliar em comparação com o “ideal” de uma descrição total e completa de tudo que poderia ser ou é relevante para o que quer que queiramos dizer com segurança sobre um fenômeno social. Sugiro isto não por pensar que tal descrição é possível, mas porque esse padrão de referência nos mostra quais escolhas fazemos quando, inevitavelmente, deixamos coisas de fora.

O que significaria então “descrição total e completa”?

## — QUANTO DETALHE? QUANTA ANÁLISE?

Quando leciono pesquisa de campo, sempre insisto que os alunos comecem suas observações e entrevistas anotando “tudo”. Isto é, afirmo que não quero que deem amostras, mas que relatem o universo das ocorrências “pertinentes”. Isso em geral provoca uma boa dose de resistência da parte deles e de censuras da minha. Eles dizem que não podem fazer isso, ou que “realmente” não conseguem (querendo dizer com isso que o que escrevem não será nem completo nem inteiramente preciso). Digo-lhes que nunca saberão se conseguem a menos que tentem, e suas tentativas de anotar tudo não serão menos precisas do que um relato que exclua muita coisa. Para mitigar a combinação de culpa e preguiça que os ataca, sugiro que comprem um carimbo com os dizeres “Estas transcrições não são completas nem totalmente precisas” e o imprimam em cada página de suas anotações. Embora brinque com eles, sob sua relutância está uma cautela saudável ao se verem solicitados a fazer o que, como acabamos de ver, é, em grande escala, impraticável.

É claro que a tarefa é impossível também em pequena escala. Não podemos anotar “tudo”. Isso não significa que não possamos anotar bem mais do que os estudantes em geral anotam. Mas eles têm razão, não podem escrever tudo.

Insisto também que o que eles pensam ser uma descrição exata nem de longe é isso, mas sim uma espécie de sumário analítico do que viram, destinado a escapar da exigência de relatar a coisa toda em vez de dar amostras. Assim: “Os pacientes entravam no consultório e esperavam impacientemente que o médico os examinasse.” Esta frase não contém nenhuma descrição de uma observação de alguém que realmente exhibe sinais de impaciência, nenhuma amostra dessas descrições em que uma conclusão poderia se basear. O que ela faz é sintetizar e interpretar muitas coisas que seu autor certamente viu: pessoas entrando e saindo do consultório, mostrando-se inquietas, consultando seus relógios ou o relógio na parede, emitindo sons ritualizados de impaciência destinados a ninguém em particular, talvez tentando evocar uma expressão de sentimento semelhante em outros, e assim por diante.

Como seria uma descrição exata, não interpretada — supondo-se que alguém a fizesse? Mesmo admitindo que, em princípio, é impossível evitar toda interpretação, ainda podemos avançar muito mais na direção da pura descrição do que a maioria de nós jamais o faz. Georges Perec, o romancista francês, foi um grande experimentador da “pura descrição”, e dirigiu para uma rede de rádio francesa o experimento aqui descrito por seu biógrafo, David Bellos:

Em 19 de maio de 1978, um estúdio móvel de gravação parou em frente a L’Atrium (Perec costumava chamá-lo L’Aquarium) na Place Mabillon, no Boulevard Saint-Germain. Um dos experimentos mais estranhos na história do rádio estava prestes a começar. Um escritor conhecido por sua atenção ao detalhe e ao “infraordinário” iria passar um dia inteiro descrevendo o que ocorria diante de seus olhos, ao microfone, em tempo real. Obviamente, Perec fez alguns intervalos para tomar café, fazer refeições etc., e o experimento foi encerrado com cerca de cinco horas de gravação. Mais tarde o material foi editado por Perec e René Farabet, o produtor, numa experiência auditiva alucinatória de cerca de duas horas de duração, transmitida em fevereiro de 1979 como *Tentativa de descrição de coisas vistas no cruzamento Mabillon em 19 de maio de 1978*.

O que prova esse experimento? Que o trivial pode se tornar poesia quando levado além dos limites razoáveis; que a repetição pode se tornar ritmo. Que há uma estreita fronteira entre punição e intoxicação. E talvez ninguém senão Perec teria conseguido a combinação de autocontrole (ele nunca comenta o que vê, diz apenas: *mais outro ônibus 62, três carros vermelhos, uma senhora com um cachorro...*), modéstia e puro atrevimento para prosseguir por horas a fio, até o fim.

A arte da enumeração não é fácil.<sup>12</sup>

Certo. A arte da enumeração não é fácil. Aqui, é preciso compreender quais as implicações de enumerar sem jamais comentar. Perec não dizia: “Ele parece estar com pressa de chegar em casa com suas compras” ou “Aqueles dois parecem estar fofocando sobre alguém que conhecem ligeiramente”, o tipo de frase que poderíamos esperar de um romancista, que poderíamos esperar de qualquer um. Aqui está o que ele disse (esta citação vem de um fragmento publicado de uma outra observação e gravação de Perec, pois o material do dia sobre o qual Bellos fala não estava disponível na forma impressa):

Sábado, 12 de junho de 1971, por volta de três da tarde.

Café L’Atrium.

Um carro cinzento da polícia acaba de parar em frente à loja de roupas Lip’s. Três policiais mulheres saíram, talonários de multas nas mãos.

Perto da Lip’s, um prédio preto está sendo reformado ou derrubado. No tapume de madeira que esconde seu pavimento térreo, três cartazes; um é de “Uma casa à sombra das árvores” (o título está escondido por uma fileira de retratos amarelos sob os quais acredito poder ler “Passionaria”), o segundo, “Procura insaciável”, o terceiro, “Você é sempre bom demais com as mulheres” (o título está escondido por pontos de interrogação roxos e brancos e sei, porque os vi bem mais de perto um segundo atrás, que pertencem a um cartaz de um debate público com Laurent Salini, do Partido Comunista).

No cruzamento de Buci e Saint-Germain, um mastro com uma bandeira francesa e, a um terço do caminho, um estandarte anunciando a exposição de Roualt.

No primeiro plano, correntes impedem que se cruze o bulevar. Alguém pendurou pequenos cartazes da revista *Cree* em que se lê: “A primeira revista francesa para o design de arte e o ambiente contemporâneo”; a capa da revista representa uma cerca.

Tráfego leve.

Pouca gente no café.

Sol pálido aparecendo por entre as nuvens. Está fresco.

As pessoas: em geral sozinhas, taciturnas. Às vezes aos pares. Duas jovens mães com seus bebês; meninas, duas a duas ou em trincas; muito poucos turistas. Capas de chuva compridas, muitos paletós e camisas do exército (norte-americano).

Uma banca de jornais do outro lado da rua:

Automóvel: Le Mans

Romy Schneider acusada!

Fim de semana: Uma câmera mostra os vencedores

(Ainda tenho uma vista boa!)

Outro carro de polícia (o terceiro desde que cheguei aqui).

Um amigo que sempre vejo perambulando pelas ruas passa arrastando os pés.

(Esboço de uma tipologia do andar? Em sua maioria os passantes perambulam, arrastam os pés, parecem não ter nenhuma ideia precisa de onde estão.)

Um casal no terraço bloqueia minha visão.

Começa a chover.<sup>13</sup>

Isso é descrição sem as interpretações que, poderíamos dizer, dão sentido aos fatos simples da observação, as interpretações que meus alunos de trabalho de campo querem tantas vezes pôr no lugar da pura observação.

Os cientistas sociais, como aqueles estudantes, em geral esperam receber essas interpretações no que leem e basear-se nelas no que escrevem. Pensam nos detalhes de seu trabalho como a base para generalizações, como amostras cujo interesse está em serem generalizáveis, nas interpretações que explicam o que os detalhes representam. Mas talvez essas interpretações não sejam tão necessárias quanto pensamos. Podemos obter muita coisa de observações mais simples, menos analisadas. A proporção adequada entre descrição e interpretação é um problema real que cada um que descreve o mundo social tem de resolver ou enfrentar.

(Todo mundo sabe que não há “pura” descrição, que toda descrição — por requerer atos de seleção e, portanto, refletir um ponto de vista — é, como disse Thomas Kuhn, “carregada de teoria”. Que não seja possível suprimir inteiramente a necessidade de seleção, e o ponto de vista que ela implica, não significa que não haja graus de interpretação, que algumas descrições não possam ser menos interpretativas [talvez devamos dizer, menos convencionalmente interpretativas] que outras. Poderíamos até dizer que algumas descrições exigem menos inferência que outras. Dizer que uma pessoa parece estar com pressa de chegar em casa com suas compras requer uma inferência sobre motivação que não está presente quando se diz que ela está caminhando rapidamente.)

Assim, os cientistas sociais esperam interpretações de si mesmos e uns dos outros. De modo típico, eles querem reduzir a quantidade de coisas com que têm de lidar, vê-las como exemplos e evidências de ideias que têm, não como algo a ser fornecido em quantidade por seu próprio interesse. Não querem uma grande quantidade de descrição (frequentemente rotulada de “mera”), ou

uma grande quantidade de detalhes. John Tukey, o estatístico, comentou certa vez que a maioria das tabelas contém muito mais informação do que qualquer um deseja ou necessita, e que, em geral, desejamos apenas comparar dois números para ver se são iguais ou se um é maior que o outro; os demais números em todas aquelas células são apenas ruído, abafando a mensagem em que estamos interessados.

Apesar disso, a descrição detalhada tem um mérito substancial, além das possibilidades de poesia e ritmo a que Bellos aludiu — e que não podemos esperar que cientistas sociais levem a sério. De vez em quando, um pesquisador ainda considera que o enorme acúmulo de detalhes é o desejável. Roger Barker, num livro maravilhoso mas nunca imitado,<sup>14</sup> descreveu o dia de um menino do Kansas com esse tipo de detalhe. Gregory Bateson e Margaret Mead descreveram a vida psicológica dos nativos balineses com um detalhamento parecido, acrescentando centenas de fotografias às descrições verbais.<sup>15</sup> Um exemplo muito conhecido desse tipo de descrição é *Let Us Now Praise Famous Men*, do fotógrafo Walker Evans e do escritor James Agee, do qual tomarei um extenso exemplo.

Em 1936, James Agee e Walker Evans, escritor e fotógrafo, foram ao Alabama fazer uma reportagem, texto e imagens, para a revista *Fortune*. O livro deles, *Let Us Now Praise Famous Men: Three Tenant Families*,<sup>16</sup> não teve sucesso quando lançado, mas depois foi reconhecido como um clássico da ... bem, não é lá muito claro de que gênero ele é um clássico. Da literatura, talvez. Eu gostaria de reivindicá-lo para a sociologia, embora tenha a impressão de que muitos sociólogos ficariam descontentes com isso (amostra ruim, não muito científico etc.). Seja como for, algo de que certamente ele constitui uma obra-prima é a descrição minuciosa, detalhada, o tipo de descrição que nos deixa ver quanto resumo, quanta generalização está contida nas descrições social-científicas mais exaustivas. Assim, ele suscita a questão da amostragem de uma maneira ainda mais forte que a descrição que Péricak faz da esquina de Paris. Esse é um aspecto que uma descrição teria se fosse uma amostra muito mais detalhada e completa daquilo que pretende descrever.

O extenso sumário do livro dá uma ideia desse detalhe. Uma seção chamada “Abrigo: um esboço”, na subseção dedicada a “A Casa Gudger”, contém os seguintes tópicos, cada um se referindo a uma descrição substancial (isto é, várias páginas impressas) do tipo que citarei brevemente:

A casa é esvaziada

Em frente à casa; sua estrutura geral

Em frente à casa: a fachada

\*

O quarto sob a casa

\*

O vestíbulo

Estrutura de quatro quartos

Odores

Despojamento e espaço

\* \*

I. O quarto da frente

Geral

Localização dos móveis

Os móveis

O altar  
O tabernáculo

## II. O quarto dos fundos

Geral  
A lareira  
O consolo da lareira  
O armário embutido  
As camas

## III. A cozinha

Geral  
A mesa: o lampião

## IV. A despensa

Dois artigos indispensáveis  
No quarto

No quarto da frente: o Sinal  
O retorno

Cinquenta e quatro páginas são dedicadas a essa descrição do barracão da família de um rendeiro, que o leitor já conhece pelo portfólio de fotografias de Walker Evans que precede o texto do livro. Aqui estão as duas páginas dedicadas ao “altar” (já mostrado numa das fotografias de Evans, de modo que o leitor pode confrontar as palavras com a imagem):

As três outras paredes [do quarto da frente] são de traves retas e em ângulo, e as superfícies internas, de tábuas de pinho sobrepostas não aplainadas. Essa parede divisória é feita de tábuas horizontais de madeira estreita e bem-aplainada, assentadas firmemente lado a lado; a madeira é pinho de outra qualidade, levemente granulada com veios dourados amarelos e ferrugem vivo, muito lisa e como que polida, que brilha e reluz suavemente, quase espelhada: é a única parede do quarto propícia a enfeites e a única adornada. No centro estão o consolo e a moldura quadrada da lareira, pintados com uma demão velha e fina de branco azulado: em frente à lareira, cobrindo não muito mais que a largura total de sua moldura, a mesinha; e de lado a lado, sob ela, os tijolos cinzentos esfregados, mas sujos, do piso da lareira, e os sapatos silenciosos; e sobre a mesa, sobre o consolo e espalhadas por todo lado na parede, as coisas de que agora vou falar.

Sobre a mesa: ela é pintada com tinta para carro azul; uma toalha branca, pendendo um pouco dos lados. Sobre a toalha, no centro, uma pequena tigela de vidro verde acanelado sobre a qual está um cisne de louça branca, perfilado para o norte.

Sobre o consolo da lareira, contra a parede brilhosa, cada um a cerca de seis polegadas das extremidades da prateleira, dois pequenos vasos gêmeos, de formato muito simples, de vidro iridescente e granulado. Exatamente entre um e outro, um pires canelado, com uma borda rendada grosseira, de vidro leitoso prensado, que a mãe de Louise lhe deu, dizendo ser só dela, e do qual ela toma conta com mais cuidado do que qualquer outra coisa que possua. Presa ao longo de toda a borda desse consolo, uma larga franja de papel de seda branco que a sra. Gudger dobrou muitas vezes sobre si mesmo e recortou em padrões geométricos de renda, e de que ela fala como seu último esforço para deixar a casa bonita.

Sobre a parede, colados, presos com prego ou percevejos, ou escritos, dispostos a uma boa distância uns dos outros, em relações não perfeitamente simétricas:

Uma pequena moldura octogonal recoberta de marfim e faixas de vime ou palhinha fina, o vidro quebrado; encaixado nessa moldura, sem a encher por completo, um instantâneo desbotado tirado com câmara de caixa; um terreno baixo, pardacento, parecendo morto, estende-se ao fundo num horizonte distante; recuado uns 20 metros, o canto de uma casa de rendeiro; no centro do primeiro plano, duas mulheres: A irmã de Annie Mae, Emma, aos 12 anos, de chinelos e meias, num vestido domingueiro, um pouco encabulada, com olhos intrigados, consciente de sua aparência e de seu sexo tenuemente nebuloso; e a mãe delas, grande e alta, num vestido domingueiro ainda molhado da lida doméstica, as mãos grandes pendentes e de viés contra as coxas, seu porte forte, fatigado e nobre, seu rosto quase indistinguível de tão apagado, como se em sua morte, e como por algum segredo relativo à própria imagem da bela cabeça de que seu marido gostara tanto, houvesse murchado suavemente, a qual, mesmo enquanto elas estavam ali, tinha iniciado sua florescente herança na jovem filha a seu lado.

Um calendário, anunciando sapatos de \_\_\_\_\_, exhibe uma bonita morena com lábios vermelhos carnudos, com um chapéu vermelho de abas largas, abraçando flores vermelhas. O título é Cherie, e escrito duas vezes, a lápis, numa letra de escolar: Louise, Louise.

Um calendário, anunciando mobília pelo crediário: uma fotografia tingida de um imaculado menino de 12 anos, de macacão novo, com um largo chapéu de palha novo, a aba desfiada pelo artista, pescando. O título é Pescaria.

Preso a uma corrente torta, pendurada num prego fino, um medalhão oval aberto, recoberto de vidro. Numa face desse medalhão, uma imagem colorida de Jesus, a mão direita abençoando, o coração vermelho exposto num halo dourado, dilacerado, cravado de espinhos. Na outra face, uma imagem feita pelo mesmo artista da Virgem Maria, de azul, seu coração igualmente exposto e envolto num halo, trespassado por sete pequenas espadas.

Rasgado de um livro barato de histórias infantis, imagens de trajés em cores brilhantes e lanosas ilustrando, exatamente como deviam ilustrar, estes títulos:

O Harpista estava mais Feliz que um Rei quando se Sentou junto à Sua Própria Lareira.

Ela Pegou o Príncipezinho em Seus Braços e o Beijou. (Ela é uma menina-gansa.)

Arrancada de uma lata, uma faixa de papel vermelho brilhante com um grande peixe branco e as palavras:

SALOMAR

CAVALINHA EXTRAFINA

À direita do consolo da lareira, em cal, todas as impressões digitais nítidas, a marca da mão de uma criança.

Ninguém lerá esta descrição sem chegar a uma conclusão sobre a miséria das vidas vividas nesse ambiente, mas temos os dados para chegar nós mesmos a essa conclusão, e a muitas outras coisas. Não precisamos que Agee nos diga explicitamente. Esse é o tipo de coisa que a descrição densa pode fazer.

— **ALÉM DAS CATEGORIAS: DESCOBRIR O QUE NÃO SE ENCAIXA**

— **A DESCRIÇÃO E AS “CATEGORIAS”**

De que nos vale toda essa descrição? Talvez não a única coisa, mas uma coisa muito importante, é que ela nos ajuda a evitar o pensamento convencional. Um obstáculo significativo para a descrição e a análise adequadas de fenômenos sociais é que pensamos já conhecer a maior parte das respostas. Tomamos muita coisa por certo, porque, afinal, somos membros adultos e capazes de nossa sociedade e sabemos o que qualquer adulto capaz sabe. Temos, como se diz, “senso comum”. Sabemos, por exemplo, que as escolas educam as crianças e hospitais curam os doentes. “Todo mundo” sabe disso. Não questionamos o que todo mundo sabe; seria tolo. Mas, como o que todo mundo sabe é o objeto de nosso estudo, devemos questioná-lo ou pelo menos suspender nosso julgamento a seu respeito, tratar de examinar por nós mesmos o que as escolas e os hospitais fazem, em vez de aceitar respostas convencionais.

Esbarramos aqui num velho problema filosófico, o problema das “categorias”. Como podemos conhecer e levar em conta em nossas análises as categorias mais básicas que constroem nosso pensamento, quando elas são tão “normais” que não temos consciência delas? Os exercícios de zen-budismo e de outras práticas de meditação, bem como treinamento de criatividade, *brainstorming* e práticas similares destinadas a levar as pessoas a redefinirem assuntos comuns vagos ou indefinidos, muitas vezes têm como objetivo a eliminação da tela que as palavras interpõem entre nós e a realidade. Robert Morris, o artista plástico, diz: “Ver é esquecer o nome daquilo que estamos olhando.” A famigerada composição de John Cage, “4’ 33””, que consiste em um pianista sentar-se ao piano, mas não tocar, durante quatro minutos e 33 segundos, chama a atenção para todos os sons que se produzem quando uma plateia se senta e ouve... o que havia ali para o ouvir o tempo todo, mas não era ouvido porque não era “música”. Os nomes, e os pensamentos que implicam, nos impedem de ver o que há para ver.

Você poderia pensar que qualquer cientista social esperaria, obviamente, que uma lei social ou teoria geral abrangesse todos os casos que devia abranger, e investigaria, de novo obviamente, de maneira sistemática o âmbito completo das aplicações possíveis, tomando todas as medidas necessárias para fazer isso e encontrar todo subtipo que pudesse existir. Poderia pensar que o problema das categorias seria uma preocupação sempre presente. Os cientistas sociais falam desse problema de vez em quando, mas em geral o rejeitam como um enigma filosófico. (“Como podemos esperar escapar às restrições de nossa própria cultura?” “É uma pena, parece ser logicamente impossível.”)

De fato, os cientistas sociais raramente tratam do problema das categorias como uma questão prática de pesquisa que se poderia esperar resolver. Em geral, fazem exatamente o contrário, concentrando seus esforços em qualquer campo particular de estudo num pequeno número de casos considerados arquetípicos, claramente na crença de que, se formos capazes de explicar aqueles, todos os outros casos se resolverão automaticamente. Assim, quando vão investigar revoluções, estudamos a americana, a francesa, a chinesa e a russa (por vezes a inglesa). Isso não quer dizer que os historiadores e outros ignoram as centenas de outras revoluções ocorridas pelo mundo todo ao longo da história, mas sim que essas poucas se tornam o que Talcott Parsons, numa expressão apropriadamente enganosa, costumava chamar de “casos tipo”, cujo estudo é central para aquela área de trabalho.

Considere: no estudo do trabalho, durante um longo tempo, as pessoas se concentraram na investigação da medicina e do direito. Embora outras variedades de trabalho tenham depois sido intensamente estudadas, esses (e outros tipos de trabalho que tendem a ser chamados de profissões) continuam sendo os favoritos, em grande desconformidade com algo tão simples quanto a proporção do trabalho que constituem. No estudo do desvio, as violações de certas leis criminais (aquelas em

geral praticadas pelos mais pobres) têm muito maior tendência para serem estudadas que as cometidas por homens de negócios e outras pessoas de classe média. Essa disparidade persiste, embora Edwin Sutherland tenha fundado todo um campo de estudos em torno do que chamou de “o crime do colarinho-branco”. (Considerarei estes exemplos mais extensamente no Capítulo 4, sobre conceitos.) Quando estudamos movimentos sociais, nos concentramos de modo típico sobre aqueles que tiveram sucesso, não os que fracassaram.

Uma maneira de evitar cair na armadilha das categorias de nosso jargão profissional dessa maneira é, exatamente, a descrição maciça e detalhada do tipo que Agee e Percec produziram. A cuidadosa descrição de detalhes, não filtrada por nossas ideias e teorias, produz observações que, não se encaixando nessas categorias, exigem que criemos novas ideias e categorias em que possam ser encaixadas com facilidade. Esta é uma das “outras” questões de amostragem de que falei anteriormente. Se chamarmos a escolha de coisas a descrever de um problema de amostragem — quais, entre todas as coisas que podemos observar acerca de uma pessoa, uma situação ou um evento, incluiremos em nossa amostra de observações? —, poderemos ver que a solução geral do problema é nos confrontarmos justamente com aquelas que nos forçam a abandonar as categorias convencionais, a formulação convencional do problema, a solução convencional.

Isso nos traz um outro paradoxo, devido a Kuhn.<sup>17</sup> A ciência só pode fazer progresso quando os cientistas concordam quanto ao aspecto de um problema e de sua solução — isto é, quando empregam categorias de uso consagrado. Se cada um tiver uma ideia diferente sobre os tipos de entidade de que o mundo é composto, sobre os tipos de perguntas e respostas que fazem sentido, cada um estará realizando uma coisa diferente, e isso não constituirá coisa alguma. Essa é, segundo Kuhn, uma situação em que há abundância de cientistas, mas nenhuma ciência. Porém os cientistas só podem chegar a um acordo quanto ao que examinar e estudar ignorando praticamente tudo o que o mundo realmente lhes mostra, fechando os olhos para quase todos os dados disponíveis. É melhor ver este paradoxo como uma tensão. É bom ter uma maneira convencional de fazer o nosso trabalho, mas é bom também fazer tudo que for preciso para sacudir essa convenção de vez em quando.

Como começar a encontrar casos que não se encaixam? Podemos fazer isso prestando atenção a todos os dados que realmente temos, em vez de ignorar o que poderia ser inconveniente ou, em geral, não nos chamar a atenção. Ou podemos ver o que nos impede de encontrar esses casos — quer as obstruções sejam técnicas convencionais ou antolhos conceituais — e, tendo identificado os obstáculos, fabricar truques para contorná-los.

## ■ TUDO É POSSÍVEL

O truque mais simples de todos é insistir que nada do que pode ser imaginado é impossível, de modo que deveríamos procurar as coisas mais improváveis em que podemos pensar e incorporar sua existência, ou a possibilidade da sua existência, ao nosso pensamento. Como imaginamos essas possibilidades? Tenho insistido na necessidade de escolher com cuidado, e não ritualisticamente, que tipo de dados procurar, registrar e incluir em nossas análises; e na necessidade adicional de usar com sistematicidade o que reunimos até agora de modo a evitar as armadilhas que as categorias convencionais preparam para nós. Amostragem aleatória não nos ajudará nesse caso, ou nos ajudará apenas a um custo exorbitante. Lembre-se de que a amostragem aleatória destina-se a *equiparar* as chances de todos os casos aparecerem, incluindo os estranhos. O método geral de escolher amostras



para evitar os efeitos do pensamento convencional é muito diferente: consiste em maximizar a chance de que o caso estranho apareça.

Veja o problema com que Alfred Lindesmith se confrontou quando quis testar sua teoria sobre a gênese da adição a opiatos.<sup>18</sup> A teoria dizia, em resumo, que, para começar, as pessoas se tornavam adictas de ópio ou morfina quando consumiam a droga com frequência e quantidade suficientes para desenvolver dependência física. Mas Lindesmith havia observado que as pessoas podiam se habituar a opiatos dessa maneira — em hospitais, digamos, como sequela de ferimentos por acidente automobilístico que eram dolorosos e levavam tempo para sarar — sem no entanto desenvolver o comportamento típico de um viciado: a procura compulsiva da droga a quase qualquer preço. Duas outras coisas tinham de acontecer: tendo se habituado, o adicto potencial tinha agora de parar de usar a droga e experimentar os sintomas penosos da abstinência que disso resultavam, e tinha de relacionar conscientemente o sofrimento da abstinência com a interrupção do uso da droga, conexão que nem todos estabeleciam. Depois deviam agir com base nessa compreensão e tomar mais drogas para aliviar os sintomas. Esses passos, dados conjuntamente e de maneira repetida, criavam a atividade compulsiva que é a adição.

W.A. Robinson, um conhecido metodologista estatístico da época, criticou a amostra de Lindesmith.<sup>19</sup> Este tinha generalizado para uma grande população (todos os adictos dos Estados Unidos ou do mundo) a partir de uma amostra colhida ao acaso. Robinson julgava que Lindesmith devia ter usado procedimentos de amostragem aleatória para extrair uma amostra (presumivelmente de populações em prisões ou identificada por ter registros de prisão por crimes ligados a drogas) de tamanho adequado. Lindesmith respondeu que o objetivo da amostragem aleatória era assegurar que todos os casos tivessem uma probabilidade conhecida de serem extraídos para uma amostra e que os pesquisadores utilizam esses procedimentos para lhes permitir generalizações sobre as distribuições de alguns fenômenos numa população e em subgrupos de uma população.<sup>20</sup> Assim, argumentou, os procedimentos de amostragem aleatória eram irrelevantes para sua pesquisa sobre dependentes porque ele não estava interessado em distribuições, mas em processos universais — como uma pessoa se tornava adicta. Não queria saber a probabilidade de que qualquer caso particular fosse escolhido para sua amostra. Queria maximizar a probabilidade de encontrar um caso negativo. (Nisso ele antecipou o procedimento que Glaser e Strauss descreveram, anos depois, como “amostragem teórica”.<sup>21</sup>)

O truque, portanto, é *identificar o caso que provavelmente perturbará seu pensamento e procurá-lo*. Everett Hughes ensinou-me um truque maravilhoso para fazer exatamente isso. Ele gostava de citar uma frase do protagonista do romance de Robert Musil *O homem sem qualidades*: “Bem, afinal de contas, poderia ter sido diferente.” Nunca deveríamos supor que coisa alguma é impossível, que simplesmente não poderia existir. É melhor imaginarmos as possibilidades mais extravagantes e então indagar por que elas não acontecem. A ideia convencional é que coisas “inusitadas” não acontecem, a menos que haja alguma razão especial para isso. “Como explicar o colapso de normas sociais?” Seguindo o exemplo de Hughes, adotamos a posição oposta, supondo que tudo tem igual probabilidade de acontecer e perguntando por que algumas coisas parecem não ocorrer com tanta frequência como essa concepção sugere. “Claro que normas sociais entram em colapso. Como podemos explicar que persistam por mais de dez minutos?”

O que aprendemos invariavelmente com esse tipo de exercício é que todas as coisas esquisitas e improváveis que podemos imaginar realmente aconteceram e, de fato, continuam a acontecer o tempo todo, de modo que não precisamos imaginá-las. Oliver Sacks, o neurologista, conta que viu seu primeiro caso de síndrome de Tourette — o distúrbio neurológico que leva as pessoas a desandarem

a soltar pragas e palavras incontrolavelmente — em seu consultório e ficou alvoroçado por ter encontrado um fenômeno tão “raro”.<sup>22</sup> Saiu do consultório a fim de ir para casa e, no caminho para o metrô, viu mais duas ou três pessoas que reconheceu como portadoras da mesma síndrome. Concluiu que aqueles casos haviam estado por ali, em profusão, o tempo todo: ele simplesmente não soubera vê-los.

Assim, embora eles possam não estar onde você pensaria que iriam aparecer, se mantiver os olhos abertos terá casos reais para investigar. Mas até os casos que vêm da ficção ou da ficção científica podem servir à mesma finalidade teórica, que é imaginar sob que circunstâncias “eventos inusitados” acontecem, e que obstáculos os impedem de acontecer o tempo todo.

Poderíamos, em vez de dizer “tudo é possível”, nos instruir para “olhar para a tabela inteira, e não apenas algumas das células”, ou “encontrar a variação total dos casos, não apenas os poucos que são comuns no momento”. Cada um desses nomes aponta para uma outra maneira de falar sobre esse truque que Hughes considerava tão essencial. Vamos explorar alguns dos obstáculos que nos impedem de ver a variação total dos casos e tirar partido dela teoricamente, procurando algumas maneiras de superá-los. Em geral os problemas são conceituais, surgindo porque acreditamos que alguma coisa é verdadeira, e por isso não investigamos a situação a que ela se refere. Se a investigarmos, descobriremos invariavelmente os casos estranhos que podemos usar para fazer avançar nosso pensamento. Mas os problemas são também sociais, ou sociológicos, no sentido de que nossas razões para não ver os obstáculos e fazer algo a respeito deles reside em alguma característica da organização social em que estão incrustados e na organização social de nossas próprias vidas de trabalho.

## — AS IDEIAS DE OUTRAS PESSOAS

Como um mundo de possibilidades ilimitadas nos confunde e ameaça nos esmagar com uma massa de fatos e ideias com que não podemos lidar, ficamos felizes quando podemos nos convencer de que já sabemos o suficiente para excluir algumas das possibilidades para as quais o truque da descrição exaustiva poderia nos alertar. As razões para isso são várias, mas envolvem invariavelmente pesquisadores que aceitam as ideias de outras pessoas sobre o que é importante, o que é interessante o que merece ser estudado. Mas outras pessoas têm razões para fazer esses julgamentos que não são as nossas. Podemos respeitar suas opiniões, mas não precisamos e nem deveríamos aceitá-las como base para nossas próprias decisões sobre o que incluir em nossas amostras de casos e dados. Isso é verdade mesmo quando as outras pessoas envolvidas são nossos próprios colegas de profissão.

— “Todo mundo sabe disso!”

Cientistas de todos os tipos querem descobrir algo de “novo” e não as mesmas coisas de sempre. Isso pode ser visto na persistente incompreensão da ideia de uma “revolução científica” de Thomas Kuhn.<sup>23</sup> Todo mundo quer fazer uma revolução científica em seu campo. Deus nos livre de encontrar só coisas banais, coisas que se encaixem no corpo de compreensão da ciência social que já temos. Todo achado, todo minúsculo desenvolvimento num campo é alardeado como uma “revolução”. Isso ignora a análise de Kuhn, mencionada antes, que nos diz que revoluções científicas são raras, que é somente continuando a operar sobre os mesmos problemas que os trabalhadores de uma disciplina

fazem algum progresso em relação a algo.

A maioria de nós, contudo, não espera fazer uma revolução. Mas queremos, pelo menos, não estudar “o que já é sabido”, o que já foi estudado (ou pensamos que já foi). Parece-nos que podemos justificar qualquer tema de pesquisa com o argumento de que ninguém estudou aquela coisa específica antes. Por que estudar a restrição da produção? Donald Roy já fez isso.<sup>24</sup> Isso não desencorajou, porém, Michael Burawoy de estudar o mesmo tema novamente, em *Manufacturing Consent*. Ao fazê-lo, ele levou a compreensão do problema à frente. Por puro acaso, Burawoy foi fazer sua pesquisa exatamente na mesma oficina que Roy havia estudado. Ainda funcionava no mesmo prédio, mas as condições haviam mudado. Não mais independente, a oficina tornara-se parte de uma firma maior. Por conseguinte, não precisava mais encontrar seu lugar num mercado competitivo, porque a corporação mais ampla passara a ser um mercado garantido para seus produtos. Agora a oficina estava sindicalizada. Assim, tornou-se possível estudar o mesmo problema — como os trabalhadores aceitavam os objetivos da administração — de novo. Era o mesmo problema, mas agora ocorria sob novas condições.

Esta é uma ideia geral. Nada permanece igual. Nada é igual a coisa alguma. Não operamos no mundo dos químicos, onde podemos tirar uma amostra de uma substância pura da prateleira e saber que ela é a mesma substância que qualquer outro cientista no mundo estará manipulando sob esse nome, ou equivale a ela para todos os efeitos. Nenhuma de nossas substâncias é algo de puro. Todas são combinações historicamente contingentes, geograficamente influenciadas, de uma variedade de processos, não havendo duas combinações iguais. Assim, nunca podemos ignorar um tema apenas porque alguém já o estudou. De fato — este é um truque útil —, quando você ouvir a si mesmo ou outra pessoa dizendo que não deveríamos estudar alguma coisa porque isso já foi feito, é uma boa hora para começar a trabalhar exatamente naquilo.

Contudo, “Isso já foi feito” é frequentemente dito às pessoas, em especial aos estudantes à procura de um tema de dissertação. “Não faz sentido fazer isso, Jones acaba de publicar um artigo a esse respeito.” Observações como esta repousam numa grave falácia: a de que as coisas com os mesmos nomes são as mesmas. Não são, pelo menos não de maneira óbvia; por isso estudar “a mesma coisa” muitas vezes não é em absoluto estudar a mesma coisa, apenas algo que as pessoas decidiram chamar pelo mesmo nome. O mero fato de alguém ter estudado a cultura dos prisioneiros em algum lugar não significa que você não deva estudá-la em algum outro. Não levarei adiante este pensamento aqui porque ele é considerado (e o exemplo das prisões é examinado extensamente) no Capítulo 4, sob o tópico “Aumentar o alcance de um conceito”.

## = A hierarquia da credibilidade

Com muita frequência nós, cientistas sociais, não examinamos a variação total de fenômenos porque os dirigentes das organizações que estudamos definem parte do que deveria ser incluído em nossa amostra de casos como algo que não exige estudo. Asseguram-nos que, se quisermos saber alguma coisa além do que eles delinearam como “o problema”, eles mesmos podem nos dizer tudo a respeito, e não há necessidade de maior exame. Se aceitamos essa premissa, deixamos que as ideias deles ditem o conteúdo de nossa pesquisa.

Defini esse fenômeno em outro lugar como a “hierarquia da credibilidade”:

Em qualquer sistema de grupos hierarquizados, os participantes dão por certo que os membros do grupo mais elevado têm o direito de definir o modo como as coisas realmente são. Em qualquer organização, não importa o que seu organograma mostra, as setas

que indicam o fluxo da informação apontam para cima, demonstrando assim (ao menos formalmente) que os que estão em cima têm acesso a um quadro mais completo do que se passa que os de qualquer outro nível. Membros de grupos inferiores terão informação incompleta e, em consequência, sua visão da realidade será parcial e distorcida. Portanto, do ponto de vista de um participante bem-socializado do sistema, qualquer história contada pelos de cima é intrinsecamente merecedora de ser vista como a descrição mais digna de crédito obtível sobre o funcionamento da organização. E uma vez que, como Sumner mostrou, questões de posição hierárquica e status estão contidas nos usos e costumes, essa crença tem uma qualidade moral. Sentimo-nos, se formos membros adequados do grupo, moralmente obrigados a aceitar a definição imposta à realidade por um superior, de preferência àquela esposada por subordinados. (Por analogia, o mesmo raciocínio se aplica às classes sociais de uma comunidade.) Assim, a credibilidade e o direito de ser ouvido são diferencialmente distribuídos pelos níveis do sistema.<sup>25</sup>

Assim, os reitores das universidades, os gerentes dos negócios, os administradores dos hospitais e os diretores das prisões pensam todos que sabem mais que qualquer de seus subordinados sobre a organização que dirigem.

Se os pesquisadores aceitarem essa ideia, isso só lhes trará problemas. Se nos voltarmos para os líderes de organizações e comunidades para a palavra final sobre o que está acontecendo, inevitavelmente deixaremos de lado o que essas pessoas consideram sem importância. Pensamos que estamos sendo sofisticados e cultos quando aceitamos as ideias sugeridas pela hierarquia da credibilidade. É tentador aceitá-las, porque somos, afinal de contas, membros bem-socializados de nossa sociedade — não teríamos chegado aonde estamos se não fôssemos —, e parece claramente estranho e perturbador questionar uma alocação tão óbvia de respeito e interesse. Educadores, para recorrer a um exemplo mencionado antes, pensam que sociólogos que analisam problemas escolares devem estudar os alunos, porque é o fato de eles não estudarem com afincamento suficiente que cria problemas; não há por que, dirão, examinar os professores, muito menos os administradores, pois, por definição, eles não podem ser o problema. Pensamos então com nossos botões: “Essas pessoas dirigem as escolas, elas devem saber muito, por que eu não deveria aceitar sua definição da realidade em que trabalham?” É claro que sabemos também que líderes nem sempre sabem tudo; essa é uma razão pela qual nos permitem pesquisar. (Eles saberão, contudo, se você aparecer com uma resposta que não lhes agrade.)

O truque para lidar com a hierarquia da credibilidade é bastante simples: *duvide de tudo que lhe for dito por qualquer pessoa que detenha poder*. Instituições sempre procuram dar a melhor impressão possível em público. As pessoas que as dirigem, sendo responsáveis por suas atividades e reputações, sempre mentem um pouco, polindo asperezas, escondendo dificuldades, negando a existência de problemas. O que elas dizem pode ser verdade, mas a organização social lhes dá razões para mentir. Um participante bem-socializado da sociedade pode acreditar nelas, mas um cientista social bem-socializado desconfiará do pior e prestará atenção nele.

Uma maneira de se assegurar de que você está exercitando o devido ceticismo é procurar “outras opiniões” — pessoas situadas em outras posições na organização que lhe darão uma outra visão, estatísticas colhidas por pessoas que não os funcionários. Se você estuda uma escola, colherá informação, é claro, do diretor, dos professores e dos alunos; mas tente conversar também com os zeladores, o pessoal administrativo e os secretários (e não se esqueça dos ex-empregados).

Uma outra maneira de contornar a hierarquia da credibilidade é procurar conflito e insatisfação, cuja existência os líderes organizacionais geralmente negam. Everett Hughes tinha uma maneira maravilhosa de fazer isso. Quando entrevistava os membros de uma organização, costumava perguntar, com seu mais inocente jeito do Meio-Oeste: “As coisas por aqui estão melhores ou piores do que costumavam ser?” É uma excelente pergunta: quase todo mundo tem uma resposta para ela, traz à baila as questões salientes da organização e não prejudica nada — nem que as coisas poderiam estar melhores ou piores, nem em que grau.

= É trivial, não é um “problema real”

Esta crítica foi dirigida ao meu trabalho mais de uma vez. Assim como algumas pessoas pensam que tragédia é de algum modo mais importante que comédia (fique certo de que não eu), alguns problemas são vistos como inerentemente sérios e merecedores de atenção, outros como triviais, pequenas manchas no papel de parede da vida, só considerados por serem chocantes, por interesse bizantino, como meras excentricidades. Dar atenção a essas ideias comuns é uma razão comum para que os cientistas sociais estudem apenas uma parte de todo o espectro da atividade social que merece sua atenção.

Fui imunizado contra essa ideia cedo, porque minha própria pesquisa movia-se para cá e para lá entre temas “sérios” e “não sérios” sem me causar nenhuma ansiedade. Primeiro estudei, para minha dissertação de mestrado, os músicos que tocavam em barzinhos e boates nos bairros de Chicago, em casamentos, *bar mitzvahs* e outros eventos sociais. Esses músicos, entre os quais eu me incluía, não pertenciam a uma profissão socialmente valorizada, como medicina ou direito. Tampouco eram trabalhadores em indústrias importantes, cujo comportamento (por exemplo, ao restringir a produção) poderia ter sido uma fonte de preocupação para os administradores dessas firmas. Ninguém se preocupava com eles, fosse como fosse. Não faziam nada de particularmente prejudicial (além de fumar maconha, e ninguém se preocupava em que se prejudicassem dessa maneira), não perturbavam nenhuma pessoa poderosa, eram apenas pequenos dentes na engrenagem da indústria do entretenimento. Everett Hughes achava-os interessantes precisamente por serem joões-ninguém sociais, sem reputação para defender, e portanto capazes de expressar a convicção que foi o principal achado da minha tese: que as pessoas para as quais tocavam eram idiotas, indignas. Hughes estava interessado porque meu achado, ampliando o âmbito de tipos de trabalho que haviam sido estudados, dava-lhe uma nova hipótese: que todos os membros de ocupações de serviço odiavam as pessoas a quem serviam, mas os integrantes de grupos de prestígio elevado (os médicos e os advogados que a maioria das pessoas estudava) não diriam isso porque não convinha a pessoas de alta classe dizer coisas do gênero.

Minha pesquisa de doutorado, contudo, foi sobre as carreiras de professores públicos do ensino básico. Um grupo não muito prestigioso, mas envolvido em atividade importante do ponto de vista cultural de socializar os jovens, e respeitável o bastante para satisfazer a todos que pensassem que a sociologia devia tratar de temas socialmente meritórios. Meus amigos mais convencionais aplaudiram essa escolha, embora minha razão para ela fosse mundana: Hughes me pagava um dólar por hora para entrevistar professores do ensino básico e decidi que poderia escrever minha tese sobre aquilo que, de todo modo, já estava pesquisando.

Essa flutuação continuou. Em seguida estudei usuários de maconha, o que não era considerado um problema importante na época (isso foi em 1951, muito tempo antes que puxar fumo se tornasse uma atividade-padrão de classe média que punha alguns ótimos garotos em dificuldades com a polícia), portanto mera extravagância. Quando isso alcançou o status de um verdadeiro “problema social”, alguns anos depois, minha pesquisa foi redefinida como tendo tratado, afinal, de um problema sério.

Depois de um período de temas “sérios” — estudos sobre a formação médica e a vida de estudantes de graduação nas universidades —, Blanche Geer e eu estudamos escolas de artes e ofícios, aprendizados e uma variedade de outras situações educacionais pelas quais a juventude da classe trabalhadora frequentemente passava. E meus amigos que pensavam que eu “me corrigira” ficaram descontentes. Mas então o governo federal declarou guerra à pobreza, e como parte dessa guerra consistiu num sério esforço para ensinar ofícios a um maior número de pessoas, minha

pesquisa tornou-se de novo “relevante”.

Portanto: reconheça que seus pares muitas vezes julgam a importância de um problema de pesquisa por critérios que não têm nenhuma justificção científica, critérios que você poderia não aceitar. Sabendo disso, ignore esses julgamentos de senso comum e decida por você mesmo.

## = Por que eles?

A hierarquia da credibilidade tem, como corolário, que certas pessoas ou organizações de fato não merecem em absoluto serem estudadas. Essa tendenciosidade, onipresente no estudo da educação superior na época em que Hughes, Blanche Geer, Anselm Strauss e eu fizemos nossa pesquisa sobre estudantes de medicina,<sup>26</sup> levava os pesquisadores a estudar apenas os “melhores lugares”. Robert Merton e colegas na época estudavam a educação médica em Cornell e Columbia, geralmente reconhecidas como duas das “melhores” escolas de medicina do país. Quando dizíamos que iríamos estudar a escola de medicina da Universidade do Kansas, especialistas bem-informados em pesquisa ou educação superior costumavam nos perguntar, solicitamente, como se talvez não percebêssemos nosso erro, por que faríamos aquilo. “Por que não?” “Bem”, diziam eles, “afinal de contas, não é uma das melhores escolas, certo? Quer dizer, se você vai se dar a todo o trabalho de um grande projeto de pesquisa, por que não estudar os melhores? Você sabe, a Universidade de Chicago, Harvard, Stanford, Michigan, ou alguma outra escola ‘do Leste?’” (Como “do Leste” era um conhecido eufemismo para “de primeira categoria”, Stanford, Michigan e Chicago tornavam-se escolas “do Leste”.) Nossos colegas profissionais nos fizeram a mesma pergunta quando, em seguida, agravamos nosso pecado passando a estudar a cultura estudantil da graduação na mesma instituição.

Nossa escolha de amostragem ofendia um credo não examinado segundo o qual, quando você estudava uma das principais instituições sociais, devia estudar uma realmente “boa”, de modo a poder verificar o que a tornava boa. Assim, outras instituições daquele tipo poderiam adotar as boas práticas que você tivesse detectado e isso elevaria o padrão daquele segmento do mundo organizacional. Semelhante abordagem repousava em vários pressupostos não testados e não particularmente críveis. Para tomar apenas um, essa abordagem presumia que a suposta diferença em qualidade realmente existia. Ninguém havia demonstrado tal diferença, e um estudo de vulto havia mostrado que a escola que os médicos haviam frequentado não importava muito, porque, após cinco anos, o principal determinante da qualidade da prática médica (definida como a prática exercida da maneira ensinada pelas escolas) era o lugar onde a pessoa clinicava, não onde havia cursado medicina.<sup>27</sup> Se ele clinicasse num grande hospital urbano, em especial se este estivesse associado a uma escola de medicina, onde um milhão de pessoas observava sua maneira de trabalhar, ganhava uma boa pontuação na escala de qualidade. Se clinicasse sozinho, num ambiente rural, onde ninguém sabia o que estava fazendo, sua pontuação caía verticalmente.

Todas essas razões levavam os pesquisadores a estudar uma pequena parte da variação total das práticas e comportamentos que Hughes insistira serem do nosso interesse. Os cientistas sociais tendiam a estudar movimentos sociais bem-sucedidos, as melhores universidades e hospitais, os negócios mais lucrativos. Podiam também examinar fracassos retumbantes, com os quais há evidentemente muito a aprender. Mas esse tipo de estratégia de amostragem significa que, em geral, eles ignoravam todas as organizações consideradas razoáveis, medianas, sem nada de especial. E lembremos que a qualidade mediana era fundada na reputação. Assim, generalizações que pretendiam descrever todas as organizações de uma sociedade baseavam-se no estudo de um pequeno número

selecionado de maneira não aleatória, e com isso a sociologia sofria uma enorme distorção em sua amostragem. Como Hughes observou: “Precisamos dar atenção plena e comparativa aos ‘ainda não’, aos que ‘não chegaram lá’, aos não inteiramente respeitáveis, aos despercebidos e a atividades abertamente ‘anti’ em nossa sociedade.”<sup>28</sup>

Dizer que deveríamos dar atenção a todos esses casos marginais não é de maneira alguma uma defesa da amostragem aleatória. Já sugeri que deveríamos procurar deliberadamente casos extremos, que com maior probabilidade porão em xeque nossas ideias e previsões. Mas deveríamos escolhê-los a partir de nossas razões, não porque outras pessoas os consideraram especiais.

= “Nada acontece”

Um obstáculo típico à descoberta do caso anômalo resulta de nossa crença de que alguma situação “não é interessante”, não contém nada que valha a pena examinar, é sem graça, enfadonha e teoricamente estéril. Embora o exemplo seguinte venha de minha experiência ao fazer um projeto fotográfico documental, a ideia geral se aplica a todos os problemas sociais, como mais tarde deixarei claro.

Alguns anos atrás, comecei a fotografar a unidade de Rock Medicine<sup>1</sup> da Haight-Ashbury Free Clinic em São Francisco, quando eles atendiam às necessidades médicas de pessoas que compareciam aos grandes concertos de rock ao ar livre promovidos pelo empresário Bill Graham no Oakland Coliseum. Eu sabia que o que eu fotografava era o que me parecia interessante, não em função do interesse intrínseco dos eventos e das pessoas, mas sim de minha capacidade de encontrar nelas uma razão de interesse. Todas as coisas podiam ser interessantes, eram interessantes, contanto que meu interesse por elas fosse despertado.

Mas depois de comparecer a vários desses eventos (que iam das nove ou dez horas da manhã até tarde da noite) com a equipe da clínica, que chegava a reunir até 125 voluntários (alguns médicos e enfermeiros, mas sobretudo leigos), comecei a me entediar. Não conseguia encontrar nada para fotografar. Tinha a impressão de já ter registrado absolutamente tudo que podia acontecer, que nada de interessante ocorria na maior parte do tempo. Meu dedo não apertaria mais o botão do obturador.

Finalmente me dei conta de que estava percebendo, e adotando como meu, um sentimento comum entre os voluntários da unidade de Rock Medicine. Eles sabiam o que era interessante: uma ocorrência médica grave, talvez até envolvendo risco de vida. Ficavam entusiasmados e sentiam que “alguma coisa acontecia” quando, tal como na história clássica que contavam vezes sem fim, alguém caía da arquibancada superior no campo de beisebol, onde os concertos tinham lugar, e quebrava vários ossos; ou quando alguém sofria uma grave reação adversa a drogas; ou quando (outro evento clássico) alguém tinha um bebê a menos de 15 metros do palco. Esses eventos eram “alguma coisa acontecendo”, mas eram raros. A maioria dos “pacientes” queria uma aspirina para dor de cabeça ou um esparadrapo para uma bolha, e longos períodos se passavam sem que ninguém quisesse coisa alguma. A maioria das pessoas tomara cerveja demais, ou drogas demais, ou ficava demais sob o sol quente da tarde, mas não corria nenhum perigo real. Quando era só isso que “estava acontecendo”, os voluntários ficavam por ali sentados e se queixavam de que “nada acontecia”. Contaminado pelo estado de espírito deles, concluí que nada acontecia e, portanto, nada havia a fotografar.

Um dia dei-me conta de que não podia ser verdade que nada estivesse acontecendo. Alguma coisa sempre está acontecendo, apenas não parece digna de nota. (Assim como a peça de piano de John Cage que mencionei antes nos força a perceber que há sempre algum som se produzindo,

embora possamos não o identificar como música.) Desse modo, propus a mim mesmo a tarefa de fotografar o que estava acontecendo quando nada estivesse acontecendo. Como não é de surpreender, muita coisa ocorria quando nada estava acontecendo. Em específico, os voluntários, em sua maioria entre os 20 e os 30 e poucos anos, estavam ainda à procura de parceiros. Apresentar-se como voluntário para aquele evento era como ir a uma enorme festa ao som de suas bandas favoritas, cerveja de graça, almoço orgânico e uma enorme quantidade de rapazes e moças bonitas que partilhavam seus gostos. Depois que instruí a mim mesmo para fotografar o que estava acontecendo quando nada estava acontecendo, encontrei em minhas folhas de contato centenas de imagens dessa moçada dançando, conversando seriamente, mostrando interesse sexual mútuo e interagindo socialmente de outras maneiras. Isso acrescentou uma dimensão interessante e importante à minha análise sociológica e documentação fotográfica, mostrando-me que, no recrutamento da equipe de atendimento, atuavam outros fatores além da oportunidade de viver uma experiência médica interessante.

A formulação mais geral do problema, como já sugeri, é que nunca prestamos atenção a todas as coisas que acontecem nas situações que estudamos. Tendemos a escolher um número muito pequeno delas para examinar, de maneira especialmente óbvia quando fazemos pesquisas que medem apenas algumas variáveis, mas também quando fazemos trabalhos de campo e pensamos que estamos atentos a tudo. E, tendo observado o que decidimos observar, em geral ignoramos tudo o mais que está se passando, que parece rotineiro, irrelevante, entediante: “Nada acontece.”

A ideia de que deveríamos ficar atentos apenas ao que é interessante, ao que nosso pensamento prévio nos diz ser importante, ao que nosso mundo profissional nos diz ser digno de nota, ao que a literatura nos diz ser destacado, é uma grande armadilha. Cientistas sociais muitas vezes fazem progresso exatamente ao prestar atenção ao que seus predecessores consideravam enfadonho, insignificante, lugar-comum. A análise da conversa é um exemplo clássico. Como, por exemplo, as pessoas decidem quem será o próximo a falar numa conversa? Analistas da conversa sugerem que há uma regra, a regra do “revezamento”, que exige que as pessoas se alternem e falem apenas quando é a sua vez. Bem, que importância tem isso? Vale a pena prestar atenção a isso? Harvey Sacks foi adiante, sugerindo uma subcategoria importante desse fenômeno: perguntas.<sup>29</sup> Regras geralmente aceitas que governam a conversa impõem àqueles que fazem uma pergunta ouvir a resposta que solicitaram. Novamente, e daí? Bem, isso permite compreender o irritante hábito que as crianças têm de começar uma conversa com adultos dizendo: “Sabe de uma coisa?” A análise da conversa explica esse evento banal como uma esperta exploração pelas crianças da regra referente a perguntas. É difícil evitar responder a um “sabe de uma coisa?” com um “o quê?”. Mas depois que perguntamos “o quê?”, temos de ouvir a resposta, e era exatamente isso que a criança queria — obter nossa tão difícil atenção adulta. De repente, este “resultado tolo” sobre revezamento explicou algo sobre os usos do poder e nos deu uma regra que podemos aplicar em outras áreas, a problemas mais adultos e mais “sérios”.

Assim, podemos generalizar o procedimento que adotei nos grupos de Rock Medicine para cobrir todas as variações do modo como deixamos que as ideias das outras pessoas moldem o que decidimos estudar. Pesquisadores recolhem, de maneira não muito consciente, as ideias das pessoas que estudam e daquelas com quem trabalham. Se elas pensam que alguma coisa é banal, você (como pesquisador) tenderá a pensar isso também. Aqueles jovens gostavam da sociabilidade que acompanhava o concerto de rock. Mas isso não era “sério”, não era o que você estava procurando em especial, não era o que você incluía quando queria impressionar alguma outra pessoa com relação à sua participação no evento. (O comediante Mort Sahl costumava explicar que, quando estava na



universidade, envolvia-se em causas esquerdistas pelas mesmas razões que os outros rapazes: queria salvar o mundo e conhecer meninas.) Todo mundo partilha essas ideias, e não lhe ocorre olhar além delas. Afinal de contas, há interesse de sobra em prestar serviços médicos a uma população jovem usuária de drogas, não há?

Não são apenas o senso comum e os preconceitos de nossos companheiros que nos cegam para o que há para ver. Muitas vezes decidimos o que incluir e o que excluir com base num conjunto de representações e na teoria associada a elas, que decide todas essas questões para nós *a priori*. Todas as nossas teorias especificam alguma coisa sobre aquilo que devemos examinar e, por implicação, aquilo com que não precisamos nos incomodar (tudo aquilo com que a teoria não se incomoda). Esse é o próprio núcleo sólido das queixas feministas de que muitas, se não a maioria, de nossas teorias sociológicas são sexistas. Essas teorias não são abertas ou necessariamente orientadas para o homem; apenas não incluem de hábito, em sua exposição sistemática de temas e problemas, algumas preocupações que as feministas consideram importantes, parte das quais se deveria procurar rotineiramente. O estudo, dominado pelo homem, da vida social dos chimpanzés, como Donna Haraway mostrou, discorre extensamente sobre a dominância e toda essa questão machista, sem prestar atenção à coleta de alimentos e à criação dos filhotes, a cargo das fêmeas. Não há nenhuma razão científica para essa ênfase, e, é claro, os machos nunca poderiam passar seu tempo tentando dar safanões nos outros sujeitos à sua volta se alguém não estivesse levando bananas para casa e tomando conta das crianças. As teorias que se concentravam na dominância podiam, em princípio, abranger essas outras questões, mas não impunham aos pesquisadores fazê-lo de maneira regular.

## — POR OUTRO LADO...

Já insisti que os pesquisadores devem aprender a questionar, a não aceitar cegamente o que pensam e acreditam as pessoas cujo mundo estudam. Agora preciso dizer que, ao mesmo tempo, devem prestar atenção apenas a isso. Afinal, as pessoas sabem muito sobre o mundo em que vivem e trabalham. Precisam conhecê-lo para avançar em meio às suas complexidades. Devem se ajustar a todas as suas contradições e conflitos, resolver todos os problemas que ele lança em seus caminhos. Se não conhecessem o bastante, não teriam permanecido lá por tanto tempo. Portanto elas sabem, e muito. E deveríamos, tirando partido do que elas sabem, incluir, em nossa amostra de coisas a examinar e ouvir, aquelas que o conhecimento comum e a prática rotineira das pessoas estudadas tornam evidentes.

Não quero dizer, no entanto, que deveríamos tratar o conhecimento “das pessoas” como melhor ou mais válido que o nosso. Muitos cientistas sociais, justificadamente desconfiados da afirmação segundo a qual sabemos mais sobre as vidas e a experiência das pessoas que estudamos que elas próprias, sustentaram que nosso trabalho deveria respeitar o conhecimento superior que os atores sociais têm acerca de sua própria vida e experiência. Esses pesquisadores querem deixar os “dados” quase como os encontraram: os relatos das pessoas nas palavras em que foram comunicados, sem cortes, sem edição, “não aperfeiçoados” por comentário e interpretação esclarecidos da ciência social. A ciência, pensam eles, realmente nada tem a acrescentar, porque as pessoas, que sabem por si mesmas aquilo que experimentaram, são a melhor fonte de informação a esse respeito.

Esse argumento tem o elemento de verdade sugerido na discussão das representações: os cientistas sociais, que em geral não tiveram a experiência das pessoas sobre as quais estão

aprendendo, devem sempre confiar nos relatos destas para saber como essa experiência é de um ponto de vista interno. (Uma exceção importante ocorre quando o analista participa das atividades que estão sendo estudadas.) Mas isso não os torna incondicionalmente utilizáveis para fins de pesquisa. Como as pessoas em geral nos dão esses relatos numa “situação de pesquisa” que difere de modo substancial daquelas que estão descrevendo, os relatos não podem ser tomados por seu valor aparente. Nós, por exemplo, asseguramos aos nossos entrevistados um sigilo de que nunca poderiam estar seguros em suas vidas comuns. Isso pode apenas tornar o relato de um evento algo menor, e talvez muito diferente, do que poderíamos ter visto se estivéssemos lá para testemunhar por nós mesmos.

Os cientistas sociais que acreditam que as pessoas sabem necessariamente mais do que nós sobre suas próprias vidas muitas vezes acrescentam que devemos respeitar a dignidade dos outros, recusando-nos a nos apropriar de suas vidas e relatos para nossos próprios usos egoístas e apresentando simplesmente, inalterado e não interpretado, o que eles nos contaram. O fundamento disso é menos óbvio: não é evidente que todas as pessoas que cientistas sociais estudam merecem esse respeito (os contraexemplos usuais são nazistas e policiais sádicos). Ademais, aceitar de todo essa posição poderia, logicamente, nos levar a concluir que não temos direito a fazer nenhum uso do material das vidas de outras pessoas. A antropologia contemporânea se vê enredada nesse dilema, assim como a fotografia e o cinema documentário contemporâneos (em particular com relação à natureza flagrantemente exploradora de muitos documentários rodados em bairros miseráveis).

Eu discordo. Os sociólogos sabem, sim, algumas coisas que as pessoas que eles estudam não sabem. Mas isso é verdade de uma maneira que não torna essa pretensão nem injustificada nem desrespeitosa, uma maneira que sugere alguns truques de amostragem que podemos usar. A argumentação aqui apresentada é a extensão de uma que Everett C. Hughes costumava desenvolver.

Em poucas palavras, sociólogos e outros cientistas sociais em geral não estudam a vida e a experiência de uma única pessoa (mesmo quando focalizam uma única pessoa, no estilo do estudo que Douglas Harper fez, em 1987, de um faz-tudo rural, em geral incluem todas as pessoas com quem esse personagem central entra em contato de maneira regular). Ao contrário, eles (pelo menos alguns deles) estudam as experiências de um grande número de pessoas, cujas experiências se superpõem, mas não são exatamente iguais. Hughes costumava dizer: “Não sei nada que alguém naquele grupo não saiba, mas, como sei tudo que todos eles sabem, sei mais do que qualquer um deles.”

Quando Blanche Geer, Everett Hughes e eu pesquisamos estudantes universitários,<sup>30</sup> dividimos nossas atenções no campo. Geer estudou membros de fraternidades e irmandades, e eu passei a maior parte de meu tempo com independentes; Hughes estudou os professores. Cada um de nós aprendeu coisas que “nosso” grupo sabia, mas os outros não. Uma sociedade “secreta”, dominada pelas fraternidades, operava uma máquina que organizava a vida política no campus; seu líder contou a Geer tudo a seu respeito, e ela contou para mim. Mas os independentes com quem eu costumava conviver nada sabiam sobre isso, e eu não lhes contei. Inversamente, quando os independentes articulavam ações políticas, partilhavam seus planos comigo, e eu os contava a Geer, mas ela não contava para os membros das fraternidades. Assim, nossa equipe, e cada um de nós individualmente, sabia mais que qualquer um dos participantes na vida política do campus.

Saber essas coisas não significava que nos sentíssemos superiores às pessoas que estudávamos ou que pensávamos poder encontrar, nos eventos de que elas participavam, significados demasiado sutis para que elas os compreendessem. Isso seria realmente desrespeitoso. Mas significava que sabíamos coisas óbvias que as pessoas envolvidas teriam compreendido muito bem, caso tivessem tido acesso a elas. Se não sabiam, não era por serem estúpidas, pouco instruídas ou desprovidas de

sensibilidade, mas porque a vida do campus era organizada de maneira a impedi-las de ficar sabendo. Dizer isso não indica desrespeito pela experiência de ninguém, mas sim respeito pela realidade da distribuição diferencial do conhecimento que Simmel descreveu em seu ensaio sobre o segredo.<sup>31</sup>

A mensagem para os pesquisadores é clara. Quando as pessoas estudadas sabem o que estão fazendo e lhe contam a respeito, ouça e preste atenção. Isso não significa ser crédulo, porque volta e meia elas lhe contarão coisas que não são verdade. Significa usar canais comuns de comunicação organizacional tal como os participantes, como fonte de informação.

Jean Peneff propõe uma versão específica dessa ideia quando recomenda aos pesquisadores fazer mais contas no campo do que costumam. Mostra que a maior parte das áreas da vida social envolve grande quantidade de

contagem, cálculo e enumeração. Trabalhadores de fábrica contam constantemente: quantas peças fiz, quantas operações fiz, por quanto tempo trabalhei? Trabalhadores de escritório classificam, arquivam, contam e catalogam. Mensuração e cálculo são onipresentes em serviços hospitalares: de quantos leitos dispomos? Quanto tempo terei de esperar por uma radiografia? De quanto tempo dispomos? Quantos pacientes esperam tratamento? Quantas horas de trabalho ainda me restam? Trabalhadores são obcecados pelo tempo: o tempo já transcorrido, o tempo para tomar uma decisão e, é claro: dentro de quanto tempo poderei ir para casa? É surpreendente que pesquisadores usem e discutam tão raramente essa constante preocupação com o tempo, essa incessante avaliação dele, na forma de cronometragem, controles e planejamento, embora ela esteja no centro das interações dos trabalhadores.<sup>32</sup>

Como as pessoas usam esse tipo de informação e o levam a sério, deveríamos fazê-lo também. Geer, Hughes e eu o fizemos quando percebemos que estudantes de graduação, preocupados com notas, passavam muito tempo calculando e recalculando a variação de suas médias gerais segundo diferentes distribuições de esforços entre diversos cursos. “Vejam, alemão é um curso de cinco horas, então se eu dedicar tempo a isso minha média subirá mais do que se eu estudar antropologia, que é só de três horas.”<sup>33</sup>

Portanto, não ignore coisas porque as pessoas que você está estudando o fazem. Mas não ignore tampouco coisas a que elas prestam atenção. Talvez este seja um lugar melhor que qualquer outro para observar que não é tão contraditório quanto parece recomendar truques que parecem conflitantes, como estes dois últimos. Lembre-se de que o objetivo dos truques é ajudá-lo a descobrir mais, e que cada um pode funcionar à sua própria maneira, apontando-lhe uma direção que o outro poderia ignorar. Coerência em meio à pesquisa não é uma grande virtude.

## ■ USAR A INFORMAÇÃO DE OUTRAS PESSOAS

Muitas vezes cientistas sociais usam informação colhida por outras pessoas e organizações e, em consequência, desconsideram tudo aquilo que estas desconsideraram. Não temos os recursos de tempo, dinheiro e pessoal de que o Census Bureau dos Estados Unidos dispõe e temos de recorrer a ele para todo tipo de informação. Em consequência, omitimos aspectos de fora porque as pessoas cujas informações estamos usando não as consideram importantes, mesmo que nós as consideremos. Ou porque as restrições às suas atividades as impedem de obter alguma informação que queremos. Como Bittner e Garfinkel explicaram,<sup>34</sup> pessoas e organizações colhem informação para seus próprios fins e segundo seu próprio sistema de avaliação da utilidade. Não colhem informação para que os cientistas sociais façam pesquisas com elas. Assim, não coletam os fatos que gostaríamos de ter, e colhê-los representa um grande trabalho para nós. Desde os anos 1920, quando uma ação

judicial baseada na cláusula do estatuto religioso da Constituição pôs fim à coleta de dados sobre religião pelo Censo nos Estados Unidos, estimar o número de membros dos diferentes grupos religiosos tem sido um pesadelo para as pesquisas. Muita engenhosidade e grande esforço foram empenhados na concepção de métodos indiretos para descobrir quantos judeus, católicos ou batistas há, mas nenhum deles pode se aproximar da amplitude e abrangência do Censo. Uma pena para nós.

Algumas vezes, colher os dados que outros não colheram para nós é tão dispendioso e requer tanto trabalho que simplesmente não o fazemos. Eles não os colhem para nós, e nós não os coletamos para nós mesmos, não porque não valha a pena tê-los, mas porque isso é “impraticável” — ou seja, mais caro do que as pessoas que financiam essas coisas se dispõem a pagar.

Seguindo o exemplo de Bittner e Garfinkel, e dos que se preocuparam com as imprecisões das estatísticas policiais (fonte de dados favorita para estudos em criminologia) e dos registros médicos (fonte de dados favorita para investigadores de problemas de saúde), desenvolveu-se um campo de pesquisa sociológica que trata, precisamente, da sociologia da manutenção de registros. Essa pesquisa examina como os registros são mantidos, não como uma maneira de corrigir suas deficiências como fontes de dados, mas porque manter registros é uma atividade comum na maioria das organizações contemporâneas; para compreender como as organizações funcionam, precisamos saber como os registros são mantidos. Mas saber isso significa saber demais para tomá-los como fontes precisas de informação para fins de ciência social. Queremos descrição completa. O que obtemos é descrição parcial para finalidades organizacionais práticas. Se sabemos que estatísticas policiais são mantidas com um olho no modo como as companhias de seguros vão usá-las para estabelecer o preço do seguro contra roubo de residências, e que os chefes de família se queixam a autoridades eleitas quando seu seguro fica mais caro por essa razão, sabemos que as estatísticas policiais sobre roubos provavelmente refletirão em algum grau essas contingências políticas.

A imprecisão de todos os tipos de dados colhidos por outros é uma área de estudos muito ampla, e não tentarei cobri-la aqui. Seria um outro livro. Algumas obras tratam simplesmente da imprecisão: por exemplo, a análise minuciosa clássica feita por Morgenstern dos erros nas estatísticas econômicas.<sup>35</sup> Algumas tratam de problemas conceituais, como o questionamento que Garfinkel fez dos dados do Censo sobre sexo com base em seu estudo dos transexuais: como se classificar alguém que não se enquadra exatamente em nenhuma das categorias-padrão? Garfinkel, é claro, lidou com uma situação rara, embora estivesse certo ao dizer que o Censo não tinha a menor ideia de quantas pessoas não se enquadrariam nas categorias, já que não fazia nenhuma investigação independente. Alguns pesquisadores descrevem como a informação não é o que deveria ser em consequência das rotinas de trabalho dos coletores de dados.<sup>36</sup>

Todas essas investigações de problemas com dados “oficiais” ou quase oficiais nos interessam aqui porque todos esses problemas significam que perdemos alguma informação que, caso a tivéssemos, nos ajudaria a recuperar os casos de que precisamos para as descrições completas que nos permitem contornar as categorias convencionais. Como frequentemente confiamos nesses dados, por mais que os critiquemos ou desconfiemos deles (nenhum cientista social pode dispensar o Censo, apesar de todas as suas deficiências), precisamos de um truque para lidar com eles. O truque é fácil. Pergunte de onde vêm os dados, quem os colheu, a que constrangimentos organizacionais e conceituais foram submetidos e como tudo isso afetou aquilo que é mostrado pela tabela que estou examinando. Isso faz com que consultar uma tabela seja muito mais trabalhoso do que você imaginava, mas há problemas bastantes envolvidos nos dados colhidos por outras pessoas para se correr o risco de não fazer esse esforço.

Todos esses obstáculos que se erguem para dificultar que os pesquisadores vejam o que há para ver, e utilizem isso para ampliar o âmbito de seu pensamento, podem ser remediados, e sugeri grande número de truques para isso. A melhor maneira de evitar esses erros é criar uma compreensão teórica mais geral da sociologia do estabelecimento de distinções entre o que é apropriado e necessário que cientistas sociais incluam ao construir suas sinédoques. O artigo clássico de Everett Hughes sobre “instituições bastardas”, uma pequena obra-prima de teorização sociológica,<sup>37</sup> mostra como escolhas convencionais de material apropriado para análise sociológica excluem toda uma série de fenômenos que deveria ser incluída em nosso pensamento, e assim torna nossa amostra da atividade humana coletiva uma sinédoque menos precisa do que deveria ser.

Hughes começa definindo um problema muito geral de organização social: como as instituições definem o que será e não será distribuído dentro de uma dada categoria de serviços ou bens:

As instituições distribuem bens e serviços; satisfazem legitimamente às necessidades humanas. Ao distribuir religião, divertimento, arte, educação, alimentação e bebidas, abrigo e outras coisas — elas também definem de maneiras padrão o que é apropriado para as pessoas quererem. A definição do que se deve distribuir, embora possa ser bastante ampla e um tanto flexível, raramente ou nunca satisfaz todos os tipos e condições de homens. As instituições também decidem, na verdade, servir apenas a certa categoria de pessoas, como faz uma fábrica que decide não produzir camisas de tamanhos fora do padrão ou de estilos extravagantes. A distribuição nunca é completa e perfeita.

Algumas instituições resultam do protesto coletivo contra essas definições institucionalizadas — o protesto, por exemplo, de uma seita religiosa contra a definição de religião aceitável promovida por um clero oficial ou o protesto dos diferentes grupos que fundaram novos tipos de instituições religiosas em reação à concepção de educação estabelecida pelas universidades clássicas da Nova Inglaterra. Mas há também:

... desvios e protestos crônicos, alguns dos quais duram por gerações e por séculos. Eles podem ganhar certa estabilidade, embora não tenham o apoio da legitimidade aberta. Podem operar sem o benefício da lei, embora muitas vezes com a conivência do establishment legal. Podem se situar fora da esfera da respeitabilidade.

Alguns são os distribuidores ilegítimos de bens e serviços legítimos; outros satisfazem vontades não consideradas legítimas... . Todos assumem formas organizadas que não diferem das de outras instituições.<sup>38</sup>

Hughes sugere chamá-los de *instituições bastardas*. Elas assumem uma variedade de formas. Algumas não são formalmente legítimas, mas tampouco são necessariamente ilegítimas, embora isso possa ocorrer. São extremamente convencionais e apoiadas pela opinião popular, mas apenas dentro de uma subcomunidade. Ao dizer isso, ele tem em mente modos informais de justiça, como os tribunais irregulares em prisões e exércitos ou os tribunais de associações chinesas secretas nos bairros chineses de outra era, mas também as instituições que as comunidades judaicas ortodoxas desenvolviam para assegurar o fornecimento de carne *kosher*, de animais apropriadamente abatidos, para seus membros.

Algumas são marginais em relação a distribuidores mais legítimos de serviços. Assim, ao lado das escolas que ensinam direito e contabilidade, há outras abarrotadas que ensinam às pessoas como passar nos exames que o Estado usa para decidir quem será autorizado a exercer essas profissões. Tais escolas não pretendem ensinar corretamente; ensinam a passar em exames. Hughes põe nessa categoria as comunidades que fornecem o que comunidades próximas proíbem. Gosta de chamar atenção para a comunidade-modelo de George Pullman, em Chicago, construída na década de 1880 para os homens que trabalhavam para ele fabricando carros-leito para ferrovias. Pullman, que levava sua versão de religião a sério, não permitia bares em sua vila-modelo. Nenhum problema para os operários. Logo do outro lado da South Michigan Avenue, a fronteira oeste de Pullman, ficava Roseland, mais de um quilômetro e meio de bares que forneciam os cigarros, o uísque e as mulheres

dissolutas que não podiam ser encontrados a leste (especialidade que continuou pelos anos 1940, quando eu tocava ocasionalmente nesses mesmos bares).

Nos casos mais claros, instituições bem-estabelecidas fornecem bens e serviços proibidos para os quais há um mercado permanente e substancial, como cassinos ilegais, bares clandestinos em lugares em que bebidas alcoólicas não podem ser vendidas legalmente e prostíbulos de vários tipos. Por vezes, há coisas que outras pessoas não têm dificuldade em encontrar, mas não são fornecidas da maneira apropriada para você. Travestis que desejam se vestir com roupas de mulher gostam de fazer compras em lojas em que os vendedores estão preparados para vender vestidos, meias-calças e ligas para homens de 1,82m de altura e 90 quilos. Como diz Hughes de estabelecimentos desse tipo:

Eles estão em conflito direto com definições aceitas e mandatos institucionais. [Oferecem] uma alternativa menos que plenamente respeitável ou permitem às pessoas satisfazer fraquezas ocultas ou gostos idiossincráticos não atendidos, ou ligeiramente reprovados, pelos distribuidores estabelecidos. Outros ainda oferecem às pessoas apenas uma maneira de obter algo não disponível com facilidade para seu tipo no sistema institucional dominante. São correções de falhas na definição e distribuição institucionais.<sup>39</sup>

De modo típico, os cientistas sociais estudaram fenômenos como o “desvio” como um comportamento patológico, anormal, cujas raízes especiais precisam ser postas a nu para que a “sociedade” possa se livrar com eficácia do “problema”. Hughes, no entanto, quer considerá-los “parte do complexo total das atividades e empreendimentos humanos ... em que podemos ver em ação os [mesmos] processos sociais ... que podem ser encontrados nas instituições legítimas”.<sup>40</sup> Ele associa as formas legítimas e ilegítimas da seguinte maneira:

A tendência institucional é acumular comportamentos num ponto modal, definindo o que é apropriado, aplicando sanções a comportamentos desviantes e oferecendo instrumentos para distribuir às pessoas apenas as oportunidades e os serviços padronizados. Mas embora agrupem comportamentos, as instituições não destroem completamente os desvios.

Assim, por exemplo, o casamento é a maneira modal de organizar o sexo e a procriação, mas algumas pessoas não se casam, e algumas não limitam sua atividade sexual aos parceiros legítimos. Toda sociedade define uma forma de casamento (entre outras coisas, um instrumento para distribuir homens entre mulheres e mulheres entre homens) envolvendo pessoas cujos atributos sociais específicos (por exemplo, raça, classe e etnicidade, mas há outros) fazem deles “parceiros apropriados”. Mas a capacidade que as pessoas têm para cuidar de parceiros varia, e o modo como elas se movimentam e muitas vezes se congregam em relativo isolamento cria situações em que, para muitas, não há parceiros adequados disponíveis para o casamento. Os exemplos clássicos são as heroínas dos romances de Jane Austen, por um lado, e, por outro, homens que trabalham na coleta de madeira, em navios ou em minas muito distantes das comunidades convencionais em que poderiam encontrar parceiras apropriadas. A prostituição e relacionamentos homossexuais temporários foram a solução comum para a versão masculina do problema, assim como os discretos relacionamentos lésbicos de mulheres de classe média que “dividiam um apartamento” também o foram em certa época para a versão feminina.

Até esse ponto, a análise é interessante, mas não surpreendente. Outros cientistas sociais<sup>41</sup> usaram exemplos semelhantes para expor ideias similares. Mas agora Hughes apresenta uma surpresa. O desvio se move em duas direções, assume duas formas, e o cientista social deveria examinar e discutir não apenas o que há de ilegítimo e reprovável no desvio (ele chama isso de o “sentido diabólico”), mas também o “sentido angelical”. A prostituição opera para fornecer mulheres escassas aos homens, mas não há nenhum instrumento correspondente para fornecer homens para as mulheres quando o desequilíbrio ocorre no sentido oposto. Assim, muitas mulheres que prefeririam não estar nessa situação não têm nenhum parceiro masculino legítimo (seja como for que se defina

legitimidade).

O que interessa, para Hughes, é que o funcionamento de instituições convencionais põe algumas pessoas numa posição que se exige delas serem “melhores” do que querem ser, ou do que se tem o direito de esperar que sejam. “Seria em especial importante descobrir a que pontos se desenvolve uma institucionalização de ajustamentos à posição de ser melhor do que se deseja.”<sup>42</sup>

A institucionalização do celibato em nome da religião é a

realização, em forma institucional, do desvio em relação ao casamento no “sentido angelical” — um desvio racionalizado nos termos de valores supostamente supremos, os ideais da conduta humana mais elevados que o normal. Para o indivíduo numa instituição desse tipo, a função pode ser clara; essas instituições permitem que se viva de acordo com certo ideal de maneira mais próxima do que é possível no mundo e no casamento. Enfatizo a palavra *permitem*, porque o mundo acharia simplesmente esquisita uma pessoa que vivesse dessa maneira sem votos especiais, sem se ligar a um corpo aceito devotado a esse desvio especial. . . .

As instituições do celibato oferecem uma maneira declarada, estabelecida e aceita de não se permitir a normal modal de comportamento; talvez um modo mais nobre e satisfatório de aceitar o destino a que uma falha da distribuição nas instituições existentes condena uma pessoa. Elas podem ser consideradas também como fornecimento institucional daquelas luzes mais elevadas do idealismo, que, embora engendradas pelo ensinamento estabelecido das virtudes, não são supridas nas definições modais para as quais a maquinaria institucional está em geral ajustada. Observe-se, contudo, que a sociedade muitas vezes aceita esse desvio numa forma institucionalizada organizada, quando dificilmente a aceitaria como um comportamento individual isolado. . . . O desvio individual pode ser visto como uma ameaça a todo o sistema aceito; os desvios organizados, contudo, podem ser vistos como uma adaptação especial do próprio sistema, talvez como um pequeno exemplo especial daquilo de que os seres humanos são capazes.<sup>43</sup>

Assim, ressalta Hughes, uma forma clássica de heresia é a exigência de que todos vivam de acordo com alguma virtude comumente proclamada:

A sociedade idealiza, em declarações e em representação simbólica, graus de virtude que não são de fato alcançáveis por todos ou não alcançáveis em combinação com outras virtudes nas circunstâncias da vida real corrente. Revela-se que a sociedade permite que alguns se aproximem desses níveis de uma virtude ou outra de uma forma institucionalizada que nos fornecerá, ao mesmo tempo, a elevação espiritual e a satisfação de ver o santo exemplo diante de nós, sem a ameaça pessoal que viria da mera santidade individual oferecida como algo que todos devêssemos seriamente imitar e a ameaça social de um exemplo contagioso.<sup>44</sup>

A análise sociológica deveria portanto, segundo Hughes,

tomar algum assunto, algum aspecto da vida humana, que seja extremamente institucionalizado e objeto de grande sanção moral, e . . . tratar de todos os tipos de comportamento relacionados com ele: as normas institucionalizadas e os desvios da norma em várias direções. . . . Vimos a norma, as relações definidas e distribuídas, do ponto de vista institucional, entre homens e mulheres adultos, como um ponto especial na gama mais completa de comportamentos possíveis e reais, e pelo menos indicamos algumas relações funcionais possíveis entre o instituído e os desvios, tanto nos sentidos angelical e bastardo.<sup>45</sup>

Tratar a gama completa de casos, portanto, significa incluir o que em geral poderíamos excluir como algo de certo modo esquisito ou obsceno demais para ser objeto da consideração de sociólogos respeitáveis. Significa também usar esses casos a fim de definir e apontar para a outra extremidade da escala, aquelas atividades boas demais para serem verdadeiras, os desvios angelicais. Nas mãos de Hughes, isso muitas vezes toma a forma de comparações que parecem chocantes ou extremamente impróprias. Ele gostava, por exemplo, de comparar sacerdotes, psiquiatras e prostitutas, observando que os membros de todas estas três ocupações têm um “conhecimento condenável”, sabendo coisas sobre seus paroquianos, pacientes ou fregueses que têm de ser mantidas em segredo. Hughes estava interessado num estudo comparativo dos meios pelos quais, nas diferentes condições em que os membros de cada uma dessas profissões trabalhavam, esses segredos eram guardados.

Excluir casos porque parecem sem graça ou politicamente embaraçosos também é um erro garantido. O bom gosto é uma forma poderosa de controle social. Nada é mais fácil, para levar alguém a parar de fazer alguma coisa de que não gostamos, que sugerir que aquilo é “vulgar”,

“desagradável”, “deselegante” ou usar qualquer de uma centena de expressões depreciativas similares. O crítico literário russo Bakhtin salientou que Rabelais narrou as façanhas de Gargantua numa linguagem vulgar comum precisamente por ser ela politicamente ofensiva para as pessoas instruídas, que prefeririam um tom “mais elevado”. É possível que estejamos nos submetendo ao exercício de controle social de alguém ao aceitar sem reflexão esse tipo de crítica, e os cientistas fazem isso com frequência.

<sup>1</sup> Grupos móveis de atendimento médico de emergência em grandes concertos de rock ao ar livre. (N.T.)



# 4

## Conceitos

Tendo refletido sobre nossas representações e procurado uma amostra adequada de casos a investigar que cubra a variação total dos tipos do fenômeno sobre o qual queremos aprender e refletir, estamos prontos para começar a pensar a sério. Isso significa usar conceitos, declarações generalizadas sobre classes inteiras de fenômenos, e não declarações específicas de fato, que se apliquem a pessoas e organizações em toda parte, não apenas a estas pessoas aqui e agora, ou ali naquele momento. Muitos cientistas sociais lidam com esses problemas de maneira dedutiva, tratando conceitos como constructos lógicos que podem ser desenvolvidos pela manipulação de algumas ideias básicas. Não simpatizo muito com esses esforços, que são divorciados demais do mundo empírico para reter minha atenção. Reconheço que isto é, sob alguns aspectos, uma questão de gosto.

Um modo de análise conceitual proveitoso e mais empírico tem sido desenvolver modelos idealtípicos, que consistem em um “conjunto sistematicamente relacionado de critérios em torno de uma questão central” que seja “abstrata o bastante para ser aplicável a uma variedade de circunstâncias nacionais e históricas”.<sup>1</sup> Usando esse método, por exemplo, Freidson resolve o espinhoso problema de definir o conceito de “poder profissional”, criando um modelo em que “a questão central do poder profissional situa-se no controle do trabalho pelos próprios trabalhadores profissionais, e não no controle, pelos consumidores, num mercado livre, ou pelos funcionários em um Estado centralmente planejado e administrado”.

Minha maneira favorita de desenvolver conceitos, porém, é num diálogo contínuo com os dados empíricos. Como conceitos são maneiras de sumarizar dados, é importante que eles sejam adaptados aos dados que vamos sumarizar. A discussão que desenvolvo a seguir descreve truques para fazer isso, maneiras de usar nossos dados para criar ideias mais complexas, que nos ajudarão a encontrar outros problemas que merecem ser estudados e novos aspectos sobre o que estudamos, ideias que merecem ser pensadas e incorporadas à nossa análise.

### — CONCEITOS SÃO DEFINIDOS

Todos nós trabalhamos com conceitos. O tempo todo. Não temos escolha, como Herbert Blumer mostrou numa crítica ao que era chamado, na época em que escreveu, de “operacionalismo”. Ele observou que não era possível haver ciência sem conceitos. Sem eles, não sabemos para onde olhar, o que procurar, ou como reconhecer o que estamos procurando quando o encontramos. Psicólogos, em período de grande popularidade quando Blumer escreveu, pensavam que podiam dispensar conceitos, pelo menos aqueles definidos em termos teóricos abstratos. Pensavam que podiam evitar dificuldades crônicas com discussões sobre definições, enunciando os conceitos de maneira simples,

como aquilo que mediam com as operações que utilizavam para estudar o fenômeno que investigavam. No exemplo clássico, diziam que “inteligência”, cuja definição se debatia acaloradamente, era aquilo que os testes de inteligência mediam.

Sociólogos cometeram o mesmo equívoco em relação ao conceito de *atitude*. Muitos pesquisadores presumiam que as pessoas tinham pensamentos, disposições ou ideias (ou alguma coisa) — sumarizados como atitudes — dentro de si, à espera de serem liberados pela situação ou estímulo apropriado. O que era uma atitude, isso não estava claro. Cientistas discutiam a definição. Mas sua incapacidade de demarcar o que era atitude não os impedia de inventar mensurações de atitude, um processo em que as respostas das pessoas a uma longa lista de perguntas produziam um número que “mensurava” sua atitude com relação a filmes, estrangeiros, escolas ou partidos políticos. Os cientistas mediam a fidedignidade e a validade de atitudes, e fabricavam estatísticas que descreviam as relações das atitudes entre si e com outros fatos referentes a pessoas. Pensavam poder mostrar que as pessoas diferiam no tocante a atitudes com relação a isso ou aquilo, e que essas diferenças se correlacionavam com outras de maneira significativa.

Críticos se queixavam de que não havia uma compreensão geral dessa coisa que estava sendo medida. Os operacionalistas furtavam-se às queixas negando que tivessem dito algo sobre o conteúdo ou significado real das atitudes medidas: estas eram simplesmente o que os testes mediam, nada mais. Ninguém acreditava nisso. Se acreditasse, teria havido muito menos pesquisas sobre atitudes, inteligência ou as outras ideias importantes definidas operacionalmente. Porque, afinal, ninguém se interessa por medidas de teste em si mesmas — somente por inteligência, atitudes raciais ou propensões à violência, ou qualquer outra coisa que o teste supostamente meça.

Uma resposta favorita a ataques aos testes de atitude ou de inteligência era: “Você não chama isso de inteligência? Ótimo. Chame de *X*. Certo?” Poderíamos deflectir essa resposta irritante e insatisfatória realmente passando a nos referir ao item em questão como *X*. “Entendo, você mostrou que crianças de diversos grupos raciais diferem por dez pontos, em média, em alguma coisa chamada *X*. E daí?” Mas, é claro, ninguém está interessado em resultados diferenciais de crianças negras e brancas em *X*. Sem conteúdo, *X* não tem relevância alguma para qualquer questão de teoria ou política. Mas as pessoas realmente se importam com diferenças de inteligência, porque, se existirem, elas têm sérias consequências políticas e morais de um tipo que um mero *X* jamais poderia possuir. Quando um crítico chamasse pela terceira vez de *X* o que todos os envolvidos sabiam ser realmente inteligência, a discussão ficaria mais séria.

Esta crítica pode parecer estranha e antiquada, pois poucos cientistas sociais contemporâneos admitiriam ser operacionalistas do tipo que Blumer criticou. Muitos pesquisadores contemporâneos, porém, agem como se aceitassem uma variante dessa posição. No seguinte sentido: escolhem, como “indicador” do fenômeno sobre o qual querem falar, alguma coisa que tem uma relação imperfeita, por vezes extremamente imperfeita, com o próprio fenômeno, e depois tratam o indicador como se ele fosse aquele fenômeno. Perguntam às pessoas qual é sua ocupação e tratam a resposta como uma medida da classe social, localizando a ocupação citada numa lista de empregos cujo prestígio foi medido, ou situando-a numa classificação de grandes grupos ocupacionais do Censo. Podem dizer que estão medindo o que Karl Marx, Max Weber, W. Lloyd Warner ou C. Wright Mills queriam dizer quando falavam de “classe social”, mas isso não é óbvio nem particularmente crível. Pessoas que fazem essas medições não insistem que a ocupação de uma pessoa é classe social no sentido marxista ou weberiano, uma vez que não demonstraram nenhuma relação entre os dois empiricamente, mas suas análises e discussões afirmam implicitamente essa identidade. Por mais importante que seja, a medição não contribui muito para nossa compreensão dos conceitos que

usamos.

Outra maneira de definir um conceito é colher exemplos de coisas que reconhecemos como corporificando aquilo a que ele se refere, e depois procurar o que há de comum nas ideias inevitavelmente confusas e historicamente contingentes que as pessoas usam de modo rotineiro. Alguns exemplos sociológicos comuns desse trabalho conceitual são habilitação, crime ou profissão. Tentamos formular uma definição que incluía todas as coisas que consideramos semelhantes e excluía as diferentes. Ficamos embaraçados se alguém consegue mostrar que alguma coisa que não considerávamos pertencente à nossa coleção de fato se enquadra nos termos da definição. Assim, pesquisadores tentaram definir “profissão” como um tipo especial de trabalho, diferente de outras ocupações. O que queriam incluir no agregado que sua definição reunia eram ocupações altamente respeitadas e bem-remuneradas, como medicina e advocacia. Assim, formularam sua definição arrolando os traços que caracterizavam essas ocupações. (Freidson, em *Professionalism Reborn*, faz uma cuidadosa exposição desses problemas e oferece soluções realistas e úteis para eles.)

Invariavelmente, um crítico industrioso e esperto encontrava uma ocupação que correspondia a todas as exigências da definição (longos anos de formação, um corpo de conhecimento especial, autorização pelo Estado e assim por diante), mas claramente “não se enquadrava”. O trabalho de encanador costumava se prestar bem para esse tipo de trapaça teórica. Encanadores têm os atributos incluídos nas definições-padrão de profissão: um corpo especial de conhecimento (experimente consertar seu próprio esgoto), longos anos de formação, autorização estatal e o resto. Mas “todo mundo sabe” que o trabalho de encanador não é uma profissão. O aparente paradoxo surge porque os itens da coleção cuja definição é formulada para abranger foram escolhidos com base numa variável não reconhecida: o prestígio social da ocupação. Se houvesse uma correlação perfeita entre prestígio e os demais critérios, não haveria problema. Mas não há.

Questões como essa surgem em muitas áreas do trabalho sociológico. O truque teórico que ajuda a resolvê-las é reconhecer que aquilo que faz parte da coleção a ser abrangida pela definição governa o tipo de definição a que chegaremos. E coletar os exemplos é o tipo de problema de amostragem considerado no Capítulo 3. Portanto, procuramos respostas para perguntas como: como construímos essas coletas? O que tipicamente excluimos? E que mal faz ser seletivo em nossas escolhas de exemplos? Problemas de definição surgem exatamente porque escolhemos essas coleções de modos que desconsideravam a injunção do Capítulo 3 de incluir em nossa amostra a variedade mais ampla possível de casos de um fenômeno. Aqui estão mais dois exemplos em que o mal é mais substancial, ou pelo menos mais visível, que no caso de “profissão” (que é, pelo menos na superfície, sobretudo um embaraço conceitual, embora as implicações políticas da definição desse termo sejam bastante sérias, como mostra Freidson).<sup>2</sup>

## ➤ HABILITAÇÃO

Sociólogos, economistas e outros cientistas sociais recorrem, implícita ou explicitamente, à ideia de “habilitação”. Afirmam que diferenças na remuneração, por exemplo, resultam da escassez de habilitações reais, de modo que pessoas que possuem habilitações raras são mais bem pagas. Que tornaria uma habilitação escassa? Uma coisa seria a distribuição diferencial de talento natural para exercê-la. Pessoas desafinadas teriam dificuldade em aprender a tocar centenas de músicas de ouvido, como eu tinha de fazer para conservar um emprego de pianista em bares. Algumas pessoas

são capazes de manipular números facilmente e poderiam ser em especial boas na contabilidade, escrita fiscal ou para lidar com o dinheiro alheio. Algumas têm grande habilidade com uma agulha, e podem costurar e fazer tricô ou crochê primorosamente. Algumas têm jeito para lidar com pessoas, sabem como mitigar seus temores ou fazer com que se sintam à vontade. Algumas aprenderam a ter determinação e são boas nisso; são capazes de tomar decisões numa situação difícil, enquanto nós ficamos em volta chupando o dedo.

Outro fator que contribui para a escassez de uma habilitação pode ser o tempo de prática o ou dinheiro necessário para adquiri-la. Segundo essa teoria, as pessoas não investiriam muito do tempo e energia que poderiam investir em outra coisa se isso não fosse compensador. Assim, o número de pessoas desejosas de adquirir uma habilitação cairá se as recompensas ao seu exercício forem baixas. Se todos agirem dessa maneira economicamente racional, o número de pessoas em cada ocupação atingirá um equilíbrio num preço que os usuários se disporão a pagar pela habilitação, e os praticantes aceitarão receber.

Podemos certamente fazer uma longa lista de habilitações que as pessoas tiveram ao longo dos séculos. Seu exame deixaria claro que nem todas são igualmente recompensadas. Uma habilitação por si só não produz grandes recompensas. É preciso ter uma habilitação desejada por alguma outra pessoa que se disponha a pagar por ela. Se você dispuser de uma habilitação muito rara e intensamente desejada por pessoas muito ricas, será recompensado com generosidade. Se, por exemplo, for um dos poucos capazes de restaurar obras de arte danificadas possuídas por pessoas ricas que lhes atribuem extremo valor, será bem-pago para exercer essa habilitação. Se tiver uma habilitação que muitos outros têm — se for um dos milhões capazes de aprender rapidamente a preparar hambúrgueres numa franquia de *fast-food*, um grupo que tem mais integrantes do que qualquer um precisa —, você receberá o salário mínimo legal (ou menos, se os patrões pensarem que não serão pegos). Mesmo uma habilitação muito rara, porém, não lhe será de nenhum proveito, a menos que pessoas ricas o bastante para remunerá-la à razão que você gostaria realmente tenham desejo e necessidade dela. Minha capacidade de tocar centenas de músicas não era muito valorizada, porque as únicas pessoas que a desejavam eram regentes de orquestras e donos de bares que podiam, se isso ficasse caro demais, se arranjar com pianistas que sabiam muito menos que eu.

A demanda por habilitações varia historicamente. Conjunções temporárias de circunstâncias podem elevar o valor de habilitações que em geral não valem muito. Hobsbawm, em *Labouring Men*, descreveu a vitória improvável de um grupo de operários “não especializados” na grande greve do gás de Londres, em 1896. A cidade, na época, era iluminada em grande parte com gás natural, manufaturado pela coqueificação do carvão — isto é, pelo aquecimento do carvão em grandes fornos, de modo que o gás que continha fosse liberado para ser captado e canalizado para casas e fábricas. Quem fazia os fornos funcionarem — jogando o carvão dentro deles e mantendo-os acesos — eram operários não especializados. Qualquer pessoa podia trabalhar ali. Aquilo nunca exigira treinamento especial, além do que se adquiria na prática. Assim, quando os operários que faziam esse trabalho entraram em greve, tanto a sabedoria convencional quanto a teoria econômica diziam que era improvável que pudessem vencer.

Mas eles venceram a greve e obtiveram um generoso acordo dos patrões, que eram capitalistas tão gananciosos quanto poderíamos supor. Como os trabalhadores venceram? Hobsbawm mostra que esses operários não especializados tinham na realidade algumas habilitações muito importantes, e que uma conjuntura incomum de circunstâncias na época da greve havia tornado essas habilitações mais valiosas para os empregadores que de hábito. Formulemos a pergunta desta maneira: por que os empregadores não contrataram simplesmente outros homens não especializados para jogar carvão

nos fornos? Por que não esperaram que a greve terminasse, manipulando a opinião pública para fazer seus teimosos empregados parecerem responsáveis pelo desconforto que as famílias estavam sofrendo e, assim, obrigá-los a ceder?

Os empregadores não deram esses passos óbvios por várias razões. Os fornecedores de gás estavam enfrentando uma nova concorrência na forma da eletricidade. Ainda uma novidade, a eletricidade era potencialmente uma maneira boa de iluminar casas, e se a greve se prolongasse por algum tempo, os clientes poderiam ser tentados a experimentar a nova forma de energia. Quanto mais a greve se prolongasse, mais clientes os fornecedores de gás perderiam para a eletricidade.

Além disso, os empregadores não poderiam substituir aqueles operários não especializados tão facilmente quanto poderíamos supor. Sem dúvida o que eles faziam não requeria grande escolaridade. Mas as máquinas de que cuidavam, embora não altamente técnicas, e portanto não exigindo, digamos, conhecimento de engenharia para seu manejo, eram velhas e cheias de manhas. Os fabricantes de gás vinham sendo negligentes, recolhendo seus lucros e submetendo a maquinaria apenas à manutenção estritamente necessária. Assim, as máquinas funcionavam, mas, como toda máquina velha, exigiam muito tato. Era preciso saber quando e onde aplicar um bom chute no forno. Estas talvez não fossem habilitações no sentido convencional, mas se os homens que os abasteciam de carvão não as possuísem, os fornos não funcionavam. Os patrões poderiam contratar outros trabalhadores não especializados, mas, sem aquele conhecimento especial, os novos homens não conseguiriam fazer o trabalho.

Essa combinação de circunstâncias deu àqueles operários não especializados algumas habilitações pelo menos temporariamente valiosas, e eles tiraram proveito delas com habilidade para conseguir salários maiores. A lição importante para nós é que uma mesma habilitação pode ser especializada ou não, dependendo das circunstâncias. O significado do conceito de habilitação depende dos casos que temos em mente quando a definimos.

Assim, se você quiser aumentar seus ganhos negando-se a exercer uma habilitação, ela precisa ser tal que alguém com dinheiro a deseje. Suponha que você tenha as habilitações, elas sejam escassas e as pessoas as queiram, mas esses compradores potenciais de seus serviços prefeririam não lhe pagar tanto quanto suas habilitações poderiam valer no mercado livre. Este, a meu ver, é o sentido da pesquisa e do trabalho sobre o chamado “valor comparável”. Aqui está o problema: muitas pessoas pensam que as mulheres sofreram historicamente, e ainda sofrem, discriminação no mercado de trabalho. Uma grande variedade de estudos estatísticos mostra que os empregadores pagam menos às mulheres que aos homens sempre que podem. E quem pode acusá-los? O capitalismo, como disse Marx, é um sistema duro e empregadores que pagam mais do que precisam pelos componentes de seus produtos logo serão excluídos do mercado por fabricantes mais astutos, que conseguem vender o mesmo produto mais barato.

O exemplo dos operários do gás lança alguma luz sobre esse problema. Suponha que a lei finalmente proíba toda e qualquer discriminação com base no gênero; as mulheres devem receber tanto quanto os homens que fazem o mesmo trabalho. As mulheres continuarão ganhando menos. Por quê? Porque a distribuição de homens e mulheres entre as ocupações é distorcida. Nenhuma mulher joga na liga principal de beisebol e há muito poucos enfermeiros homens, e os jogadores da liga ganham muito mais que enfermeiras. Um número desproporcional de professores de primeiro grau é do sexo feminino; um número desproporcional de executivos de empresas é do sexo masculino. Se todos os enfermeiros, seja qual for o seu gênero, ganharem o mesmo, e todos os executivos, homens ou mulheres, ganharem o mesmo, mas os mesmos enfermeiros ganharem menos que os executivos, no fim das contas as mulheres ganharão menos em média, porque haverá um número maior delas em

empregos menos bem-remunerados.

Como essa iniquidade pode ser sanada? Alguns reformadores atacaram o modo como as escalas de remuneração são estipuladas (os órgãos governamentais são os mais vulneráveis a esses ataques), observando que os salários são estipulados com referência às habilitações supostamente requeridas para a execução do trabalho, mas habilitações importantes em “ocupações femininas” (isto é, ocupações cujo contingente é na maioria de mulheres) são ignoradas ou não altamente valorizadas nessas análises. Se habilitações técnicas forem mais valorizadas que aquelas necessárias para lidar com situações sociais complexas, e os empregos que as mulheres têm maior probabilidade de obter — como os de enfermeira e professora — exigem menos habilitações técnicas e mais habilitações no campo das “relações humanas”, as mulheres ganharão menos mesmo que possuam habilitação igualmente elevada, embora em áreas diferentes.

Os defensores do *statu quo* argumentarão, é claro, que não é possível demonstrar que essas habilitações são comensuráveis. Mas esse, é claro, é o xis da questão. Se não forem, é porque não chegamos a um acordo sobre como medir habilitação. Mas, nesse caso, como sabemos que as habilitações dos homens valem mais? E é exatamente esse julgamento que está incorporado nas próprias escalas salariais atacadas.

Demorei muito tempo para introduzir a questão conceitual porque ela reside em exemplos como os que dei, não em palavreado abstrato. O problema é que conceitos pressupõem que examinemos a variação total das coisas que abrangem quando os formulamos e definimos. Agora podemos ver uma das razões da minha ênfase anterior em métodos de amostragem que produzam exemplos dessa variação. Se excluirmos alguns fenômenos por causa de ideias preconcebidas convencionais ou por qualquer outra razão que discuti anteriormente, nossos conceitos serão falhos. As generalizações de que esses conceitos são componentes conterão muito ruído, variação aleatória que nada tem de aleatoriedade, sendo antes o resultado de tendências sociais sistemáticas na seleção de casos que usamos para definir nossos conceitos.

## ■ CRIME

O mesmo raciocínio se aplica ao conhecido fenômeno do crime do colarinho-branco. Por que Edwin Sutherland considerou necessário dedicar seu discurso presidencial na American Sociological Association (1940) ao tema do crime do colarinho-branco? Porque queria acusar seus colegas de um erro conceitual que tinha um fundamento similar na amostragem inadequada baseada em preconceitos convencionais e socialmente aprovados. Revistas e livros de criminologia, na época em que Sutherland proferiu seu ataque, estavam cheios de teorias sobre crime e pesquisas sobre crime. O que era crime, essa coisa de que todas essas teorias e pesquisas tratavam? Era a atividade que violava a lei criminal. Isso parecia bastante razoável. As pilhas de pesquisa que haviam sido feitas mostravam que o crime se relacionava estreitamente com pobreza, lares desfeitos e todos os outros índices convencionais da então chamada “patologia social”. Sutherland fez uma pergunta simples: como pode isso ser verdade quando há crimes cometidos por pessoas muito abastadas, que não exibem os sinais convencionais de patologia social, e pelas maiores e mais respeitadas empresas do país, que também não provinham de lares desfeitos?

A resposta era bastante simples. Ninguém, com certeza nenhum criminologista convencional, pensava que os crimes cometidos por pessoas abastadas e empresas eram, de alguma maneira

fundamental, crimes “de verdade”. Ademais, os acusados envolvidos raramente viam-se condenados por violações criminais porque os casos eram muitas vezes julgados como ações civis. Se não havia condenações criminais, como poderia haver algum criminoso? O governo, de modo típico, estava mais interessado em fazer os maus sujeitos interromperem seus golpes pelo correio e suas fraudes com títulos e em obrigá-los a indenizar os que haviam sido enganados do que em mandar alguém para a cadeia. Mas isso não era uma consequência natural da natureza dos crimes, que podiam ser também processados sob estatutos criminais, e ocasionalmente o eram. Resultava de julgamentos feitos por promotores públicos que exerciam a liberdade que a lei lhes concedia para adotar procedimentos criminais ou civis.

Os promotores tinham outras razões para não exigir condenações criminais. Como a pesquisa posterior de Katz mostrou,<sup>3</sup> crimes do colarinho-branco e crimes do tipo mais convencional diferem sob um outro aspecto importante. No crime comum, não há dúvida de que um delito foi cometido. Alguém foi roubado ou atacado. A pergunta é: quem fez isso? No crime do colarinho-branco, por outro lado, não há dúvida quanto à autoria. A grande cadeia de armazéns de fato rotulou carne que pesava 800 gramas com a etiqueta de um quilo. A questão não é quem fez isso, mas se isso é ou não um crime. Tal coisa, afinal, poderia ter acontecido porque a balança estava com defeito sem que a companhia soubesse, ou porque um açougueiro trapaceiro embolsava parte do lucro, ou por qualquer de várias razões que mostrariam que a empresa não tivera intenção criminosa. Assim, por ambos os conjuntos de razão, criminosos do colarinho-branco são condenados por crimes com muito menor frequência que criminosos comuns.

O raciocínio impecável de Sutherland era que, se decidíamos não incluir os crimes cometidos por pessoas ricas e empresas ao calcular nossas correlações, assegurávamos o resultado de que o crime estava correlacionado à pobreza e a tudo que a acompanha. Não porque de fato estava, mas porque estávamos usando um conceito falho, que pretensamente continha todos os membros de uma dada classe, mas excluía um grande número desses membros com base na razão não examinada do prestígio social. Não tínhamos um achado empírico, mas um artefato criado por definição.

Defendendo-se de Sutherland, criminologistas convencionais argumentaram, essencialmente, que “todo mundo sabia” que essas pessoas ricas e empresas não eram “realmente criminosas”. Isto é, se aceitássemos a ideia convencional de criminoso — um valentão com máscara no rosto que pula de trás dos arbustos, enfia um revólver nas suas costelas e pega seu dinheiro, um sujeito que faz do crime uma carreira, vive uma vida de crime, partilha a cultura do crime com outros semelhantes a ele (e esses criminosos eram, no pensamento convencional, homens, é claro) —, ficava claro que as pessoas agradáveis de terno e gravata que tomam nosso dinheiro à plena luz do dia sobre uma escrivaninha num escritório elegante, e as organizações em cujos prédios esses escritórios se situam, não se parecem em absoluto com isso. Podem tomar nosso dinheiro, mas não com um revólver; de fato, do modo como o fazem, podíamos nem perceber que havíamos sido roubados, a menos que alguém nos mostrasse.

Sutherland chegou à sua compreensão do crime do colarinho-branco usando um truque baseado num traço comum da vida organizacional. Como sugeri na discussão da amostragem, de forma típica, as organizações mentem acerca de si mesmas. Se isso for severo demais, eu diria que procuram dar a melhor impressão possível e preferem não mencionar coisas que as fariam parecer más, em especial quando esses eventos e atividades podem ser interpretados, plausivelmente, como desvios aleatórios ou falhas de caráter atribuíveis a indivíduos, coisas que, de todo modo, ninguém poderia esperar que uma empresa conseguisse evitar. Esta é a explicação geral que departamentos de polícia dão quando um de seus policiais é pego comportando-se mal: “Há algumas maçãs podres em todo o cesto.” A

justificativa é destinada a opor-se a qualquer sugestão que admitiria a hipótese mais sociológica de que o cesto apodrece as maçãs — isto é, que a organização e a cultura do departamento poderiam desencaminhar policiais que em outras circunstâncias seriam cumpridores da lei.

Cientistas sociais serão induzidos em erro se aceitarem as mentiras que as organizações contam acerca de si mesmas. Se, em vez disso, procurarem lugares onde essas histórias não se sustentam, os eventos e atividades que as pessoas que falam em nome da organização ignoram, acobertam ou minimizam, encontrarão uma opulência de coisas para incluir no corpo de material a partir do qual constroem suas definições. O truque de Sutherland era simples. Ele procurava fatos que as empresas não poderiam incluir em seus relatórios anuais: os processos civis contra elas e os acordos que haviam feito para sustá-los; e as violações de lei criminal que os sociólogos não levavam em conta porque as empresas haviam conseguido evitar um processo criminal, resolvendo-as como matérias de lei civil.

Quando encontramos eventos e fatos que não são explicados nas histórias convencionalmente contadas sobre uma classe de organizações, em geral encontramos um novo elemento, ou “variável”, que precisa ser incorporado na definição do problema sob estudo. Uma versão mais geral do truque de Sutherland produz a teoria da rotulação do desvio.<sup>4</sup> Da seguinte maneira: a história convencional sobre desvio é que as organizações responsáveis por lidar com ele realmente o fazem com eficácia. Podem não impedir que ele aconteça — departamentos de polícia podem não ser capazes de controlar todo policial velhaco —, mas uma vez que se saiba que aconteceu, descubram-no e punem-no. Empresas podem não ser capazes de impedir empregados de fraudar clientes, mas pegam e punem os fraudadores.

Mas quando descobrimos que nem todos os desvios são detectados, e que a seleção de quais devem ser detectados não é aleatória, temos boas razões para pensar que encontramos uma outra peça no quebra-cabeça — a saber, um passo no processo de identificação e punição que consiste em não detectar certas pessoas e não punir algumas que foram detectadas. Assim ficamos sabendo que “desvio” inclui tanto a possível infração de uma lei ou regra quanto um processo de agir de alguma maneira contra quem quer que seja suspeito de ter cometido a infração. Quando observou que alguns que cometiam crimes não eram tratados da mesma maneira que outros, Sutherland viu que havia descoberto alguma coisa.

Lembremos que o que Sutherland descobriu não era um grande segredo. Toda organização aplica as regras pelas quais é responsável de uma maneira parcial e arbitrária. A originalidade de Sutherland consistiu em fazer dessa arbitrariedade o objeto de estudo. (Retornarei a essa distinção entre a infração da regra e a percepção e punição da infração da regra no Capítulo 5, quando examinarmos os usos da lógica combinatória para a pesquisa social.)

Todos estes exemplos mostram que os conceitos que não cobrem a variação completa dos casos a que pretensamente se aplicam são falhos. Generalizações que incluem conceitos falhos como termos da equação explanatória não explicarão tudo que afirmam explicar, como as explicações do crime baseadas em atividades de delinquentes juvenis não podiam explicar os crimes das grandes empresas. Incluir a variação total dos casos nos obriga a rever nossas generalizações, torná-las mais complexas e mais interessantes. Então, contendo menos ruído e menos variância injustificada, elas explicarão mais do que se destinam a explicar.

O truque aqui, para repetir, é reconhecer que as definições de conceitos repousam no que os exemplos em que se baseiam têm em comum. Por mais abstrata (ou “teórica”) que seja a definição resultante, ela exhibe as marcas dessa seleção de casos muitas vezes não examinada. É por isso que insisti na necessidade de se buscarem representações que ampliem nossas ideias sobre o que poderia



estar presente no mundo que estudamos. Se nossas representações forem baseadas numa amostra distorcida, teremos problemas. Se procurarmos sistematicamente casos excluídos, nosso trabalho ficará melhor.

## — DEFINIÇÃO DE CONCEITOS: ALGUNS TRUQUES

Para recapitular nossos resultados até agora: definimos conceitos (em contraposição a descobrir sua verdadeira natureza), e nossas definições são moldadas pela coleção de casos que temos em mãos para com ela pensar sobre o problema. Suponha que reunimos uma boa coleção de casos e queremos avançar com a criação de um conceito útil. Como proceder? É verdade que isso requer alguma imaginação, alguma associação livre e alguma consulta do que outros disseram no passado, mas podemos fazer tudo isso e ainda não saber como criar um conceito. O que fazemos realmente?

Cientistas sociais fazem essa pergunta a si mesmos quando começam a colher dados sem ter muita noção do que é de verdade o problema que estão estudando. Isso acontece com mais frequência do que gostamos de admitir. Ocorre, por exemplo, quando concordamos em estudar um problema “prático”, definido por sua importância para as pessoas envolvidas nele. (Como muitas pesquisas são financiadas porque os problemas são prática e politicamente importantes, essa situação é comum.) “Os estudantes negros estão recebendo um tratamento equitativo na educação?”; seja como for que qualquer destes termos seja definido, esta não é uma pergunta formulada em termos sociológicos. Isso não significa que não seja importante ou interessante, mas sim que, ao estudá-la, teremos de transformá-la numa questão sociológica antes de termos alguma coisa de especial a dizer a seu respeito. Por enquanto, porém, não sabemos qual será essa questão. Só saberemos isso depois que examinarmos que tipos de organizações, instituições e processos estão envolvidos na produção desse problema (que tipo de máquina opera para fazer as coisas acontecerem daquela maneira), e somente nossa pesquisa nos dirá isso.

Assim, encontramos-nos com uma grande quantidade de dados, tentando descobrir o que poderia estar em questão do ponto de vista sociológico. Estudantes que se veem nessa dificuldade costumam dizer que querem “simplificar seu problema”, expressão ritual que algum professor lhes ensinou para evitar que a questão se torne complicada demais. Para estudantes, mas não só para eles, isso significa encontrar uma maneira de dizer alguma coisa que será defensável contra todos os ataques; se tornarem o problema estreito o bastante, poderão descobrir tudo a seu respeito, resolvê-lo de maneira conclusiva, e nenhum dos vagos inimigos que percebem à sua volta poderá pegá-los. (Discuti esses temores em *Writing for Social Scientists*.)

Estudantes que estão aprendendo a fazer trabalho de campo comumente sofrem dessa doença. Quando afinal conseguem tomar coragem e entrevistar alguém, não sabem o que perguntar. Quando observam alguma situação social, não sabem ao certo o que constitui seus “dados”, quais das coisas que veem e ouvem deveriam registrar. Isso ocorre porque não sabem qual é o seu problema, o que estão estudando. Sabem que devem fazê-lo, então registram tudo. Pelo menos aparentemente. Em consequência, suas anotações são dispersas, essencialmente incoerentes; suas entrevistas são vagas porque não dão às pessoas com quem estão falando nenhuma orientação sistemática sobre o que gostariam de saber.

Mas há alguma ordem no que fizeram, porque não podemos tomar as mais simples decisões a menos que tenhamos alguma ideia sobre o que estamos fazendo. Foi a representação que têm de

peças, lugares e situações como os que estão examinando que os levou a fazer o que quer que tenham feito, a perguntar o que perguntaram, a dar atenção ao que deram, a ignorar o que ignoraram. Agora eles devem descobrir o que tinham em mente que os levou a fazer tudo isso. O problema é descobrir a representação que os levou a essa situação embaraçosa.

Meu truque nesses casos é uma versão de um velho jogo de salão. No jogo alguém diz, por exemplo, “*Nine Wagner*” [*Nove Wagner*]. O objetivo é adivinhar a pergunta para a qual essa é a resposta. Nesse caso, a pergunta que provoca essa resposta é: “Quem escreveu essa peça? Mozart?” E a resposta (tomei liberdades com a ortografia) é “*Nein! Wagner!*” [*Não! Wagner!*]. Assim, tentando descobrir o que está fazendo, você diz para si mesmo: “Os dados que tenho aqui são a resposta para uma pergunta. Que pergunta poderia eu estar fazendo para a qual estas anotações que tomei seriam uma resposta razoável?” Peço aos estudantes que releiam suas anotações com isso em mente, que façam de conta que fizeram tudo que fizeram com um intuito e conseguiram realizar exatamente o que pretendiam. Assim descobrirão o que fizeram.

Esse exercício em geral deixa os estudantes infelizes. Eles veem que, qualquer que fosse a ideia vaga que tinham em mente ao começar seu trabalho, não chegaram nem perto de pô-la em prática. Pressupostos não expressos e representações não reconhecidas — sobre o problema, porém mais provavelmente sobre o que podem esperar razoavelmente das pessoas em matéria de colaboração — os levaram a investigar tópicos que não pretendiam e que não os interessavam, geralmente assuntos sem importância e superficiais cuja virtude era virem à mente quando a conversa arrefecia. Os estudantes queriam saber sobre padrões de organização social, mas, sob a pressão de se comportarem como pesquisadores bem-informados, quando sabiam que não o eram, perguntavam às pessoas que entrevistavam e com quem conviviam sobre ninharias. Queriam saber sobre inquietação entre os operários de fábrica que estavam observando, mas só conversaram com eles sobre a comida no restaurante da empresa ou o jogo de futebol da véspera na televisão. E sabem que não se trata disso. Não fizeram o que deveriam ter feito para descobrir o que queriam saber.

Digo-lhes que não fiquem infelizes. Agora sabem o que estavam “realmente investigando”, sobre o que estavam perguntando em suas primeiras tentativas, e sabem que o que ficaram sabendo não era o que queriam saber. Cientes disso, podem mudar de direção, reformular suas perguntas e ter algo diferente para pôr em suas anotações. Agora é mais provável que seus dados digam respeito ao que querem investigar. E, se ficar claro que talvez não sejam capazes de ver alguma coisa que consideram importante, ou de perguntar algo que considerem importante, podem pensar em maneiras alternativas de chegar ao que lhes interessa.

Suas perguntas reformuladas constituem o princípio da construção conceitual. Eles veem aquilo em que não estão interessados e sobre o que não querem saber. Em geral não acham isso muito emocionante e pensam que desperdiçaram tempo numa direção errada. Mas não o fizeram. Só podem dizer que *X* não lhes interessa ao ter alguma noção do que lhes *interessaria*. Nomear o objeto de interesse é o início da conceituação.

Dei a impressão de que esse truque só poderia ser praticado por sociólogos que trabalham com dados qualitativos, não aprisionados por projetos de pesquisa, capazes de continuar mudando de ideia à medida que pesquisam. Na verdade, a introdução de microcomputadores na vida sociológica cotidiana libertou os sociólogos quantitativos de sua dependência dos supercomputadores, das longas esperas que essas máquinas provocavam entre ter uma ideia, pensar como testá-la nos dados disponíveis e realmente obter os resultados. Libertada do supercomputador, a análise quantitativa é muito mais interativa. As pessoas fazem análises fatoriais, que antigamente exigiam um ano de cálculos à mão, durante o tempo que levam para encher de novo a xícara de café. Tendo o custo do

cálculo baixado de maneira tão drástica, pesquisadores podem fazer análises só por fazer, para testar um mero palpite.<sup>5</sup> E isso por sua vez significa que também os pesquisadores quantitativos podem inspecionar as respostas que têm para ver que perguntas elas implicam. Os mesmos truques funcionarão para eles.

## — DEIXE O CASO DEFINIR O CONCEITO

Esta é uma maneira um pouco diferente de tirar partido do reconhecimento de que conceitos são definidos. Sociólogos, preocupados em generalizar, querem estabelecer que o que estudaram não é o único caso do gênero. De que adiantaria obter um conhecimento seguro sobre algo se não fosse possível aplicar esse conhecimento em nenhum outro lugar? A preocupação é cultuada na conhecida distinção entre ciências idiográficas e nomotéticas. Os estudantes, em especial, penso eu, querem inserir seu caso (a coisa que estudaram) em alguma categoria conceitual, pela excelente razão de que, se conseguirem fazê-lo, todas as justificações para o estudo daquelas coisas estarão prontas e facilmente disponíveis.

Mas há um problema nisso. Não está claro que você pode dizer alguma coisa muito útil se focalizar apenas o que é comum a seu caso e a outros com que ele partilha a condição de membro de alguma classe. Quanto mais seriamente consideramos um caso, quanto mais nos esforçamos para compreendê-lo por completo, de modo que não haja nada sobre ele que precisemos esconder ou ignorar, mais difícil se torna vê-lo como “exatamente igual” a qualquer outro caso com que se assemelhe superficialmente.

Considere isso como uma escolha entre deixar a categoria conceitual definir o caso e deixar o caso definir a categoria. Deixamos a categoria definir o caso quando dizemos que o que estudamos é um caso de  $x$ , digamos, de burocracia, modernização, organização ou qualquer dos outros conceitos comuns que usamos para compreender o mundo social. Isso nos leva (não necessariamente, mas com muita frequência na prática) a pensar que tudo que é importante sobre o caso está contido no que sabemos sobre a categoria. Assim, analiticamente, temos apenas de examinar o caso para ver se ele tem todos os atributos que um membro daquela categoria deve possuir, sendo portanto uma das coisas descritas por aquele conceito. Checamos, por exemplo, se nosso caso tem todos os traços que, segundo Max Weber, uma burocracia deve apresentar. Nossa análise está completa quando mostramos que ele de fato tem todos esses traços (ou a maioria deles) e explicamos por que não tem os que não estão presentes. Ignoramos aqueles elementos do caso cuja presença ou ausência a descrição da categoria ignora. Essa estratégia nos ajuda a desenvolver uma teoria acrescentando casos à coleção de exemplos do tipo, e variações a ideias e princípios que outros desenvolveram para explicá-los. Isso é algo semelhante ao trabalho científico normal de articulação descrito por Kuhn.<sup>6</sup>

Quanto mais o mundo, tal como exemplificado em nosso caso, incluir exatamente o que nosso conceito inclui, e nada mais, melhor nossa análise funciona. Mas o mundo quase nunca é exatamente como o imaginamos. De fato, essa similaridade tão rara talvez só ocorra sob circunstâncias muito especiais. Acontece, por exemplo, quando fazemos nosso conceito sob medida para se ajustar a uma ocorrência particular. Se construo uma teoria da revolução generalizando a partir da Revolução Norte-Americana ou da Russa, minha teoria se ajustará ao caso em que a baseei. O mundo e nosso conceito se assemelham um ao outro, também, quando temos controle suficiente sobre o mundo para

fazer com que ele se ajuste exatamente às nossas categorias. Latour explica que a ciência “funciona”, isto é, suas previsões são verificadas na prática, porque os cientistas podem mudar o mundo até que ele se assemelhe ao contexto em que fizeram suas descobertas. Louis Pasteur só conseguiu proteger vacas contra o antraz por meio de vacinação quando convenceu os fazendeiros a reproduzir em suas fazendas as características essenciais de seu laboratório. Diz ele: “Fatos e máquinas são como trens, eletricidade, pacotes de bytes de computador ou legumes congelados; podem ir para qualquer lugar, contanto que os trilhos pelos quais viajam não sofram a menor interrupção.”<sup>7</sup> É extremamente difícil assentar os trilhos pelos quais a ciência social pode se deslocar. Um número grande demais de outras pessoas tem ideias conflitantes sobre como o mundo social deveria ser arrumado para que possamos arranjá-lo de modo a que nossas teorias funcionem. Assim, esses trilhos são mais bem-assentados em simulações por computador e, por vezes, em experimentos de laboratório. Diferentemente de Pasteur, cientistas sociais raramente podem convencer alguém a transformar suas casas ou comunidades reais (não simuladas) nos trilhos sobre os quais nossa teoria poderia correr.

Assim, a estratégia de deixar o conceito definir o caso é capaz de muita coisa, mas tem um preço: não vemos e investigamos aqueles aspectos de nosso caso que não estavam na descrição da categoria com que começamos. As coisas que deixamos de fora, contudo, retornam para nos incomodar. Quer as incluamos em nossa investigação ou não, elas ainda estão lá e continuam a operar na situação que estudamos, quase certamente influenciando os fenômenos que queremos compreender. Faz sentido incluí-las em nossa análise mesmo que nosso conceito não dê espaço para elas. E este é o argumento em favor da estratégia alternativa: deixar o caso definir a categoria. Como no exemplo anterior, tome a Revolução Norte-Americana como modelo e defina uma categoria que tenha todos os atributos (absolutamente todos, porque não sabemos o que excluir) desse caso. Tudo que descobrirmos sobre o caso se torna uma parte crucial do conceito. Que conseguimos fazer com isso? É possível criar uma generalização que funcione dessa maneira?

Deixar o caso definir o conceito nos permite determinar dimensões que poderíamos ver variando em outros casos. Descobrimos que os executivos de associações de poupança e empréstimo às vezes furtam dinheiro manipulando regras bancárias cuja complexidade torna difícil para os promotores decidir se o que fizeram é indiscutivelmente um crime. Isso identifica um aspecto de “crime” que não veríamos em casos de agressão física, nos quais ninguém duvida de que dar uma cacetada em alguém é crime. A generalização que resulta do nosso estudo é que a clareza ou ambiguidade da criminalidade de uma ação, e as coisas que afetam isso, são algo a incluir em todos os estudos futuros sobre “crime”. De certo modo, o resultado de trabalhar desta maneira não é um maior número de respostas, mas um maior número de perguntas.

## ➤ GENERALIZAÇÃO: O TRUQUE DE BERNIE BECK

Fiz um movimento sub-reptício na análise acima quando disse que seu resultado era um novo aspecto do crime a ser incluído em pesquisas futuras — a clareza ou a ambiguidade da criminalidade de uma ação. Vou explicar agora o que estava envolvido nesse movimento. Os sociólogos muitas vezes não conhecem quaisquer etapas intermediárias entre os fatos brutos do caso que estudaram e as categorias mais amplas, mais gerais, de análise social. Assim, podem descrever os achados de sua pesquisa sobre, digamos, o consumo de álcool e dar um salto a partir disso para falar sobre identidades ou auto-percepções, ou algum outro aspecto extremamente abstrato da organização ou da

interação social. Em geral, nossa pesquisa nada tem de muito novo a dizer sobre auto-percepções ou identidade. Os pesquisadores costumam usar essas ideias gerais para orientar seu trabalho, para sugerir uma abordagem global e um conjunto muito geral de perguntas que poderiam fazer. As ideias servem como o que Lewontin chamou de “metáforas informadoras e organizadoras”, cujo papel é “introduzir ordem na confusão”.<sup>8</sup> O que os pesquisadores que as utilizam descobrirem provavelmente não levará a nenhuma reformulação dessas ideias ou questões gerais. Na pior das hipóteses, o pesquisador anuncia com triunfo que o que estudou era de fato um caso do desenvolvimento da identidade ou do caráter adaptativo da organização social. Esse tipo de resultado não é útil para ninguém. Não acrescenta grande coisa a qualquer justificação que as teorias muito gerais a que está associado já tenham. E as teorias gerais não acrescentam muito aos estudos específicos. O conselho que oferecem é geral demais.

O que é útil é a descrição de algo mais geral que os fatos particulares que descobrimos, mas menos geral que noções de identidade e interação social. Algo intermediário, algo como as “teorias de médio alcance” para as quais Robert Merton nos alertou. Passei das condenações de executivos de instituições de poupança e empréstimo para a ideia da clareza ou ambiguidade da criminalidade de uma ação, mas não expliquei como o fiz. Quando ensino trabalho de campo, muitas vezes dou esse tipo de salto ao discutir as possíveis extensões dos achados de um aluno. Este é o aspecto do que faço que provoca com mais frequência a impressão de que algum tipo de truque mágico está sendo executado, que a maneira como passo de *A* para *B* não é algo que se possa aprender a imitar.

Durante os 25 anos em que lecionei na Universidade Northwestern, minha sala ficava sempre ao lado da de Bernard (ou Bernie) Beck, um dos grandes mestres e pensadores da sociologia, cujas qualidades são menos conhecidas do que deveriam. Aprendi mais com ele do que jamais poderei retribuir, em boa parte escutando, sem que ele percebesse, suas conversas com estudantes de pós-graduação sobre seus trabalhos em andamento. Nada do que ouvi foi mais útil para mim que seu truque para chegar a esse nível intermediário de pensamento acerca de um resultado de pesquisa. Como ele nunca publicou seu truque, que tem a elegância da simplicidade, tomo a liberdade do empréstimo.

Beck diz ao aluno que colheu alguns dados e agora está tentando compreender do que trata sua dissertação de pesquisa: “Diga-me o que encontrou, mas sem usar nenhuma das características definidoras do caso real.” Vou usar minha própria tese, um estudo das carreiras de professores de primeiro grau em Chicago, como exemplo.<sup>9</sup> Se eu fosse um aluno pedindo a Beck que me ajudasse a descobrir que generalização minha pesquisa poderia produzir, ele provavelmente teria me perguntado primeiro o que eu realmente descobrira sobre os professores de Chicago. Eu poderia ter oferecido esta conclusão:

Esses professores fazem sua carreira mudando-se de uma escola para outra dentro do sistema escolar de Chicago, em vez de tentar cargos mais elevados, mais bem-remunerados, ou de se transferir para outros sistemas em outras cidades. Seus movimentos entre cargos no sistema escolar podem ser compreendidos como uma tentativa de encontrar uma escola em que as pessoas com quem interagem — alunos, pais, diretores, outros professores — atuariam mais ou menos da maneira como esperariam.

Se eu tivesse falado tudo isso a Beck, ele teria me pedido, usando esse truque: “Diga-me sobre o que é a sua pesquisa, mas agora você está proibido de usar as palavras ‘professor’, ‘escola’, ‘aluno’, ‘diretor’ ou ‘Chicago’.” Para atender-lhe, eu teria de escolher palavras mais gerais que as particularidades do meu caso, mas não tão gerais que eu perdesse a especificidade do que descobrira. Se eu começasse a falar sobre “identidade” ou “escolha racional” ou abstrações semelhantes de alto nível, perderia o que havia aprendido sobre movimentos de carreira resultantes de escolhas entre situações de trabalho mais e menos confortáveis. Portanto, eu poderia ter

respondido que meu estudo mostrava como pessoas em sistemas burocráticos escolhem entre cargos potenciais avaliando a maneira como todos os demais participantes vão tratá-los e escolhendo lugares onde o equilíbrio será melhor, levando-se em conta o que quer que estejam tentando maximizar.

Foi assim que dei o passo do fato de que executivos do setor bancário furtam para minha declaração acerca da clareza ou ambiguidade da criminalidade de uma ação. Reformulei a afirmação de que “os executivos de associações de poupança e empréstimo às vezes furtam dinheiro manipulando formulários bancários cuja complexidade torna difícil para os promotores decidir se o que fizeram é indiscutivelmente um crime” sem usar nenhuma das particularidades. Não mencionei “executivos”, “poupança e empréstimo” ou qualquer dos outros detalhes. Disse a que classe cada um deles pertencia, e assim acabei falando sobre a ambiguidade da criminalidade de uma ação, uma dimensão que poderia ser útil no estudo de qualquer atividade criminosa. Eu poderia dar mais um passo e falar sobre algo menos específico que lei criminal — regras em geral —, e isso me permitiria introduzir casos tão interessantes quanto a validade de certas jogadas no beisebol, que dependem de regras tão ambíguas quanto qualquer uma do direito criminal.

Você poderia argumentar que, afinal, beisebol e negócios bancários não têm muito em comum. Certo. Cada vez que fazemos uma comparação como esta e encontramos tal similaridade constatamos também imediatamente tal diferença. Tanto a similaridade quanto a diferença nos dão categorias sobre as quais devemos pensar e que temos de usar em nossas análises. A similaridade diz, como forma de comparação: “Todo conjunto de regras é claro em certo grau e ambíguo em outro.” A diferença diz, como forma de outro tipo de generalização: “Dentro das organizações (como no beisebol e nos negócios bancários) em que regras são feitas e aplicadas, outras coisas ocorrem, de modo que essas regras variarão ao longo de uma dimensão que vai da clareza à ambiguidade.” O estabelecimento de comparações desse tipo revela outras complexidades na criação e aplicação de regras, complexidades que podem ser examinadas em futuras pesquisas.

A consequência imediata desse resultado é que todo estudo pode dar uma contribuição teórica, acrescentando alguma coisa nova que precisa ser pensada como uma dimensão daquela classe de fenômeno. Isso só não seria verdadeiro quando os dois casos fossem idênticos sob todos os aspectos — mas isso é tão improvável que não vale a pena temê-lo.

## — CONCEITOS SÃO GENERALIZAÇÕES

Aqui está uma abordagem diferente à mesma ideia. Embora pensemos sobre eles, especulemos sobre eles e os definamos, os conceitos não são simplesmente ideias, ou especulações, ou matéria de definição. De fato, os conceitos são generalizações empíricas que cabe testar e refinar com base nos resultados empíricos da pesquisa — isto é, no conhecimento do mundo.

Em geral temos dificuldade em aplicar conceitos a casos reais de fenômenos sociais: eles de certo modo se ajustam, mas não exatamente. É por isso que raras vezes definimos um fenômeno por um único critério sem ambiguidade. Não dizemos: “Se tiver tromba, é um elefante, sem dúvida;” ou: “Se as pessoas trocam bens com base em preço, é um mercado.” Se falássemos assim, saberíamos com certeza se um caso era ou não uma das coisas em que estávamos interessados. (Isto é uma espécie de exagero. Mesmo assim, teremos todos os problemas associados à decisão do que é uma tromba ou uma troca com base em preço.)

Os conceitos que nos interessam, contudo, em geral têm múltiplos critérios. Max Weber não definiu burocracia por um só critério. Deu uma longa lista de traços característicos: a existência de arquivos escritos, cargos definidos como carreiras, decisões tomadas por regras e assim por diante. De maneira similar, os cientistas sociais de hábito definem cultura segundo múltiplos critérios: ela consiste em compreensões partilhadas, transmitidas de uma geração para a seguinte; em proposições que corporificam os valores básicos de uma sociedade e assim por diante.

No mundo em que vivemos, contudo, os fenômenos raramente têm todos os atributos exigidos para que sejam, sem ambiguidade, membros de uma classe definida por múltiplos critérios. Uma organização tem arquivos escritos, e toma decisões por regras estritas, mas não tem carreiras para os funcionários. É uma burocracia ou não? Certa organização tem, no papel, todos os atributos que Weber atribuiu a uma burocracia, mas é do tipo em que acontecem coisas como as que vemos neste incidente (relatado por Gordon e colegas num estudo do acesso do público à informação que devia estar legalmente disponível em repartições de cidades, do município e do estado em Illinois, sob várias leis relativas à liberdade de informação):

Quando um professor do Centro de Assuntos Urbanos da Universidade Northwestern procurou alguns dados sobre eleições em Chicago, por exemplo, foi-lhe dito clara e repetidas vezes, em pessoa, por um funcionário de sobrenome irlandês, que esses dados, embora legalmente públicos, não estavam disponíveis. Um dia, quando ele insistia em que deveriam estar disponíveis, um funcionário de sobrenome italiano passou os olhos no nome do professor na solicitação escrita e interrompeu para perguntar: “Masotti. É italiano?” O dr. Masotti disse que sim e falou brevemente em italiano com o funcionário; este então chamou um outro sujeito italiano que, após 30 minutos de trabalho, produziu um conjunto completo dos dados inicialmente “não disponíveis”.<sup>10</sup>

Mesmo que tenha arquivos, regras e todos os outros critérios weberianos, isso é uma burocracia?

Uma primeira razão que torna importantes essas discussões sobre definições é que os títulos descritivos que corporificam esses conceitos raramente são neutros, sendo usados como termos de elogio ou censura. “Cultura”, por exemplo, é quase sempre boa coisa (“burocracia”, como no exemplo acima, é quase sempre má). Assim, parece-nos importante decidir, acima de considerações técnicas, se podemos dizer que um grupo tem cultura ou não. Não queremos recompensar com a aprovação indicada por esse título honorífico um bando de gente que não o merece. Suponhamos que os membros de um grupo partilhem compreensões, um elemento que mencionei acima como muitas vezes incluído em definições de cultura, mas inventem essas compreensões quando necessário, em vez de transmiti-las de geração para geração. Isso é uma cultura ou não? Alguns cientistas sociais não gostariam de dar a um “mau” grupo que faz essas coisas (por exemplo, um bando delinquente) a honra de ter uma “cultura” real; querem guardar uma palavra tão boa para organizações louváveis.<sup>11</sup> (Um problema interessante surge quando historiadores descobrem que o que pareciam ser tradições hereditárias que corporificavam valores primordiais etc., havia na verdade sido inventado não muito tempo antes, assim como descobriram que a cultura escocesa tal como corporificada nas tradições dos antigos clãs e seus tartans costumeiros havia sido inventada por comerciantes de lã com excesso de mercadoria em estoque.)

Um outro problema pode ser formulado de maneira mais técnica: suponha que você tem  $x$  critérios para um objeto e chama os objetos que têm todos os critérios  $x$  de  $O$ . Que nome você dá aos objetos que têm  $x - 1$ ,  $x - 2$  ou  $x - n$  dos critérios? A solução simples é chamá-los não- $O$  e ignorar a diferença entre eles — isto é, tratá-los como se a única coisa importante a seu respeito fosse o que não são. Mas isso muitas vezes é insatisfatório porque dificilmente algum dos objetos que estudamos tem todos os critérios; em vez disso, apresentam diferentes misturas deles — o que Wittgenstein chamou de “semelhanças de família”. As burocracias que estudamos são parecidas, mas não idênticas como as moléculas de cobre. Podemos, é claro, dar um nome a cada combinação de

possibilidades. Na realidade, raramente o fazemos, porque esse expediente gera depressa um número muito grande de possibilidades com que não estamos teórica ou praticamente preparados para lidar. (Métodos para manipular a complexidade existem, vou discuti-los no Capítulo 5.)

Assim, conceitos como burocracia são na realidade, tal como usualmente os usamos, generalizações que dizem: “Vejam, esses critérios  $x$  realmente andam juntos, mais ou menos, o tempo todo, o bastante para que possamos alegar que estão todos presentes em cada objeto  $O$ , embora quase todos os  $O$ s tenham de fato a maioria deles, não todos.” Isso gera um problema porque muitos dos nossos casos não funcionam como a teoria diz, precisamente porque lhes falta um atributo importante, responsável por esse aspecto do comportamento de  $O$ .

Muitas vezes podemos contornar essas dificuldades, porque o número de casos é pequeno ou porque não faltam aos objetos que colhemos atributos importantes para o problema que estamos tentando resolver. Mas quando não podemos, deveríamos reconhecer que nosso “conceito” não era apenas uma ideia, mas uma generalização empírica que dizia que todos aqueles critérios andavam juntos.

Um bom exemplo tomado do mundo dos assuntos práticos tem a ver com o conceito de “residir” em algum lugar. Quando o Censo de 1960 deixou de contar grande número de homens jovens negros, as consequências políticas obrigaram os estatísticos e pesquisadores de survey a considerar com seriedade o problema. A questão prática que o comitê de pesquisa encarregado do problema teve de enfrentar foi como conduzir o Censo seguinte de modo a contar pessoas não registradas na vez anterior.<sup>12</sup> O Censo dos Estados Unidos deve contar as pessoas onde elas residem, para fins de representação política, de modo que a questão assumiu um duplo aspecto: como podemos encontrar as pessoas *onde elas residem* de modo que preencham nossos formulários, e o que significa residir em algum lugar (porque se compreendermos o que significa residir em algum lugar saberemos como encontrá-las)?

As discussões do comitê de especialistas revelou uma profunda ambiguidade na noção de residir em algum lugar. O que significa isso? Para cada critério proposto, era possível imaginar uma exceção perfeitamente razoável. Você reside onde dorme: se estou em férias no México, resido no México? É onde você dorme usualmente: sou um caixeiro-viajante, não durmo usualmente em nenhum lugar particular. É onde você recebe sua correspondência: muitas pessoas pegam sua correspondência em agências do correio ou na livraria City Lights em São Francisco, mas não residem nesses lugares. É onde você sempre pode ser encontrado: para mim, no momento, esse lugar é São Francisco, na Califórnia, mas certamente não passo todo o meu tempo lá. É onde você guarda suas roupas, é onde...

Para a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, todos esses lugares são um só. Elas em geral dormem no lugar em que recebem correspondência, que é também onde guardam suas roupas e podem ser encontradas mais facilmente. Mas para a maioria das pessoas, em algumas ocasiões, e para algumas delas o tempo todo, esses são lugares diferentes: guardam suas roupas num lugar e dormem em outro. Para elas o conceito simplesmente não é adequado e, se quisermos levá-las em conta, teremos de decompô-lo nos indicadores que o integram e tratar cada um em separado. Em outras palavras, temos de nos dar conta de que a generalização empírica corporificada no conceito não é verdadeira: todos aqueles critérios não andam juntos o tempo todo.

Podemos utilizar o fato de elementos constitutivos de um conceito não se manterem unidos como gostaríamos como o ponto inicial para expandir nossa teoria do mundo e torná-la mais complexa. Marisa Alicea fez isso em seu estudo sobre migrantes que retornam a Porto Rico — gente que, tendo se mudado de San Juan ou Ponce para Nova York ou Chicago, volta depois para a ilha.<sup>13</sup> Ela mostrou



que, de fato, essas pessoas se transferem com frequência de cá para lá entre suas duas moradas. Assim, é enganoso pensar nelas como migrantes, e muito mais realista e útil considerar que têm, como ela diz, “duas bases de moradia”. Levar esse resultado a sério significa que mais um “fato” incorporado no conceito de “residir em algum lugar” — que as pessoas “residem” num único lugar — deve ser visto como simplesmente mais uma possibilidade que pode ou não ser verdadeira num dado caso.

Algumas vezes perturbei ouvintes com exemplos deste tipo, que parecem acarretar um construtivismo extremo, que torna impossível qualquer pesquisa. Eles ficam em especial perturbados quando, após o exemplo de “morar em algum lugar”, menciono o modo como Harold Garfinkel<sup>14</sup> desconcertou demógrafos descrevendo o caso de Agnes, um transexual que havia mudado de gênero socialmente e depois fisicamente, e perguntando em seguida como o Censo poderia ter certeza de haver classificado alguém corretamente como homem ou mulher. Seria preciso baixar as calças de cada um para ter certeza da classificação? — perguntou ele. Se não podemos usar nem ideias tão simples quanto residir em algum lugar ou ser homem ou mulher, como podemos observar ou contar alguma coisa?

A pesquisa de Alicea mostra que ver o conceito como uma generalização empírica nos ajuda a evitar erros analíticos. Convencionalmente, pensamos que migrantes residem num único lugar de cada vez e que, quando se deslocam, deixam de residir onde costumavam e passam a fazê-lo em algum outro lugar. Bom, é claro que vão para algum outro lugar. Mas na realidade têm algum tipo de residência (que tipo, é claro, é a pergunta pesquisável que faz com que valha a pena entrar nesse tipo de complicação) em dois lugares, tanto nos Estados Unidos quando em sua cidade natal em Porto Rico. Não podemos supor que residir no segundo lugar significa exatamente o mesmo que significava quando moravam onde costumavam, antes de migrar. Antes de se mudar, podiam pensar no Lar<sub>1</sub> como o único que tinham. Tendo adquirido o Lar<sub>2</sub>, porém, podiam decidir que não precisavam abrir mão do primeiro, podendo passar a ir e vir entre os dois, assim como pessoas com algum dinheiro vão para suas casas de campo todo ano. O patético da história é que talvez essas pessoas não tenham, em nenhum dos dois lugares, algumas das boas coisas que um “verdadeiro lar” nos dá, como uma base econômica segura ou uma base afetiva de pessoas que nos conhecem e amam. (Mas ter dois lares tampouco é necessariamente uma privação. A pesquisa de Carol Stack mostra como crianças pobres que podem “fugir” e morar por algum tempo com um vizinho ou parente dois números adiante na mesma rua podem se beneficiar de seus múltiplos lares.)

O truque de ver conceitos como generalizações empíricas ajuda a resolver problemas criados pela insistência inteiramente irrefletida de que todas as propriedades de um conceito andam sempre juntas. Dissociá-las e tratá-las como capazes de variar de maneira independente transforma um problema técnico numa oportunidade para crescimento e articulação teóricos.

## — CONCEITOS SÃO RELACIONAIS

Uma vez lecionei uma disciplina intitulada “Clássicos da pesquisa social”. Um dos livros que lemos no curso foi o de Jane Mercer, *Labeling the Mentally Retarded*, um estudo sobre o modo como o rótulo “retardado mental” era aplicado nas escolas de Riverside, na Califórnia. Esse estudo prova, tão bem quanto só um ideólogo gostaria de ver provado, que retardo fronteiroço (em contraposição ao retardo “real” que é acompanhado por deficiências físicas óbvias etc.) é uma doença que garotos

mexicanos e negros contraem quando entram na escola e da qual se curam ao deixá-la.

Um dia, senti-me compelido em aula a fazer uma preleção sobre a ideia de que todos os termos que descrevem pessoas são relacionais — isto é, só têm sentido quando considerados como parte de um sistema de termos. Esta não é uma ideia nova. Eu a vi formulada dessa maneira pela primeira vez por um historiador marxista (talvez E.P. Thompson ou Eric Hobsbawm) que disse que “classe” era um termo relacional: expressões como “classe média” ou “classe trabalhadora” só têm significado uma em relação à outra, ou em relação a “classe alta”, e o significado é o caráter da relação. “Classe trabalhadora” significa que o sujeito trabalha para pessoas que são membros da “classe proprietária”.

Isto parece bastante óbvio. Mas é uma dessas coisas óbvias que as pessoas reconhecem e depois ignoram. Como a ignoram? Imaginando que uma classe, por ter uma cultura ou modo de vida característico, seria o que é em qualquer sistema de relações em que estivesse inserida. Não quero dizer com isto que não há culturas de classe, mas sim insistir em que tais culturas resultam do fato de algum grupo de pessoas estar relacionado com algum outro de uma maneira que cria, pelo menos em parte, as condições em que seu modo de vida característico se desenvolve.

Significado semelhante foi associado à ideia de um país ser “subdesenvolvido”. Nesse caso, isso era feito pelo estratagema simples de tratar “subdesenvolvido” como particípio passado do verbo “subdesenvolver-se”, o que deixava óbvio que havia alguns outros países ou organizações que faziam aquele subdesenvolvimento ser o que era. Nesse caso, há obviamente duas coisas distintas: ser subdesenvolvido só tem sentido em relação a outros lugares que são desenvolvidos, e a distribuição do “desenvolvimento” como um traço é criada pelas ações deliberadas de algumas dessas outras organizações.

Considerarei isto em aula quando uma das alunas, uma psicóloga clínica que achou difícil aceitar as conclusões de Mercer, insistiu em que retardo mental não era, afinal de contas, apenas uma questão de definição ou de relações. Pelo menos, disse ela, há alguns casos em que as crianças são profundamente retardadas. Comecei minha resposta perguntando aos alunos se achavam que eu era alto ou baixo. (Eu tenho 1,78m, o que, naquela época, não me tornava particularmente alto, mas tampouco baixo.) Eles pareceram confusos e fizeram um gesto que indicava que eu era mediano. Insisti numa resposta e, é claro, não puderam dá-la. Contei que costumava ser um dos membros mais baixos do corpo docente quando tinha um colega que media 2,04m e outro que media 1,97m, mas havia ficado mais alto desde que eles haviam ido embora. Perguntei a uma aluna japonesa visitante se não era verdade que eu seria alto no Japão. Ela riu, embaraçada, e finalmente disse que sim. Acrescentei que, quando estava no curso secundário, tinha uma altura razoável para jogar basquete, mas hoje já não teria, e continuei mostrando que não poderíamos desejar conhecer um fato mais real que a altura — certamente tão real, digamos, quanto o retardo ou a inteligência.

O truque nesse caso é situar qualquer termo que pareça descrever um traço de uma pessoa ou grupo no contexto do sistema de relações a que pertence. Isso nos mostra que o traço não é apenas o “fato físico”, ou seja o que for, mas sim uma interpretação desse fato, uma atribuição de significado a ele, que depende das outras coisas a que esteja ligado. A primeira coisa a que ele está ligado são outros traços, aos quais foram igualmente atribuídos significados, de modo que eles constituem um sistema de possibilidades. A escala que vai de “profundamente retardado” a “retardado”, a “normal”, a “bem-dotado” e chega a “gênio” é um bom exemplo.

Mas, podemos continuar analisando, a que mais esse sistema está conectado? Por que essas distinções parecem “naturais” para uma pessoa não mais que razoavelmente sensata? Por que parecem razoáveis o bastante e importantes o bastante para orientar nossa conduta? Saliantei que eu

mesmo era “profundamente” retardado... na área do desenho. Nunca consegui desenhar uma árvore ou um cachorro como os dos “bons desenhistas” da minha turma. Em consequência, sempre me sentira envergonhado. Essa incapacidade havia afetado minha vida de algumas maneiras não desprezíveis. Uma outra aluna confessou ser “profundamente retardada” na área da música, tão incapaz de cantar uma canção que recebera ordem de simplesmente fechar a boca quando sua turma no curso primário cantava em festas.

Por que essas declarações eram irônicas, não sérias? Porque, obviamente, essas incapacidades “não fazem nenhuma diferença”. Nada de realmente mau nos acontece se não somos capazes de desenhar ou cantar. Pode ser desagradável e medianamente vergonhoso. Desejaríamos talvez ser capazes de fazer essas coisas simples com tanta facilidade quanto os outros. Mas nosso mundo não está organizado de maneira a exigir que sejamos capazes de cantar ou desenhar.

Nosso mundo, contudo, *está* organizado de tal modo que as pessoas devem ser capazes de fazer algumas coisas que os “retardados” não podem realizar com facilidade, ou bem, ou em absoluto. Para ser bem-sucedido, pelo menos num nível que algumas pessoas e instituições definem como mínimo, é preciso ser capaz de ler um pouco, saber um pouco de aritmética, entender o que está se passando e assimilar vários tipos de ideias e habilidades num certo tempo, ler mapas, ver as horas, compreender instruções e assim por diante. De outro modo, você é “obtuso”.

Lewis Dexter, escrevendo sobre “The politics of stupidity”, mostrou que todas essas habilidades resultam do fato de nossos ancestrais e contemporâneos terem construído e conservado um mundo que as torna mais ou menos necessárias.<sup>15</sup> Seria possível construir um outro tipo de mundo em que uma necessidade similar de graciosidade física e destreza faria parte dos atributos físicos indispensáveis. Nesse mundo, poderia ser necessário, para abrir uma porta, executar algum movimento físico bastante complexo que seria difícil para os desajeitados; certas pessoas muito desajeitadas não seriam capazes de abri-la de maneira alguma. Poderíamos chamar essas pessoas de “palermas” e mandar construir entradas especiais, nos lugares, para seu uso, quem sabe lhes dar algumas aulas corretivas na esperança de recuperá-las para uma vida produtiva, embora talvez fôssemos forçados a concluir tristemente que sua dotação genética tornava isso impossível.

Assim, há uma grande diferença entre um traço físico e sua importância social. Todos nós temos todo tipo de traços, apenas alguns dos quais são socialmente marcados como importantes por causa da maneira como estão inseridos num sistema de relações. Eles se tornam importantes quando a organização dos arranjos materiais e sociais os tornam “necessários”. Consideremos a altura. Se você for mais ou menos alto que uma determinada faixa, nossos arranjos físicos tornam isso inconveniente. Se você for baixo demais, seus pés não alcançarão o chão quando se sentar em cadeiras padrões; se for alto demais, baterá a cabeça na moldura da porta se não tiver cuidado. Nossos arranjos sociais são um pouco mais clementes; mesmo assim, mulheres muito altas e homens muito baixos estão expostos a dificuldades para encontrar parceiros que os outros não têm.

Tudo isso tem uma dimensão histórica. Vários séculos atrás, a altura média das pessoas era menor do que é hoje — assim, os vãos de porta construídos nos séculos XV e XVI, a menos que tenham sido reformados, vão surpreender as pessoas e fazê-las dar cabeçadas. Ou tomemos a habilidade de fazer contas simples. Qualquer pessoa, agora, que não consiga fazer somas, subtrações e outras operações aritméticas simples é certamente “obtusa”, talvez “retardada”. Mas essas habilidades nem sempre foram exigidas. Patricia Cline Cohen mostrou em *A Calculating People* que foi só num momento avançado do século XIX que o norte-americano comum realmente começou a precisar dessas habilidades; antes disso, lojistas e escriturários podiam precisar delas, mas não uma pessoa comum. Ela chama essas habilidades de *numeracy*, em analogia a *literacy*. O termo enfatiza

que exatamente porque essas são hoje habilidades socialmente valorizadas, incorporadas a nossas operações cotidianas, que as consideramos tão importantes; numa época anterior podiam ser ornamentos culturais interessantes, como cantar e tocar flauta, mas certamente não “importantes”.

Habilidades e traços não se tornam apenas mais importantes; ficam também menos importantes. O livro de Diana Korzenik, *Drawn to Art*, descreve as mudanças, em diferentes momentos, da importância da habilidade para desenhar na sociedade norte-americana. Em meados e no final do século XIX, algumas pessoas importantes concluíram que a razão pela qual os Estados Unidos estavam ficando para trás na industrialização era que os americanos não sabiam desenhar. Muitas invenções e adaptações no maquinário eram feitas no chão de fábrica, onde operários criavam melhoramentos e invenções com base em sua experiência minuciosa das operações envolvidas. Para que essas invenções se concretizassem, os operários precisavam saber desenhar projetos a partir dos quais as peças e equipamentos necessários pudessem ser construídos. Mas os trabalhadores norte-americanos não haviam sido instruídos em desenho mecânico e não eram tão bons nisso quanto, por exemplo, os trabalhadores alemães. Medidas foram tomadas: um movimento para proporcionar cursos corretivos para adultos, de modo que os trabalhadores pudessem adquirir essa necessária habilidade; uma pressão para que o desenho fosse ensinado de maneira mais sistemática nas escolas primárias. Porém essa ênfase no desenho teve uma duração relativamente curta; outros desenvolvimentos fizeram com que o desenho afinal não fosse tão importante, o que significou que, na década de 1930, eu pude fazer todo o curso primário e ser considerado um aluno brilhante embora não soubesse desenhar (e tivesse, ademais, uma caligrafia horrível, o que teria sido uma grave deficiência na era pré-máquinas de escrever).

Quem é capaz de dizer quais traços são importantes o bastante para serem transformados na base de distinções sérias e decisivas? Por vezes são nossos colegas próximos que decidirão por si mesmos se minha incapacidade para desenhar ou sua incapacidade para fazer contas ou a incapacidade dela de cantar são sérias o bastante para assegurar um tratamento especial negativo, ou se minha capacidade de lembrar e tocar imediatamente um milhar de músicas populares no piano ou sua capacidade de imitar Cary Grant, Groucho Marx ou Judy Garland asseguram recompensas especiais. Por vezes, e é aí que os resultados de Mercer são tão importantes, a decisão é posta nas mãos de profissionais especializados, que possuem métodos esotéricos especiais para fazer essas determinações. Um dos achados verdadeiramente chocantes de Mercer é que desproporções raciais e étnicas flagrantes naquilo que se rotula como retardamento não aparecem quando professores encaminham crianças de suas turmas para testes de inteligência — entre as crianças encaminhadas, revela-se a mesma proporção de mexicanos, negros e anglo-saxões que na população escolar geral. Não, a super-representação flagrante de mexicanos *só aparece* quando os testes são aplicados e quando a decisão de classificar uma criança como retardada é tomada por alguém que não tem contato com a criança na realidade da sala de aula e não pode interpretar os resultados crus dos testes à luz de outros conhecimentos sobre a criança. Assim, a profissionalização dessas decisões, através do desenvolvimento de especialidades e monopólios ocupacionais, é outra importante variável histórica que afeta a maneira como “traços individuais” podem ser incorporados num conjunto de relações sociais que os tornam importantes.

Política e poder afetam de maneira semelhante o modo como sistemas de relações tornam alguns traços importantes. Se um traço negativo está sendo atribuído a indivíduos, pessoas poderosas conseguem muitas vezes impedir que isso aconteça consigo ou com os seus. Se algo de bom está sendo distribuído, elas farão o possível para obtê-lo para si e para os seus. Na década de 1980, o Congresso dos Estados Unidos (presumivelmente tentando dar às pessoas de classe média algo para

compensar os recursos especiais que se destinavam à educação das crianças mais pobres, chamadas “desprotegidas”) autorizou um programa para crianças “bem-dotadas e talentosas”. Suponho que a distinção espelha, do lado positivo, a diferença entre “profunda” e “levemente” retardado.

Esse programa criou um problema para professores de artes visuais nas escolas públicas: como selecionar as crianças que são bem-dotadas ou talentosas e por isso merecem instrução e oportunidades extras? Embora os pais de classe média estejam, em geral, mais interessados em outros tipos de habilidades e talentos que os associados às artes visuais, se há alguma coisa a ganhar, eles a querem. Desejam-na com tal intensidade que os que decidem quem deve obter esse tratamento especial precisam de uma maneira cientificamente defensável de fazer as escolhas envolvidas. E foi assim que fui parar numa conferência que, pelo título, devia ser sobre “criatividade” nas artes, mas revelou-se de fato ser sobre: “Você é capaz de criar um teste para alguma habilidade tal que eu possa dizer aos pais que as crianças entraram no Programa para Bem-Dotados e Talentosos com base nos resultados fornecidos por ele, e por favor me deixe em paz, não posso fazer nada se o resultado de seu filho foi baixo?”

Assim o problema dos professores tornou-se um problema dos aplicadores de testes. O que medir para avaliar habilidade em artes visuais? Esse foi um problema sério porque é muito mais difícil concordar quanto a um critério em arte do que em matemática ou leitura. Há, contudo, uma coisa que “todo mundo sabe” ser importante para artes visuais, e calha de ser a coisa que eu não sei: desenhar. Infelizmente, não é óbvio que a capacidade de desenhar, mesmo supondo que ela possa ser testada com relativa facilidade, esteja estreitamente relacionada a, digamos, sucesso como artista visual, não mais que habilidades conceituais como a capacidade de visualizar relações espaciais ou a sensibilidade para cor ou qualquer outra coisa. Além disso, é óbvio que, usando um critério de sucesso como artista, você poderia incluir habilidades sociais e de negócios, como capacidade de se promover. Ademais, algumas artes visuais, sobretudo a fotografia, não exigem absolutamente nenhuma habilidade para desenhar, de modo que qualquer teste baseado em desenho cometeria necessariamente alguns erros gritantes.

Qual é o sentido desta longa digressão sobre “bem-dotados e talentosos”? O poder dos pais da classe média pode afetar a maneira como esse sistema de relações é montado e torná-lo, assim, mais ou menos importante, e mais ou menos disponível para pessoas de diferentes tipos. Mas seu poder pode não ser suficiente para superar o poder dos profissionais bem-estabelecidos em cujas mãos essas determinações caíam.

Outra coisa que este exemplo mostra é que há pelo menos dois tipos de sistemas de relações envolvidos. Num deles, a posição considerada desejável é no meio, na média de qualquer coisa que esteja sendo medida, como altura. Isso lembra a sugestão de Everett Hughes, discutida antes, de que examinemos desvios em relação à média em duas direções, procurando tanto as pessoas que têm mais de alguma coisa quanto as que têm menos. No exemplo dele, não se deseja desviar da maneira modal de organizar as relações sexuais, seja sendo “pior” que outros (de maneiras que produzem rótulos como “devasso” ou “prostituta”) ou “melhor” (sendo, digamos, um “santarrão”). Em outros sistemas relacionais, contudo, as reputações e seus resultados ficam “melhores” quanto mais você avança numa direção, e piores quanto mais avança na outra. A inteligência, e também outros traços, como habilidade artística, são assim.

Para resumir este conjunto de truques: insira os termos no conjunto completo de relações que eles implicam (como “alto” implica “baixo” e “talentoso” implica “não talentoso”). Depois examine como esse conjunto de relações está organizado agora e foi organizado em outros tempos e em outros lugares (como ao compreender que não saber aritmética tem um significado diferente e

consequências diferentes hoje e 150 anos atrás). Finalmente, veja como as coisas vieram a ser organizadas da maneira como estão agora, e que conexões com outros arranjos sociais sustentam esse conjunto de relações.

## — O TRUQUE DE WITTGENSTEIN

Há anos tenho um exemplar de *Investigações filosóficas* de Ludwig Wittgenstein, mas o li do modo como Everett Hughes me disse que lesse os escritos de Georg Simmel: não para obter uma plena compreensão do que o autor poderia ter querido dizer, mas como uma maneira de gerar ideias que eu pudesse usar em minhas próprias pesquisas e em meu pensamento. Uma das ideias de Wittgenstein tornou-se uma parte habitual de meu repertório. Como foi provocada por uma passagem das *Investigações*, penso nela como o truque de Wittgenstein.

Ao discutir os problemas filosóficos da intenção e da vontade num dos parágrafos numerados que compõem o livro, Wittgenstein faz esta observação: “Não nos esqueçamos disto: quando ‘eu ergo meu braço’, meu braço se levanta. E surge o problema: o que resta se eu subtrair o fato de que meu braço se levanta do fato de que ergo meu braço?”<sup>16</sup> Essa é a essência do truque: se eu retirar de um evento ou objeto *X* alguma qualidade *Y*, o que sobra?

Este truque nos ajuda a eliminar o que é parte de uma ideia por acidente ou contingência daquilo que está em seu núcleo; nos ajuda a separar o que é central para nossa imagem de um fenômeno do exemplo particular em que ele está inserido, como Wittgenstein isola o cerne de nossa imagem intuitiva da intenção separando dela a ação física contingente. Aqui está um exemplo. Uma vez participei de uma mesa-redonda de discussão sobre arte moderna. Outro convidado da mesa havia se tornado um colecionador sério, em grande escala, de arte contemporânea três anos antes. Na sua vez de falar, ele discorreu com conhecimento de causa e longamente sobre sua “coleção”, que consistia, é claro, de grande número de pinturas, esculturas e outros objetos. Enquanto o escutava, pensei: “Tenho uma casa cheia de pinturas e outros objetos, tal como ele, mas não tenho uma coleção. Por que não?” Apliquei então o truque de Wittgenstein. Perguntei a mim mesmo: “Que sobra se subtrairmos da ideia de uma coleção o fato de que esse colecionador tem um grande número de pinturas e outros objetos de arte em sua casa?” Voltei-me para meus dados — a palestra que o colecionador estava dando — em busca da resposta. Ele imediatamente me deu parte da solução para o problema: sua coleção, em contraposição a meu mero acúmulo de objetos, tinha, ele disse, uma “direção”. Não era apenas uma variedade de coisas sem propósito, o resultado de extravagância e capricho; menos pejorativamente, não representava a aplicação espontânea de seu próprio gosto. Resultava de um conhecimento corporificado e de sensibilidade treinada (sua própria e de seus conselheiros), tendo portanto um objetivo e uma estrutura concretos e explícitos. Da mesma maneira, sua coleção tinha um “futuro”. Dirigia-se para algum lugar. Seria objeto de repetidas avaliações por especialistas. Era parte de um mundo de atividade e progresso artísticos, sendo sua própria acumulação um ato relevante naquele mundo. Minhas coisas, em contraposição, eram apenas isto: coisas que eu tinha comprado porque gostava delas, obras que tinha adquirido em troca de minhas fotografias; acumulá-las era simplesmente um ato privado, sem significação alguma para ninguém senão para mim mesmo. (A palavra “simplesmente” é importante aqui, significando, como é frequente no discurso filosófico, “meramente” ou “não mais que”.)

De fato, enquanto o colecionador falava, dei-me conta de que ter os objetos em casa (no

escritório ou em qualquer lugar em que realmente morasse ou trabalhasse) não era realmente necessário para que ele tivesse uma coleção. A acumulação dos objetos em algum lugar não é necessária para a *ideia* de coleção. Por que não? Se você é um *marchand* especializado na arte mais recente (caso desse colecionador), você insiste, antes de vender uma peça (o *marchand* que era o terceiro integrante da mesa explicou-me isto), que o comprador torne a obra disponível para empréstimo a museus de modo a poder figurar em exposições. Se você, um *marchand*, está tentando construir a reputação de um artista, de nada lhe adianta que uma obra importante dele fique pendurada na sala de visitas de alguém no Meio-Oeste, por mais caro que a tenha vendido. A peça deve estar onde possa ser vista por “pessoas importantes” (isto é, atores importantes no mundo em que pinturas como essas são exibidas, compradas e vendidas) e assim contribuir para o desenvolvimento de uma carreira. Muitos museus fazem mostras que são parte desse processo, e o comprador de uma obra deve tornar sua aquisição disponível para eles. De fato, eu estivera em Amsterdam alguns meses antes e vira, numa mostra de obras de artistas nova-iorquinos no Stedelijk Museum, muitas peças dos artistas representados pelo *marchand* que participava da mesa-redonda, algumas pertencentes à coleção do colecionador. Assim, colecionadores verdadeiramente sofisticados podem não ver frações consideráveis de suas coleções por longos períodos de tempo. De fato, é claro, as coleções de algumas pessoas, ou partes delas, encontram-se com frequência emprestadas de maneira mais ou menos permanente para museus (que esperam ser legatários dessas obras no testamento do colecionador).

Assim, usando o truque de Wittgenstein, o que resta quando retiramos de “coleção” a ideia de grande quantidade de objetos de arte acumulados em casa? O que parecia restar (pelo menos naquela situação, mas penso que seria uma visão comum do problema) era a ideia de que o colecionador é uma pessoa que tem os recursos financeiros e culturais (que mais tarde Pierre Bourdieu chamou de “capital cultural”) para escolher e adquirir objetos que representam tendências que virão a se revelar importantes em arte moderna. Em sua palestra, o colecionador disse algo mais ou menos assim: “A ideia é descobrir como obter a melhor obra de arte de um artista que será historicamente significativo, obras que se revelarão uma parte importante da história da arte. A recompensa do colecionador é ter seu julgamento aprovado pela história.” Nessa visão, o local onde os objetos se encontram era irrelevante, e possuir objetos por si só não faz de alguém um colecionador. Os objetos são meramente os símbolos visíveis da ação decisiva do colecionador de arriscar seu dinheiro e reputação de sagacidade e sensibilidade na escolha de obras de arte, e essa é a ação crucial para a compreensão do que é uma coleção. (É por isso que alguns membros do mundo da arte contestam a caracterização de Joseph Hirshhorn, que deu seu nome a um importante museu de arte em Washington D.C., como um grande colecionador. Alguém pode, protestam eles, ser um grande colecionador se, como se diz que ele fez muitas vezes, simplesmente entra no estúdio de um artista e após uma rápida olhada em volta compra tudo que está ali? Onde estão a sagacidade e a sensibilidade nisso? Esta, é claro, é uma queixa do mundo das artes, não um julgamento sociológico.) E, obviamente, não é apenas a ação que o colecionador pratica o importante para a compreensão da ideia de uma “coleção”; é também a ação do resto do mundo ao tornar o que o colecionador acumulou importante na história da arte ou não. (Inspirei-me nas análises de Raymonde Moulin<sup>17</sup> dos mercados de arte francês e internacional para algumas dessas ideias. Um leitor atento perceberá também que esse truque é uma outra maneira de descrever o que estudamos sem usar nenhuma das particularidades, o que é feito pelo truque de Beck.)

## — AUMENTAR O ALCANCE DE UM CONCEITO

O truque de Wittgenstein, portanto, permite-nos isolar os traços genéricos de uma série de casos que pensamos ter algo em comum, os traços a partir dos quais podemos construir a generalização que é um conceito. Depois de isolar esse traço genérico de alguma relação ou processo social e lhe dar um nome, criando assim um conceito, podemos procurar o mesmo fenômeno em outros lugares além daquele em que o encontramos. O estudo das culturas das prisões fornece um ótimo exemplo.

Estudiosos de prisões<sup>18</sup> demonstraram que os internos das prisões masculinas desenvolviam uma cultura complexa. Criavam governos de presos que assumiam muitas das funções de manter a ordem; desenvolviam mercados informais mas ordenados de cigarros, drogas, uniformes de presidiário feitos sob medida para os elegantes e uma variedade de serviços pessoais; organizavam a atividade sexual; impunham um estrito código de comportamento que proibia dar-se informação sobre outros presos para carcereiros e funcionários.

Analistas da cultura da prisão atribuíram essas invenções à privação da vida naquele ambiente: privados de autonomia, os prisioneiros esforçavam-se para criar uma estrutura governamental que lhes devolvesse alguma autonomia, e um código de comportamento (do qual a proibição de denunciar outros prisioneiros para o pessoal da prisão era um componente importante) que preservava essa autonomia; privados de drogas, roupas elegantes e outros bens a que estavam acostumados fora da prisão, improvisavam um sistema de relacionamentos homossexuais predatórios específicos à prisão que não ameaçavam as concepções que tinham de si mesmos como machos. A generalização sociológica, uma especificação de um conjunto mais amplo de ideias que remonta a William Graham Sumner, era que os presos desenvolvem coletivamente uma cultura que resolve os problemas criados pelas privações da vida carcerária.

Até aí, tudo bem. Com essa teoria em mente, Ward e Kassebaum estudaram uma prisão de mulheres.<sup>19</sup> Não encontraram nenhuma das coisas que a teoria da cultura da prisão os levava a esperar. Ao contrário. Até os funcionários da prisão se queixavam da falta de um código de conduta entre as internas: as mulheres não cessavam de se denunciar umas às outras de uma maneira que causava grandes transtornos tanto para elas quanto para o pessoal da prisão. Não existia nenhum mercado clandestino real. A vida sexual não era organizada no estilo predatório da prisão masculina; em vez disso, as mulheres desenvolviam pseudofamílias, com mulheres masculinizadas atuando como maridos e pais de uma coleção de esposas e filhas.<sup>20</sup>

Essas diferenças — a ausência de qualquer das coisas previstas pela teoria da vida carcerária disponível — invalidavam a generalização de que as privações da vida carcerária levavam à criação de uma cultura da prisão? E isso representava por sua vez que não se podia fazer nenhuma generalização sobre prisões? Em absoluto. Elas significavam que as generalizações não expressam o fato de que todas as prisões são iguais, mas sim que há um processo, o mesmo onde quer que ocorra, em que variações nas condições criam variações nos resultados (o que é, de todo modo, uma forma de generalização muito superior).

Nesse caso, a teoria não estava errada, mas era preciso inserir os valores corretos das variáveis, por assim dizer, para verificar sua correção. Ainda era possível dizer que as privações da vida carcerária levavam à criação da cultura da prisão, mas isso só era verdade se compreendêssemos que essas privações eram diferentes para homens e mulheres. Elas não se viam privadas de autonomia porque, como explicaram aos pesquisadores, nunca tinham sido autônomas; sempre tinham vivido sob a proteção de um homem e sujeitas à sua autoridade: um pai, marido ou amante. Era



exatamente desse tipo de proteção que a prisão as privava. Assim, em vez de desenvolver um governo de presas para substituir uma autonomia de que não sentiam falta, desenvolviam um sistema de relacionamentos homossexuais em que uma mulher fazia o papel do protetor masculino.

Mulheres recém-chegadas à prisão sentiam-se em especial temerosas porque, em razão de variações nas distribuições de gênero do crime, as prisões masculinas têm muitos criminosos profissionais cumprindo pena por assalto, roubo e outros crimes menos violentos, ao passo que a maioria das mulheres é presa por drogas, prostituição e pelo tipicamente amador “crime passional” — isto é, assassinato. Por abrigarem mais assassinas, as prisões femininas parecem lugares muito perigosos, mesmo para as assassinas que sabem não serem elas próprias perigosas (queriam apenas matar aquela única pessoa que lhes fizera mal). Assim, até as assassinas procuram quem as proteja. De maneira similar, as prisões femininas tipicamente permitem às internas comprar as coisas que desejam, como cosméticos e roupas, por isso não há necessidade de mercado clandestino.

Em suma, as presas são privadas de coisas diferentes que os presos, tanto porque suas vidas fora da prisão — e, portanto, suas necessidades dentro dela — são diferentes quanto porque as prisões femininas são administradas de maneira diferente. Sua cultura responde a essa diferença. A generalização continua verdadeira, mesmo que os resultados sejam muito diferentes.

A lição geral neste caso, o truque a ser aplicado em outros lugares, é não confundir um caso específico de algo com a classe inteira de fenômenos a que pertence. A privação provavelmente conduz ao desenvolvimento de práticas culturais destinadas a aliviá-la em toda sorte de contextos, mas o que constitui privação pode variar consideravelmente.

Temos maior tendência a confundir uma parte da classe com o todo dessa maneira quando a classe tem um nome bem-conhecido que se aplica a um conjunto de casos igualmente bem-conhecido. É por isso que pessoas que estudam “educação” quase sempre estudam escolas. É nelas que a educação ocorre, não? Todo mundo sabe disso. Educação, convencionalmente definida, consiste em pessoas instruídas ensinando quem é menos instruído, e de modo típico, como não é de surpreender, menos poderoso e menos bem-situado (crianças ou imigrantes, por exemplo), e fazendo isso em escolas. A educação é isso.

Se, no entanto, pensarmos em educação como processos sociais genéricos, não há razão para supor que ela ocorra somente em escolas. Poderíamos tentar redefini-la como o aprendizado de coisas por pessoas, sejam quais forem essas coisas e seja onde e como quer que essa atividade aconteça. Nesse sentido poderíamos incluir em nossa coleção de casos o modo como ladrões ensinam a outros as técnicas mais recentes de seu ofício, ou o modo como jovens ensinam outros a usar drogas ou a fazer sexo. Mas isso não passa de ironia barata, porque todo mundo sabe que essas atividades não são “educação”, pelo menos não o que qualquer leigo sensato entende por isso. Educação quer dizer escolas.

Mas não há absolutamente razão alguma para se supor que o aprendizado ocorre em escolas, mesmo que essa seja a história que as escolas contam sobre si mesmas e a história em que membros bem-socializados de nossa sociedade acreditam, ou pelo menos fingem acreditar para não parecerem malucos. Podemos estudar, como um exemplo de aprendizado, de que modo os jovens aprendem a usar maconha. Podemos descobrir, como fizeram Schaps e Sanders<sup>21</sup> em 1970 (e isso poderia ser diferente em outro momento) que as moças aprendem tipicamente com seus amigos homens, ao passo que os rapazes aprendem uns com os outros. Ignorando os casos convencionais que definem o conceito, ampliamos seu alcance. Descobrimos novas pessoas que desempenham a tarefa de ensinar e novas relações em que isso é feito.

É muito provável que o processo pelo qual os rapazes ensinam as amigas a fumar maconha tenha

muito em comum com outras atividades em que conhecimento, habilidades e ideias são transmitidos. Ele poderia, por exemplo, assemelhar-se ao sistema descrito por Gagnon e Simon,<sup>22</sup> em que moças ensinam rapazes a encetar um romance, o que vinham praticando na solidão durante bastante tempo, ao passo que os rapazes as ensinam a fazer sexo, o que *elas* vinham praticando de maneira semelhante na solidão. Se o processo funciona, e um aprende o que o outro sabe, eles podem conseguir se apaixonar mais ou menos da maneira padrão.

Esses processos de ensinamento entre pares e de aprendizado mútuo podem, por sua vez, ter seus equivalentes em escolas e em outras das chamadas instituições educacionais. Usuários de computador pessoal frequentemente ensinam uns aos outros a usar suas máquinas, apesar ou talvez por causa das instruções padronizadas mais convencionais disponíveis aqui e ali. Como já foi mostrado muitas vezes,<sup>23</sup> estudantes em instituições educacionais convencionais ensinam uns aos outros a lidar com as restrições, exigências e oportunidades que esses lugares corporificam: quanto do trabalho prescrito você realmente precisa fazer, por exemplo.

Para considerar uma outra variação do modelo-padrão de educação, alguns tipos de ensinamento e aprendizado são, diferentemente da educação elementar e secundária que forma os casos arquetípicos que definem o conceito, totalmente voluntários: aulas de piano, tênis e francês são todas assim. Elas têm lugar em estabelecimentos com fins lucrativos, são muitas vezes, se não sempre, individuais e não têm duração fixa. Os estudantes não recebem créditos nem notas. Apenas tomam aulas enquanto sentem que elas lhes proporcionam algum benefício. A distribuição de poder entre aluno e professor é tão diferente da encontrada na escola estereotípica que certamente será de um tipo genérico um tanto diferente.<sup>24</sup>

Uma maneira excelente, talvez a melhor, de aumentar o alcance de um conceito é esquecer por completo o nome e concentrar-se no tipo de atividade coletiva que está tendo lugar. Um bom exemplo dessa estratégia é a análise de Erving Goffman<sup>25</sup> do que lugares com as características genéricas das “instituições totais” tinham em comum no tocante ao modo como seus internos (fossem eles freiras, marinheiros no mar ou pacientes mentais) tinham de viver e os tipos de ajustamentos necessários para viver dessa maneira. Ou sua análise das formas sociais características que se desenvolviam em torno de pessoas com estigmas de vários tipos.<sup>26</sup> O brilhantismo dessas análises foi mostrar que, no sentido genérico que ele tinha em mente, todas as pessoas possuíam algum tipo de estigma, não apenas as que eram cegas ou mutiladas, e toda instituição era, sob alguns aspectos, uma instituição total. Trocar os conteúdos convencionais de um conceito por um sentido de seu significado como forma de ação coletiva amplia seu alcance e nosso conhecimento.

É hora de considerar, no próximo capítulo, algumas maneiras mais formais de trabalhar com conceitos, maneiras que usam as ferramentas da lógica formal séria.



## Lógica

Examinamos todos os lugares necessários para descobrir todas as coisas que devíamos, e todos os lugares que poderíamos não ter pensado em examinar se não tivéssemos usado alguns dos truques que discutimos. (Para basear nossas generalizações, por exemplo, buscamos casos que representassem nosso problema tanto no sentido “diabólico” quanto no “angelical”, como o capítulo sobre amostragem recomendou.) E descobrimos muita coisa. Temos muitos casos de uma variedade de fenômenos, e sabemos muito sobre eles.

Há mais, porém, para fazer e aprender. Existem meios de obter mais do que temos. Há mais coisas que queremos saber, e meios de chegar a algumas delas sem colher novos dados. Os truques que nos permitem fazer isso são, mais ou menos, puramente lógicos. Quando falo de um “truque lógico” não me refiro à aplicação de uma lógica estritamente silogística, uma simples combinação do que sabemos, como sugerem as regras aristotélicas (ou algumas outras) — embora isso não seja mau em si mesmo e esteja em parte envolvido no que vou descrever. Refiro-me ao uso de truques de pensamento lógico para ver o que mais poderia ser verdadeiro *se* as coisas que já sabemos forem verdadeiras. O que podemos extrair do que já sabemos que nos dará ideias que não teríamos encontrado de outra maneira?

Isso é a lógica: maneiras de manipular o que sabemos segundo algum conjunto de regras de tal modo que as manipulações produzam coisas novas, assim como podemos usar as entidades e operações primárias de um sistema matemático para produzir resultados que nunca teríamos imaginado que elas continham.

Não deduzimos esses novos resultados só por brincadeira. As possibilidades que a lógica nos dá dizem que há mais coisas para procurar, e mais lugares onde as procurar, assim como a tabela periódica revelou aos físicos que elementos que sequer haviam imaginado possíveis estavam lá, à espera de ser encontrados. Estudar a sociedade é um processo de constante ir e vir: precisamos examinar o mundo, pensar sobre o que vimos e retornar ao mundo para dar mais uma olhada. Este capítulo trata sobretudo do “pensar”, mas os resultados desse “pensamento” nos indicam para onde olhar em seguida. As duas principais variedades de truques lógicos que considerarei aqui têm a ver com a busca das principais premissas implícitas nos nossos raciocínios e com o uso de “tabelas de verdade” para gerar listas de combinações possíveis.

### — ENCONTRAR A PREMISA MAIOR

Os raciocínios lógicos clássicos consistem em silogismos, dos quais o exemplo mais clássico é um que explica que todos os homens são mortais, Sócrates era um homem, portanto Sócrates era mortal. Q.E.D. A análise-padrão dos raciocínios desse tipo divide o que é dito numa *premissa maior*, que

afirma uma verdade geral já admitida (neste caso, que todos os homens são mortais); uma *premissa menor*, que declara um fato particular também admitido (neste caso, que Sócrates era um homem); e uma *conclusão*, uma declaração que supostamente decorre do fato de a premissa menor ser um caso especial da verdade geral expressa na premissa maior, estando portanto incluída nela ou abrangida por ela. Everett Hughes usou essa análise lógica clássica de uma maneira que pode ser generalizada para muitas situações para compreender um problema de relações raciais nos Estados Unidos.

Hughes estava interessado no modo como os cientistas sociais, na década de 1940, haviam se desencaminhado, desviando-se do trabalho real a ser feito, ao tentar refutar afirmações feitas por racistas. Se alguém dizia que os negros tinham um cheiro pior que o dos brancos, esses equivocados filantropos se esforçavam por provar que, na verdade, os brancos não conseguiam distinguir entre o suor de brancos e negros. Esses pesquisadores ficaram totalmente radiantes quando seus dados demonstraram também que, para os chineses nascidos nos Estados Unidos, o suor dos brancos parecia particularmente desagradável. Para Hughes, tais pesquisadores estavam equivocados porque não percebiam a lógica dos raciocínios que tentavam combater. Hughes explicou essa lógica subjacente da seguinte maneira:

Cada uma dessas racionalizações invocadas em defesa de injustiças raciais e étnicas é parte de um silogismo. A premissa menor, que afirma um pretense fato, é expressa; a premissa maior, um princípio, é omitida. Em vez de remetermos nossos oponentes à premissa maior, e retornarmos também a ela, nós [isto é, cientistas sociais progressistas, não racistas] nos contentamos em questionar e refutar a premissa menor, a alegação de fato.

Suponha que tomemos duas afirmações comuns: “As práticas Jim Crow [que regulamentavam instalações públicas — como assentos de teatros, banheiros, restaurantes e barbearias — separadas para negros] se justificam porque os negros cheiram mal” e “Judeus não deveriam ser admitidos em escolas de medicina porque são agressivos”.

Ele analisou essas declarações da seguinte maneira. O raciocínio de que as práticas Jim Crow eram justificadas partia de uma premissa maior (nem explicitamente formulada nem empiricamente demonstrada): a afirmação de que deveria haver instalações públicas separadas para pessoas que cheiravam mal. Isso é seguido por uma premissa menor explicitamente formulada, mas não empiricamente demonstrada, a saber, que negros cheiram mal. *Se* as premissas forem verdadeiras — um *se* muito enfático, nem é preciso dizer —, a conclusão de que os negros deveriam ter instalações separadas segue-se inevitavelmente.

O segundo raciocínio, analisado de maneira semelhante, dizia:

As pessoas agressivas acima de determinado grau não deveriam ser admitidas nas escolas de medicina [premissa maior]. Os judeus são agressivos acima desse grau [premissa menor]. Portanto, os judeus não deveriam ser admitidos nas escolas de medicina [conclusão].<sup>1</sup>

O que interessava a Hughes era que a premissa maior de cada um desses silogismos encontrava-se, como ele dizia, suprimida. Isto é, ninguém formulava o silogismo completo como justificativa para a injustiça que estava sendo cometida porque, sugeriu ele, as premissas maiores implícitas eram tais que “pessoas de nossa cultura, os que acreditam em igualdade racial e étnica, bem como os que usam essas racionalizações, não têm interesse em pô-las a nu”:

Somos um povo que pode ficar assustado por anúncios que nos dizem que não seremos promovidos a superintendentes de fábricas ou gerentes de vendas de empresas a menos que cheiremos bem; e a mulher americana pode ficar assustada com a ameaça de que pode não conquistar seu homem, ou pode perdê-lo, porque tem um odor um pouco desagradável sobre o qual sua melhor amiga não tem coragem de lhe falar. [Ele se refere aqui ao slogan de um desodorante da época que advertia: “Nem mesmo sua melhor amiga lhe dirá que você sofre de odor corporal.”] Não nos informam em que ponto de sua ascensão (em termos de poder e salário) o homem que está prestes a ser dispensado deve começar a se tornar agradável. Nem aprendemos se o homem que está prestes a deixar sua namorada já tinha um faro tão sensível quando conquistou a garota, ou se adquiriu esse refinamento depois. Mas a

referência ao grande — e legítimo — sonho americano de ascender é bastante óbvia. E talvez não seja difícil compreender por que não questionamos a premissa principal por trás do pretense fato do odor dos negros.<sup>2</sup>

Hughes vai adiante para examinar a premissa maior similar que está por trás da alegação de que a mudança de um grupo social “inferior” para um bairro provoca a redução dos valores dos imóveis, e que portanto deveria ser evitada. Muitos grupos se viram nas duas pontas desse silogismo em cidades americanas, pois as mesmas pessoas podem facilmente ser aquelas que rebaixam o valor dos imóveis de um bairro ao se mudar para ele, quanto aquelas cujos imóveis são por sua vez desvalorizados em resultado da mudança de mais um grupo para seu bairro. A premissa maior neste caso afirma que, embora as pessoas devam agir agressivamente para “subir na vida” nos Estados Unidos, elas não deveriam deixar essa agressividade e esses interesses egoístas aparecerem. Também isto é algo sobre o qual as pessoas preferem não falar:

Não é agradável para mim encarar a ideia de que posso ser um daqueles cuja presença num bairro poderia — através de suas atitudes em relação a mim — torná-lo menos desejável para outras pessoas, em especial quando essa ideia se combina com meu próprio temor de que um grupo de pessoas de que desejo me dissociar possa um dia ameaçar o bairro em que conquistei uma base social e talvez uma residência comprada por alto preço.<sup>3</sup>

E esta é, por sua vez, a premissa que ninguém quer examinar, subjacente ao silogismo sobre judeus e escolas de medicina: “Nós americanos não gostamos de falar sobre exatamente que grau de agressividade é apropriado; poderíamos descobrir que a medida dessa agressividade necessária para a realização de nossas ambições ultrapassa o limite em que a virtude se transforma em um vício condenável.”<sup>4</sup>

Os exemplos de Hughes podem parecer um pouco datados agora, embora os problemas de que ele trata talvez não estejam tão superados quanto gostaríamos de pensar. Sua análise diz respeito principalmente a declarações de preconceito étnico e ao modo como pessoas “corretas” deveriam lidar com elas. Seu conselho a esse respeito ainda é bastante bom.

Mas o que quero deixar explícito aqui é o truque analítico que Hughes usou para chegar aonde queria. Ele identificou algumas observações racistas comuns como partes de um raciocínio lógico incompleto. Alguém expressa uma conclusão e a sustenta com uma declaração factual que serve como a premissa menor de um silogismo que nunca é aberto e plenamente expresso. Um simples exercício lógico mostra então qual deve ser necessariamente a premissa maior para fazer a premissa menor levar àquela conclusão. Extrair assim a premissa maior oculta é o primeiro truque que ele nos ensina.

Hughes nos dá mais. Ele nos diz para perguntar, além disso, o que fez o raciocínio, expresso nessa forma incompleta, parecer tão convincente e irresponsável. Não é necessário que a premissa maior cause sempre tanta ambivalência quanto nos exemplos que Hughes usou. Sua análise nos leva a pensar que sempre a premissa maior estará tão enraizada na experiência diária das pessoas que não exigirá demonstração ou raciocínio. Assim, a segunda parte da análise é mais *sociológica* que lógica, destinada a encontrar os padrões da vida diária que produzem esse tipo de certeza de senso comum entre as pessoas que partilham os problemas, as restrições e as oportunidades característicos de uma situação social.

Sob essa luz mais geral, o truque ajuda a resolver vários problemas comuns de pesquisa. As pessoas que estudamos muitas vezes fazem coisas que parecem estranhas, difíceis de entender. Em geral, podemos compreender melhor essas atividades quando extraímos e explicitamos as premissas maiores que foram silenciadas e vemos como elas surgem da experiência da vida cotidiana e são sustentadas por ela. Por exemplo, vemos e ouvimos pessoas fazerem distinções entre categorias de coisas e pessoas, mas raramente as ouvimos explicar por que são essas as linhas que devem ser

traçadas. Além disso, nosso próprio raciocínio teórico muitas vezes (talvez eu devesse dizer usualmente ou sempre) omite algo importante, algo que pode ser descoberto por análise lógica. Trazendo o que foi omitido de volta para nossa análise, podemos acrescentar novas dimensões a nosso pensamento e compreensão. Melhor ainda, se examinarmos o que em nossa própria experiência como cientistas sociais no levou a omitir aquilo, aprenderemos, sobre o modo como trabalhamos, uma lição importante que poderá nos ser útil para a solução de outros problemas de pesquisa.

## ➤ PARA COMPREENDER CONVERSAS ESTRANHAS

Quando colhemos dados — em entrevistas, pela observação ou lendo documentos gerados pelas pessoas e organizações que estudamos —, frequentemente ouvimos ou lemos palavras que traçam uma linha, separando coisas em categorias. Ouvimos pessoas fazerem distinções entre “nós” e “eles”, distinção comum que sabemos ser sociologicamente significativa, e entre “isto” e “aquilo”, que é sua forma mais geral. Podemos tratar essas distinções como diagnóstico daquela organização, daquelas pessoas, de suas situações, suas carreiras. Quando nossas anotações registram esse tipo de estabelecimento de distinção, quando vemos essas linhas serem traçadas, sabemos que isso é algo a explorar, a investigar mais. Quem está traçando a linha? Entre que coisas estão distinguindo ao traçá-la? Que pensam eles que conseguirão fazendo essa distinção, traçando a linha ali?

### ≡ Traçando a linha: *crocks*

Uma maneira de traçar uma linha consiste em dizer: “Existe *este tipo* e existe *aquela tipo*.” Durante anos diverti meus alunos de trabalho de campo (espero tê-los divertido) com a história da palavra “*crock*”, tal como é usada por estudantes de medicina. Eu lançava mão dela como uma ilustração do modo de aplicar o truque para revelar os pressupostos não declarados das pessoas no campo para descobrir que questões deveríamos estar explorando, como uma forma de resolver problemas comuns de pesquisa: com quem deveríamos falar ou quem deveríamos observar para descobrir o quê. Como veremos, o truque nos leva a muito além de revelar uma contradição ideológica, leva-nos precisamente ao coração do modo de funcionamento e organização de uma atividade social complexa. (O longo relato que se segue, escrito originalmente para outros fins, pode também ser lido como um exemplo tomado da vida real do que as pessoas realmente fazem quando “fazem trabalho de campo”.)

No outono de 1955, mudei-me para Kansas City a fim de iniciar um trabalho de campo na Escola de Medicina da Universidade do Kansas, como parte do estudo sobre educação médica que mencionei antes.<sup>5</sup> Quando apareci na escola naquele outono, sabia que devia pesquisar estudantes de medicina e educação médica; mas, para dizer a verdade, tinha muito pouca ideia do que iria fazer além de “andar por ali com os estudantes”, assistir às aulas e o que mais se apresentasse.

Sabia menos ainda qual era o nosso “problema”, o que especificamente iríamos investigar. Cientistas sociais haviam construído um campo chamado “socialização” na interseção da sociologia e da psicologia social, e Robert Merton e colaboradores haviam investigado a socialização de estudantes de medicina para a função de médico. Talvez fosse isso, mas eu não me sentia satisfeito com essa maneira de descrever o que iria fazer. Podia-se dizer que minha tese de doutorado, um estudo das carreiras de professores do ensino primário, se inseria no campo da “sociologia da

educação”, mas isso também não me parecia a melhor maneira de estudar alunos de medicina. O mais longe que eu chegara na conceituação de meu problema fora dizer a mim mesmo que aqueles garotos entravam na escola por uma porta e, quatro anos depois, saíam pela outra, e que alguma coisa certamente acontecia entre uma coisa e outra.

De todo modo, eu estava mais preocupado com a mudança de nossa família de Urbana (que alívio cair fora dali!) para Kansas City (que, eu esperava, e isso se confirmou, seria um lugar melhor para o exercício do meu outro ofício, o de pianista), e em me situar no que me pareciam ser os enormes edifícios que abrigavam o Centro Médico da Universidade do Kansas.

Eu praticamente nada sabia sobre a organização da educação médica, e me consolava de minha ignorância com a “sabedoria” que me dizia que, assim, também não teria ideias preconcebidas. Como isso era científico! Eu não sabia sequer, e precisei que me dissessem, que os dois primeiros anos do curso de medicina de quatro anos eram basicamente acadêmicos, ao passo que durante os dois últimos anos, “clínicos”, os estudantes trabalhavam realmente em enfermarias, atendendo aos pacientes.

Felizmente, o diretor administrativo da escola pegou-me pela mão e decidiu que eu deveria começar minha investigação com um grupo de estudantes do terceiro ano no Departamento de Medicina Interna. Havia dois grupos de estudantes de terceiro ano, supervisionados por professores diferentes, e ele tomou o cuidado de me encaminhar para aquele dirigido pelo médico “bondoso”. Logo fiquei sabendo que o outro era um desses terrores legendários cujo mau gênio assustava estudantes, funcionários e a maioria dos pacientes.

Eu não sabia o que era medicina interna, mas aprendi com muita rapidez que tinha a ver com tudo que não era cirurgia, pediatria ou obstetrícia, nem nenhuma das outras chamadas especialidades. Logo aprendi também que as pessoas que praticavam medicina interna se consideravam, e eram consideradas por outros, os intelectuais da profissão médica, em contraposição aos cirurgiões, vistos como brutos avarentos, ou os psiquiatras, vistos como loucos.

Sem nenhum problema para o qual me orientar, nenhum enigma teoricamente definido para tentar decifrar, concentrei-me em descobrir que diabo estava acontecendo, quem eram todas aquelas pessoas, o que estavam fazendo, sobre o que conversavam, aprender a me orientar por ali e, acima de tudo, conhecer os seis estudantes com quem passaria as seis semanas seguintes. Eu era um sabe-tudo judeu vindo da Universidade de Chicago, e eles eram de várias vilas pequenas e cidades maiores do Kansas e de Missouri, mas nos demos bem desde o início. Eles ficaram interessados em saber o que eu estava fazendo e curiosos sobre meu trabalho e emprego (“Quanto lhe pagam para fazer isto?”, perguntaram). Gostaram de saber que eu era pago para estudá-los e não duvidavam de que o esforço valia a pena.

Nenhum de nós sabia ao certo o que eu tinha “permissão” para fazer ou quais das coisas que eles faziam eram “privadas” e quais eu podia acompanhar. Claramente eu podia ir às aulas com eles, ou acompanhá-los quando faziam a ronda entre os pacientes com o médico supervisor. Mas a primeira vez que um dos estudantes se levantou e disse “Bom, tenho de examinar um paciente agora”, pude ver que devia tomar as rédeas da questão e estabelecer o precedente correto.

Nem o diretor nem qualquer outra pessoa havia dito que eu podia observar enquanto os estudantes examinavam pacientes. Por outro lado, ninguém dissera que não o podia fazer. Minha presença durante um exame físico poderia ter sido interpretada como uma violação da privacidade do paciente, exceto porque teria sido uma piada falar disso numa escola de medicina, onde procedimentos tão íntimos como exames retais e vaginais eram muitas vezes realizados diante de uma plateia considerável. O estudante, que não tinha prática de examinar pacientes, não estava muito

ansioso para me ter ao seu lado, vendo-o atrapalhar-se. Mas se eu deixasse que a situação se definisse como “O sociólogo não pode nos observar examinando pacientes” eu ficaria excluído de uma das atividades mais importantes dos estudantes. Assim, eu disse, com uma confiança que não sentia: “Certo. Vou com você.” Ele deve ter pensado que eu sabia alguma coisa que ele não sabia, e não discutiu.

As rondas funcionavam da seguinte maneira: o médico com cujo grupo eu estava trabalhando tinha um “serviço”, um número de leitos ocupados por seus pacientes. Um ou dois residentes e um interno trabalhavam no serviço, e seis estudantes eram designados para ele. Cada paciente era designado para um estudante, que era responsável por fazer um exame físico, colher a história, pedir testes diagnósticos, fazer um diagnóstico e planejar um curso de tratamento. E, imagine você, todo esse trabalho era feito de novo por um interno, um residente e pelo médico; o tratamento adotado era aquele estipulado pelo médico.

Toda manhã o grupo inteiro se reunia e circulava entre todos os pacientes do serviço; isso era uma ronda. Junto a cada leito, o médico falava com o paciente, perguntava aos auxiliares sobre algum desdobramento desde a véspera, e em seguida fazia daquele paciente o pretexto para aplicar um teste informal no estudante a quem ele havia sido designado. O teste podia ser sobre qualquer coisa, e os estudantes ficavam nervosos, temendo o que poderia vir.

Durante minha primeira semana na escola, enquanto eu acompanhava os estudantes e outros pelo ritual das rondas, fiz uma grande descoberta. Não foi a grande revelação “Aha!” que os pesquisadores muitas vezes relatam. Foi um trabalho de detetive que me absorveu, e a vários dos estudantes, durante a maior parte da semana seguinte. Suas ramificações ocuparam a mim e a meus colegas durante toda a duração do projeto.

Uma manhã, durante as rondas, vimos uma paciente muito falante, que tinha múltiplas queixas para relatar ao médico, todo tipo de dores, incômodos e sensações inusitadas. Pude perceber que ninguém a levava muito a sério, e, ao sairmos, um dos estudantes disse: “Cara, ela é realmente *crock!*” Entendi isso como, em parte, uma abreviatura de *crock of shit* [tolice, porcaria]. Era um comentário obviamente hostil. Mas do que ele estava falando? Que havia de errado em ela ter todas aquelas queixas? Aquilo não era interessante? (Por sinal, tratava-se de uma mulher, e o não *crock* que se seguiu era um homem, o que “confirmava”, para todos os envolvidos, os estereótipos médicos segundo os quais *crocks* eram na esmagadora maioria mulheres.)

Como já disse, minha descoberta do significado da palavra *crock* não foi um lampejo de intuição. Ao contrário, foi uma versão do truque de extrair uma ou várias premissas não formuladas, guiada pela teorização sociológica de cada passo do caminho. Da seguinte maneira: quando ouvi Chet chamar a paciente de *crock*, mergulhei numa análise teórica rápida, mas profunda. Eu tinha uma teoria pronta para pôr em funcionamento ali. Para expressar de maneira mais pretensiosa: quando membros de uma categoria de status fazem distinções hostis entre os membros de outra categoria de status com quem interagem regularmente, a distinção refletirá os interesses dos membros da primeira categoria na relação. De maneira mais específica, e talvez menos intimidativa: as distinções hostis que os estudantes faziam entre classes de pacientes mostrariam que interesses eles tentavam maximizar naquela relação, o que esperavam obter dela. Para tornar mais clara a conexão com as premissas maior e menor, poderíamos dizer que ao fazer essa distinção, eles raciocinavam a partir de alguma premissa cuja explicitação lhes parecia desnecessária, algo tão óbvio para eles que não havia necessidade de dizê-lo ou mesmo pensá-lo explicitamente.

Assim, quando Chet chamou a paciente de *crock*, fiz essa análise teórica num instante e emergi com uma pergunta profundamente teórica: “O que é um *crock?*” Ele me olhou como quem diz:



“qualquer idiota sabe isso”. Eu insisti: “Falando sério, quando você a chamou de *crock*, o que queria dizer?” Ele pareceu um pouco confuso. Sabia o que queria dizer ao falar, mas não tinha certeza de poder explicá-lo. Após gaguejar um pouco, disse que o termo designava uma pessoa com doença psicossomática. Isso lhe permitiu se safar naquele momento, satisfazendo parcialmente minha curiosidade, embora eu continuasse querendo saber que interesse dele como estudante era violado por um paciente com doença psicossomática.

Mas, como bom cientista, queria continuar checando minha descoberta, por isso segurei a língua. O paciente que vimos em seguida, como viemos a saber, tinha uma úlcera gástrica, e o médico encarregado fez dele o pretexto para uma breve palestra sobre doença psicossomática, tomando a úlcera como exemplo. Foi muito interessante, e, quando saíamos do quarto, testei meu novo conhecimento, dizendo a Chet: “Que *crock*, hein?” Ele me olhou como se eu fosse um idiota e respondeu: “Não, ele não é um *crock*.” Repliquei: “Por que não? Tem uma doença psicossomática, não tem? Você não acabou de me dizer o que era um *crock*? Não passamos dez minutos discutindo isso?” Ele pareceu mais confuso que antes, e um outro estudante que ouviu nossa discussão se encarregou de elucidá-la: “Não, ele não é um *crock*. Ele realmente tem uma úlcera.”

Não me lembro de todos os detalhes que se seguiram. O que sei é que fiz todos os estudantes se interessarem pela questão e, entre nós, à medida que eu fazia uma série de perguntas e aplicava os resultados a casos sucessivos, acabamos definindo um *crock* como um paciente que tinha múltiplas queixas, mas nenhuma patologia física discernível. Era uma definição consistente, que resistiu a muitos testes posteriores.

Mas meu problema só estava resolvido em parte. Eu sabia que os estudantes achavam os *crocks* maus, mas ainda não sabia por quê. Que interesse deles era comprometido por um paciente com muitas queixas e nenhuma patologia? Estavam omitindo alguma coisa que tornava isso razoável. O quê? Quando eu lhes perguntava, diziam que não podiam aprender com *crocks* nada que pudesse ser útil em sua prática médica futura. Isso me informava que o que os estudantes queriam maximizar na escola, como seria de esperar, era a chance de aprender coisas que seriam úteis quando passassem a clinicar. Mas se isso era verdade, parecia contraditório desvalorizar os *crocks*, porque havia muitos pacientes desse tipo. De fato, seus professores, os médicos encarregados, gostavam de salientar que a maioria dos pacientes vistos numa clínica comum seria assim. Portanto, um *crock* deveria fornecer um excelente treinamento para a clínica.

Quando explorei esse paradoxo, os estudantes me disseram que poderiam ter muitos pacientes desse tipo mais tarde, mas não poderiam aprender nada vendo-os ali na escola. Pelo menos, não o que queriam aprender. E o que era? Explicaram que tudo que todos os professores sempre diziam com relação aos *crocks* era que se devia conversar com eles, que a conversa fazia os *crocks* se sentirem melhor. Os estudantes achavam que já haviam aprendido isso com o primeiro deles. *Crocks* sucessivos não acrescentariam nada a seu conhecimento sobre o *crockismo*, sobre o seu diagnóstico diferencial ou seu tratamento. Um *crock* não apresentava nenhum enigma médico a ser decifrado.

O que queriam aprender, disseram os estudantes, era certo tipo de conhecimento que não podia ser aprendido nos livros. Eles estudavam seus livros zelosamente, preparando-se para os testes que pontuavam as rondas e outros eventos desse tipo, mas acreditavam que o conhecimento mais importante que podiam adquirir na escola não estava naqueles livros. O que mais valia a pena aprender era o que meus colegas e eu finalmente resumimos como “experiência clínica” — as aparências, sons e cheiros da doença numa pessoa viva: como soava realmente um som estranho no coração quando você punha seu estetoscópio sobre o peito de um paciente, em contraposição a seu som numa gravação; que aspecto tinham e como falavam sobre o que sentiam os pacientes cujo

coração soava daquela maneira; que aspecto, e mesmo que cheiro, tinha um diabético ou uma pessoa que acabara de sofrer um ataque cardíaco.

Só era possível aprender essas coisas com pessoas que apresentavam patologias físicas reais. Não se aprende nada sobre doença cardíaca com um paciente que tem certeza de estar sofrendo ataques do coração todos os dias, mas não tem nenhum som estranho para ser escutado, nenhum achado de ECG inusitado, nenhuma doença cardíaca. Assim os *crocks* desapontavam os estudantes por não terem nenhuma patologia que pudesse ser observada em primeira mão. Isso me mostrou um traço importante e característico da prática médica contemporânea: a experiência pessoal é preferível a publicações científicas como fonte da sabedoria a usar na orientação da própria prática. Mais tarde chamamos isso de a perspectiva da “experiência clínica”, e encontramos seus traços em toda parte. No que talvez tenha sido o mais importante, mesmo docentes que publicavam eles próprios artigos científicos costumavam dizer, em resposta à pergunta de um estudante sobre algo relatado numa revista médica: “Sei que foi isso que as pessoas descobriram, mas experimentei esse procedimento e ele não funcionou para mim, por isso não me interessa o que a revista diz.”

Os *crocks* tinham outra característica irritante, que os estudantes acabaram explicando sob minha saraivada de perguntas. Os estudantes, perpetuamente sobrecarregados, sempre tinham novos pacientes com que trabalhar, aulas para assistir, livros e artigos para ler, anotações para fazer nas papeletas dos pacientes. O exame dos pacientes sempre demandava tempo, mas o dos *crocks* não acabava nunca. Eles tinham dúzias de sintomas para descrever e tinham certeza de que cada detalhe era importante. Queriam descrever suas muitas doenças anteriores em detalhes similares. Muitos deles haviam conseguido convencer médicos (que deviam ter sido menos cordatos, pensavam os estudantes) a realizar múltiplas cirurgias, que também queriam descrever minuciosamente. (Lembro-me de uma paciente que sofrera tantas cirurgias abdominais que seu umbigo ficara completamente obliterado. Isso causou uma profunda impressão em todos nós.)

Assim, os *crocks* tomavam muito mais tempo deles que outros pacientes e lhes davam muito menos em troca do seu trabalho. Isso me mostrou um outro traço importante da vida na escola de medicina: tudo envolvia uma avaliação de perdas e ganhos em relação a troca de tempo, a mercadoria mais escassa para um estudante ou funcionário, por outras coisas valiosas. Encontramos os sinais disso em toda parte também. Por exemplo, os estudantes sempre trocavam pacientes entre si. Por quê? Bom, se eu tivesse três pacientes com infarto do miocárdio (como aprendi, com os estudantes, a chamar um ataque do coração) e você tivesse três pacientes com diabetes, a troca era mutuamente vantajosa, permitindo que nenhum de nós perdesse tempo aprendendo os mesmos fatos, tendo as mesmas experiências três vezes e, ao mesmo tempo, sendo privado por completo de um outro conjunto igualmente útil de fatos e experiências.

Os estudantes não gostavam dos *crocks*, aprendi finalmente, por uma terceira razão. Como seus professores, eles tinham a esperança de operar milagres médicos e curar os doentes, quando não de ressuscitar os mortos. Sabiam que isso não era fácil, e que nem sempre teriam sucesso, mas uma das compensações reais do exercício da medicina a seu ver era “fazer alguma coisa” e ver um doente se curar. Mas não é possível operar um milagre médico em alguém que, para começar, nunca esteve doente. Uma vez que, na visão dos estudantes, não eram “realmente doentes”, os *crocks* se tornavam inúteis como matéria-prima de milagres médicos.

Mais tarde chamamos essa atitude de perspectiva da “responsabilidade médica”, e vimos sinais dela em toda parte também. Talvez seu afloramento mais esquisito (para um leigo) fosse a ideia de que uma pessoa não estava atuando realmente como médico, a menos que fizesse algo que, se feito da maneira errada, podia matar pessoas. Isso era cultuado numa expressão de desprezo pela

especialidade da dermatologia que ouvimos várias vezes: “Se você não pode matar ninguém, não pode curar ninguém.” Uma formulação mais precisa do princípio geral envolvido teria sido: “Você não pode curar ninguém *a menos* que possa matá-lo.”

Aprender o que era um *croak* foi, portanto, uma questão de desemaranhar com cuidado os múltiplos significados embutidos nessa simples palavra, e especialmente de decifrar a lógica do que nos estava sendo dito, encontrando as premissas maiores sobre as quais as atividades dos estudantes (e, de fato, também do pessoal) se baseavam. O truque neste caso não é fascinante e requer muito trabalho, uma vez que consiste em investigar os usos e significados de termos que parecem, quando os ouvimos pela primeira vez, estranhos e até ininteligíveis. Fazer as pessoas explicarem o que não compreendemos, e checar isso com o que vemos e ouvimos, produz as premissas que faltam nos raciocínios que elas fazem rotineiramente para explicar e justificar suas ações.

Isso pode parecer óbvio, mas por vezes as distinções que as pessoas estabelecem são tão comuns, tão triviais que não prestamos muita atenção a elas, e com isso perdemos alguma compreensão analítica que poderíamos ter tido. Alguns outros exemplos são termos intrarraciais, aqueles que Samuel Strong descreveu em sua análise de tipos sociais na comunidade negra nos anos 1930 (*race man* ou *Uncle Tom*<sup>1</sup> etc.);<sup>6</sup> termos referentes a papel sexual como *sissy*, *tom boy* e *tease*,<sup>2</sup> dalguns dos quais Barrie Thorne analisou em seu estudo de garotos na escola e no pátio;<sup>7</sup> e os tipos de distinções intraocupacionais encontrados onde quer que uma ocupação lide com o público (assim os médicos, exatamente como os estudantes que foram um dia, distinguem entre casos interessantes e de rotina, ou os zeladores distinguem entre moradores que os tratam com respeito e os que não o fazem).

= “Não é (seja o que for)”

Pesquisadores ouvem com frequência as pessoas dizerem que tal coisa *não é* tal outra: “Isso não é fotografia”; “Isso não é ciência”; “Isso não é judaico”. Estes são três tipos óbvios e comuns de “isso não é”: artístico, epistemológico e étnico. Esta formulação, quando a ouvimos, é um bom indicador de que alguém está tentando preservar um privilégio, algo que possui, deseja conservar e não quer partilhar com mais ninguém. Encontramos essas afirmações por escrito e também na fala, porque elas são muitas vezes feitas de maneira quase oficial, pelos representantes (talvez autodesignados) de algum grupo cujos interesses parecem ameaçados. Para compreender a significação sociológica de uma declaração desse tipo, perguntamos qual é a situação em que está sendo feita, que problemas o grupo que a formula está enfrentando, o que os autores da declaração estão tentando impedir que alguma outra pessoa (cuja identidade deve também ser descoberta) tenha. Uma coisa que *não* fazemos é tentar decidir o que isso realmente é, seja “isso” o que for. Esse trabalho não compete a um cientista social, embora muitos deles tenham pensado que competia; o que nos cabe é observar os outros tentarem excluir algo de uma categoria valorizada, e não decidir se a exclusão é justificada.

Isso pode ser compreendido como um exemplo da noção de objetos de George Herbert Mead (pelo menos tal como exposta em Blumer<sup>8</sup>). Um objeto é constituído pela maneira como as pessoas estão dispostas a agir em relação a ele; isso inclui objetos sociais (pessoas, para falar claro). Assim, dar nomes, dizer que alguma coisa é ou não tal outra, é uma maneira de dizer como se deve agir em relação a ela, ou, se o nome “colar”, como se agirá em relação a ela.

Como exemplo, vou explicar uma afirmação desse tipo. “Isso não é uma fotografia” (há centenas de exemplos históricos e contemporâneos) é tipicamente pronunciado por fotógrafos de arte

convencionais quando alguém lhes mostra uma fotografia que parece “funcionar”, comunica bem alguma coisa, mas não é do estilo ou maneira que eles usam, com que se sentem à vontade, com que se identificam ou que são de algum modo capazes de fazer. Se pessoas no mundo da arte fotográfica aceitarem esse estilo, aquilo que esses fotógrafos fazem, hoje a norma convencional, será destronado ou, pelo menos, terá de partilhar qualquer coisa que haja para partilhar com a coisa nova. Especificamente, um fotógrafo de arte contemporâneo que diz, acerca de uma nova forma de fazer ou expor fotografias — como, digamos, exibi-las num computador —, “Isso não é fotografia” está querendo dizer: “Não quero que pessoas que fazem trabalhos desse tipo consigam obter um emprego de professor num departamento de fotografia de uma universidade ou escola de arte; não quero que elas sejam elegíveis para bolsas da Divisão Fotográfica do National Endowment for the Arts; não quero que suas obras sejam expostas nos lugares em que eu exponho ou publicadas nos lugares em que publico.” Isso poderia ser rotulado como “reserva de mercado”, mas esta expressão não transmite a plena importância do estabelecimento dessa distinção, porque o que está envolvido é também uma concepção da realidade. As pessoas que dizem “Isso não é fotografia” organizaram suas vidas, ou parte delas, em torno da ideia de que certas maneiras de fazer e ver são as “corretas”. É como elas veem o mundo; por isso, alguém que faça as coisas de maneira diferente não apenas interfere com seu meio de vida, mas também põe em xeque toda sua apreensão da realidade, que é o que está por trás de parte da animosidade dessas observações.<sup>9</sup>

Uma versão especial e importante desse modo de traçar distinções, na qual o elemento de apreensão da realidade é muito forte, é a epistemológica, como a transmitida pelas palavras “Isso não é ciência”. Ciência, para muitos professores e intelectuais, refere-se a algo especial. Falar de ciência como uma forma de conhecimento distinta de outras é anunciar como real a possibilidade de se chegar a um conhecimento seguro do mundo, independente das crenças e do temperamento de qualquer pessoa. A existência desse método é uma garantia contra o irracional, que está sempre ameaçando irromper e destruir a civilização tal como a conhecemos hoje. Quando condenam uma versão de seu campo que os ameaça (quando, digamos, há algo como uma revolução kuhiana, uma mudança de paradigma, ocorrendo), os cientistas podem dizer que aquilo não é ciência. Bruno Latour analisou essa questão minuciosamente em suas discussões,<sup>10</sup> seguindo Goody,<sup>11</sup> do Grande Divisor, do suposto abismo entre o modo como “eles” (os selvagens, os não cientistas) pensam e o modo como “nós” (os civilizados, os racionais, os cientistas) pensamos.

Uma outra versão desse tipo de demarcação ocorre quando alguém insiste em dizer que uma coisa ou uma pessoa *não é* tal outra para impedir que a tratem de uma maneira como não quer que seja tratada. Assim, a maconha é ou não um narcótico, dependendo do modo como se pensa que o governo deveria tratá-la. Os fumantes de maconha são ou não são viciados, pela mesma razão.

Todos esses casos corporificam o mesmo truque: procure a premissa, básica para o raciocínio que alguém está fazendo, que não está sendo expressa. Palavras estranhas ditas e demarcações estranhas são pistas da presença dessas premissas não formuladas. Quando encontrar a premissa não expressa, pergunte o que, nas vidas das pessoas envolvidas, a torna necessária ou útil para elas fazer o raciocínio que fazem, e guardar sua premissa maior para si mesmas.

— E se não for?

Um caso especial do truque acima é útil quando a pessoa que não expressa o raciocínio inteiro é um cientista social. Isso acontece com mais frequência do que você poderia pensar, muitas vezes em

associação com o que se costuma chamar de análise “funcionalista”. Nesse tipo de teorização, o pesquisador investiga como a sociedade satisfaz certas necessidades invariantes e inelutáveis físicas e sobretudo sociais. Estabelecer uma necessidade e uma função social correspondente, que deve portanto ser cumprida, parece um empreendimento científico similar a estabelecer a necessidade que têm os sistemas biológicos de fazer coisas como fornecer alimento, livrar-se de dejetos e reproduzir o organismo, encontrar as estruturas que fazem essas coisas e explicar sua existência pelo fato de que as fazem.

Everett Hughes explicou o que havia de errado nessa abordagem num ensaio sobre “empresas ativas”, expressão que usava onde outros poderiam ter dito “instituição” ou “organização”:

A dicotomização de eventos e circunstâncias como funcionais e disfuncionais para sistemas será provavelmente, em última análise, de uso limitado; em parte porque pode envolver o pressuposto de que alguém sabe o que é funcional — isto é, bom para o sistema; em parte porque esses são termos valorativos baseados no pressuposto de que há uma finalidade certa e conhecida para a qual o sistema (empresa ativa) existe, e as ações e circunstâncias que parecem interferir com a consecução dessa finalidade única são disfuncionais. A discussão acerca de objetivos, utilidades e funções é uma das formas mais comuns de discurso humano e muitas são as empresas ativas que prosperam com base nela, embora seja tanto concebível quanto provável que algumas sobrevivam a esses debates e a mudanças reais de objetivos melhor que outras. É muito comum ter-se uma reunião anual para decidir o objetivo do próximo ano. Vamos jogar basquete para a glória de Deus este ano ou destruir o comunismo? Certamente não estou sugerindo que objetivos ou funções sejam excluídos de consideração no estudo de empresas ativas; ao contrário, estou sugerindo que a descoberta deles e de suas relações com empresas ativas é mais uma de nossas principais tarefas.<sup>12</sup>

Uma das marcas características da abordagem que Hughes estava criticando é o uso do imperativo. Cientistas sociais usam frequentemente o imperativo — locuções como “deve” e “tem de” — quando falam sobre as necessidades que moldam a atividade social organizada: “toda organização social deve cuidar de limitar suas fronteiras” ou “toda organização social tem de controlar o desvio ou .....” (preencha a lacuna). O uso do imperativo afirma a inevitabilidade. Se uma organização ou sociedade “deve” fazer determinada coisa, bem, ela simplesmente “deve”, só isso, não há o que discutir. A implicação (algumas vezes explicitada nos tratados funcionalistas mais inflexíveis) é que, de outro modo, a organização ou sociedade simplesmente deixará de existir. Uma versão ainda mais forte dessa implicação é que a necessidade é uma questão de lógica, quase uma questão de definição. Se a sociedade ou organização não faz ou tem a coisa requerida, não será sequer uma sociedade ou organização real.

É um truque útil, quando lemos ou ouvimos essas expressões imperativas reveladoras, fazer esta simples pergunta: “E se não for?” Porque o fundamento da necessidade nunca é tão óbvio ou inquestionável quanto essas afirmações supõem.

Perguntar “E se não for?” desvenda as condições sob as quais a necessidade se baseia. Nada jamais é *tão* necessário. A necessidade se mostra apenas para que certas outras coisas possam acontecer. “Uma organização deve cuidar de suas fronteiras.” E se não o fizer? “Ou se confundirá com outras organizações.” Muito bem, organizações às vezes se confundem com outras. E daí? O mundo não acaba, não é? “Caso se confunda com outras organizações, não será capaz de trabalhar com eficiência.” Entendo. Mas quem disse que ela devia fazer esse trabalho? Essa é a questão que Hughes suscitou acima, ao falar do conjunto de metas como uma forma de atividade organizacional, não a ação inexorável de uma lei da natureza. E quem estabelece o critério de eficiência pelo qual o trabalho deveria ser avaliado? Estas são questões sérias e pesquisáveis, de maneira não incidental nem trivial. “Não somente isso, mas sua confusão acerca de fronteiras contaminará também todas as suas vizinhas e, por fim, toda a sociedade, que então não operará de maneira eficiente.” Certo. Quem disse que a sociedade deve ser eficiente e que suas partes deveriam ser facilmente distinguíveis umas das outras? “Se essas tarefas não forem executadas, a sociedade perecerá. Veja o que aconteceu com

Roma!” Bom, o que aconteceu com Roma? Desapareceu? Não, mudou. Isso é assim tão terrível? “Você é doido ou o quê?”

As afirmações imperativas de necessidade que os cientistas sociais fazem talvez possam ser mais bem-compreendidas como maneiras de chamar atenção para alguma coisa que os autores querem que todos vejam como um problema. Mas problemas sociais não existem independentemente de um processo de definição.<sup>13</sup> Não são problemas sociais porque está em sua natureza ser problemas. São porque alguém, em algum lugar, os experimenta e define como tal. E é alguém em particular que faz isso, não algum “sabe-se lá quem” generalizado.

Quando digo que uma organização deve punir o desvio, ou suas normas deixarão de ser eficazes, isto é, em certo sentido, apenas uma maneira de dizer que algumas organizações terão normas ineficazes. Essa afirmação não é de forma alguma equivalente à proposição — e muito menos constitui uma prova dela — de que organizações nessas condições não podem continuar a existir. Mas é uma maneira de fazer o problema do desenvolvimento de normas ineficazes parecer algo que precisa ser enfrentado, um *problema social* real. Problemas, afinal de contas, têm de ser resolvidos por definição. Expressar a proposição factual de que uma organização tem normas ineficazes, ou, para pôr a mesma exigência em outras palavras, dizer que a punição do desvio é uma necessidade, torna o problema de evitar uma falência das normas um dado, uma precondição da investigação. Nada na ciência empírica da sociologia, contudo, exige que tratemos a falência das normas como algo a ser evitado a todo custo. Esse é um compromisso moral ou político que muitos cientistas sociais podem querer assumir. Muitos o assumiram. É bastante fácil, contudo, ver como outros compromissos políticos ou morais levariam à conclusão de que normas fortes são más, e não boas. Um anarquista comprometido com a liberdade individual poderia sem dúvida concluir exatamente isso. De fato, a maioria das organizações reformistas opera com base em premissas desse tipo, insistindo em que algo que outros julgam simplesmente excelente e necessário é de fato mau e precisa ser eliminado.

Teoricamente, concentrar-se em um desfecho possível — como a falência das normas — a partir da série completa de possibilidades faz do resto de toda essa série (que nos esforçamos por ampliar e tornar complexa em nossa consideração dos problemas de amostragem) uma categoria residual. Se digo que organizações devem punir o desvio para serem eficazes, trato qualquer resultado que não seja a plena eficácia da sociedade como uma categoria residual que não merece exame. Isso divide as possibilidades entre ser eficaz e... não importa o que, não faz diferença — não é eficaz, portanto não é bom. Q.E.D. Mas as outras possibilidades são merecedoras de nossa análise porque, afinal, muitas situações interessantes, dignas da nossa atenção, situam-se entre a perfeita eficiência organizacional e o caos.

A eficiência não é tampouco, para continuar com o mesmo exemplo, a única dimensão ao longo da qual poderíamos considerar interessante classificar a organização. Quando analistas escolhem quais resultados devem ter interesse, estão fazendo uma escolha política, e não científica. Não precisamos estar interessados em burocracias cujos funcionários atuam como servos sem importância numa baronia feudal (do modo como o funcionário no balcão da Comissão Eleitoral do condado de Cook tratou o pesquisador, descrito no Capítulo 4), mas essa falta de interesse não é ditada pelas exigências da sociologia como ciência. A implicação política de relegar fenômenos sociais para categorias residuais é que não vale a pena nos incomodarmos com as coisas que ficam amontoadas na categoria “outros”. Foi essa implicação que levou, por exemplo, pessoas de ascendência racial mista a querer ser contadas no Censo dos Estados Unidos não como negras, brancas ou hispânicas, mas como a mistura que efetivamente eram, e certamente a não querer ser postas de lado como

“outro”. (O Censo, como vimos, é uma situação em que problemas que parecem estritamente metodológicos revelam seu caráter político, como quando a subestimação do número de homens jovens negros elevou artificialmente sua “taxa de criminalidade”, ao reduzir o número de pessoas que figurava no denominador dessa fração.)

Quando a manobra é usada como forma de definição, surgem dificuldades semelhantes. Por vezes analistas que usam o imperativo dirão, e talvez de fato o pensem, que o importante não é poder ter alguma outra forma que não a perfeita eficiência, ou sobrevivência — o que eles querem é definir organizações perfeitamente eficientes ou que sobrevivam como objeto de estudo. Tudo que não tenha esse caráter simplesmente não lhes interessa. Essa posição é objeto da mesma queixa. Por que não deveríamos estar interessados numa série total de possibilidades? Fazer essa pergunta não é o mesmo que dizer que se deve estar interessado em tudo, o que é sempre rejeitado como preconização de uma perfeição inatingível. É apenas dizer que se quer lidar com a questão já suscitada de maneira mais completa. “De maneira mais completa” significa: acrescentando possibilidades, de modo que se possa descobrir mais componentes de uma situação ou fenômeno. A próxima seção descreve métodos para descobrir e acrescentar dimensões a uma análise mediante a manipulação lógica do que já aprendemos.

## — TABELAS DE VERDADE, COMBINAÇÕES E TIPOS

Descrevi antes truques destinados a gerar uma riqueza de variedades e versões de fenômenos sociais. Insisti que a representação que dá forma a nosso trabalho deve ser ampla o bastante para reconhecer todas as espécies de características da vida social e ser construída de maneira a aumentar o número e a variedade de características de que o pesquisador tem conhecimento. Disso decorria que a amostragem deveria ser conduzida de maneira a maximizar a possibilidade de encontrarmos o que não havíamos pensado em procurar. Admitir esse tipo de diversidade nas características ou dimensões que consideramos não é o mesmo que reconhecer que um fenômeno varia ao longo de dada dimensão. Variação e diversidade são coisas diferentes. Sugerimos, mas não explicamos realmente, por que maximizar a diversidade é uma boa coisa a se fazer. Agora quero considerar os bons usos que você pode fazer da variedade de coisas que uma abordagem como essa produz.

Antes, porém, temos de ver por que, embora algum bem possa advir da posse de todas essas coisas, manejá-las é um problema tão grande para cientistas sociais. Lazarsfeld e Barton, autores de uma das soluções para esse problema que vamos considerar, descrevem isso da seguinte maneira:

Por vezes a análise de observações qualitativas confronta-se com uma massa de fatos particulares de tamanho número e variedade que parece inteiramente impraticável tratá-los individualmente como atributos descritivos ou em termos de suas inter-relações específicas. Em tal situação, o analista descobrirá muitas vezes um conceito descritivo de nível superior que consegue abarcar e resumir grande riqueza de observações particulares numa única fórmula. ...

No estudo de uma aldeia de desempregados na Áustria, os observadores fizeram uso de uma coleção de diferentes “observações surpreendentes”. Embora agora tivessem mais tempo, as pessoas liam menos livros da biblioteca. Embora estivessem sujeitas a agruras econômicas, sua atividade política diminuiu. Aquelas totalmente desempregadas mostravam menos empenho em procurar trabalho em outras cidades que as que ainda tinham algum tipo de trabalho. Os filhos dos trabalhadores desempregados tinham aspirações mais limitadas a prestar serviços remunerados e a ganhar presentes de Natal que os filhos dos empregados. Os pesquisadores enfrentaram dificuldades práticas de todo tipo, porque as pessoas frequentemente chegavam atrasadas para as entrevistas ou simplesmente não compareciam. Elas falavam devagar, era difícil combinar encontros de maneira clara, “nada parecia funcionar mais na aldeia”.<sup>14</sup>

Eles descrevem também uma solução conhecida para esse problema, já usada por muitos cientistas: a combinação dessa profusão de fatos numa declaração resumida, como:

A partir de todas essas observações emergiu finalmente a caracterização global da aldeia como “A comunidade cansada”. Essa fórmula parecia expressar claramente as características que permeavam cada esfera de comportamento: embora não tivessem nada para fazer, as pessoas se portavam como se estivessem cansadas — pareciam sofrer de uma espécie de paralisia geral das energias mentais.<sup>15</sup>

Charles Ragin, autor de uma outra solução para o problema, explica a utilidade de tipologias de maneira mais geral:

Tipologias empíricas são valiosas porque são formadas a partir de combinações interpretáveis de valores de variáveis teóricas ou substantivamente pertinentes que caracterizam os membros de uma classe geral. As diferentes combinações de valores são vistas como representando o fenômeno geral. ... Tipologias empíricas são mais bem-compreendidas como uma forma de resumo sociológico. Uma única tipologia pode substituir todo um sistema de variáveis e inter-relações. As variáveis pertinentes juntas compõem um espaço multidimensional de atributos [uma noção lazarsfeldiana a ser discutida brevemente]; uma tipologia empírica aponta com precisão localizações dentro desse espaço em que casos se agrupam. O teste final de uma tipologia empírica é o grau em que ela ajuda cientistas sociais (e, por implicação, suas audiências) a compreender a diversidade existente dentro de uma classe geral de fenômenos.<sup>16</sup>

Os métodos que quero considerar aqui complicam e sistematizam o procedimento simples de fazer tipos, que consiste fundamentalmente em nada mais que dar um nome a uma multiplicidade de coisas, o nome sugerindo que todas elas se relacionam de alguma maneira frequente, talvez mesmo necessária (era a isso que eu me referia antes, ao falar de conceitos como generalizações empíricas). Esses métodos, que parecem superficialmente muito diferentes, podem ser vistos como versões de um procedimento básico, destinado a manejar essa variedade empírica e fazer uso máximo dela. Cada método enfatiza uma parte diferente desse procedimento e usa uma linguagem e termos descritivos diferentes, compatíveis com os diferentes contextos em que surge, mas todos os três funcionam mediante a combinação de um pequeno número de atributos num tipo. A versão matemática é chamada “combinatória”, a versão lógica é geralmente discutida com a ajuda de “tabelas de verdade”, e os cientistas sociais provavelmente têm mais conhecimento do procedimento na forma da “classificação cruzada de variáveis qualitativas”, prototipicamente a criação de tabelas quádruplas. Sob qualquer forma, a ideia é combinar o que sabemos de maneiras lógicas que nos dizem mais do que sabíamos antes.

Os métodos da ciência social que vou discutir são: a análise do espaço de propriedades (tal como descrito por Paul Lazarsfeld e Allen Barton, isoladamente e em conjunto), a análise comparativa qualitativa (o “algoritmo booleano” introduzido na ciência social por Charles Ragin) e a indução analítica (associada ao trabalho de Alfred Lindesmith, Donald Cressey e outros). Darei alguns exemplos de cada um, discutindo a história e o contexto apenas o bastante para deixar claro como e por que suas ênfases diferem. A comparação dos três estilos de trabalho sociológico sugere que o que está subjacente a todos eles é o uso do instrumento lógico clássico que os lógicos chamam de tabela de verdade, que exhibe todas as combinações possíveis de um conjunto de propriedades para criar tipos.

## OBRAS DE ARTE E TABELAS DE VERDADE

Explicações das ideias e procedimentos relativamente simples associados às tabelas de verdades



podem ser encontradas em muitos lugares. Começarei com a discussão que Arthur Danto, o filósofo e crítico de arte, fez de algumas características do mundo da arte (1964). Danto propôs uma forma de análise lógica destinada a usos muito diversos daqueles da ciência social em que estamos interessados (ou mesmo dos usos estéticos que ele estava considerando), mas que podem ser adaptados para nossos objetivos. Dois traços de sua análise me atraem. Por um lado, o que ele faz é filosoficamente técnico; nenhuma das operações — que podem parecer tão diretas e banais em outras descrições — tem nada de simples se atentamente examinadas. É por isso que suas definições são tão complicadas. Por outro lado, não se trata de lógica pelo prazer da lógica. Ele efetuou essas operações para chegar a alguns pontos empíricos fortes sobre julgamentos de obras de arte. As operações que leva a cabo nos mostram, de várias formas, como extrair mais de nossos dados e encontrar mais coisas para estudar. Farei citações bastante extensas dele, explicando o que está se passando em cada parágrafo à medida que avanço.

Danto começa falando sobre “predicados”, coisas que podemos dizer sobre um objeto e que seria possível, em princípio, demonstrar serem verdadeiras ou falsas. Ele diz que se os objetos forem de certo tipo — digamos, ovos — haverá pares desses termos (ou predicados) tais que um de cada par deve ser verdadeiro em relação a todo ovo, e os dois não podem ser verdadeiros em relação ao mesmo ovo. Se o objeto é um ovo, ele será, podemos dizer, cru ou cozido, e não pode ser as duas coisas; se não for nenhuma delas (como uma frigideira, por exemplo, não seria nenhuma delas), então, seja lá o que for, não pode ser um ovo, porque todos os ovos são uma coisa ou outra. Ele aplica essa ideia a obras de arte: um objeto é uma obra de arte se pelo menos uma propriedade de cada par de propriedades opostas pertinente como esse (chegaremos a isso, mas ainda não o fizemos, pois ele está apenas lançando fundamentos aqui) for verdadeira em relação a ele. Haverá muitos objetos em relação aos quais nenhum membro de um par como esse é verdadeiro, e esses objetos não são obras de arte. Ele diz isto da seguinte maneira (que lhe dará uma ideia da linguagem filosófica/técnica que ele usa em sua argumentação):

Pensarei agora em pares de predicados relacionados entre si como “opostos”, admitindo de imediato a imprecisão deste termo *démodé*. Predicados contraditórios não são opostos, já que cada um deles deve se aplicar a cada objeto no universo, e nenhum predicado de um par de opostos precisa se aplicar a algum objeto no universo. Um objeto deve primeiro ser de certo tipo, antes que qualquer membro de um par de opostos se aplique a ele, e então pelo menos um dos opostos deve se aplicar a ele. Assim, opostos não são contrários, pois contrários podem ser ambos falsos em relação a alguns objetos no universo, mas opostos não podem ser ambos falsos; pois em relação a alguns objetos, nenhum membro de um par de opostos se aplica *claramente*, a menos que o objeto seja do tipo certo. Portanto, se os objetos forem do tipo requerido, os opostos se comportam como contraditórios. Se  $F$  e não- $F$  são opostos, um objeto  $o$  deve ser de certo tipo  $K$  antes que qualquer deles se aplique sensatamente; mas se  $o$  for membro de  $K$ , então  $o$  é ou  $F$  ou não- $F$ , ficando o outro excluído. Designarei a classe de pares de opostos que se aplica claramente ao  $o$   $Ko$  como a classe dos *predicados pertinentes de  $K$* . E uma condição necessária para que um objeto seja de um tipo  $K$  é que pelo menos um par de opostos pertinentes de  $K$  seja claramente aplicável a ele. De fato, porém, se um objeto for do tipo  $K$ , pelo menos e no máximo um de cada par de opostos pertinente de  $K$  se aplica a ele.

Esta maneira cuidadosa e técnica de expressar as coisas evita armadilhas linguísticas em que minha formulação mais frouxa poderia cair; mas a linguagem frouxa é suficientemente boa para nossos objetivos aqui.

Danto considera em seguida a interessante possibilidade de que haja pares desses termos opostos — ele os chama de “predicados pertinentes de  $K$  para a classe  $K$  de obras de arte” — que ninguém jamais pensou em aplicar a obras de arte, mas poderiam ser sensatamente aplicados a elas, e a possibilidade igualmente interessante de que haja talvez outros pares de termos opostos dos quais as pessoas que lidam com essas obras conhecem apenas um. Nesse caso, não sabendo sequer que os opostos dos termos existiam, essas pessoas poderiam concluir que a presença desses atributos

singulares eram características definidoras de uma obra de arte; eram o que a tornava arte. No primeiro caso, ninguém sabe que um atributo existe; no segundo, todos têm conhecimento dele, mas não podem imaginar que uma obra de arte poderia não o possuir.

Suponhamos que  $F$  e não- $F$  são um par oposto desses predicados. Poderia ocorrer que, durante todo um período de tempo, toda obra de arte fosse não- $F$ . Mas como nada até então era ao mesmo tempo uma obra de arte e  $F$ , poderia nunca ocorrer a ninguém que não- $F$  é um predicado artisticamente pertinente. A falta de  $F$  nas obras passa despercebida. Em contraposição, todas as obras até um determinado momento poderiam ser  $G$ , nunca ocorrendo a ninguém que algo poderia ser ao mesmo tempo uma obra de arte e não- $G$ ; de fato, poderia se pensar que  $G$  era um traço definidor das obras de arte, quando de fato alguma coisa deveria primeiro ser uma obra de arte antes que  $G$  lhe pudesse ser claramente atribuído — caso em que não- $G$  poderia ser também atribuído a obras de arte, e o próprio  $G$  poderia então não ter sido um traço definidor dessa classe.

Isso é bastante abstrato, e agora ele insere alguma carne da história da arte no seu esqueleto lógico: “Deixemos  $G$  ser ‘é figurativo’ e  $F$  ser ‘é expressionista’. Num dado momento, estes e seus opostos talvez sejam os únicos predicados pertinentes para a arte no discurso crítico.”

“Figurativo” — a representação precisa de uma pessoa, objeto ou paisagem — exemplifica algo que todos supunham o tempo todo ser tão necessário a uma obra de arte que uma obra que não possuísse esse atributo não era arte em absoluto. E “expressionista” — a qualidade que uma obra de arte pode ter de expressar a experiência subjetiva do artista — exemplifica algo que ninguém até então havia considerado com relação a obras de arte, algo que realmente não existia como um pensamento possível sobre obras de arte até que alguém apareceu e tornou isso importante.

Deixando agora “+” representar um dado predicado  $P$  e “-” representar seu oposto não- $P$ , podemos construir uma matriz de estilo mais ou menos como se segue:

O que ele chama de uma “matriz de estilo” é o que chamei antes de tabela de verdade: um instrumento que exhibe as combinações lógicas possíveis das duas características: “expressionista” e “figurativo”.

Expressionista (F)	Figurativo (G)
+	+
+	-
-	+
-	-

Portanto, uma obra pode ter ambas as propriedades, uma ou outra, ou nenhuma. Isso esgota as maneiras possíveis de combinar as duas. Essas combinações não são apenas curiosidades lógicas. Danto as criou porque correspondem a estilos artísticos reconhecíveis:

As fileiras determinam estilos disponíveis, dado o vocabulário crítico ativo: figurativo expressionista (por exemplo, fauvismo); figurativo não expressionista (Ingres); não figurativo expressionista (expressionismo abstrato); não figurativo não expressionista (abstração com contornos definidos). Claramente, à medida que acrescentamos predicados pertinentes para a arte, aumentamos o número de estilos disponíveis à taxa de  $2^n$ .

Isto é, se acrescentarmos uma terceira coisa que uma obra de arte pode ter — digamos, conteúdo conceitual —, estaremos acrescentado mais quatro combinações possíveis, porque  $2^3 = 8$ .

A lógica não determina que termos críticos podem ser acrescentados ao conjunto. Isso cabe aos habitantes do mundo da arte. A lógica diz simplesmente que quando acrescentamos um novo termo (ou predicado) — algo novo que pode ser dito acerca de uma obra de arte — dobramos o número de tipos concebíveis de obras de arte.

Não é fácil, claro, ver de antemão que predicados serão acrescentados ou substituídos por seus opostos, mas suponha que um artista decida que  $H$  deve doravante ser artisticamente pertinente para suas pinturas. Então, de fato, tanto  $H$  quanto não- $H$  tornam-se artisticamente pertinentes para *todas* as pinturas, e se a sua for a primeira e única pintura que é  $H$ , todas as outras existentes se tornam não- $H$ , e toda a comunidade de pinturas é enriquecida, juntamente com uma duplicação das oportunidades de estilo disponíveis. É esse enriquecimento retroativo das entidades no mundo da arte que torna possível discutir Rafael e De Kooning juntos, ou Lichtenstein e Michelangelo. Quanto maior for a variedade de predicados artisticamente pertinentes, mais complexos se tornam os membros individuais do mundo da arte; e quanto mais conhecemos toda a população do mundo da arte, mais rica se torna nossa experiência com qualquer de seus membros.

O resultado um tanto surpreendente desta análise é que, quando esses novos predicados ou atributos são acrescentados pela adição de obras de arte inovadoras, as obras de arte anteriores adquirem propriedades que nunca tinham possuído antes.

Sob esse aspecto, observe que, se houver  $m$  predicados artisticamente pertinentes, haverá sempre uma fileira de baixo com  $m$  sinais de  $-$ . Essa fileira tende a ser ocupada por puristas. Tendo depurado suas telas do que consideram não essencial, eles julgam que destilaram a essência da arte. Mas essa é apenas sua falácia: exatamente o mesmo número de predicados artisticamente pertinentes permanece verdadeiro com relação a seus monocromos convencionais como em relação a qualquer membro do mundo da arte, e eles só podem *existir* como obras de arte à medida que existem pinturas “impuras”. Estritamente falando, um quadrado preto de [Ad] Reinhardt é artisticamente tão rico quanto *Amor sagrado e o profano* de Ticiano; isto explica como menos é mais.

Tenha em mente, lembra-nos Danto, que a ausência de alguma propriedade não é “nada”; é uma ausência que é uma propriedade real do objeto que carece dela.

A moda, de fato, favorece certas linhas da matriz de estilo; museus, *connoisseurs* e outros são contrapesos no mundo da arte. Insistir ou procurar fazer com que todos os artistas se tornem figurativos, talvez para ganhar acesso a uma exposição especialmente prestigiosa, corta a matriz disponível pela metade: há portanto  $2^{n/2}$  maneiras de satisfazer o requisito, e os museus podem então exibir todas essas “abordagens” ao tema que estabeleceram. Mas essa é uma questão de interesse quase puramente sociológico: uma fileira da matriz é tão legítima quanto outra. Um avanço artístico consiste, suponho, em acrescentar a possibilidade de uma coluna à matriz.

Danto termina lançando o pensamento “quase puramente sociológico” de que, sempre que os guardiões das instituições do mundo da arte insistem em restringir as definições de arte reconhecendo apenas uma de algum conjunto dessas alternativas, o número de estilos possível que a instituição pode acomodar é reduzido à metade. É um resultado interessante, e não óbvio, e é fruto de operações puramente lógicas.

Danto não produziu essa análise só pelo prazer de fazer distinções filosóficas. O que ele descreve em linguagem abstrata é precisamente o que aconteceu com os críticos de arte e estetas quando Marcel Duchamp (e seus seguidores e colegas) apareceram no mundo da arte. Esses artistas faziam obras que não tinham nenhuma das qualidades pelas quais as obras de arte eram conhecidas então (por exemplo, não eram nem figurativas nem impressionistas), mas que, apesar disso, foram aceitas por participantes destacados do mundo da arte contemporânea como arte genuína. O exemplo clássico foi a pá de neve de Duchamp; ele comprou uma pá de neve na loja de ferragens e assinou-a, transformando-a assim numa obra de arte (com base na teoria de que, sendo ele um artista, qualquer coisa que assinasse seria uma obra de arte). Muitas pessoas discordavam, mas colecionadores compravam essas obras, elas eram exibidas em museus importantes, e críticos escreviam artigos sérios sobre elas. Assim, no sentido prático, elas *eram* arte. Os estetas podiam questionar, mas o mundo da arte havia decidido. Assim, a crise para a estética consistiu em explicar esses objetos como arte quando eles não tinham nenhum dos predicados que, até esse momento, podiam fazer de uma coisa uma obra de arte: nenhum  $F$ , nenhum  $G$ . O que eles tinham era  $H$ , uma qualidade conceitual que dali em diante deveria ser vista como um traço (ou predicado) essencial de qualquer obra de arte, quer estivesse ausente ou presente.

Os três métodos que vou analisar podem ser expressos em “dantoês”. Aqui está o cerne de seu método. Identificamos um objeto como possuidor de alguma característica, como altura ou peso (ou como figurativo ou expressivo). Isso nos leva a ver que todos os objetos (do tipo pertinente) têm algum valor daquela característica, mesmo que seja zero. Nunca sabemos quais são todas as características que uma coisa pode ter, só tomamos conhecimento delas quando encontramos um objeto que tem a característica particular de um certo modo que difere o bastante do modo como os outros a têm para chamar nossa atenção. Depois que sabemos que a característica existe, podemos ver, dali em diante, que outros objetos exibem esse traço, embora numa versão ou num grau diferentes (no extremo, em sua ausência).

Os métodos que vou discutir repousam exatamente nessa concepção de objetos pertencendo a uma classe comum, cada um caracterizado por alguma combinação da presença ou ausência de traços relevantes. A classe poderia ser a análise de Lazarsfeld do espaço de propriedades de tipos de caráter autoritários, em que as características são os modos como a autoridade era exercida e aceita por membros da família. Poderia ser uma classe de indivíduos, estudada por Ragin e colegas, cujos membros experimentam variados graus de mobilidade numa burocracia governamental, e os traços de idade, antiguidade, instrução e assim por diante que são associados a esses diferentes resultados; ou uma classe de greves, algumas bem-sucedidas e outras não, os traços sendo a presença de um mercado florescente para o produto, a ameaça de greves de solidariedade, e a existência de um grande fundo de greve; estes são exemplos de métodos booleanos. Ou poderia ser, como no estudo clássico da adição feito por Lindesmith,<sup>17</sup> um dos exemplos de indução analítica que usarei, a classe de pessoas viciadas em opiatos, e os traços poderiam ser experiências prévias que, quando presentes na combinação correta, as levam a essa condição. Em cada caso, uma tabela de verdade gera todas as possibilidades, que são então combinadas para fazer os tipos com que o analista trabalha.

Cada um desses métodos é uma família de truques para o manejo das complexidades produzidas pela ênfase em encontrar a máxima variedade possível e procurar sistematicamente fenômenos inusitados. Vou dedicar maior atenção à explicação da lógica desses métodos. Os truques que fluem deles nada mais são que a aplicação desses métodos nas circunstâncias específicas de um projeto de pesquisa particular, de modo que eles não têm nenhum nome especial diferente dos nomes dos métodos. Não se deixe enganar; apesar disso são truques úteis, dos mais úteis que temos.

## — ANÁLISE DO ESPAÇO DE PROPRIEDADES (AEP)

Pesquisadores de survey obtêm seus dados fazendo com que “respondentes” preencham questionários, ou com que entrevistadores conversem com eles e os preencham. Os pesquisadores tomam então conhecimento de grande quantidade de fatos discretos sobre grande quantidade de pessoas: idade, renda, escolaridade, opinião sobre uma variedade de assuntos. Paul Lazarsfeld e colegas usaram surveys rotineiramente como base de suas conclusões sociológicas, em estudos de fenômenos tão variados quanto o uso de campanhas radiofônicas para vender títulos do Tesouro dos Estados Unidos,<sup>18</sup> os modos como os eleitores decidiam em que candidato presidencial votar,<sup>19</sup> e a organização do Exército norte-americano.<sup>20</sup> Tantas vezes eles resolveram os problemas de descrever esses fenômenos complexos construindo tipologias que combinavam ou implicavam muitas dimensões que Lazarsfeld achou que valia a pena explorar a lógica dessa operação. Ele, e outros que trabalharam com ele, desenvolveram uma família de métodos e conceitos relacionados para a

construção de categorias, dimensões e tipos.

Lazarsfeld viu que caracterizações que continham tanta complexidade podiam deixar ambiguidades decisivas não resolvidas, de modo que as análises resultantes eram confusas e geravam hesitação. Viu também, o que talvez fosse mais importante para a tarefa de fazer a pesquisa avançar rumo a novas descobertas, que as possibilidades lógicas implícitas numa tipologia em geral não eram plenamente exploradas, deixando assim encobertas indicações úteis para o prosseguimento do trabalho empírico.

Ele adaptou os procedimentos sistemáticos da construção da tabela de verdade à solução do problema de combinar diferentes atributos em tipos. Definiu uma maneira de combinar possibilidades lógicas para pô-las num alinhamento facilmente perceptível com realidades empíricas — operação que chamou de “redução” — e, inversamente, para extrair de tipologias *ad hoc* os atributos a partir dos quais os tipos haviam sido construídos — operação a que deu o rótulo deselegante de “substrução”. Para isso, fez uso da ideia de um “espaço de propriedades” (a que se referiu também como “espaço de atributos”). Chamamos todo o esquema e suas operações associadas de “análise de espaço de propriedades” (AEP), embora o próprio Lazarsfeld, até onde sei, nunca tenha usado essa expressão.

## = Espaços de propriedades

Lazarsfeld descreveu a ideia básica de espaços de propriedades em vários lugares, usando muitas vezes a mesma linguagem e dando os mesmos exemplos (cujo sexismo irrefletido se torna agora um pouco embaraçoso):

Suponha que, para certo número de objetos, vários atributos sejam levados em consideração. Digamos que são três: altura, beleza e a posse de um diploma universitário. É possível visualizar algo muito similar ao sistema de coordenadas em geometria analítica. O eixo de X, por exemplo, pode corresponder à altura; nessa direção, o objeto pode ser realmente medido em centímetros. O eixo de Y pode corresponder à beleza; nessa direção os objetos podem ser arranjados numa ordem serial, de modo que cada um receba uma designação de grau, como nº1 sendo o mais bonito. O eixo de Z pode corresponder ao diploma acadêmico; aqui cada objeto tem ou não tem um grau. As duas possibilidades serão designadas por mais e menos, e serão representadas arbitrariamente por dois pontos no eixo de Z nos dois lados opostos do centro do sistema. Assim, cada objeto é representado por determinado ponto nesse espaço de atributos; por exemplo, pelo seguinte simbolismo: (168cm; 87%; mais). Se os objetos agrupados forem mulheres de uma certa amostra, essa mulher particular teria 1,68m de altura; teria uma classificação bastante baixa num concurso de beleza e possuiria um diploma universitário. A cada indivíduo corresponderia um certo ponto no espaço (embora nem todo ponto fosse corresponder a um indivíduo) ... cada espaço terá, é claro, tantas dimensões quantos forem os atributos no esquema de classificação.<sup>21</sup>

Neste exemplo, situa-se cada caso num espaço de propriedades tridimensional. A primeira propriedade, altura, é o que se chama de variável contínua, passível de ser medida numericamente. A segunda, beleza, também mede uma qualidade variável, mas não associável com facilidade a um número real; apenas pomos os casos numa ordem ditada pela quantidade daquela qualidade que eles têm, e o resultado é chamado uma variável ordinal. O terceiro, ter um diploma universitário, é um simples sim-ou-não, o que se chama de uma dicotomia. Com três dimensões, é fácil visualizar o espaço de propriedades sobre o qual se está falando como um espaço físico real em que cada caso ocuparia um ponto físico particular. Programas de computador geram distribuições gráficas de casos no espaço tridimensional em segundos e também a ilusão espacial, permitindo-nos “girar” a figura resultante de modo a “ver” aglomerados de casos similares.

É fácil manipular casos das maneiras que Lazarsfeld considerou úteis quando eles pertencem a uma de um pequeno número de categorias (no caso limite, apenas duas), assim como as

características das formas de arte o faziam na análise de Danto; quando elas são como beleza ou a posse de um diploma universitário no exemplo acima, variáveis ordinais ou dicotomias. Nesse caso, o espaço de propriedades pode ser facilmente representado como uma tabela construída pela classificação cruzada dessas “variáveis”. As células contêm casos caracterizados por alguma combinação das variáveis que compõem a análise. (Para incorporar variáveis contínuas e ordinais, como altura ou renda, numa análise desse tipo, em geral nós as dividimos em alguns grupos; assim, pessoas cuja renda exata conhecemos podem ser divididas, por conveniência, em ricas, pobres e medianas. Estas são variáveis “categóricas”. É sempre possível usar técnicas estatísticas, como correlação, que não ocasionam essa perda de informação, com dados desse tipo.)

Robert Merton tornou famosa essa operação (que poderíamos, em sua homenagem, chamar de o truque da tabela quádrupla), gerando todas as espécies de tipos mediante a classificação cruzada de características divididas em algumas categorias. Eu mesmo usei a forma mais simples, num exemplo que talvez seja conhecido, para construir uma tipologia do desvio. Ao considerar as combinações possíveis de pessoas que infringiram ou não algum conjunto de regras, e que eram ou não percebidas como tendo feito isso (duas variáveis dicotômicas, observe), gerei esta tabela simples

### Tipos de comportamento desviante

Percebido como desviante	Comportamento obediente	Comportamento transgressor
	Falsamente acusado	Desviante puro
Não percebido como desviante	Obediente às regras	Desviante secreto

Criei esta tipologia dispondo, em forma tabular, as combinações possíveis de duas características, cada uma concebida como tendo apenas dois estados possíveis.

De maneira mais geral, o truque consiste em identificar as características que você quer usar para descrever seus casos; divida-as de qualquer maneira que pareça apropriada (isto é, mais ou menos, por diferenças não numéricas como cor dos olhos ou do cabelo, ou pela simples presença ou ausência de alguma coisa); depois faça uma tabela em que as categorias de uma característica sejam os cabeçalhos das fileiras e as categorias da outra sejam os cabeçalhos das colunas. Cada célula conterá então um tipo logicamente distinto daqueles nas outras células. Tomadas em conjunto, as inscrições nas células constituirão todos os tipos que podem logicamente existir.

(Eu poderia também ter representado essas ideias como Danto representou as suas, em forma de tabela de verdade:

Segue regras	Percebido como desviante
+	+
+	-
-	+
-	-

A fileira de cima é o tipo falsamente acusado, que segue as regras e é acusado de não o fazer; a segunda fileira é o conformista, que as segue e assim é visto por outros; a terceira exibe o desviante puro, que não segue as regras e assim é visto por outros; e a última contém o desviante secreto, que

infringe as regras sem que ninguém o saiba.)

Assim, construir uma tabela é logicamente o mesmo que montar uma tabela de verdade em que os tipos são caracterizados por mais e menos. O método tabular de criar tipos tem algumas vantagens. Fornece um espaço físico em que você pode inserir os nomes dos tipos que gerou, como eu fiz para os tipos de desvio. Melhor ainda, as células podem conter o número absoluto de casos que consistem naquela combinação de características, ou uma informação como a porcentagem desses casos que tinha alguma outra característica; isso permite exibir três variáveis num espaço feito para duas. Depois os números nas células podem ser comparados e hipóteses avaliadas. Se eu tivesse essa informação, poderia ter comparado a porcentagem de homens e mulheres, ou de negros e brancos, ou de pessoas com mais de 25 anos ou que moravam em cidades grandes, em cada um dos tipos de desvio, e submetido assim a um interessante teste a ideia de que havia diferenças de gênero ou raça no processo que inseria pessoas naquelas células. Esse é o tipo de análise que os pesquisadores de survey preferem. Essa era provavelmente a razão por que Lazarsfeld (que conhecia bem as tabelas de verdade e, de fato, chegou a usar esse instrumento uma vez no material que estou citando) preferia a forma tabular.

A grande vantagem desse procedimento, qualquer que seja a forma que você use, é que a lógica garante que não há e não pode haver nenhum outro tipo além dos que ela define. Você poderia estar empiricamente errado quanto ao que deveria ser incluído na análise, caso em que sua tipologia não corresponderia a nada no mundo real. Mas se considerasse apenas o que havia definido como pertinente, as células na tabela ou as fileiras na tabela de verdade seriam tudo que havia.

Mas como os instrumentos gráficos, assim como as palavras, não são simples janelas para a realidade, há também desvantagens. Como toda forma de representar dados e ideias, elas só tornam algumas coisas claras obscurecendo outras. A forma tabular que Lazarsfeld preferia torna difícil pôr no papel o espaço de propriedades gerado pela combinação de variáveis contínuas. Além disso, embora a extensão do espaço lógico de propriedades para mais de três variáveis seja simples, a mecânica do esquema logo se torna desajeitada (apesar das possibilidades gráficas proporcionadas pelo computador, que mencionei acima). Um dos exemplos favoritos de Lazarsfeld, que envolve as três variáveis de raça, instrução e naturalidade tratadas como simples dicotomias (o tipo de dados frequentemente colhido num survey), deixa isso claro. Uma tabela de oito células mostra todas as combinações possíveis desses três itens, e ilustra também a complexidade (ainda não esmagadora) da representação visual:

	Naturais dos EUA		Nascidos no estrangeiro	
	Branco	Não branco	Branco	Não branco
Diploma universitário				
Não diplomados				

Poderíamos querer acrescentar, como uma quarta variável, residência urbana ou rural. Lazarsfeld fez isso de duas maneiras. Pode-se representar essa variável adicional inserindo em cada célula, como já observei, a proporção de seus ocupantes que morava em cidades. Ou pode-se fazer duas tabelas como a que vemos acima, uma para residentes urbanos e outra para rurais. Com mais de

quatro variáveis, essas tabelas se tornam, praticamente falando, ilegíveis. Isto é, não permitem aos leitores fazer facilmente o que mencionei antes como a operação estatística básica, nas palavras de John Tukey: comparar dois números para ver se são iguais ou se, por outro lado, um é maior que o outro. Assim, as tabelas gigantescas produzidas por uma análise que usa diversas variáveis simplesmente não são analiticamente úteis.<sup>22</sup>

Como vimos, podemos converter facilmente tabelas em tabelas de verdade, e vice-versa. Aqui está o mesmo conjunto de combinações, desta vez expresso por Lazarsfeld como uma tabela de verdade, exibindo todas as combinações possíveis dos três itens (numerados para discussão posterior), como simples sim-ou-não.

Número da combinação	Diploma universitário	Branços	Naturais dos EUA
1	+	+	+
2	+	+	-
3	+	-	+
4	+	-	-
5	-	+	+
6	-	+	-
7	-	-	+
8	-	-	-

Sejam células numa tabela convencional ou fileiras numa tabela de verdade, essas combinações logicamente criadas são os tipos que você pode usar em análises adicionais, seguro de que não pode haver qualquer outro tipo não explicado (a menos que, como no exemplo de Danto, novas características sejam introduzidas). Observe que, como Danto comentou, cada vez que uma nova característica entra em análise, o número de tipos dobra, supondo-se que as novas características sejam todas dicotomias; fica pior se elas tiverem mais divisões. Inversamente, cada vez que você se livra de um atributo, o número de tipos é reduzido pela metade.

## = Redução

Lazarsfeld reconheceu que gerar tantos tipos fazendo classificação cruzada de variáveis criava dificuldades, para as quais tinha uma solução. A operação que chamou de “redução” diminui as diferentes combinações de uma tabela desse tipo a uma classe. Aqui está como se faz isso.

Suponha que geramos a tabela de verdade acima e a tipologia que ela incorpora. Agora temos mais tipos do que pensamos necessitar (para que precisamos deles é, obviamente, uma questão importante). Lazarsfeld nos pede para considerar as três variáveis apresentadas acima — raça, naturalidade e educação — como três fatores que geram graus variáveis de vantagem social. Como ser negro (ele trata “negro” e “não branco” como idênticos, o que evidentemente não são) é uma desvantagem social tão enorme e dominante, podemos combinar todas as quatro categorias que contêm a variável “negro” (categorias 3, 4, 7 e 8) numa só classe sem perder informação. Isto é,



sempre que as pessoas designadas para uma célula nessa tabela forem negras, sabemos (a partir de um conhecimento que trazemos para o estudo com base em experiência anterior) que não terá importância que sejam naturais dos Estados Unidos e não nascidos no exterior, e tampouco importará qual é seu nível de instrução; todas elas sofrerão substancial desvantagem social, não importa como se classifiquem nessas variáveis. Não perderemos nenhuma informação (ou, como alguns poderiam dizer, nenhum valor preditivo) sobre vantagem social se combinarmos as quatro células que contêm negros. Podemos combinar as duas categorias de brancos nascidos no exterior (2 e 6) da mesma maneira, e pelas mesmas razões: ser nascido no exterior é uma desvantagem substancial que tornará as diferenças em instrução sem importância no tocante à vantagem social. Como naturais dos Estados Unidos podem ser utilmente distinguidos pela instrução, que presumivelmente faz uma diferença na vantagem social de que gozam, conservamos as combinações 1 e 5 como classes separadas. (O exemplo é hipotético, inventado para mostrar o método; Lazarsfeld sabia tão bem quanto nós que as coisas são mais complicadas.)

A combinação de todas essas categorias dessa maneira, com base no senso comum, reduz oito categorias a quatro classes. Reduzimos o número das coisas sob observação para não perder de vista aquelas que são necessárias para a análise que planejamos. Temos uma tipologia mais manejável, embora ainda tenha implícita em si o conjunto total de possibilidades que as dimensões poderiam produzir se não tivéssemos feito a redução. Lazarsfeld descreve três maneiras de reduzir o número de tipos com que temos de trabalhar. Embora todas apresentem algumas dificuldades, cada qual é um truque útil para reduzir a confusão.

*Redução funcional.* Algumas reduções fazem uso do que já conhecemos em base empírica, como no exemplo acima.

Numa redução funcional existe uma relação real entre dois dos atributos que reduz o número de combinações. Se, por exemplo, os negros não puderem obter diplomas universitários [por exemplo, por lei], ... certas combinações variáveis não ocorrerão na realidade. Desta maneira, o sistema de combinações pode ser reduzido. A eliminação de combinações pode ser completa, ou essas combinações podem ocorrer com tão pouca frequência que nenhuma classe especial precisa ser estabelecida para elas.<sup>23</sup>

Assim, a redução funcional envolve a eliminação de dois tipos de combinação: as que não são possíveis, seja lógica ou socialmente, e as que, por ocorrerem com pouca frequência, são irrelevantes.

A redução funcional, portanto, é uma questão empírica. Decidimos que células combinar vendo com que frequência ocorrem as combinações nelas incluídas. Não faz nenhum sentido abrir espaço quando nada há para ocupá-lo. Ao fazer a lista de combinações possíveis, porém, os pesquisadores deveriam se lembrar que a existência ou não de casos de uma combinação particular é realmente uma questão empírica, cabendo-lhes portanto verificar as frequências reais, em vez de ignorar algumas combinações com base em “todo mundo sabe”. Procurando casos improváveis (do tipo que o Capítulo 3 nos recomendou perseguir), um trabalhador de campo cético poderia, mediante uma análise de espaço de propriedades, gerar todas as combinações logicamente possíveis de atributos, e depois procurar com especial afinco aquelas que, segundo o senso comum, não acontecem e podem ser vistas como candidatas prováveis a uma redução funcional. Tais combinações poderiam realmente existir mas ser socialmente “invisíveis”, não aceitas ou reconhecidas socialmente. No sistema social do Velho Sul corporificado em Natchez, no Mississippi,<sup>24</sup> por exemplo, todas as pessoas pertenciam a uma de duas castas de cor, entre as quais não havia nenhuma forma legítima de mobilidade (se você fosse negro, não podia se tornar branco; mas se fosse da classe operária podia

se tornar da classe média) ou casamento (nenhum filho legítimo podia nascer de relações sexuais entre membros das duas castas). Mas uma consideração de todas as combinações raciais possíveis de pais alertaria o investigador para o que um pouco de bisbilhotice teria mostrado: essas crianças existem, apesar do que a lógica diz. Saber disso poderia levar um pesquisador a investigar como as pessoas reais lidam com a lógica social do sistema racial de castas, e que regras seguem ao classificar essa prole socialmente “impossível”.

*Redução arbitrária.* A redução arbitrária refere-se à atribuição de números indexadores a diferentes combinações de atributos, em geral no intuito de tratar uma variedade de diferentes condições empíricas específicas como equivalentes. Por exemplo, numa análise de condições de moradia,

vários itens, como sistema de esgoto, aquecimento central, refrigeração etc. são selecionados como especialmente indicativos [da “qualidade” da moradia], e a cada um é dado certo peso. O aquecimento central e a posse de uma geladeira, sem sistema de esgoto, poderia ser equivalente a sistema de esgoto sem os dois outros itens, e portanto ambos os casos receberiam o mesmo número indexador.

Em outras palavras, os membros do tipo têm em comum uma qualidade abstrata subjacente, como “má moradia”, para a qual não temos nenhuma medida imediata e concreta. Podemos inventar arbitrariamente uma pontuação dando às pessoas um ponto pela presença de uma geladeira, de aquecimento central ou de qualquer outro item que consideramos um bom indicador da qualidade da moradia, e depois deixar as pontuações resultantes definirem nossos tipos, ainda que as características reais dos casos combinados na célula sejam diferentes. Esse procedimento reduz o número de combinações possíveis tratando itens específicos do equipamento doméstico como iguais. É “arbitrário” porque os itens que contamos só se relacionam com o atributo subjacente por uma cadeia de inferências um tanto duvidosas, e porque poderíamos ter escolhido outros itens e assim equiparado diferentes combinações de itens.

*Redução pragmática.* Lazarsfeld cita o exemplo de raça, naturalidade e instrução dado anteriormente como um exemplo de redução pragmática, uma redução feita à luz do objetivo da pesquisa — naquele caso, estudar a vantagem social. Poderia haver muitas boas razões para não juntar todos os negros numa análise sociológica, mas isso é possível em se tratando de vantagem social. Como ser negro é, nos termos analíticos propostos por Everett Hughes,<sup>25</sup> um “traço de status dominante” que sobrepujará tudo o mais em qualquer outra situação, é decisivo para a desvantagem social de uma pessoa. (Repetindo: estas afirmações são tipicamente feitas para fornecer exemplos simples para fins didáticos; não as tome como afirmações sobre como é o mundo. James Baldwin escreveu uma vez que a única coisa pior do que ser negro nos Estados Unidos era ser pobre em Paris.) Assim, para essa finalidade particular, podemos agrupá-los.

Um segundo exemplo de redução pragmática envolve combinações de duas variáveis que poderiam afetar o “sucesso conjugal”. Imagine dois atributos, cada um dividido em três categorias (por exemplo, atitude da esposa em relação ao marido e sucesso econômico do marido, seja lá como possam ser medidos). Combinados num espaço de propriedades, eles produzem nove tipos (isto é, há nove células na tabela resultante, ou nove fileiras na tabela de verdade). Diz Lazarsfeld:

Suponha ... que descubramos que, se a atitude da esposa em relação ao marido for favorável, o sucesso econômico não afetará as relações conjugais, ao passo que, se a esposa tiver uma atitude média em relação ao marido, ele precisará de pelo menos um sucesso médio para fazer do casamento um sucesso, e somente um grande sucesso pode salvar o casamento se a atitude da esposa for completamente desfavorável. Se o problema for classificar todos os casamentos em dois grupos — um para o qual as combinações de atitude-sucesso são favoráveis a boas relações conjugais, e um para o qual essas combinações são desfavoráveis

Seis das nove células na tabela que acompanha este exemplo são sombreadas para indicar combinações favoráveis, e três (sucesso baixo e atitude média ou baixa, e sucesso médio e atitude baixa) são sombreadas para indicar combinações desfavoráveis. Nove combinações possíveis de sucesso de homens e atitudes de mulheres em relação a eles foram pragmaticamente reduzidas a duas.

Truques de redução, de qualquer variedade, transformam mais categorias em menos e o fazem inserindo combinações logicamente distintas na mesma classe, dando-lhes o mesmo nome para fins analíticos.

## ≡ Substrução

O truque a que Lazarsfeld deu o deslegante nome de “substrução” é o inverso lógico da redução. A redução reúne combinações, no interesse da simplicidade. A substrução as separa, no interesse da descoberta.

Os cientistas sociais gostam de fazer tipologias, mas raramente as constroem de maneira lógica, e assim nem sempre tiram partido da plena riqueza do que fizeram. Mas lembre-se de que tipologias e espaços de propriedades são logicamente relacionados: uma tipologia é um conjunto de nomes para as células numa tabela feita pela classificação cruzada de variáveis, e as células nessa tabela são uma tipologia. Lazarsfeld usou essa conexão lógica para criar um método que permita encontrar as dimensões subjacentes a qualquer tipologia *ad hoc*, afirmando que, “quando um sistema de tipos foi estabelecido por um especialista em pesquisa, é sempre possível provar que, em sua estrutura lógica, ele poderia ser o resultado da redução de um espaço de atributos”.<sup>27</sup> Em sua maioria, pensava ele, as tipologias provavelmente eram incompletas; um espaço de propriedades complexo fora reduzido mediante a combinação de algumas das células em sua tabela de uma das maneiras que acabamos de discutir, embora o tipologista talvez não tivesse compreendido o que fizera. A tipologia resultante não nomeia todas as suas possibilidades implícitas ou reconhece a sua existência. Assim Lazarsfeld, tendo explicado como podemos reduzir um conjunto de tipos, concebeu uma maneira de desfazer a redução e recuperar o espaço de propriedades completo e as dimensões que o haviam produzido:

O procedimento de descobrir, para um dado sistema de tipos, o espaço de atributos a que ele pertence e a redução que foi implicitamente usada é de tanta importância prática que deveria ter um nome especial; sugere-se o termo *substrução*.

Quando substruímos para um dado sistema de tipos o espaço de atributos a partir do qual e a redução através da qual ele poderia ser deduzido, nunca supomos que o criador dos tipos realmente tinha tal procedimento em mente. Afirmamos apenas que, como quer que ele tenha realmente encontrado os tipos, poderia tê-los encontrado logicamente mediante tal substrução.

Lazarsfeld insistiu, com razão, na importância prática deste truque. É uma maneira maravilhosa de extrair ideias e intuições a que não se chegou por via lógica (chega-se a tão poucas). Usando-o, um pesquisador “veria se negligenciou certos casos; poderia se assegurar de que alguns de seus tipos não estão se sobrepondo; e provavelmente tornaria a classificação mais útil para a pesquisa empírica real”. Ele menciona, como exemplo da utilidade da substrução, um estudo da estrutura da autoridade na família realizado por Erich Fromm.

Fromm distinguiu quatro tipos de situações de autoridade: autoridade completa, autoridade simples, falta de autoridade e rebelião. Lazarsfeld usou itens baseados em perguntas feitas tanto a pais quanto a filhos para reconstruir a série completa de combinações implicadas nos tipos *ad hoc* de Fromm. Primeiro, reduziu várias das combinações possíveis do uso de castigo corporal e

interferência nas atividades das crianças (as medidas usadas como índices do exercício parental de autoridade) a três: os pais faziam as duas coisas, não faziam nenhuma delas, ou faziam uma ou outra (estas duas tratadas como equivalentes). De maneira similar, reduziu a aceitação pelos filhos do que os pais faziam a três tipos, reunindo as categorias que diziam se as crianças relatavam conflito com os pais e se tinham confiança neles. Uma tabela  $3 \times 3$  expunha as nove combinações logicamente possíveis de exercício da autoridade e aceitação:

Conduta dos pais	Aceitação pelas crianças		
	Alta	Média	Fraca
Forte	1	2	3
Moderada	4	5	6
Fraca	7	8	9

Sete das nove combinações têm clara relação com os quatro tipos de Fromm: 1 e 2 são autoridade completa, 4 e 5 são autoridade simples, 8 é falta de autoridade e 3 e 6 são rebelião. As combinações 7 e 9, porém, não são admitidas na tipologia de Fromm, e pelo menos uma (7) sugere uma possibilidade em que ele aparentemente não havia pensado: que algumas crianças cujos pais não exerciam muita autoridade gostariam que eles o fizessem. A lógica sugere a possibilidade; a pesquisa verifica se ela é uma realidade. É assim que se usa o truque da substrução.

(Haverá somente um espaço de atributos e uma redução por trás de toda tipologia? Provavelmente não, diz Lazarsfeld. Como as tipologias em geral são vagas e impressionísticas, portanto ambíguas, podemos extrair delas mais de um conjunto de dimensões. Diferentes espaços de atributos originários da mesma tipologia podem ser transformados um no outro; essa é a lógica da “interpretação de um resultado”, seu conhecido processo para descobrir o “significado” de uma relação entre duas variáveis mediante a introdução de uma terceira que aumenta a relação entre as duas primeiras. “Tal interpretação consiste logicamente em substruir para um sistema de tipos um espaço de atributos diferente daquele em que ele foi derivado por redução, e em procurar as reduções que levariam ao sistema de tipos nesse novo espaço. É isso que transformação significa.”<sup>28</sup> Não vou explorar essas possibilidades aqui, mas há algumas coisas interessantes a descobrir.)

O uso que Lazarsfeld faz de tabelas de verdade e sua transformação em tabelas como maneira de criar tipos e a estreita atenção que dedicou às operações de redução e substrução como maneiras de variar o número de tipos com que o analista trabalha mostram as marcas de sua estima por entrevistas e questionários de survey como maneira de colher dados. Ele criava tipologias e as tornava mais complicadas, usando os truques da construção tabular, da redução e da substrução, para descobrir as relações entre as variáveis medidas num survey. Qual era a relação entre o fato de residir num bairro republicano e a propensão de um trabalhador irlandês católico a votar nos democratas? Se seus irmãos e irmãs votassem nos democratas, mas seus colegas de trabalho votassem nos republicanos, que faria você, sujeito a essas “pressões cruzadas”, no dia da eleição? Ele considerava tipos úteis sobretudo como maneira de definir categorias que podiam depois ser usadas para se chegar às relações entre variáveis. As respostas que o satisfiziam davam “o efeito médio de uma causa num conjunto teoricamente definido de observações”.<sup>29</sup> O que é algo que muitos cientistas sociais estão buscando.

Muitos outros cientistas sociais, contudo, estão procurando algo diferente, e o uso dos procedimentos analíticos associados aos métodos convencionais de survey cria problemas para eles. Charles Ragin desenvolveu a análise comparativa qualitativa (por vezes chamada “análise booleana” por razões que ficarão claras) para lidar exatamente com esses problemas intratáveis pelos métodos convencionais de análise na (a) manipulação de grandes corpos de dados que continham relativamente poucos fatos sobre um grande número de casos (o tipo de dados tipicamente produzido por surveys e estatísticas colhidos para fins administrativos), e na (b) análise de um pequeno número de casos históricos, em especial aqueles que envolvem a história de países específicos e a explicação de eventos específicos nessas histórias (por exemplo, sob que circunstâncias ocorreram distúrbios em países que recebem ajuda do Fundo Monetário Internacional?).

No primeiro caso, o dos dados sobre grandes números, os métodos analíticos convencionais produzem problemas crônicos, cuja importância é minimizada pelos pesquisadores como o preço a pagar para obter algum resultado científico. A maneira típica de formular e resolver problemas dependia do desenvolvimento de uma estatística que permitisse ao analista estimar algo chamado a “contribuição” de uma ou várias variáveis independentes específicas para a variação numa variável dependente por um número que variava entre 0 e 1. Assim, poderíamos dizer, tomando um exemplo usado por Ragin,<sup>30</sup> que a raça “contribuía” com  $x\%$  para as chances que tinha uma pessoa de ser promovida na burocracia federal que ele e seus colegas estudaram, ao passo que a instrução “respondia por”  $y\%$ , e a antiguidade por  $z\%$  (e assim por diante, para as várias variáveis a cujo respeito havia dados disponíveis).

Mas esses números não são intuitivamente compreensíveis, razão pela qual pus essas expressões entre aspas. Dizer que a instrução explica  $y\%$  da promoção não diz nada sobre como isso ocorre. Deveríamos compreender que, em  $y\%$  dos casos considerados para promoção, aquele que toma a decisão usa a instrução como critério? Ou que quem toma a decisão soma pontos — tantos para a raça, tantos para a educação, tantos para a antiguidade e assim por diante — tal como professores dão tantos pontos para testes, tantos para trabalhos escritos e tantos para a participação em aula, e promovem a pessoa se a nota for suficientemente alta, e os pontos atribuídos à instrução forem sua “contribuição” para o resultado? Ou que há um procedimento complexo pelo qual, digamos, quem toma a decisão decide primeiro se os candidatos atendem a certo critério em instrução; depois decide entre os que o fazem com base num critério similar para antiguidade, e entre os que restam com base na raça, e assim por diante, até que todas as variáveis tenham sido levadas em conta? O “explica” é apenas estatístico. Traduzir os números em ações socialmente significativas de pessoas reais é um exercício de imaginação, de construção de representações, poucas vezes baseadas em um conhecimento sério da situação sob estudo.

Ademais, as questões a que essas análises respondem com frequência não são as que as pessoas querem ver respondidas. Saber a contribuição de variáveis particulares para uma distribuição de promoções não nos diz que combinações de idade, gênero, raça e outros atributos levam pessoas a obter as promoções a que regras burocráticas lhes dão direito, que é o que os estudiosos da discriminação étnica, por exemplo, querem saber. Nesses casos, estamos procurando configurações de fenômeno e não suas “contribuições” individuais para algum resultado.

No caso das análises históricas, os métodos projetados para a análise de grandes números de casos não funcionam, e muitas vezes não podem funcionar. Simplesmente não há países o bastante para produzir um número de casos suficiente para satisfazer as regras práticas sobre quantos casos

deve haver numa célula antes que uma análise estatística seja aceitável. Tampouco é provável, não importa em quantos países a antiga União Soviética venha a se dividir, que haja países bastantes para essas análises. A solução típica é redefinir o problema de uma maneira mais geral, que produza casos suficientes, mas perca a especificidade da questão original.<sup>31</sup>

Além disso, as análises históricas muitas vezes dizem respeito à compreensão de eventos específicos, em geral eventos sobre os quais pesquisas históricas anteriores já revelaram grande quantidade de fatos: a Revolução Russa, a Grande Depressão de 1929, a influência do protestantismo no desenvolvimento da ciência. Muitos dos problemas clássicos da sociologia assumem essa forma. O conhecimento pleno e detalhado desses eventos já disponível é um embaraço para técnicas analíticas convencionais, porque não há bons métodos para lidar com tantas variáveis, sequências temporais e assim por diante. O que queremos são técnicas que nos permitam usar o pleno conhecimento que temos.

De modo mais fundamental, os métodos de análise comparativa qualitativa corporificam uma maneira de pensar sobre o trabalho da ciência social que difere substancialmente do que Ragin chama de métodos de análise “orientados para a variável”, os quais veem nas teorias, como expliquei, afirmações acerca da importância relativa de variáveis como explicações de certos resultados que queremos explicar. As explicações pretendem ser universais, leis sociológicas de grande generalidade, com as variáveis exercendo sua influência independentemente de contexto histórico ou social. Nessa visão, fazemos pesquisa criando uma “competição de dados” em que as interpretações rivais de um fenômeno social, representadas por suas variáveis favoritas, disputam entre si, saindo vencedora aquela (ou aquelas) que explica mais da variação na coisa a ser explicada. E, o que talvez seja o mais importante, essas abordagens procuram uma resposta para o problema explicativo quando os eventos a serem explicados surgem de fato de qualquer de várias combinações de condições causais. Diz Ragin:

Em vez de fazer perguntas sobre classes relativamente estreitas de fenômenos (tipos de revoltas nacionais, por exemplo), eles [cientistas sociais] tendem a reformular suas perguntas de modo que se apliquem a categorias mais amplas (como perguntas sobre variação transnacional em níveis de estabilidade política). Em vez de tentar determinar os diferentes contextos em que uma causa influencia certo resultado, tendem a avaliar a influência média de uma causa através de uma variedade (preferivelmente uma amostra multiforme) de contextos.<sup>32</sup>

Ragin não queria eliminar a análise estatística convencional com múltiplas variáveis mas fornecer alternativas mais convenientes para alguns dos problemas que os cientistas sociais querem resolver. Encontrou as ferramentas para construir essas alternativas na álgebra dos conjuntos e na lógica, muitas vezes chamada lógica booleana (em alusão a George Boole, o matemático e lógico britânico do século XIX que a desenvolveu). Construir tabelas de verdade do tipo que já discutimos é fundamental para essa lógica; de fato, foi dessa álgebra que elas se originaram. Darei somente as versões mais esquemáticas desse assunto, só o bastante para tornar a lógica subjacente do método clara o bastante para que possamos compará-la aos outros métodos que estamos considerando. Os escritos de Ragin contêm várias descrições do método e muitos exemplos de suas aplicações. Ele e seus colegas o usaram para estudar, entre outras coisas, revoltas em países do Terceiro Mundo<sup>33</sup> e a política da etnicidade.<sup>34</sup> O material é de fato técnico o bastante, e uma boa maneira de chegar a entendê-lo completamente é trabalhar você mesmo com um ou mais exemplos. Dos três métodos que estamos considerando nesta seção, este é o mais claramente “lógico”.

O método preserva a complexidade das situações subjacentes a fenômenos de interesse, ao mesmo tempo que as simplifica o máximo possível. Faz isso descobrindo o menor número de combinações de variáveis (lembre-se de que uma combinação de variáveis é um tipo) que produzem

(ocorrem em conjunção com) os resultados a serem explicados. Por conseguinte,

as relações entre as partes de um todo são compreendidas no contexto do todo, não no contexto de padrões gerais de covariação entre variáveis que caracterizam os membros de uma população de unidades comparáveis. ... A causalidade é compreendida conjunturalmente. Resultados são analisados em termos de interseções de condições, e supõe-se em geral que qualquer de várias combinações de condições poderia produzir certo resultado. ... Técnicas estatísticas com múltiplas variáveis começam simplificando suposições sobre causas e suas inter-relações como variáveis. O método de comparação qualitativa, em contraposição, começa supondo complexidade causal máxima e em seguida se lança num ataque a essa complexidade.<sup>35</sup>

Os métodos booleanos assemelham-se à análise do espaço de propriedades de muitas maneiras interessantes, embora sejam bastante diferentes dela, e adiante comentarei as similaridades e diferenças entre os dois.

## = Procedimentos

Os passos básicos de uma análise booleana são simples (darei um breve exemplo):

1. Decida que resultados você quer investigar e que “variáveis” usará para “explicá-los”.
2. Defina cada variável ou resultado como uma variável categórica, tipicamente como a presença ou ausência de algum elemento. Você pode tratá-las com simples dicotomias (por exemplo, branco ou não branco), ou tratar cada uma de várias possibilidades como a presença ou ausência de uma das categorias da variável (branco ou não branco, negro ou não negro, asiático ou não asiático etc.). (Há maneiras de transformar dados numéricos contínuos nessas categorias, que não são exclusivas desse método.)
3. Faça uma matriz de dados, uma tabela cujas fileiras e colunas forneçam células para todas as combinações dessas variáveis. Esta forma, padrão para dados quantitativos, pode ser facilmente adaptada a dados qualitativos.
4. Reformate a matriz de dados como uma tabela de verdade que arrole todas as combinações possíveis da presença ou ausência desses atributos.
5. Diferenças entre duas situações que não afetem o resultado a ser explicado não podem ser a razão pela qual as situações diferem, portanto não precisamos nos preocupar com elas. Um exemplo: se alguns sindicatos cujos filiados são predominantemente de uma raça conduzem greves vitoriosas, e outros sindicatos de composição substancialmente multirracial também conduzem greves vitoriosas, o fato de a composição de um sindicato ser uni ou multirracial não pode ser a causa do sucesso de uma greve. Nesse caso, um analista pode “minimizar” a tabela de verdade, usando a seguinte regra: “Se duas expressões booleanas [isto é, combinações de valores das variáveis e dos resultados] diferem em apenas uma condição causal e apesar disso produzem o mesmo resultado, a condição causal que distingue as duas expressões pode ser considerada irrelevante e removida para criar uma expressão combinada mais simples.”
6. Use um procedimento sistemático (um algoritmo) descrito no texto de Ragin para encontrar os “implicantes primos”, o menor número de combinações de variáveis necessário para se construir uma explicação adequada dos resultados, removendo os que não forem logicamente necessários. Não descreverei a técnica aqui; ela se encontra inteiramente exposta no livro de Ragin e em outros textos; ele e seus colegas escreveram também um programa de computador que faz o trabalho para você. É necessário apenas compreender que o resultado é uma

expressão algébrica que arrola as combinações de presença e ausência de variáveis que “cobrirão” (explicarão) os resultados em que você está interessado.

7. Interprete a equação resultante, o que é bastante fácil. Por exemplo: o resultado  $X$  ocorre quando as variáveis  $A$  e  $B$  e ou a variável  $C$  ou  $D$  estão presentes, ou alguma expressão similar das várias combinações de variáveis e sua ausência que acompanham o resultado de interesse. (Entre outras coisas, como Ragin explica,<sup>36</sup> a equação torna fácil identificar e distinguir as causas necessárias e suficientes daquilo em que você está interessado.)

Ragin dá um exemplo hipotético de um estudo em que o analista considera três causas de greves vitoriosas:<sup>37</sup> um mercado florescente para o produto da indústria, representado por  $A$ ; séria ameaça de greves de solidariedade por outros sindicatos, representada por  $B$ ; e um grande fundo de greve, representado por  $C$ . Ele codifica as greves como vitoriosas ( $V$ ) ou não. (A ausência de uma condição é denotada por uma letra em caixa baixa, assim uma greve não vitoriosa é codificada como  $v$ , e a ausência de um grande fundo de greve, por exemplo, é codificada como  $c$ .) Das oito combinações possíveis da presença ou ausência dessas três causas ( $Abc$ ,  $aBc$ ,  $abC$ ,  $AbC$ ,  $aBC$ ,  $abc$ ,  $ABC$ ), somente quatro (neste exemplo hipotético) levam a greves vitoriosas ( $AbC$ ,  $aBc$ ,  $ABc$ ,  $ABC$ ). Isto é, para devolver a essas abstrações os seus nomes, greves são vitoriosas quando há um mercado florescente e um grande fundo de greve, mas não há ameaça de greves de solidariedade; quando não há nem um mercado florescente nem um grande fundo de greve, mas há uma ameaça de greves de solidariedade, e... descubra você mesmo as outras duas, é bom para você.

A álgebra permite uma simplificação da solução. Sem entrar nos detalhes matemáticos, a equação pode ser reduzida a três situações ( $AC$ ,  $AB$  e  $Bc$ ). Estas podem por sua vez ser ainda mais reduzidas algebricamente a  $V = AC + Bc$ , o que significa que greves vitoriosas ocorrem quando há um mercado florescente e um grande fundo de greve *ou* (na notação booleana, sinal de  $+$  não significa soma, e sim o operador lógico OU) quando há uma ameaça de greves de solidariedade e um fundo de greve pequeno. Uma outra manipulação, que não vou examinar, permite especificar as condições em que as greves fracassam.

Tudo isso pode parecer um tanto abstrato e assustadoramente matemático, mas a álgebra é de fato simples, fácil o bastante para eu conseguir acompanhá-la, portanto nada de que ninguém deva ter medo, e as aplicações a dados reais são fáceis; Ragin dá muitos exemplos (que, como tudo em matemática, vale a pena tentar resolver por você mesmo). As coisas que poderiam parecer difíceis — que fazer quando casos que partilham uma combinação de causas têm resultados diferentes? Que fazer quando o mundo não produz exemplos reais de alguma das combinações? — têm soluções viáveis (para as quais novamente eu o remeto ao livro de Ragin).

## ≡ Uma maneira diferente de pensar

A ACQ partilha tantos traços (como o uso de tabelas de verdade e seus análogos) com a AEP que as duas poderiam parecer apenas versões ligeiramente diferentes da mesma coisa. Mas isso não é verdade. Como Ragin salienta repetidamente, os dois métodos procuram resultados diferentes e têm uma imagem diferente das metas da ciência social, dos tipos de resposta que estão sendo procurados. Sob alguns aspectos (mas não todos), trata-se de um paradigma diferente.

*Causas.* A pesquisa booleana encara a causalidade de uma maneira bem diferente da pesquisa quantitativa convencional, em que pesquisadores procuram o efeito de uma variável sobre outras



através de ampla variedade de situações. Um projeto convencional bem-sucedido produz uma equação que explica em que medida o sucesso de uma greve se deve, respectivamente, às três variáveis do mercado florescente, da ameaça de greves de solidariedade e do grande fundo de greve. Os pesquisadores não esperam que a equação varie de uma greve para outra. Se variarem através das situações, os efeitos das variáveis não são confiáveis, e o pesquisador não obtém um resultado.

Os pesquisadores booleanos, por outro lado, não esperam que as causas operem independentemente umas das outras dessa maneira; ao contrário, esperam ver seus efeitos variarem, dependendo da presença ou ausência de outros fatores no contexto em que estão trabalhando. As explicações são, de modo típico, “multiplamente conjunturais”: conjunturais porquanto as causas são compreendidas como combinações de fatores, e múltiplas porquanto muitas dessas combinações poderiam produzir o mesmo resultado. Os pesquisadores booleanos esperam encontrar mais de um caminho causal importante, mais de um conjunto de condições em que o resultado a ser explicado ocorra. Diferentes fatores podem de fato se combinar de maneiras diversas, por vezes contraditórias, para produzir resultados semelhantes. Como você pode não ter investigado todas as condições necessárias para uma explicação completa, sua explicação pode não elucidar todos os casos.

Considere o problema do vício em opiatos. É um achado comum nas cidades americanas no fim do século XX que adictos em opiatos (no fim do século XX, é claro, o opiato é a heroína) são homens, jovens, negros ou hispânicos e moradores de cidades. Esses achados relativamente estáveis são citados como prova de uma conexão entre idade, sexo, etnicidade e o hábitat dos adictos, considerados como causas, e sua adição, tomada como consequência. As conexões são explicadas de uma maneira coerente com as representações que os pesquisadores têm das vidas dessas pessoas — representações, lembre-se, sem nenhum fundamento na experiência e baseadas em grande parte nas fantasias de pesquisadores de classe média sobre a vida da classe mais baixa. Essas representações sugerem que, nas circunstâncias desesperadas de tais vidas, pessoas ansiosas pela “fuga” que as drogas proporcionam seguem um caminho inexorável rumo à adição.

Alfred Lindesmith detectou um problema grave com essa teoria:<sup>38</sup> na segunda metade do século XIX, a adição se correlacionava a um conjunto muito diferente de características demográficas. Os adictos nessa época eram tipicamente mulheres brancas, com frequência de cidades pequenas ou fazendas, e de meia-idade. A diferença é facilmente explicada como consequência dos tipos de pessoas que tinham fácil acesso a drogas. Naquele período da história norte-americana, o governo exercia pouco controle sobre a distribuição de opiatos. Medicamentos registrados, e em especial aqueles preparados para “queixas femininas”, eufemismo comum então utilizado para as dificuldades por vezes associadas à menopausa, com frequência continham fortes doses de ópio, e qualquer pessoa podia comprá-los na farmácia da esquina. As mulheres os compravam e tomavam. Algumas ingeriam quantidades suficientes para se tornarem adictas.

Em 1911 o governo nos Estados Unidos aprovou o Harrison Narcotics Act, que retirou do mercado legal os medicamentos que continham ópio. Impedidas de comprar seu remédio na farmácia da esquina, algumas mulheres encontraram médicos transigentes que lhes davam receitas; a maioria delas, porém, simplesmente passou a sofrer as perturbações da abstinência, mas as atribuíram aos problemas da menopausa que as levaram a tomar opiatos.

Ao longo dos anos, após a aprovação do Harrison Act, desenvolveu-se um mercado clandestino de opiatos que encontrou sua morada natural em bairros que não podiam se defender contra a invasão do tráfico de drogas. Como não é de surpreender, esses eram em geral bairros em que viviam negros e hispânicos. Como o tráfico de drogas era ilegal, as pessoas envolvidas na ponta da sua distribuição tendiam a ser homens com idade em torno dos 20 anos — não velhos o bastante para funções médias

de gerenciamento, mas exatamente na idade em que a criminalidade é mais frequente. E, quando uma pessoa participa da distribuição, ou quando esta ocorre nas ruas e apartamentos à sua volta, ela tem fácil acesso a drogas e pode satisfazer qualquer curiosidade nela suscitada pelo que vê, e esse é um passo decisivo no processo de adição.

Assim, “causas” de adição de drogas como idade, sexo, raça, etnicidade e residência em cidades são extremamente variáveis em seus efeitos, se consideradas do ponto de vista histórico, e dependem para seu impacto causal de constituírem um elemento numa conjuntura de fatores. A combinação, a conjuntura, é que é causal, não os fatores individuais que acrescentam cada um seu pequeno empurrão na pontuação relativa à propensão à adição. Daí, ser mulher em idade de passar pela menopausa nos Estados Unidos *quando* todos podiam comprar esse “remédio” facilmente; ou ser homem, jovem e negro num bairro muito pobre *quando* as leis haviam transformado a distribuição de drogas num negócio ilegal em que você ou seus vizinhos podiam encontrar uma ocupação. Essas conjunturas muito diferentes podem produzir o mesmo resultado: adição. Numa linguagem mais geral, e ligeiramente diferente, condições distintas podem satisfazer o mesmo requisito causal. De modo alternativo, poderíamos dizer que uma característica mais geral — como a acessibilidade — está subjacente às características demográficas mais superficiais que, afinal, não explicam as variações na adição.

Ragin descreve esses problemas dizendo que eles envolvem “diferenças ilusórias”:

A identificação de traços comuns subjacentes muitas vezes não envolve uma simples tabulação e análise desses traços. Os investigadores devem admitir a possibilidade de que características que parecem diferentes (como sistemas de [acessibilidade] qualitativamente diferentes) tenham a mesma consequência. Elas são causalmente equivalentes num nível mais abstrato, ... mas não num nível diretamente observável. Assim, pode haver entre dois objetos uma “diferença ilusória” que é na realidade uma causa comum subjacente quando considerada num nível mais abstrato.<sup>39</sup>

*Causas desviantes.* A ACQ e a AEP diferem também na maneira como lidam com “casos desviantes”. Um caso desviante (expressão que desempenha destacado papel na discussão da indução analítica que vem a seguir) é um daqueles que não faz o que o analista pensava e previa que faria, e assim põe em xeque as conclusões que ele gostaria de tirar. Você faz a sua pesquisa, colhe seus dados, e a maioria dos casos “saem certos”, mas alguns não, e eles lançam dúvida sobre as conclusões que todos os outros casos sustentam. Na análise de survey típica, o tipo a partir do qual e para o qual a AEP foi desenvolvida, quando uma teoria vincula duas variáveis como causa e efeito, as células da tabela que contêm as combinações de valores especificadas pela teoria deveriam conter todos os casos, ao passo que as células com as outras combinações ficam vazias. (Dada a maneira como as tabelas são construídas, diz-se que os casos previstos e esperados “situam-se na diagonal principal”; numa tabela de verdade, eles seriam descritos por aquelas fileiras que, na expectativa dos pesquisadores, conteriam todos os casos.) Os pesquisadores quantitativos convencionais aceitam esses casos desviantes (ou “negativos”) como uma consequência esperável da variação aleatória característica do mundo, ou de uma medição inevitavelmente menos que perfeita de suas variáveis, ou como decorrentes da ação de variáveis não incluídas na análise porque ninguém sabia como medi-las ou porque ninguém sabia que existiam e desempenhavam algum papel no problema. Procurar variáveis omitidas (juntamente com tentativas de uma medição melhorada) é o que os pesquisadores nessa tradição fazem em fases posteriores de sua pesquisa. Mas eles não esperam que todos os casos desviantes venham a desaparecer em algum momento, e ficam plenamente satisfeitos com afirmações probabilísticas que dizem, por exemplo, que crianças de lares desfeitos têm mais tendência, em tal e tal grau, a ser delinquentes que aquelas de famílias preservadas. Que algumas crianças de famílias

preservadas sejam delinquentes e algumas de famílias desfeitas não sejam não refuta a proposição básica que relaciona as duas variáveis, contanto que a maioria das crianças exiba a combinação que a teoria do analista especifica.

Os analistas booleanos, por outro lado, trabalham para descobrir relações em que as mesmas conjunturas de fatores produzem sempre o mesmo resultado, relações para as quais não há exceções, nenhum caso desviante. Eles pretendem, ao fim e ao cabo (bem, um dia desses), justificar, ter uma explicação para todos os casos do fenômeno sob estudo. Em sua tentativa de desvendar essas relações invariantes, têm a esperança e a expectativa de encontrar, ao longo do caminho, “casos desviantes” sobre os quais a análise poderá se apoiar para progredir. Os investigadores booleanos concentram-se no caso teoricamente inesperado, porque esperam que ele os conduza a algum padrão novo, ainda imprevisível, de causas e consequências. O resultado que procuram é o que poderíamos chamar de diversidade padronizada: um complexo de tipos relacionados surgidos a partir de uma rede de causas que opera de maneiras diferentes em situações diferentes. (Um bom exemplo é a rede de causas, condições e consequências da cultura em prisões masculinas e femininas, discutida no Capítulo 4.) Eles procuram mais condições para acrescentar à fórmula explicativa, e mais tipos de resultados para acrescentar à lista do que deve ser explicado.

Em consequência, fazem com frequência algo estritamente proibido para pesquisadores de survey sérios (embora muitas vezes feito na prática): decidem que o caso desviante que descobriram não é uma exceção a sua teoria, mas um fenômeno até então insuspeitado que merece e obterá sua própria categoria. (Veremos esse movimento de novo quando considerarmos a indução analítica.) Pesquisadores muitas vezes percebem, no curso de seu trabalho, que algumas das coisas que supunham pertencer à categoria que queriam explicar não pertencem a ela. Diferem das outras coisas naquela categoria sob algum aspecto importante. Instigados por um termo inesperado que apareceu em sua equação booleana, decidem que talvez nem todas as greves vitoriosas sejam semelhantes. Pesquisadores convencionais tendem a insistir que, quando semelhante coisa ocorre, é apenas lamentável — não se pode recategorizar os casos transgressores e reformular a hipótese de modo que ela funcione. Esses ascetas insistem em que, diante de tais resultados, devemos colher novos dados de uma nova amostra antes de tirar partido de nossa intuição. Uma exigência tão irrealista poria fim, é claro, à pesquisa histórica qualitativa, porque não há como colher uma nova amostra, e tornaria estudos como o de Lindesmith, baseado em entrevistas com adictos de droga difíceis de se encontrar, impossível em qualquer sentido prático. Mais importante ainda, ela trata como pecado o que é uma significativa virtude científica: a disposição de rever seu pensamento à luz da experiência, o diálogo entre os dados e as ideias a que Ragin dá tanta ênfase.<sup>40</sup>

Outra consequência da tentativa de modelar a complexidade da vida social: analistas booleanos não se preocupam muito com o número de casos nas diferentes células da tabela. Se a teoria diz que jovens negros do sexo masculino deveriam ser adictos e alguns não são, ao passo que algumas mulheres brancas de meia-idade eram, não faz diferença quantos de cada caso você encontrou. Um é tão bom quanto mil para demonstrar que a teoria não levou em conta alguma possibilidade importante. Assim, Ragin observa,

noções de amostragem e distribuição de amostragem são menos relevantes para essa abordagem porque ela não está interessada nas distribuições relativas de casos com diferentes padrões de causas e efeitos. Mais importante que a frequência relativa é a *variedade* de padrões significativos de causas e efeitos que existem.<sup>41</sup>

Para seu pleno efeito, portanto, essa abordagem requer o tipo de amostragem voltada para a mais completa variedade de casos que discutimos no Capítulo 3.

Muitos pesquisadores não pretendem explicar uma série tão ampla de resultados potenciais como a AEP e a ACQ tentam explicar. Não estão interessados em todos os caminhos secundários e possibilidades, mas num resultado particular que consideram, por razões teóricas e práticas, o único realmente interessante. Na linguagem que usamos até aqui, isso significa que o pesquisador só se importa realmente com algumas fileiras na tabela de verdade (no caso limite, e com bastante frequência na prática, apenas com uma fileira). Eles incluem as outras combinações para as quais a tabela de verdade nos chama a atenção numa categoria residual das “coisas em que não estamos interessados”. Pesquisadores e teóricos muitas vezes fazem isso quando veem o fenômeno a ser explicado como um “problema importante”, seja porque é algo com que todos na sociedade se preocupam ou deveriam se preocupar, seja porque tem uma prioridade teórica especial. A adição a drogas satisfaz esses dois requisitos. É ao mesmo tempo um antigo “problema social” e um interessante exemplo de algo que as pessoas persistem em fazer a despeito de considerável dificuldade e de fortes sanções penais. Assim, é uma afronta tanto aos costumes da sociedade quanto a todas as teorias segundo as quais os adictos a drogas deveriam tê-las abandonado há muito tempo.

O método que alguns sociólogos usaram para lidar com questões como essa é chamado “indução analítica” (IA), e não é por acaso, como dizem as pessoas, que o exemplo canônico da IA diz respeito a esse tópico. A IA é geralmente vista como antitética e não complementar aos outros métodos que acabamos de considerar. Não é comumente compreendida como envolvendo tabelas de verdade. De fato, porém, se assemelha à AEP e à ACQ sob aspectos que ficarão claros quando expusermos sua lógica em termos de tabela de verdade. (Uma importante exceção à visão convencional é a análise de Charles Ragin<sup>42</sup> do estudo feito por Jack Katz [1982] das carreiras dos “advogados da pobreza”<sup>43</sup>. Ragin e eu pensamos de maneira parecida nesses assuntos, e você deveria consultar a análise dele em conjunção com esta seção.)

Atribui-se por vezes a Robert Cooley Angell o primeiro uso de IA na pesquisa sociológica, mas a genealogia do método remonta a John Stuart Mill e seus “método de concordância” e método indireto de diferença (você encontrará uma explicação destas coisas em Ragin<sup>44</sup>). Os ancestrais mais diretos são George Herbert Mead e seu intérprete Herbert Blumer, que enfatizaram a importância do caso negativo, aquele que refuta sua hipótese, como a chave para a promoção do conhecimento científico. O argumento essencial é que descobrir que suas ideias estão erradas é a melhor maneira de aprender algo novo.<sup>45</sup>

A indução analítica “clássica” é exemplificada no estudo feito por Alfred Lindesmith da adição a opiatos, de que já falei neste livro.<sup>46</sup> Cressey<sup>47</sup> e Becker<sup>48</sup> usaram o exemplo como o modelo para seus estudos do desfalque e uso de maconha. Cada um desses três estudos explica o resultado específico de interesse — a adição a opiatos, a violação criminosa de confiança financeira, o uso de maconha por prazer — descrevendo os passos de um processo que produz tal resultado. A explicação do resultado é, exatamente como na ACQ, invariante: aplica-se a todos os casos que correspondem à definição do fenômeno a ser explicado.

Quando fazemos indução analítica, desenvolvemos e testamos nossa teoria caso a caso. Formulamos uma explicação para o primeiro caso assim que colhemos dados sobre ele. Aplicamos essa teoria ao segundo quando obtemos dados sobre ele. Se a teoria explicar esse caso adequadamente, confirmando-se, assim, nenhum problema, seguimos para o terceiro caso. Quando topamos com um “caso negativo”, que nossas hipóteses explicativas não abarcam, mudamos a justificativa do que estamos tentando explicar mediante a incorporação a ela de quaisquer novos

elementos que os fatos desse caso problemático nos sugerem, ou mudamos a definição do que iremos explicar de modo a excluir o caso recalcitrante do universo das coisas a serem esclarecidas. Os pesquisadores geralmente excluem muitos casos dessa maneira, e, depois que os redefiniram como não sendo o tipo de coisa que a teoria tenta explicar, mais ou menos os ignoram. As duas possibilidades são as mesmas que Ragin sugere estarem à disposição dos usuários dos métodos booleanos.

O método, na forma que acabo de descrever, funciona muito bem no tipo de pesquisa exemplificado pelos três exemplos canônicos que mencionei, em que o pesquisador estuda alguma forma de comportamento convencionalmente rotulado de desviante entrevistando, uma de cada vez, pessoas que supostamente se comportaram dessa maneira. Você pode perceber a conexão se imaginar a tentativa de usar esse método com entrevistas de survey. Num survey, você colhe seus dados de uma vez só, ou quase isso, e não pode variar as perguntas que faz e o modo como as faz sem perder a comparabilidade dos casos que sua coleta simultânea torna possível. Colher dados em uma entrevista de cada vez, por outro lado, torna fácil e natural descobrir novas variáveis (que, nesse estilo de pesquisa, aparecem com maior frequência como “passos num processo” do que como “variáveis”), explorar sua significação, e procurar sua operação em casos sucessivos. Isso torna também fácil lidar com aquelas variações no próprio fenômeno que merecem ser tratadas como entidades teóricas separadas que requerem sua própria explicação.

O ponto forte da AEP está em ser um método para criar e analisar tipos pela manipulação de possibilidades lógicas. O ponto forte da ACQ é sua ênfase em explicação conjuntural, a procura de combinações de elementos que produzem resultados únicos e invariantes. O ponto forte da IA está em ser um método para descobrir o que deve ser acrescentado a uma explicação ou subtraído dela para que ela funcione.

Pesquisadores raramente usam a IA em sua forma clássica, porque ela só parece adequada para aquela classe muito limitada de questões de pesquisa relacionadas a processos de desvio. Poderíamos dizer que para esses problemas ela é o método preferencial. Mas dizer isso faz o método parecer inútil para qualquer outra coisa afora esses casos especializados. De fato, em versões um pouco menos “rigorosas” e unidirecionadas, ele é amplamente usado, em especial por pesquisadores interessados em descrever e analisar processos como o rompimento de casais<sup>49</sup> e por aqueles interessados em estudar os complexos de atividades organizadas variadamente chamados de “instituições”, “organizações” ou “empresas ativas” (a versão de Everett Hughes). Os etnógrafos em geral usam a lógica básica da IA para desenvolver descrições de partes de atividades organizadas e suas interconexões. Nessa forma menos rigorosa, a IA é idealmente apropriada para responder perguntas “como?": “Como essas pessoas fazem *X*?” O *X* a ser explicado poderia ser um sistema de posse de terra numa comunidade agrícola, um sistema de relações de trabalho numa fábrica, a organização de uma escola, ou qualquer dos outros problemas com que os estudiosos da organização social se ocupam.

## = Indução analítica rigorosa

*Adição a opiatos.* Alfred Lindesmith, um discípulo de Herbert Blumer (cujas ideias sobre pesquisa discuti no Capítulo 2) e Edwin Sutherland (o criminologista cuja invenção do conceito de crime do colarinho-branco também discuti) criaram o modelo que praticantes posteriores da IA imitaram. Em sua discussão, posteriormente publicada no livro *Opiate Addiction*, Lindesmith analisou suas

entrevistas com “de 60 a 70 adictos [a morfina e heroína]” com quem trabalhou durante vários anos. Baseou-se também em casos e materiais da literatura publicada sobre adição a drogas. Seu objetivo era

compreender o comportamento dos adictos de opiatos e fornecer uma explicação teórica racional para ele, evitando fazer juízos morais ou éticos com relação à conduta do adicto. O problema teórico central da investigação decorre do fato de que algumas pessoas que são expostas à adição e experimentam os efeitos da morfina e da heroína tornam-se adictas, ao passo que outras que parecem estar sob as mesmas condições escapam à adição. A tentativa de explicar essa reação diferencial conduz, como se verá, a uma consideração das características essenciais da adição bem como das condições de sua origem.<sup>50</sup>

Ele desenvolveu sua teoria em resposta ao que aprendeu (ou “em diálogo” com o que aprendeu, como diria Ragin) com as pessoas que entrevistou, e revisou-a cada vez que alguma coisa nos seus materiais de casos lhe mostravam que ela estava incorreta ou incompleta.

A teoria da adição de Lindesmith afirma que as pessoas se tornam adictas passando por um processo de três passos (discuti essa teoria brevemente no Capítulo 3). Primeiro tomam uma quantidade grande o bastante de algum opioato durante um período de tempo longo o suficiente para desenvolver hábito físico — isto é, até que seus corpos se adaptem à presença contínua da droga, de tal modo que esta seja necessária para seu funcionamento normal. Depois, por uma razão qualquer (falta de disponibilidade ou redução em seu interesse pela experiência, por exemplo), param de tomar a droga e desenvolvem rapidamente uma síndrome de abstinência: uma combinação característica de sintomas que vão de desagradáveis (nariz escorrendo e outros sintomas semelhantes aos da gripe) a gravemente perturbadores (cãibras musculares, incapacidade de concentração), embora raramente tão dramáticos quanto o quadro que Frank Sinatra tornou famoso na versão cinematográfica de *O homem do braço de ouro* de Nelson Algren. (Lindesmith resume esses efeitos.)<sup>51</sup> Finalmente, elas interpretam os sintomas de abstinência como algo ligado à não ingestão das drogas, e interpretam a si mesmas como adictas, o que lhes parece significar que, daquele momento em diante, precisarão de injeções rotineiras para ficar num estado físico e psicológico normal. Em seguida, agem de acordo com essa nova compreensão de si mesmas, tomando mais uma dose e assim aliviando seus sintomas. Nesse ponto, começam a adotar o comportamento “normal” de um adicto, que é fazer qualquer coisa que a situação torne necessária para assegurar que não ficará sem uma provisão da droga suficiente para livrá-lo de experimentar os sintomas da abstinência novamente. Nem sempre eles conseguem — passam com frequência por crises de abstinência —, mas certamente tentam.

A teoria de Lindesmith diz que qualquer pessoa que passar por esses três passos será um adicto, e ninguém que não tenha passado por eles o será. Todos os seus casos sustentam a teoria, e em seu livro, e durante toda a sua vida, ele desafiou os críticos a produzir um caso negativo que tornaria necessária mais uma revisão da teoria. Ninguém jamais apresentou tal caso (não se sabe ao certo se seus críticos tentaram fazê-lo algum dia com muito afínco), embora a teoria seja amplamente contestada e criticada.

A teoria final diferiu sob alguns aspectos daquela com que ele começou. Sua pesquisa não consistiu simplesmente em confrontar suas ideias com os fatos para ver se estava certo ou não. As entrevistas por vezes se convertiam em “casos negativos”, revelando a Lindesmith alguma coisa que mostrava que a versão corrente da teoria estava errada. Por exemplo:

A segunda hipótese da investigação era que as pessoas se tornam adictas quando reconhecem ou percebem a significação da síndrome de abstinência que estão experimentando, e que, se não a reconhecerem, não se tornam adictas, independentemente de quaisquer outras condições.

Esta formulação ... não resistiu ao teste das evidências e teve de ser revista quando se encontraram casos em que indivíduos

que haviam experimentado crises de abstinência, embora não em sua forma mais severa, não usaram a droga para aliviar seu sofrimento e nunca se tornaram adictas.<sup>52</sup>

Quando encontrou esses casos negativos, Lindesmith mudou a teoria (como na ocorrência acima), ou, de maneira mais controversa, redefiniu o que estava tentando explicar. Isso significou que, à medida que fazia a pesquisa, descartou algumas vezes casos negativos decidindo que não eram, afinal, casos de adição tal como ele estava passando a compreendê-la. Houve um diálogo íntimo e contínuo entre o que ele descobria e o modo como definia o que queria explicar.

Lindesmith também testou sua teoria verificando implicações que poderiam ser logicamente deduzidas dela no confronto com dados disponíveis na literatura. Sua teoria, por exemplo, atribui um papel decisivo à consciência e à capacidade de desenvolver raciocínio causal. O futuro adicto deve ser capaz de raciocinar que seu sofrimento é causado pela falta da droga. Se não compreende o conceito de causalidade, e portanto consegue estabelecer as conexões “se-então”, a pessoa não pode fazer uma inferência causal desse tipo. Portanto, raciocinou ele, crianças muito jovens para desenvolver raciocínio causal (segundo Piaget, por exemplo) e animais (que, ao que supomos, também não conseguem raciocinar causalmente, embora isso seja menos claro) não deveriam ser capazes de se tornar adictas. Suas leituras da literatura da psicologia e da medicina mostraram-lhe que crianças (por exemplo, bebês nascidos de mães adictas) tornavam-se de fato fisicamente habituadas. Mas crianças e chimpanzés nunca se tornavam adictos no sentido de se entregar ao tipo de conduta que caracteriza os seres humanos adictos.

Além disso, a teoria da adição de Lindesmith foi politicamente controversa (como ele explicou mais tarde — ver *The Addict and The Law*). O Federal Bureau of Narcotics e médicos do hospital Public Health Service para adictos em Lexington, no Kentucky, julgaram-na errônea, pois parecia sugerir que a adição não era produzida por uma personalidade fraca ou criminosa, podendo acontecer a qualquer um. Isso, por sua vez, poderia levar ao que consideravam um público ignorante e imprudente à conclusão de que a melhor maneira de lidar com o “problema” da adição seria deixar os médicos prescreverem drogas para os adictos, coisa a que os órgãos federais eram inflexivelmente contrários, principalmente por razões morais.<sup>53</sup>

Conclusões politicamente controversas são *frequentemente* atacadas por razões metodológicas. Não vou repetir a discussão anterior das críticas ao trabalho de Lindesmith baseadas em considerações de amostragem. O que é relevante para nosso tópico aqui são críticas do modo como ele definiu o objeto de seu estudo. Como um pesquisador faz isso? É correto mudar, a meio caminho, a definição do que estamos estudando e do que constitui um caso que vamos explicar? A prática convencional diz que não, não podemos fazer isso.

Lindesmith pensava que não apenas podíamos como devíamos. Pensava, quando começou sua pesquisa, que a ideia então corrente de um adicto era mal definida, arbitrária e não baseada em conhecimento real do processo da adição e do mundo dos adictos. Portanto, considerava que seu problema de pesquisa era não meramente compreender *como* as pessoas se tornavam adictas ou o que “causava” a adição, mas também dar maior precisão à definição do que *eram* um adicto e a adição. Se isso significasse mudar de ideia sobre o que estava estudando enquanto estudava, ótimo. Tanto em sua versão clássica quanto na posterior, a IA sempre envolve precisamente essa mútua clarificação da solução conceitual para um problema de pesquisa (por exemplo, como as pessoas chegam a se tornar adictas) e da definição do que constitui o problema e sua corporificação na vida real (por exemplo, como definir um adicto e a adição).

Você reconhecerá que esse é o mesmo diálogo entre dados e ideias que Ragin afirma como

essencial para métodos booleanos, nos quais os pesquisadores redefinem o objeto do estudo ao mesmo tempo que refinam sua compreensão da explicação do mesmo.<sup>54</sup> Você pode ver a similaridade entre os dois nas descrições que Ragin faz deles. Segundo esse autor, “a indução analítica é usada tanto para construir ideias quanto para procurar evidências contrárias, porque ele considera essa evidência a melhor matéria-prima para melhorar nossas ideias iniciais”;<sup>55</sup> de maneira semelhante, ele descreve como, quando usamos métodos booleanos, “ideias baseadas em evidências emergem da simplificação de tabelas da verdade na forma de configurações de condições que diferenciam subconjuntos de casos”.<sup>56</sup>

Organizemos o que Lindesmith fez em termos de tabela de verdade. Quando mudamos a teoria que estamos usando para explicar o resultado que nos interessa, acrescentamos à lista de causas um novo fator, ou variável, ou passo no processo. Isso, por sua vez, significa que acrescentamos uma nova coluna, que pode conter um mais ou um menos, à tabela de verdade. Isso duplica o número de fileiras na tabela, o número de combinações possíveis de todos esses fatores. E isso significa que cada caso — tanto o novo, que causou a mudança, como todos os que vieram antes — deve ser visto agora como possuidor de algum valor daquela qualidade. Quando alguns adictos disseram a Lindesmith que tinham sofrido sintomas de abstinência sem contudo tomar uma outra injeção para aliviá-los, acrescentaram uma nova coluna, rotulada “tomaram uma dose para se aliviar”, em que todos os casos podiam ter um mais ou um menos.

Quando nos livramos de um caso, ou classe de casos, por outro lado, fazemos duas coisas. Acrescentamos uma nova variável à lista que descreve resultados do processo, o que tem a mesma consequência que acrescentar uma nova possibilidade à lista de causas: uma nova coluna onde pôr sinais de + ou de – para descrever cada caso. Depois, tendo definido essa nova coluna, livramo-nos de todas as combinações que têm nela um sinal de +. Definimos nosso caso negativo a partir do universo do que somos obrigados a explicar.

O procedimento básico da IA, portanto, é reduzir a tabela de verdade a uma fileira que contém todos os casos do resultado a ser explicado e tem sinais de + em todas as colunas. Todas as outras combinações são consideradas irrelevantes e não interessantes. Não por não serem interessantes de algum ponto de vista, mas se o que queremos é explicar um resultado particular, como adição a opiatos, não vale a pena considerar os outros. Ou, pelo menos, pode-se ter essa impressão. De fato, muitos outros materiais são necessários para tornar aquela fileira inteligível, e é aí que surgem problemas para uma versão estrita de IA.

O trabalho de Lindesmith exibiu esses problemas. Ele encontrou a explicação pela qual estava procurando, uma teoria universal da adição a opiatos, e é verdade que ela nunca foi contestada com sucesso. Mas pagou um preço. Era um grande conhecedor de muitos outros aspectos da adição, em especial a interação entre definições legais e culturais da droga, por um lado, e os correlatos de adição, por outro. Mas sua adesão rigorosa aos procedimentos da IA significaram que ele não teve como falar, da maneira logicamente convincente como lidara com o processo de adição, a respeito de várias coisas sobre as quais sabia muito. O tipo de lógica da tabela de verdade que funcionava para esse processo não era capaz de lidar com a rede mais complexa de atividade coletiva que era o mundo das drogas e da imposição da lei. E esse é um problema para esse modo de trabalhar: como preservar as virtudes da lógica conferindo ao mesmo tempo plena importância às complexidades da organização social?

*Desfalque.* Donald Cressey, aluno de Lindesmith e Sutherland na Universidade de Indiana depois da Segunda Guerra Mundial, foi outro dos primeiros defensores da IA. Sua dissertação, mais tarde



publicada como *Other People's Money* (1953), é um estudo do desfalque. Talvez seja melhor dizer que ele pretendia investigar o “desfalque”, mas logo deparou com graves problemas de coleta de dados que o fizeram redefinir seu objeto de estudo. Esses problemas, e as soluções que lhes deu, nos proporcionam uma outra visão dos usos da análise com tabelas de verdade em sua forma IA.

A adição a drogas, o assunto de Lindesmith, é em grande parte uma atividade de grupo. O mundo dos adictos inclui círculos de amizade, mercados e um sistema de ajuda mútua. Os adictos se conhecem uns aos outros e podem apresentar um pesquisador com quem simpatizem a outras pessoas a serem entrevistadas. O desfalque, no entanto, é uma atividade solitária, secreta. Não sendo um vício comum, nem uma forma profissional de crime, não cria nenhum mundo de pares e colegas, de modo que o autor de um desfalque que encontramos e entrevistamos não conhece nenhum outro para nos apresentar. Encontrar um adicto (ou, digamos, um ladrão profissional) abre a porta para o encontro de muitos mais; mas quando encontramos um “desfalcador”, é só isso que temos, e a caçada deve recomeçar.

Assim, a única maneira que Cressey tinha para encontrar desfalcadores a entrevistar era ir às prisões e conversar com pessoas que tinham sido condenadas por esse crime. Isso não criava um problema de amostragem tão grave como teria acontecido no caso de alguns outros crimes. Há razões para se pensar que, digamos, os ladrões que estão na prisão não são uma seleção aleatória do universo dos ladrões, mas sim as pessoas que não são tão boas no serviço, ou que não fizeram os arranjos apropriados com um subornador profissional<sup>57</sup> — em outras palavras, não se equiparam àqueles que nunca foram para a prisão, e isso significa que a história causal que conduz a seu crime pode ser muito diferente da história do ladrão bem-sucedido. Quase todos os desfalcadores, contudo, acabam na prisão. Os auditores sempre aparecem, constatam que está faltando algum dinheiro e conseguem descobrir facilmente o que causou o rombo. Mas então é tarde demais para fazer qualquer coisa exceto deixar o país (o que, é claro, os desfalcadores às vezes fazem). Assim, os desfalcadores na prisão são provavelmente muito parecidos com os que ainda não estão lá.

Mas há uma dificuldade mais substancial com a amostra que encontramos na prisão. Ela envolve o cerne do problema de definição que faz os praticantes de IA retirarem casos de suas amostras. Não deveria haver um problema de definição porque todo mundo sabe o que é desfalque, não? Certamente. Desfalque é o que ocorre quando alguém passa a mão no dinheiro da companhia, usando para isso, em vez de força ou armas de fogo, algum tipo de trapaça financeira. Mas as pessoas que se apossam do dinheiro de seus empregadores de uma maneira que coincide mais ou menos com esta definição popular nem sempre são condenadas e postas na prisão pelo crime de desfalque. As definições legais do crime estabelecem certas exigências a que o promotor público deve atender para que a acusação seja aceita. Mas o promotor, mesmo que saiba que a pessoa que tem sob custódia furtou o dinheiro, pode ainda não ser capaz de atender àqueles requisitos legais. Talvez, contudo, seja capaz de atender os requisitos para uma acusação similar. Em consequência, pessoas que cometeram o que convencionalmente seria considerado um desfalque podem terminar na prisão por crimes chamados “apropriação indébita por depositário”, abuso de confiança ou falsificação. Cressey explica:

a categoria legal [do desfalque] não descrevia uma classe homogênea de comportamento criminal. Constatava-se que pessoas cujo comportamento não era adequadamente descrito pela definição de desfalque haviam sido presas por esse delito, e pessoas cujo comportamento era adequadamente descrito pela definição estavam presas por algum outro delito.<sup>58</sup>

Assim, o delito pelo qual o autor de um desfalque é condenado reflete a habilidade do promotor para vencer uma causa e não uma resposta rotineira e imutável para um conjunto de fatos.

Cressey foi obrigado, portanto, a inspecionar todos os casos que recaíam sob esses outros tópicos para se assegurar de estar selecionando as pessoas cujas histórias desejava. Em termos de tabela de verdade, teve de se livrar da coluna rotulada “condenado por desfalque” e inserir algumas novas para registrar a presença ou ausência de algum outro critério ou critérios que distinguíssem os casos que lhe interessavam. Ao escolher quem entrevistar (entre pessoas nas várias categorias criminais) mediante a aplicação da definição de senso comum que expus no parágrafo anterior, ele teve mais um problema. As pessoas que essa definição abrangia diferiam de maneiras tão óbvias que era improvável que existisse uma única explicação invariante para seu comportamento (mesmo que o comportamento de todas fosse igual no sentido de terem, afinal, passado a mão no dinheiro dos patrões). Algumas das pessoas na prisão amoldavam-se ao estereótipo convencional da pessoa bem-intencionada que entrou num emprego de boa-fé, envolveu-se depois em alguma dificuldade, furtou dinheiro com a intenção de devolvê-lo, mas foi pega. Outros desfalcadores presos, no entanto, eram criminosos que, de alguma maneira, conseguiram um emprego num banco (ou algum outro cargo de confiança financeira). Tinham toda a intenção de roubar. Eram necessárias explicações diferentes para essas duas situações. Cressey estava interessado unicamente no primeiro tipo, a pessoa que não tinha intenção de roubar, mas acabou roubando. O segundo tipo poderia ser explicado muito facilmente como a aplicação intencional de habilidades profissionais, assim como explicaríamos que um cirurgião realiza operações. Esse lhe parecia um problema teórico menos interessante, talvez por já ter sido estudado por outros (assim como seu mentor Sutherland, analisara o comportamento profissional de ladrões<sup>59</sup>).

Assim, Cressey redefiniu o tema de seu estudo como a violação criminal de uma posição de confiança financeira assumida de boa-fé. Desconsiderou o nome do crime pelo qual a pessoa havia sido acusada e descartou casos que não correspondiam à definição (em outras palavras: livrou-se de todas as fileiras na tabela de verdade que tinham um mais na coluna com o cabeçalho “assumiu o cargo com a intenção de roubar”). Não é realmente necessário para esta argumentação que você saiba a explicação para a violação de confiança por parte dessas pessoas, mas seria cruel não dizê-la. Cressey explicou que a atividade delas passava por três estágios. Primeiro, o futuro desfalcador envolvia-se em problemas financeiros não partilháveis, problemas que poderiam não ser tão danosos para alguma outra pessoa, mas eram uma tentação para alguém investido de um cargo financeiro. Não há problema se um professor universitário aposta em corridas de cavalo, mas isso absolutamente não convém a um caixa de banco. Assim, o caixa não podia contar para ninguém que precisava de um dinheiro extra e desse modo obtê-lo de maneira legítima. Ou, pelo menos, pensava que não o podia fazer. Embora o que fosse não partilhável pudesse variar, o relevante era esse caráter, não a atividade específica. Assim ele aprendia as técnicas requeridas para o furto bem-sucedido. Isso não era muito difícil, para começar, porque essas eram em geral as mesmas técnicas de que precisava para fazer seu serviço, e ele as aprendia como aprendia o próprio ofício. Finalmente, a meio caminho do roubo, desenvolvia uma justificação, uma explicação de por que, afinal, era correto fazer algo que anteriormente teria encarado como proibido e criminoso. Poderia, por exemplo, dizer a si mesmo: “É uma grande companhia, e eles também trapaceiam.”

*Uso de maconha.* Li o livro de Lindesmith quando ele foi lançado e fiquei extremamente atraído por seu uso da IA. Pensei que poderia ser uma boa maneira de abordar um assunto sobre o qual eu tinha bastante conhecimento prévio, através de meu trabalho como músico em casas noturnas e de experiência pessoal, para pensar que provocaria uma interessante variação na teoria de Lindesmith: o uso de maconha.<sup>60</sup>

Diferentemente dos opiatos, a maconha não produz adição. As pessoas a usam de maneira muito mais ocasional, por vez muito, por vezes nada. Eu não pensava que esse padrão de uso pudesse ser explicado pelas teorias fisiológica ou psicológica padrão que Lindesmith, a meu ver, já havia demolido no caso dos opiatos. Mas o uso da maconha tampouco podia ser explicado invocando-se um processo baseado na adaptação ao sofrimento da abstinência, porque os usuários de maconha não têm sintomas de abstinência. Devia ser explicado não o comportamento obsessivo da adição, mas a ação voluntária que descrevi como “uso de maconha por prazer”. Minha explicação também tinha três passos, três estágios de um processo de educação: aprender a fumar maconha de modo que os efeitos fisiológicos pudessem ocorrer; aprender a reconhecer tais efeitos (como eles eram relativamente sutis e facilmente ignorados ou atribuíveis a circunstâncias “normais”, assim como a sede) e atribuí-los ao consumo da droga; e aprender a gostar dos sintomas, que não eram “obviamente” agradáveis (não é necessariamente muito divertido ficar tonto ou com a boca seca).

Encontrei casos negativos que exigiram reformulações da teoria e redefinições do fenômeno. O mais interessante e importante surgiu quando entrevistei um músico com quem havia trabalhado em muitas bandas, o qual me confidenciou que nunca tivera um “barato” e não tinha a menor ideia do que as pessoas pensavam quando usavam essa expressão. Perguntei-lhe por que diabos se dava ao trabalho de continuar fumando maconha, considerando-se as possíveis sanções legais. Ele explicou que todos os outros fumavam, e ele não queria parecer careta. Decidi que casos como o dele (um outro apareceu mais tarde na pesquisa) não eram aquilo de que eu estava falando; eles teriam sido interessantes para um estudo, digamos, sobre a pressão dos pares, mas não era isso que eu queria explicar. Assim, retirei-o da minha amostra descrevendo-o como um caso “em que a maconha é usada somente por seu valor de prestígio, como símbolo de um determinado tipo de pessoa, sem que nenhum prazer seja auferido de seu uso”.<sup>61</sup> Isto é, removi da minha tabela de verdade todas as fileiras em que uma pessoa tinha um sinal de + na coluna de prestígio e um sinal de – na coluna da incapacidade de ter um “barato”. Fileiras (casos) que continham prestígio e capacidade de ter um barato foram conservadas.

Usei a IA do mesmo modo que Lindesmith e Cressey. Como eles, eu estava interessado no desenvolvimento de autoimagens e linhas individuais de atividade, o que significava que queria compreender como as pessoas chegavam a ver a maconha como prazerosa e a si mesmas como pessoas que sabiam como usá-la para obter e desfrutar esse prazer. Mas insisti também, mais que qualquer dos dois havia feito, em introduzir o contexto social da atividade em minha explicação, enfatizando que as pessoas tipicamente (embora não necessariamente) aprendiam o que tinham de aprender ensinadas por usuários mais experientes.

E (a diferença mais importante entre meu trabalho e os de Lindesmith e Cressey) não me contentei com um único processo. Minha análise incorporou também uma teoria sobre o controle social, baseada em minha observação de que o uso da maconha tipicamente não interrompia as vidas convencionais dos usuários. Para evitar tais interrupções, os usuários tinham de encontrar maneiras de evitar as consequências da proibição legal do uso de maconha e da convicção de muitas pessoas com quem tinham contato regular (pais, patrões, associados e assim por diante) de que se tratava de algo ruim. Esses problemas introduziam uma outra adaptação necessária, desta vez às forças de controle social.

Assim descrevi um segundo processo, mas ou menos no estilo da IA, concluindo que as pessoas só começariam e continuariam a usar maconha quando lidassem com sucesso com os problemas associados à definição da prática como desviante. Por exemplo, como a posse e a venda de maconha eram ilegais, era difícil obtê-la, e se você não a obtivesse não poderia fumá-la. De maneira

semelhante, os usuários tinham de encontrar maneiras para manter seu uso escondido dos agentes de imposição da lei, parentes, patrões e outros que poderiam puni-los de alguma maneira se eles fossem descobertos. Além disso, os usuários tinham de se convencer de que fumar maconha não tinha os efeitos nefastos que por vezes lhe eram atribuídos. Se alguma dessas condições não fosse atendida, o uso não persistiria.

Se eu tivesse incorporado os dois processos num único modelo, teria obtido um processo de seis passos, em vez de três. Os seis passos, combinados, constituíam as colunas de uma tabela de verdade. A combinação de sinais + e de – nessas colunas descrevia as situações em que o uso ocorria e aquelas em que não ocorria — porque, diferentemente dos entrevistados de Lindesmith, que só interrompiam o uso quando alguma força externa interferia, as pessoas com quem falei paravam e começavam o tempo todo. Lidei com as combinações que levavam à interrupção e ao recomeço ocasional. Posso ver agora que, se eu tivesse compreendido a possibilidade, poderia ter construído uma tabela de verdade no estilo ACQ, que teria sistematizado essa análise. Eu teria tido um conjunto muito mais complexo de fileiras que aquele criado por Cressey e Lindesmith, um conjunto que mostraria que as possibilidades da IA eram maiores do que estudos anteriores haviam sugerido. (A análise feita por Ragin<sup>62</sup> do estudo de Katz<sup>63</sup> das carreiras dos advogados da pobreza é um exemplo bem-resolvido do que é possível.)

Tive uma razão para manter separados os dois problemas: aprender a ter um “barato” e adaptar-se aos sistemas de controle sociais. Os dois processos, embora relacionados, não afetavam da mesma maneira a quantidade e a frequência com que as pessoas fumavam. Aprender a gostar dos efeitos da droga era algo que teria de ocorrer qualquer que fosse a situação legal da maconha na sociedade. Ter um “barato” é ter um “barato”, não importa o *status* legal da atividade. O processo de lidar com as definições negativas do uso, por outro lado, era historicamente contingente. Um analista só tinha de lidar com esse conjunto de restrições à maconha quando esses controles sociais estavam operando. E, historicamente, as coisas de fato mudaram em certa medida nos anos que se seguiram à pesquisa, de modo que algumas das contingências operativas no segundo processo deixaram de estar presentes, pelo menos para algumas pessoas e em alguns momentos.

Esses três exemplos de IA clássica são rigorosos, a ponto de obsessão, no modo como aplicam o método. Eles consideram uma hipótese principal, destinada a explicar um resultado específico, e excluem rigorosamente outros resultados, “irrelevantes”, como não sendo casos do fenômeno a ser explicado. Assim, ignorei as pessoas que continuavam a usar maconha embora nunca tivessem aprendido a apreciá-la, porque não me parecia interessante explicar o comportamento desse grupo. Não explorei esse fenômeno, ainda que o pudesse ter feito; não se tratava de um resultado “desprezível”, como se vê pelo atual interesse na “pressão dos pares”. De maneira semelhante, Cressey excluiu casos de criminosos profissionais que assumiam cargos de confiança financeira exatamente *para* poder violá-los. Ele não estava interessado nesse resultado. Alguém com curiosidade sobre a operação dos bancos como organizações sociais poderia certamente considerar ambos os tipos de violação e desenvolver explicações paralelas dos dois resultados similares, mas não idênticos.

Não pretendo, com o que acabo de dizer, criticar Lindesmith, Cressey ou a mim mesmo por fazer essas escolhas. Deveríamos reconhecer, porém, que elas são ditadas não por considerações científicas, mas pelo problema que desejamos resolver. Poderíamos facilmente ter escolhido resolver um âmbito mais amplo de problemas investigando um âmbito maior de resultados. Pesquisadores interessados em investigar em simultâneo uma variedade de resultados usaram métodos e uma lógica superficialmente diferentes, mas de fato muito parecidos. Esses métodos

podem ser vistos como variantes e extensões da IA.

## = Indução analítica não tão rigorosa

*Comparações e casos estranhos.* Alguns sociólogos (sou um deles e Everett Hughes foi outro) irritam os colegas, e em particular os estudantes que estão tentando simplificar suas teses e com isso suas vidas, opondo um exemplo contraditório a cada generalização aparentemente razoável que alguém propõe. Mencionei no Capítulo 4 a reunião de que participei, em que as pessoas tentaram criar um teste do talento artístico e quiseram usar o desenho como a habilidade a ser medida. À primeira vista isso não parecia insensato, mas eu logo estraguei tudo perguntando se os demais consideravam a fotografia uma arte visual e, se consideravam (o que obviamente faziam), de que maneira a habilidade para desenhar poderia medir o potencial de alguém como futuro fotógrafo de arte. Fiz o mesmo movimento teórico quando, depois que estudantes de medicina me disseram que um *crock* era alguém com doença psicossomática, confrontei-os com o caso do paciente com úlcera; eles “sabiam” que a úlcera tinha uma origem psicossomática (na verdade, hoje se pensa que ela é causada por uma bactéria, não pela psique), mas sabiam com igual certeza que o paciente que a apresentava não era um *crock*.

Não suscitei essas exceções às generalizações que meus companheiros faziam sobre desenhos ou *crocks* apenas para ser irritante, embora tenha sido divertido e eu seja brincalhão. Eu o fiz para explorar as ideias de talento artístico e de mau comportamento de pacientes que estavam implícitas na conversa. Se eu podia pensar com tanta facilidade numa atividade que todos sabiam ser artística que não tinha o traço que eles acabavam de atribuir a toda atividade artística, esse traço não podia ser uma característica definidora da arte visual. Se eu podia encontrar tão facilmente um paciente com doença psicossomática que não era um *crock*, não era essa a definição do termo. Em ambos os casos, eu estava usando esses casos negativos (porque é isso que eram) exatamente como alguém que está fazendo indução analítica: encontrar outras variáveis, novos aspectos da coisa que está sendo analisada. A insistência em que a generalização tem de cobrir esses exemplos inconvenientemente negativos acrescenta colunas à tabela de verdade sempre que encontramos casos não explicados pelas combinações que já estão lá.

Você não precisa encontrar realmente casos negativos para usá-los para esse fim. Basta que seja capaz de pensar em um, se o que você vai fazer é usá-lo para procurar mais dimensões e elementos numa situação ou processo em que está interessado. Se você estiver errado, e o caso imaginário produzir elementos que não têm relevância empírica, isso não é nenhuma tragédia. Melhor ter pensado nele e depois descoberto que estava errado que nunca ter pensado. É por isso que Hughes e outros leem ficção com tanta avidez. Não é porque os inventores de ficções têm intuições superiores, negadas ao resto de nós. Mas são capazes de descrever alguma coisa com suficiente meticulosidade para que possamos extrair dela uma ocorrência negativa de alguma teoria nossa. Como o número de romances e de romancistas é tão superior ao de cientistas sociais e estudos empíricos, eles estão fadados a cobrir uma maior variedade de situações que nós, e assim descrever possibilidades sobre as quais de outro modo não teríamos conhecimento.

*Prática etnográfica.* Tirar casos e comparações estranhas de romances ou do nada é apenas uma maneira minha de tentar conceber novas ideias, conversar, ajudar estudantes a escapar de caminhos batidos nos quais seu pensamento caiu, ajudar a mim mesmo a sair de um impasse similar. Mas, de

fato, as práticas convencionais do trabalho de campo etnográfico envolvem com frequência o mesmo truque, embora eu tenha de dar algum contexto antes de explicar como isso ocorre. Os etnógrafos poucas vezes estão tão decididamente interessados em encontrar uma solução única para um problema específico como Lindesmith e Cressey. Ao contrário, estão interessados em desenvolver um conjunto encadeado de generalizações sobre muitos aspectos diferentes da organização ou comunidade que estudam, e grande parte da força de uma descrição etnográfica vem do modo como as várias generalizações se sustentam umas às outras.

Assim, Hughes, ao descrever a experiência de uma vila canadense submetida a um processo de industrialização, conta uma história complexa sobre como vocações para o sacerdócio surgem entre as famílias francófonas do local.

A criança é formada numa comunidade homogênea, onde partilha do status elevado de uma família proprietária de uma fazenda. No seio de cada família, porém, tudo deve ser arranjado para garantir a futura diversidade de destino dos vários filhos. Um será proprietário de fazenda e levará adiante a família na paróquia natal. Os outros, mesmo enquanto trabalham na fazenda, serão transformados em padres, freiras, médicos, professores, homens de negócios, artesãos, colonos potenciais, ou simplesmente em operários da indústria. Os proprietários adultos [de fazendas] são de uma classe; seus filhos estão destinados à dispersão entre as várias posições sociais de uma civilização urbana e industrial. O notável não é que a solidariedade familiar mantenha os vários indivíduos trabalhando, sem sabotagem consciente ou inconsciente, mas que o façam em face do fato de que a maioria dos filhos não terá nenhuma parte ou parcela da fazenda e só a poderá chamar de “lar” em reminiscência.<sup>64</sup>

Quase todos os padres de Cantonville [a vila que Hughes estudou] são filhos de fazendeiros que, em tenra idade, foram enviados, à custa da família, para um *collège* e depois para um seminário.<sup>65</sup>

Um fator-chave na vocação [religiosa] é sua função para a família e o tipo de esforço familiar que a conduz à fruição. O testemunho dos padres em geral é que a classe trabalhadora urbana não produz padres. Os poucos casos de vocação que chegaram ao nosso conhecimento eram os de filhos de negociantes menores, bastante bem-sucedidos em seus empreendimentos, mas não da categoria mais alta em sua posição social. Nenhuma das famílias claramente de alta condição, antiga ou nova, havia produzido um padre na memória de qualquer dos moradores mais velhos. Poderíamos sugerir, embora os dados não sejam adequados para prová-lo, que a devoção mais profunda da população rural ou da população de classe média baixa ou urbana, juntamente com a solidariedade familiar engendrada pela manutenção de um empreendimento familiar, é a condição mais favorável para o encaminhamento de filhos ao sacerdócio. Ganhar a vida com pagas ou salários individuais não é favorável; o espírito mais secular, expresso num conjunto mais sofisticado de ambições sociais, das classes média e alta tampouco é favorável a vocações, ainda que essas famílias possam gerir empreendimentos bem-sucedidos.<sup>66</sup>

Assim, há um sistema de herança (no estilo francês) que dá a fazenda ao filho mais velho, mas fornece um meio de vida equivalente para os outros filhos; até chegarem à idade da independência, os filhos fornecem a mão de obra para a fazenda; uma das maneiras de prover a subsistência de um filho ou filha (embora nessa sociedade patriarcal se dê maior atenção ao destino do filho) é fazer deles funcionários religiosos; e a devoção da vida rural, em particular, fornece um contexto apropriado para o desenvolvimento desses sentimentos. O livro apresenta uma verificação detalhada, realizada através de uma análise metódica e sistemática de uma massa de dados colhida no campo (um Censo de ocupações de pais e filhos feito família por família, por exemplo), desse conjunto de afirmações empíricas fortes sobre a sociedade. As análises são apoiadas por tabelas contendo informações sobre todas as famílias de classe e localizações geográficas específicas. Um retrato complexo de todo o sistema de religião, posse da terra e desenvolvimento econômico é construído a partir de generalizações encadeadas sobre essas diferentes partes ou aspectos.

Como, em sua condição de etnógrafo, persegue generalizações desse tipo, Hughes usa procedimentos paralelos à IA. Formula hipóteses provisórias sobre um fenômeno particular, como a relação entre o status da família e vocações religiosas. Procura casos que as desmintam, repensa as generalizações de modo que esses casos não sejam mais discordantes, e continua a procurar casos

negativos em lugares onde tenderiam a ocorrer. Foi o que eu fiz quando procurei apurar o significado da palavra *crook*. A meta dessa busca de indícios discordantes é refinar o retrato do todo — oferecer, no final, uma representação convincente de sua complexidade e diversidade.

Mas os etnógrafos não criam seus dados pedindo às pessoas que façam alguma coisa especial para eles — preenchem um questionário ou participem de uma entrevista ou de discussões em grupo. Em vez disso, ficam em geral à mercê do “momento”, têm de esperar que os eventos teoricamente importantes para eles aconteçam enquanto fazem sua pesquisa. Têm também grande número de generalizações para testar em seu esforço para construir um retrato do todo, como fez Hughes. Assim, os etnógrafos não podem realisticamente perseguir nenhuma generalização singular da maneira estrita, decidida, característica dos estudos clássicos de IA. Nem deveriam fazê-lo. A similaridade com a IA reside em outro aspecto: em sua recusa a descartar indícios discordantes como alguma espécie de variação desprezível, em sua insistência em tratá-los como indícios que precisam ser teoricamente explicados e incluídos como parte da história.

Os etnógrafos podem, contudo, aplicar o truque de procurar indícios negativos. Quando Blanche Geer e eu estudamos a vida no campus na Universidade do Kansas,<sup>67</sup> fizemos isso com relação à questão dos líderes do campus. Havíamos estabelecido uma divisão de tarefas em nosso trabalho de campo. Ela estudava fraternidades e irmandades (associações masculinas e femininas de estudantes), eu estudava os independentes. Um dia ela entrevistou o chefe do Conselho Interfraternidades e perguntou como ele chegara àquela posição. A resposta levou uma hora e incluiu um longo relato de transações e maquinações políticas que haviam começado assim que ele chegara ao campus como calouro. Pensamos que seria interessante ver se as coisas funcionavam daquela maneira de modo geral, e tanto para homens quanto para mulheres.

Assim, fizemos uma lista das cerca de 20 posições mais importantes nas organizações do campus, ocupadas por homens e mulheres, e começamos a entrevistá-los. Ela continuou a entrevistar os homens, cujas histórias se assemelhavam todas à do presidente do IFC. Eu entrevistei as mulheres, e tive uma grande surpresa. Quando perguntei à ocupante do cargo correspondente ao de presidente do IFC, a chefe da organização Pan-Hellenic, como chegara àquela posição, ela me chocou dizendo: “Não sei.” “Que quer dizer com não sei?”, perguntei. “Como pode não saber isso?” Ela explicou então que ficou sabendo que era presidente quando a reitora das mulheres a chamou para cumprimentá-la. Achava, mas não tinha certeza, que era a vez de sua irmandade ocupar a presidência, ou talvez a reitora simplesmente tivesse decidido escolhê-la. Não havia nenhuma história de acordos, nenhuma trama, nenhuma maquinação política. Aquilo simplesmente acontecera. E este se revelou um achado estável, uma diferença real entre a maneira como homens e mulheres eram tratados pela administração da universidade e, conseqüentemente, uma diferença real nas experiências que homens e mulheres tinham na instituição.

Falei aqui de prática etnográfica, mas é claro que estratégias semelhantes são apropriadas para pessoas que trabalham com dados históricos, ou com combinações de dados estatísticos tomados de registros disponíveis. Um exercício útil, para citar apenas um exemplo, seria ver como Lieberson manipulou a procura de informação negativa e complicadora em sua análise das causas da situação econômica e social dos negros americanos atuais.<sup>68</sup>

A procura sistemática de casos negativos aparece num procedimento usado por muitos etnógrafos, ou pela maioria deles, ao analisar e classificar seus dados.<sup>69</sup> Em suma, os analistas nesse estilo tipicamente reúnem todos os dados relacionados a determinado tópico e veem que afirmações podem fazer que leve em conta todo esse material, qual generalização abarca melhor tudo que está ali. Se alguns dados não sustentam uma generalização, o analista tenta reformulá-la, complicando-a

de modo a levar em consideração o fato recalcitrante; de modo alternativo, o analista tenta criar uma nova classe de fenômenos diferente daquela a que os dados haviam sido originalmente atribuídos, a qual pode ter sua própria generalização explicativa. Assim, manipulando os fragmentos de dados a partir dos quais uma análise etnográfica é construída, o analista imita as operações de IA.

## — A LÓGICA SUBJACENTE DAS COMBINAÇÕES

O grande truque do pensamento combinatório é: pense em combinações! (Em contraposição à alternativa mais comum, que é: pense em variáveis!) Proponha alguns elementos ou, melhor ainda, deixe que o mundo os proponha para você através dos dados que você colhe ou das impressões que reúne de maneira menos formal. Veja de que são feitos os casos que lhe interessam. Descubra as combinações possíveis. Veja quais resultam em quê, por que algumas existem e outras não.

Os três métodos combinatórios que discuti extensamente — espaço de propriedades, análise comparativa qualitativa e indução analítica — parecem diferir de maneira considerável. Mas, como minhas observações dispersas sobre esse ponto pretenderam sugerir, sob as diferenças superficiais encontram-se uma lógica e um método comum, sob diferentes formas destinadas a levar em conta os diferentes problemas que cada uma foi concebida para resolver. Os três métodos têm em comum a intenção de extrair um conjunto de ideias ou categorias, seja qual for o seu valor. Eles se fundam numa noção basicamente similar de extrair todas as possibilidades inerentes a tal conjunto a fim de estudá-las de maneira explícita.

O modo como cada um faz isso é seu truque especial, e cada um deles é um truque (ou melhor, uma família de truques relacionados) que você pode aprender e usar. Os três grupos de truques são mais bem-compreendidos se os virmos como diferentes maneiras de trabalhar com uma tabela de verdade, em que as fileiras são os casos sob estudo, e as colunas, as propriedades atribuídas a esses casos. Tendo criado as colunas, você pode descrever cada caso que sua pesquisa encontra mediante alguma combinação da presença ou ausência de cada traço especificada nelas.

Melhor ainda, você pode incorporar a complexidade do mundo social ao seu pensamento estabelecendo todas as combinações possíveis dessas presenças e ausências. Isso lhe permite reconhecer a possibilidade de casos que não descobriu empiricamente. Talvez você nunca os encontrasse, porque poderiam não existir — não onde você os está procurando, ou em lugar algum. Mas você sabe que eles poderiam existir, pelo menos logicamente — como as possibilidades expostas para os cientistas físicos na tabela periódica dos elementos —, e sabe o que deve procurar. Sabe que, se não os encontra, há algo de errado com sua tabela, ou, mais provavelmente, que a ausência deles requer uma explicação, que será mais provavelmente criada pelo acréscimo à análise de novos elementos, mais colunas à tabela de verdade. O acréscimo dessas colunas, por sua vez, criará mais tipos potenciais a serem procurados. Dessa maneira, a análise da tabela de verdade é um modo de ser mais formal com relação ao requisito de obter uma amostra de todo um âmbito de possibilidades.

O truque da análise do espaço de propriedades para multiplicar possibilidades é simples, facilmente compreendido e bem-conhecido pelos cientistas sociais: faça uma tabela em que as fileiras sejam as variedades de uma variável e as colunas as variedades de outra. As células criadas pela interseção das duas definem as combinações possíveis, os tipos. Essa não é uma boa maneira de dispor possibilidades como uma tabela de verdade, porque é difícil acomodar mais que um pequeno



número de propriedades sem gerar um número desnorteante de tópicos, subtópicos e células, tornando assim o resultado visualmente incompreensível. Mas uma tabela como essa tem a vantagem de fornecer um espaço físico em que você pode inserir números: o número de casos que têm aquela combinação de características, ou a porcentagem de casos daquela combinação que tem alguma outra característica que você quer enfatizar. Um traço-chave de muitas análises em ciência social, especialmente trabalhos baseados em dados de survey ou análogos, consiste na comparação de tais números para avaliar os efeitos relativos de uma variável sobre outra. A AEP foi inventada para lidar com dados desse tipo, e demonstra isso naqueles pontos em que é mais forte. Cumpre muito bem esse papel.

Os dois truques subsidiários da AEP, que Lazarsfeld e Barton chamam de “redução” e “substrução”, são maneiras complementares de manipular colunas de tabelas de verdade, seja reduzindo seu número pela combinação daquelas que podem ser combinadas sem violar o senso comum, seja aumentando seu número mediante extração dos princípios sobre os quais tipologias *ad hoc* foram construídas.

A análise comparativa qualitativa não se interessa muito por números e porcentagens de casos, ou em avaliar a influência de variáveis consideradas separadamente. Foi criada com um propósito diferente: encontrar explicações para eventos históricos sobre os quais sabemos demais para aceitar quaisquer respostas simples. Está voltada para a descrição de combinações de elementos considerados como totalidades, para conjunturas de coisas, pessoas, características e eventos. Seu truque é o truque da tabela de verdade em sua forma pura, como instrumento da álgebra booleana. Ela multiplica as possibilidades acrescentando novos elementos à tabela, na forma de novas colunas que conterão sinais de + e de –, à medida que novos elementos chegam ao conhecimento do analista. Ela compara combinações, mais do que números, vendo quais combinações de elementos produzem quais combinações de resultados. Está preparada para encontrar novas causas, e também novos efeitos, novos resultados. A ACQ reduz toda essa complexidade através da operação chamada minimização: ver quais elementos não desempenham nenhum papel no fenômeno a ser explicado, podendo portanto ser excluídos da análise, o que reduz as colunas da tabela e, assim, o número de combinações com que é preciso lidar. Como todas as ideias baseadas na matemática, esses métodos booleanos trazem consigo uma variedade de subtruques que já foram formulados e verificados. Se, por exemplo, você conhece as combinações de elementos que produzem o resultado que lhe interessa, manipulações puramente lógicas lhe darão as combinações que produzem o inverso dessa combinação.

A decidida insistência da indução analítica em um só resultado, e em um só conjunto de causas que produzem esse resultado, que são seus truques, reduz a complexidade com muito sucesso. Essa ênfase faz sentido à luz do desenvolvimento da IA como uma maneira de explicar atividades desviantes. Os estudiosos desses problemas de pesquisa não se importam com toda a árvore lógica de resultados possíveis, somente com o único nó no final, que é a coisa que querem explicar: o dependente ou o desfalcador. Assim, é natural que, aparentemente, a IA não pareça muito boa para multiplicar possibilidades. Mas ela de fato cria novos tipos. Quando descobrem um caso negativo, os analistas procuram uma nova condição que explique sua existência. Essa nova condição é, evidentemente, uma nova coluna na tabela de verdade, e assim se duplica o número de combinações possíveis. O grande truque da IA é dispensar todas essas possibilidades, exceto aquela de interesse central, de considerações adicionais. Ela redefine essas combinações como irrelevantes. Assim, quando descobri alguém que continuava fumando maconha embora isso não lhe desse nenhum prazer, redirecionei a análise para explicar o comportamento das pessoas que a usavam por prazer, e ignorei todas as possíveis combinações de eventos cujo resultado era usar por prestígio social.

Uma forma menos rigorosa de IA, amplamente usada em pesquisas etnográficas e históricas, consiste em focalizar coisas que não se encaixam no quadro que estamos desenvolvendo. Ela simplesmente aconselha o pesquisador a procurar problemas, procurar exceções, procurar coisas que não se encaixam, e a não se queixar quando as encontrar. Ao contrário, ficar feliz. Você sabe como complicar a sua análise sem cair no caos.

<sup>1</sup> Race man: negro totalmente dedicado à promoção de sua raça; Uncle Tom: negro visto como humilhantemente subserviente aos brancos. (N.T.)

<sup>2</sup> Sissy: maricas; tom boy: menina masculinizada; tease: mulher assanhada. (N.T.)

# Coda



Agora você sabe todos os truques que eu sei, ou a maioria deles, ou pelo menos muitos deles. Apenas ler sobre esses truques não lhe será de muita valia. Você pode se divertir. Pode até se instruir. Mas não saberá realmente como aplicá-los. Eles não serão realmente seus.

A maneira de aprender a aplicar esses truques e tomar posse deles é transformá-los numa rotina diária. Em outras palavras, praticar. Assim como um pianista toca escalas. Assim como um jogador de golfe pratica uma tacada. Não deixe passar um dia sem usar um deles (melhor ainda, vários) a sério. Quando eu estava nos primeiros anos da adolescência, aprendendo a tocar jazz, passava boa parte das minhas horas de vigília pensando em música. Não falo de pensar sobre música em geral ou sobre músicos particulares, como um fã poderia fazer. Quero dizer que ensaiava canções que conhecia, ou queria conhecer, e solos que havia memorizado tal como tocados por músicos que eu admirava em discos que eu possuía. Repassava essas melodias em minha cabeça, ouvindo o intervalo entre as notas de que eram compostas, identificando as notas o bastante para anotá-las numa folha de papel pautado ou reproduzi-las no piano. Eu fazia isso com canções que ouvia no rádio, com música de fundo em lojas, em filmes. Depois ia à procura da harmonia, certificando-me de ter os acordes que faziam a melodia soar certo, os acordes que podia usar como base para a improvisação.

O resultado imediato dessa prática mental persistente foi que eu parecia um pouco esquisito andando pela rua, cantarolando distraidamente, respondendo rapidamente a coisas que me eram ditas. O resultado final foi que podia ouvir uma música tocando no fundo enquanto conversava com alguém e, mais tarde, sentar-me ao piano e tocá-la, sem precisar me envolver em nenhuma análise musical consciente. Até hoje, às vezes surpreendo meus companheiros referindo-me à música de fundo no restaurante ou no elevador, que “ouvi”, e eles não. Esse é o tipo de habilidade que David Sudnow descreveu, em *Ways of the Hand*, como o que suas mãos aprenderam quando ele aprendeu a tocar piano, e que alguns outros chamaram, falando de habilidades que tinham igualmente um componente físico, “conhecimento incorporado”. Seja qual for o nome, a ideia está clara. É aquilo que você sabe tão bem que não precisa pensar a respeito para fazer.

É fácil ver como podemos fazer isso com música, mas o que significa praticar truques de pensamento? Significa aplicá-los rotineiramente às situações que aparecem em nossa vida diária. Para alguém que pensa sociologicamente, por exemplo, pode significar ver tudo que acontece como uma ocorrência de atividade coletiva, como o resultado da ação conjunta de muitas pessoas e instituições. Às vezes, quando estou dando uma aula, aponto para o onipresente retroprojeter e pergunto: “O que isso está fazendo aqui? Como chegou aqui?” (Você reconhecerá isto, é claro, como um exemplo do truque de ver objetos como o resíduo da ação conjunta de pessoas, discutido no Capítulo 2.) Isso nos leva, naturalmente, a uma discussão sobre o setor de compras da universidade e todos os seus procedimentos burocráticos para obter múltiplas ofertas. Depois temos de perguntar por que o compraram. Quem o queria o bastante para enfrentar a chatice de lidar com o setor de compras? Isso desencadeia uma outra discussão, sobre professores que gostam de escrever coisas onde os alunos possam vê-las, e alunos que gostam de ter coisas escritas para copiá-las facilmente em seus cadernos, e que noção do processo educacional isso implica. Eu podia falar também sobre

professores que não gostam de sujar as roupas de giz, embora isso talvez provocasse uma digressão sobre as maneiras de se vestir mais desleixadas dos professores nas duas últimas décadas... Será que realmente se importam em se sujar de giz? Daí podemos retornar à linha analítica principal e perguntar quem inventou o retroprojeto e em que invenções anteriores ele se baseia, sem excluir a descoberta e o domínio da eletricidade (com uma referência apropriada à seção sobre eletricidade e em *The Structure of Scientific Revolutions* (p. 13-14)) e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia da óptica. Fazia a mesma coisa observando que a maioria dos alunos na sala usava calças jeans, e reconstituindo os elementos dessa história até onde me permitissem ou até que a campanha tocasse.

Aprendi a fazer isso em parte examinando Everett Hughes ensinar, mas também a partir da maravilhosa experiência de observar Charles Seeger, o grande etnomusicólogo, responder ao esclarecimento hesitante de um aluno, num seminário, de que estava interessado em fazer pesquisa sobre a “música country” norte-americana. A partir disso Seeger contou uma história de duas horas sobre a primeira gravação de música country. Descreveu o lojista em cujo esta-belecimento a gravação foi feita. Disse alguma coisa sobre o financiamento e a distribuição dos discos produzidos. Disse o nome dos músicos e descreveu suas carreiras, a ponto de ficar claro como eles haviam chegado ali, naquela loja, naquele dia, fazendo aquelas gravações. Reconstitui a evolução das músicas que gravaram a partir de modelos populares anteriores nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Fez uma breve e magistral dissertação sobre notação *shape note* (em que o tom real é indicado não pela posição numa pauta, mas pela forma da nota impressa), porque hinos escritos dessa maneira eram parte da tradição de que os artistas que realizaram a gravação se valeram para fazer o que faziam.

Sigo o exemplo que me foi dado por Hughes e Seeger, e levanto questões como essas sobre o trabalho que os estudantes estão realizando, sua pesquisa que parece ter chegado a um impasse de difícil superação, o material a que não conseguem atribuir nenhum sentido sociológico. Quando faço minhas perguntas e desenvolvo minhas especulações inusitadas, os estudantes muitas vezes agem como se eu tivesse operado algum tipo de truque mágico, tirando um coelho teórico de uma cartola, encontrando em seus dados um sentido que nunca teriam podido achar. Não veem como aquilo foi feito, muito menos como poderiam algum dia fazê-lo eles próprios.

Explico como foi feito. Peguei os fragmentos de dados que eles ofereceram e apliquei-lhes os truques que desenvolvi aqui. Só isso.

Qualquer um pode fazer isso, da mesma maneira que eu, mas é preciso ter prática. Muita prática. E isso significa levantar essas questões sobre tudo que você vê, ouve e manipula, o dia inteiro ou até onde você e seus companheiros conseguirem suportar. O jeans que você está usando, os quadros na parede, a comida ruim da cantina da escola, o consultório do médico de que você acaba de sair, o novo jardim da casa da esquina. Faça isso seriamente, seguindo o maior número das sugestões que dei de que puder se lembrar e, acima de tudo, inventando seus próprios truques e memorizando-os.

É claro que você não dará seguimento a todas essas especulações em sua pesquisa. Mas estará em boa forma para o trabalho sério que deve ser feito quando se confrontar com seus próprios materiais de pesquisa e os de seus amigos e colegas. Se adquirir esses hábitos de pensamento e os praticar tão sistematicamente como sugeri, você acabará se tornando um profissional, para quem pensar ciência social é tão natural como respirar. Essa é a disposição de espírito dos campeões de natação que Chambliss descreveu, em “The mundanity of excellence”, que eram campeões não por serem mais fortes ou por treinarem o tempo todo, mas porque fazer as coisas tal como deviam ser feitas em competições tornou-se natural para eles. Essa naturalidade vinha da prática, mas também da

seriedade com que encaravam tudo que estavam realizando, sem nunca tomar atalhos. Quando chegavam ao fim da piscina, mesmo que estivessem apenas dando voltas para se exercitar, sempre tocavam a parede com ambas as mãos, como é exigido em competições, embora não estivessem competindo. Assim, quando competiam, não precisavam de esforço para se lembrar de fazer isso corretamente; sempre executavam as coisas corretamente, não importa o que fosse, e dessa vez não era diferente. Nisso eles diferiam de nadadores muito bons, que relaxavam um pouco quando estavam de folga, e por isso tinham de se esforçar para lembrar de fazer as coisas direito nas competições, e Chambliss pensa que é essa seriedade que os torna campeões.

A seriedade com relação à ciência social em sua vida comum provavelmente irritará outras pessoas, que nem sempre gostarão de sua insistência em compreender o que elas querem, fazem e dizem em seu pleno contexto social. Como eu disse em *Sociology*:

Interpretar os eventos da vida diária num departamento universitário ou num instituto de pesquisa como fenômenos sociológicos não é palatável para as pessoas que dirigem essas instituições ou para as que vivem nelas e delas se beneficiam; pois, como todas as instituições, as universidades e os institutos têm crenças e mitos sagrados que seus membros não querem ver submetidos à cética visão sociológica.<sup>1</sup>

Uma vez ouvi um erudito zen contar a seguinte história. Ele era do Japão e não falava bem inglês, embora razoavelmente. Impressionou-me, de início, por seu grande senso de humor. Apesar de seus problemas de linguagem, sorria e ria muito, e seu prazer ao falar conosco era contagiante. Então ele contou a seguinte história, no intuito, acredito, de explicar a ideia zen de *satori* ou iluminação. É a melhor parábola que conheço para o que significa ter assimilado até a medula a maneira de pensar de uma ciência social. Como nunca consegui encontrar alguém capaz de me dizer onde essa história foi escrita, tenho de reproduzi-la de memória.

No meio do oceano há um lugar especial, que é um Portão do Dragão. Ele tem esta maravilhosa propriedade: qualquer peixe que o cruze se transforma imediatamente num dragão. Contudo, o Portão do Dragão não parece em nada diferente de qualquer outra parte do oceano. Portanto, você jamais conseguirá encontrá-lo procurando-o. A única maneira de saber onde ele está é perceber que os peixes que nadam através dele se tornam dragões. No entanto, quando um peixe nada através do Portão do Dragão e se torna um dragão, não se parece em nada diferente. Parece simplesmente o mesmo peixe de antes. Assim, você não será capaz de discernir onde está o Portão do Dragão examinando com atenção para descobrir exatamente onde a mudança ocorre. Além disso, quando peixes nadam através do Portão do Dragão e se tornam dragões, não se sentem em nada diferentes, na realidade não sabem que se transformaram em dragões. Simplesmente *são* dragões dali em diante.

Talvez você seja um dragão.



## 1. Truques, p. 17-27

1. E. Hughes, *The Sociological Eye*, p. 153.
2. Ibid., p.153-4.
3. Ibid., p.155.
4. J. Roth, "Hired hand research".
5. R.K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, p. 85-117.
6. M. Chapoulie, "Everett Hughes and the Chicago tradition".
7. Hughes, op. cit.
8. H.S. Becker, *Art Worlds*.
9. B. Latour e S. Woolgar, *Laboratory Life*; Michael Lynch, *Art and Artifact in Laboratory Science*.
10. H.S.Becker, *Writing for Social Scientists*.
11. C. Geertz, *After the Fact*, p. 19.
12. Ibid., p.20.

## 2. Representações, p. 28-95

1. H. Blumer, *Symbolic Interacionism*, p. 24-5.
2. Ibid, p. 35-6.
3. Ibid., p.36.
4. Idem.
5. E. Said, *Orientalism*.
6. H. Molotch, "Going out".
7. H.S. Becker, M. McCall e L. Morris, "Theatres and communities".
8. T. Khun, *The Structure of Scientific Revolutions*.
9. L. Morris, "The casting process within Chicago's local theatre community"; Becker, McCall e Morris, op. cit.; H. S. Becker e M. McCall, "Performance science".
10. Morris, op. cit.
11. J. Driscoll, "Transsexuals".
12. H. Garfinkel, *Studies in Ethnomethodology*, p. 116-85.
13. G. Velho, *Desvio e divergência*.
14. A. Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*.
15. M. Peirano, *Uma antropologia no plural*, p. 25-49.
16. M. Peirano, *A favor da etnografia*, p. 119-33.
17. Ibid., p.119-20.
18. Idem.
19. S.J. Gould, *Wonderful World*, p. 283.
20. G.H. von Wright, *Explanation and Understanding*.
21. M. Frish, *Biography*.
22. N. Elias, *What is Sociology?*, p. 167.
23. E. Goffman, *Asylums*; M. Foucault, *Madness and Civilization*; T. Szasz, *The Myth of Mental Illness*.
24. G. Suttles, *The Social Construction of Communities*.
25. P. Jackson, *Life in Classroom*.
26. J. Holt, *How Children Lear*; J. Herndon, *The Way it Spozed to Be*.
27. A. Lindesmith, *Opiate Addiction*.

28. E. Hughes, *French Canada in Transition*; S. Lieberson, *A Piece of the Pie*.
29. C. Geertz, *After the Fact*.
30. A. McEvoy, *The Fisherman's Problem*.
31. Ibid., p.81.
32. Ibid., p.76.
33. J. Lohmen e D. Reitzes, "Deliberated organized groups and racial behaviour".
34. H.S. Becker, *Art Worlds*.
35. B. Latour, "The 'pédofil' of Boa Vista".
36. Ibid., p.163-5
37. H.S. Becker et al., *Making the Grade*.
38. Ibid., p.16-17.
39. Ver a discussão relacionada em A. Hunter, "Setting the scene, sampling and synecdoche".
40. H. Horowitz, *Campus Life*.
41. T. Hennessy, "From jazz to swing".
42. Ver também A. Abbott, "What do cases do?".
43. Becker et al., op.cit., p.401-18.
44. Abbott, op. cit, p. 68-9.
45. E. Lyford, *The Natural History of Revolution*, p. x e xiii.
46. D. Vaughan, *Uncoupling*.
47. J. Gould, *Wonderful World*, p. 48-50.
48. G. von Wright, *Explanation and Understanding*.
49. Ibid., p.58.
50. Ibid, p. 58-9.
51. T. Khun, op. cit.
52. C. Ragin, *The Comparative Method*.
53. S. Lieberson, *Making in Count*.
54. S. Lieberson, "Small n's and big conclusions".
55. C. Ragin, op. cit.

### 3. Amostragem, p. 96-144

1. A. Hunter, "Setting the scene, sampling, and synecdoche".
2. D. Hatch e M. Hatch, "Criteria of social status as derived from marriage announcements in the *New York Times*".
3. W. Cahnman, "A note on marriage announcements in the *New York Times*".
4. Ver essa discussão em A. Hunter, op. cit., p. 122-7.
5. C. Waterman, *Júju*.
6. J. Blacking, *Venda Children's Songs*.
7. A. Hennion, *Comment la musique vient aux enfants*.
8. H. Vianna, *O mistério do samba*.
9. Ver M. McCall e J. Wittner, "The good news about life history".
10. G. Marcus, "Ethnography writing and anthropological carrers".
11. P. Rabinow, "Representation are social facts", em especial p. 253-6.
12. D. Bellos, *Georges Perec*, p. 640.
13. G. Perec, "Station Mabillon", p. 33-4.
14. R. Baker; H. Wright et al., *One Boy's Day*.
15. G. Bateson e M. Mead, *Balinese Character*.
16. J. Agee e W. Evans, publicado em 1941.
17. T. Khun, *The Structure of Scientific Revolutions*, p. 18-22.
18. A. Lindesmith, *Opiate Addiction*.
19. W.S. Robinson, "The logical structure of analytic induction".
20. A. Lindesmith, "Comment".
21. B. Glaser e A.L. Strauss, *The Discovery of Grounded Theory*.
22. O. Sacks, *The Man Who Mistook his Wife for a Hat*, p. 93-4.
23. Khun, op. cit.
24. D. Roy, "Quota restriction and gold bricking in a machine shop"; "Work satisfaction and social reward in quota achievement";

“Efficiency and the ‘fix’”.

25. H.S. Becker, *Sociological Work*, p. 126-7.
26. H.S. Becker et al., *Boys in White*.
27. O. Petersen et al., “An analytical study of North Carolina general practice, 1953-1954”.
28. E. Hughes, *The Sociological Eye*, p. 53.
29. H. Sacks, “On the analyzability of stories by children”, p. 342.
30. H.S. Becker et al., *Making the Grade*.
31. G. Simmel, *The Sociology of Georg Simmel*, p. 307-8.
32. J. Peneff, “The observers observed”.
33. Ver exemplo em H.S. Becker et al., *Making the Grade*.
34. E. Bittner e H. Garfinkel, “‘Good’ organizational reasons for ‘bad’ organizational records”.
35. O. Morgenstein, *On the Accuracy of Economic Observations*.
36. Por exemplo, J. Roth, “Hired hand research”; J. Peneff, op. cit.
37. Hughes, op. cit., p. 98-105.
38. Ibid., p.98-9.
39. Ibid., p.99.
40. Ibid., p.99-100.
41. K. Davis, “The sociology of prostitution”.
42. Hughes, op. cit., p. 103.
43. Ibid., p.103-4.
44. Ibid., p.104.
45. Ibid., p.105.

## 4. Conceitos, p. 145-87

1. E. Freidson, *Professionalism Reborn*.
2. Ibid., p. 149-216.
3. J. Katz, “Legality and Equality”.
4. Ver por exemplo H.S. Becker, *Outsiders*.
5. C. Ragin e H.S. Becker, “How microcomputers will affect our analytical habits”.
6. T. Khun, *The Structure of Scientific Revolutions*, p. 27-34.
7. B. Latour, *Scientific in Action*, p. 249-50.
8. R.C. Lewontin, “A rejoinder to William Wimsatt”, p. 509.
9. Os resultados estão relatados em H.S. Becker, *Sociological Work*, p. 137-77.
10. A. Gordon et al., “Public information and public access”.
11. R. Kornhauser, *Social Sources of Delinquency*’.
12. C. Parsons, *America’s Uncounted People*, p. 57-77.
13. M. Alicea, “The dual home base phenomenon”.
14. H. Gurfinkel, *Studies in Ethnomethodology*.
15. L. Dexter, “On the politics and sociology of stupidity in our society”.
16. L. Wittgenstein, *Philosophical Investigation*, §621.
17. R. Moulin, *Le marché de la peinture en France; L’artiste, l’institution et le marché*.
18. Por exemplo, G. Sykes, *The Society of Captives*.
19. D. Ward e G. Kassebaum, *Women’s prison*.
20. Ver também R. Giallombardo, *Society of Women*.
21. E. Shaps e C.R. Sanders, “Purposes, patterns and protection in a campus drug-using community”.
22. J. Gagnon e W. Simon, *Sexual Conduct*.
23. H.S. Becker et al., *Making the Grade*.
24. Ver a discussão em H.S. Becker, *Doing Things Together*, p. 173-90.
25. E. Goffman, *Asylums*.
26. E. Goffman, *Stigma*.

## 5. Lógica, p. 188-268



1. E. Hughes, *The Sociological Eye*, "Conclusion", p. 214.
2. Ibid., p. 215.
3. Ibid., p. 215-16.
4. Ibid., p. 216.
5. H.S. Becker et al., *Boys in White*.
6. S. Strong, "Negro-white relations as reflected in social types".
7. B. Thorne, *Gender play*, p. 112-19.
8. H. Blumer, *Symbolic Interactionism*.
9. H.S. Becker, *Art World*, p. 305-6.
10. B. Latour, *Science in Action*, p. 179-213.
11. J. Goody, *The Domestication of the Savage Mind*.
12. Hughes, op. cit., p. 55.
13. M. Spector e J. Kitsuse, *Constructing Social Problems*.
14. R. Boudon (org.), *Paul F. Lazarsfeld*, p. 212.
15. Ibid., p. 212-13.
16. C. Ragin, *The Comparative Method*, p. 149.
17. A. Lindesmith, *Opiate Addiction*.
18. R. Merton, *Mass persuasion*.
19. P. Lazarsfeld et al., *The People's Choice*.
20. S. Stouffer et al., *The American Soldier*.
21. R. Boudon et al., op. cit., p. 212.
22. A. Barton, "The concept of property-space in social research", p. 55-6.
23. B. et al., op. cit., p. 161.
24. A. Davis et al., *Deep Soul*.
25. H., op.cit., p. 141-50.
26. B. et al., op. cit., p. 161-2.
27. Lazarsfeld et al., "Quantitative measurement in the social sciences", p. 162.
28. Ibid., p. 167.
29. C. Ragin et al., *The Comparative Method*, p. 63.
30. C. Ragin et al., "Assessing discrimination".
31. Aqui e em outras passagens desta seção, lancei mão intensamente de argumentos e exemplos em Ragin, op. cit., e Ragin et al., op. cit.
32. Ragin, op. cit., p. vii.
33. J. Walton et al., "Global and national sources of political protest".
34. C. Ragin et al., "The comparative study of ethnicity".
35. Ragin, op. cit., p. x.
36. Ibid., p. 99-101.
37. Ibid., p. 96s.
38. A. Lindesmith, *The Addict and the Law*.
39. Ragin, op. cit., p. 47.
40. Ibid., p. 164-71.
41. Ibid., p. 52.
42. C. Ragin, *Constructing Social Research*, p. 93-8.
43. J. Katz, "Legality and equality".
44. Ragin, *The Comparative Method*, p. 36-42.
45. G.H. Mead, "Scientific method and individual thinker"; Lindesmith, *Opiate Addiction*.
46. Ibid.
47. D. Cressey, "Criminological research and the definition of crimes".
48. H.S. Becker, *Outsiders*.
49. D. Vaughan, *Uncoupling*.
50. Lindesmith, *Opiate Addiction*, p. 5.
51. Ibid., p. 26-8.
52. Ibid., p. 8.
53. Lindesmith, *The Addict and the Law*.
54. Ragin, *Constructing Social Research*, p. 93-100.
55. Ibid., p. 94.
56. Ibid., p. 130.
57. C. Conwell et al., *The Professional Thiefs, by a Professional Thief*.

- 58. Cressey, op. cit.
- 59. Conwell et al., op. cit.
- 60. H.S. Becker, *Outsiders*, p. 42-78.
- 60.Ibid., p. 44.
- 62. Ragin, *Constructing Social Research*, p. 94-8.
- 63. Katz, op. cit.
- 64. E. Hughes, *French Canada in Transition*, p. 8.
- 65. Ibid., p. 171.
- 66. Ibid, p. 185.
- 67. H.S. Becker et al., *Making the Grade*.
- 68. S. Lieberman, *A Piece of the Pie*.
- 69. H.S. Becker et al., "Fieldwork with the computer".

## Coda, p. 269-73

- 1. H.S. Becker, "Sociology: The case of C. Wright Mills", p. 180-1.

# Referências bibliográficas



- ABBOTT, Andrew. "What do cases do? Some notes on activity in social analysis". Charles C. Ragin e Howard S. Becker (orgs.). In *What Is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 53-82.
- AGEE, James e Walker Evans. *Let Us Now Praise Famous Men*. Boston, Houghton Mifflin, 1941.
- ALICEA, Marisa. "The dual home base phenomenon: A reconceptualization of Puerto Rican migration". Dissertação de doutorado, Department of Sociology, Northwestern University, 1989.
- ANGELL, Robert Cooley. *The Family Encounters the Depression*. Nova York, Charles Scribner's Sons, 1936.
- BARKER, Roger G. e Herbert F. Wright (em colaboração com Louise S. Barker e outros). *One Boy's Day; A Specimen Record of Behavior*. Hamden, Conn., Archon Books, 1966.
- BARTON, Allen H. "The concept of property-space in social research". Paul F. Lazarsfeld e Morris Rosenberg (orgs.). In *The Language of Social Research*. Glencoe, Ill., Free Press, 1955, p. 40-53.
- BATESON, Gregory e Margaret Mead. *Balinese Character: A Photographic Analysis*. Nova York, New York Academy of Sciences, 1942.
- BECKER, Howard S. "Sociology: The case of C. Wright Mills". Ray C. Rist (org.). In *The Democratic Imagination: Dialogues on the Work of Irving Louis Horowitz*. New Brunswick, N.J., Transaction Publishers, 1994.
- . *Doing Things Together*. Evanston, Ill., Northwestern University Press, 1986.
- . *Writing for Social Scientists*. Chicago, University of Chicago Press, 1986.
- . *Art Worlds*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1982.
- . *Sociological Work: Method and Substance*. Chicago, Aldine, 1970.
- . *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Nova York, Free Press, 1963.
- BECKER, Howard S., Blanche Geer e Everett C. Hughes. *Making the Grade: The Academic Side of College Life*. New Brunswick, N.J., Transaction Publishers, 1994 [1968].
- BECKER, Howard S., Blanche Geer, Everett C. Hughes e Anselm L. Strauss. *Boys in White: Student Culture in Medical School*. New Brunswick, NJ., Transaction Publishers. 1977 [1961].
- BECKER, Howard S., Andrew C. Gordon e Robert K. LeBailly. "Field-work with the computer: Criteria for assessing systems." *Qualitative Sociology* 7, 1984, p. 16-33.
- BECKER, Howard S. e Michal McCall. "Performance science". *Social Problems* 37, 1990, p. 117-32.
- BECKER, Howard S., Michal McCall e Lori Morris. "Theatres and communities: Three scenes". *Social Problems* 36, 1989, p. 93-112.
- BELLOS, David. *Georges Perec: A Life in Words*. Boston, David R. Godine, Publisher, 1993.
- BITTNER, Egon e Harold Garfinkel. "'Good' organizational reasons for 'bad' organizational records". In Harold Garfinkel (org.), *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1967, p. 186-207.
- BLACKING, John. *Venda Children's Songs: A Study in Ethnomusicological Analysis*. Joanesburgo, Witwatersrand University Press, 1967.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1969.
- BOUDON, Raymond (org.). *Paul F. Lazarsfeld on Social Research and its Language*. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- BURAWOY, Michael. *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*. Chicago, University of Chicago Press, 1979.
- BURROUGHS, William. *Naked Lunch*. Nova York, Grove Press, 1966 (trad. bras., *Almoço nu*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2005).
- CAHNMAN, Werner. "A note on marriage announcements in the *New York Times*". *American Sociological Review* 13, 1948, p. 96-7.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São

Paulo, Livraria Duas Cidades, 1987 [1964].

CHAMBLISS, Dan. "The mundanity of excellence: An ethnographic report on stratification and Olympic athletes". *Sociological Theory* 7, 1989, p. 70-86.

CHAPOULIE, Jean-Michel. "Everett Hughes and the Chicago tradition". *Sociological Theory* 14, 1996, p. 3-29.

CLIFFORD, James, e George E. Marcus. *Writing Culture*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1986.

COHEN, Patricia Cline. *A Calculating People: The Spread of Numeracy in Early America*. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

COLE, Stephen. "The growth of scientific knowledge: Theories of deviance as a case study". In Lewis Coser (org.), *The Idea of Social Structure: Papers in Honor of Robert K. Merton*. Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1975, p. 175-220.

CONWELL, Chic e Edwin H. Sutherland. *The Professional Thief by a Professional Thief; Annotated and Interpreted by Edwin H. Sutherland*. Chicago, University of Chicago Press, 1937.

CRESSEY, Donald R. *Other People's Money*. Nova York, Free Press, 1953

———. "Criminological research and the definition of crimes". *American Journal of Sociology* 56, 1951, p. 546-51.

DANTO, Arthur. "The artworld". *Journal of Philosophy* 61, 1964, p. 571-84.

DAVID, Paul A. "Clio and the economics of QWERTY". *AEA Papers and Proceedings* 75, 1985, p. 332-7.

DAVIS, Allison, Burleigh B. Gardner e Mary R. Gardner. *Deep South: A Social Anthropological Study of Caste and Class*. Chicago, University of Chicago Press, 1941.

DAVIS, Kingsley. "The sociology of prostitution". *American Sociological Review* 2, 1937, p. 744-55.

DE Quincey, Thomas. *Confessions of an English Opium Eater*. Harmondsworth, Penguin, 1971 (trad. bras., *Confissões de um comedor de ópio*. Porto Alegre, L&PM, 2001).

DEXTER, Lewis Anthony. "On the politics and sociology of stupidity in our society". In Howard S. Becker (org.), *The Other Side: Perspectives on Deviance*. Glencoe, Free Press, 1964, p. 37-49.

DRISCOLL, James P. "Transsexuals". *Trans-Action* 8, mar-abr, 1971, p. 8-37, 66-8.

EDWARDS, Lyford P. *The Natural History of Revolution*. Chicago, University of Chicago Press, 1927.

ELIAS, Norbert. *What is Sociology?* Londres, Hutchinson and Co., 1970.

FOUCAULT, Michel. *Madness and Civilization*. Nova York, Random House, 1965.

FREIDSON, Eliot. *Professionalism Reborn: Theory, Prophecy and Policy*. Chicago, University of Chicago Press, 1994.

FRISCH, Max. *Biography: A Game*. Nova York, Hill and Wang, 1969.

GAGNON, John H. e William Simon. *Sexual Conduct*. Chicago, Aldine Publishing Co., 1973.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1967.

GEERTZ, Clifford. *After the Fact: Two Countries, Four Decades, One Anthropologist*. Cambridge, Harvard University Press, 1995.

GIALLOMBARDO, Rose. *Society of Women*. Nova York, John Wiley and Sons, 1966.

GLASER, Barney G. e Anselm L. Strauss. *The Discovery of Grounded Theory*. Chicago, Aldine, 1967.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1963 (trad. bras., *Estigma*, São Paulo, LCT, 1988).

———. *Asylums*. Garden City, N.Y., Doubleday, 1961.

GOODY, Jack. *The Domestication of the Savage Mind*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

GORDON, Andrew C., John P. Heinz, Margaret T. Gordon e Stanley W. Divorski. "Public information and public access: A sociological interpretation". In Andrew C. Gordon e John P. Heinz (orgs.), *Public Access to Information*. New Brunswick, N.J., Transaction Publishers, 1979, p. 280-308.

GOULD, Stephen Jay. *Wonderful World: The Burgess Shale and the Nature of History*. Nova York, WW. Norton, 1989.

HATCH, David A. e Mary Hatch. "Criteria of social status as derived from marriage announcements in the *New York Times*". *American Sociological Review* 12, 1947, p. 396-403.

HENNESSY, Thomas. *From Jazz to Swing: Black Jazz Musicians and their Music, 1917-1935*. Dissertação de doutorado, Department of History, Northwestern University, 1973.

- HENNON, Antoine. *Comment la musique vient aux enfants: Une anthropologie de l'enseignement musical*. Paris, Anthropos, 1988.
- HERNDON, James. *The Way it Spozed to Be*. Nova York, Bantam, 1968.
- HOBBSAWN, E.J. *Labouring Men; Studies in the History of Labour*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1964.
- HOLT, John. *How Children Learn*. Nova York, Pitman, 1967.
- HOROWITZ, Helen Lefkowitz. *Campus Life: Undergraduate Cultures from the End of the Eighteenth Century to the Present*. Nova York, Alfred A. Knopf, 1987.
- HUGHES, Everett C. *The Sociological Eye*. New Brunswick, N.J., Transaction Books, 1984 [1971].
- . *French Canada in Transition*. Chicago, University of Chicago Press, 1943.
- HUNTER, Albert. "Setting the scene, sampling, and synecdoche". In Albert Hunter (org.), *The Rhetoric of Social Research: Understood and Believed*. New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1990, p. 111-28.
- JACKSON, Philip W. *Life in Classrooms*. Nova York, Teachers College, Columbia University, 1990.
- KATZ, Jack. *Poor People's Lawyers in Transition*. New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1982.
- . "Legality and equality: Plea bargaining in the prosecution of white-collar and common crimes". *Law and Society Review* 13, 1979, p. 431-59.
- KORNHAUSER, Ruth Rosner. *Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models*. Chicago, University of Chicago Press, 1978.
- KORZENIK, Diana. *Drawn to Art: A Nineteenth-Century American Dream*. Hanover, N.H., University Press of New England, 1985.
- KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, University of Chicago Press, 1970.
- LATOURE, Bruno. "The 'pédofil' of Boa Vista: A photo-philosophical montage". *Common Knowledge* 4, 1995, p. 144-87.
- . *Science in Action*. Cambridge, Harvard University Press, 1987.
- LATOURE, Bruno e Steve Woolgar. *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Fact*. Beverly Hills, Calif., Sage Publications, 1979.
- LAZARFELD, Paul. "Some remarks on typological procedures in social research". In Paul F. Lazarsfeld, Anne K. Pasarella e Morris Rosenberg (orgs.), *Continuities in the language of social research*. Glencoe, Ill., Free Press, 1972, p. 99-106.
- LAZARFELD, Paul e Allen H. Barton. "Qualitative measurement in the social sciences: Classification, typologies, and indices". In Daniel Lerner e Harold D. Lasswell (orgs.), *The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method*. Stanford, Calif., Stanford University Press, 1951., p. 155-92.
- LAZARFELD, Paul, Bernard Berelson e Hazel Gaudet. *The People's Choice: How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign*. Nova York, Columbia University Press, 1948.
- LEWOTIN, R.C. "A rejoinder to William Wimsatt". In James Chandler, Arnold L. Davidson e Harry Harootunian (orgs.), *Questions of Evidence: Proof, Practice, and Persuasion Across the Disciplines*. Chicago, University of Chicago Press, 1994, p. 504-9.
- LIEBERSON, Stanley. "Small n's and big conclusions: An examination of the reasoning in comparative studies based on a small number of cases". In Charles Ragin e Howard S. Becker (orgs.), *What is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 105-18.
- . *Making it Count*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1985.
- . *A Piece of the Pie: Blacks and White Immigrants Since 1880*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1980.
- LINDESMITH, Alfred. *The Addict and the Law*. Bloomington, Indiana University Press, 1965.
- . "Comment". *American Sociological Review* 17, 1952, p. 492.
- . *Opiate Addiction*. Bloomington, Principia Press, 1947.
- LOHMAN, Joseph D. e Deitrich C. Reitzes. "Deliberately organized groups and racial behavior". *American Sociological Review* 19, 1954, p. 342-4.
- LUDLOW, Fitz Hugh. *The Hashish Eater*. São Francisco, Level Press, 1975.
- LYNCH, Michael. *Art and Artifact in Laboratory Science*. Londres, Routledge, 1985.
- MARCUS, George E. "Ethnographic writing and anthropological careers". In James Clifford e George E. Marcus (orgs.), *Writing Culture*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1986.

- MCCALL, Michal M. e Judith Wittner. "The good news about life history". In Howard S. Becker e Michal M. McCall (orgs.), *Symbolic Interaction and Cultural Studies*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.
- MCEVOY, Arthur F. *The Fisherman's Problem: Ecology and Law in the California Fisheries*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- MEAD, George Herbert. "Scientific method and individual thinker". In John Dewey et al. (orgs.), *Creative Intelligence: Essays in the Pragmatic Attitude*. Nova York, Henry Holt and Co., 1917.
- MERTON, Robert K. *Social Theory and Social Structure*. Nova York, Free Press, 1956.
- . *Mass Persuasion: The Social Psychology of a War Bond Drive*. Nova York, Harper and Brothers, 1946.
- MOLOTCH, Harvey. "Going out". *Sociological Forum* 9, 1994, p. 229-39.
- MORGENSTERN, Oskar. *On the Accuracy of Economic Observations*. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1950.
- MORRIS, Lori Virginia. "The casting process within Chicago's local theatre community". Tese de doutorado, Department of Sociology, Northwestern University, 1989.
- MOULIN, Raymonde. *L'Artiste, l'institution, et le marché*. Paris, Flammarion, 1992.
- . *Le marché de la peinture en France*. Paris, Mi-nuit, 1967.
- NUNES, Marcia B.M.L. *Professional Culture and Professional Practice: A Case Study of Psychoanalysis in the United States*. Tese de doutorado, Department of Sociology, Northwestern University, 1984.
- PARSONS, Carole W. *America's Uncounted People: A Report of the National Research Council Advisory Committee on Problems of Census Enumeration*. Washington, National Academy of Sciences, 1972.
- PEIRANO, Mariza G.S. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- . *Uma antropologia no plural: Três experiências contemporâneas*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.
- PENEFF, Jean. "Mesure et contrôle des observations dans le travail de terrain: L'exemple des professions de service". *Sociétés Contemporaines* 21, 1995, p. 119-38.
- . "The observers observed: French survey researchers at work". *Social Problems* 35, 1988, p. 520-35.
- PEREC, Georges. "Station Mabillon (tentatives de description de quelques lieux parisiens, 5)". *Action Poétique* 81, 1980, p. 30-9.
- PETERSEN, Osler et al. "An analytical study of North Carolina general practice, 1953-1954". *Journal of Medical Education* 31, 1956, parte II.
- RABINOW, Paul. "Representations are social facts: Modernity and post-modernity in anthropology". In James Clifford e George E. Marcus (orgs.), *Writing Culture*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1986.
- RAGIN, Charles C. *Constructing Social Research*. Thousand Oaks, Calif., Sage Publications, 1994.
- . *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1987.
- RAGIN, Charles C. e Howard S. Becker. "How microcomputers will affect our analytical habits". In Grant Blank, James L. McCartney e Edward Brent (orgs.), *New Technology in Sociology: Practical Applications in Research and Work*. New Brunswick, N.J., Transaction, Inc., 1988.
- RAGIN, Charles C. e Jeremy Hein. "The comparative study of ethnicity: Methodological and conceptual issues". In John H. Stanfield II e Rutledge M. Dennis (orgs.), *Race and Ethnicity in Research Methods*. Newbury Park, Calif., Sage Publications, 1993, p. 254-72.
- RAGIN, Charles C., Susan Meyer e Kriss Drass. "Assessing discrimination: A boolean approach". *American Sociological Review* 49, 1984, p. 221-34.
- ROBINSON, W.S. "The logical structure of analytic induction". *American Sociological Review* 16, 1951, p. 812-18.
- ROTH, Julius. "Hired hand research". *American Sociologist* 1, 1965, p. 190-6.
- ROY, Donald. "Efficiency and the 'fix': Informal intergroup relations in a piece-work machine shop". *American Journal of Sociology* 60, 1954, p. 255-66.
- . "Work satisfaction and social reward in quota achievement". *American Sociological Review* 18, 1953, p. 507-14.
- . "Quota restriction and goldbricking in a machine shop". *American Journal of Sociology* 57, 1952, p. 425-42.
- SACKS, Harvey. "On the analyzability of stories by children". In J.J. Gumperz e Dell Hymes (orgs.), *Directions of Sociolinguistics*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 325-45.

- SACKS, Oliver W. *The Man Who Mistook his Wife for a Hat and Other Clinical Tales*. Nova York, Simon and Schuster, 1987 (trad. bras., *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997).
- SAID, Edward. *Orientalism*. Nova York, Pantheon, 1978.
- SCHAPS, E. e C.R. Sanders. "Purposes, patterns and protection in a campus drug-using community". *Journal of Health and Social Behavior* 11, 1970, p. 135-45.
- SIMMEL, Georg. *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe, Free Press, 1950.
- SPECTOR, Malcolm e John I. Kitsuse. *Constructing Social Problems*. Menlo Park, Calif., Cummings Publishing Co., 1977.
- STOUFFER, Samuel A. et al. *The American soldier*. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1949.
- STRONG, Samuel. "Negro-white relations as reflected in social types". *American Journal of Sociology* 52, 1946, p. 23-30.
- SUDNOW, David. *Ways of the Hand: The Organization of Improvised Conduct*. Cambridge, Harvard University Press, 1978.
- SUTHERLAND, Edwin H. "White collar criminality". *American Sociological Review* 5, 1940, p. 1-12.
- SUTTLES, Gerald D. *The Social Construction of Communities*. Chicago, University of Chicago Press, 1972.
- SYKES, Gresham. *The Society of Captives*. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1958.
- SZASZ, Thomas. *The Myth of Mental Illness*. Nova York, Paul B. Hoebler, Inc., 1961.
- THORNE, Barrie. *Gender Play*. New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1993.
- TURNER, Ralph H. "The quest for universals in sociological research". *American Sociological Review* 18, 1953, p. 604-11.
- VAUGHAN, Diane. *Uncoupling: Turning Points in Intimate Relationships*. Nova York, Oxford University Press, 1986.
- VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- . *A utopia urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- VIANNA, Hermano. *O mistério da samba*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
- . *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- VON Wright, Georg Henrik. *Explanation and Understanding*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1971.
- WALTON, John e Charles Ragin. "Global and national sources of political protest: Third World responses to the debt crisis". *American Sociological Review* 55, 1990, p. 876-90.
- WARD, David e Gene Kassebaum. *Women's Prison: Sex and Social Structure*. Chicago, Aldine Publishing Co., 1965.
- WATERMAN, Christopher Alan. *Jùjú: A Social History and Ethnography of an African Popular Music*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.
- WESCHLER, Lawrence. *Seeing is Forgetting the Name of the Thing One Sees: A Life of Contemporary Artist Robert Morris*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1982.
- WILDAVSKY, Aaron B. *Craftways: On the Organization of Scholarly Work*. New Brunswick, N.J., Transaction Publishers, 1993.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations: The English Text of the Third Edition*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1973.
- ZINBERG, Norman E. *Drug, Set, and Setting: The Basis for Controlled Intoxicant Use*. New Haven, Conn., Yale University Press, 1984.

# Índice remissivo



álgebra booleana  
Alicea, Marisa  
amostragem  
  para fraudadores  
  encontrar o que não se encaixa  
  detectar tudo  
  aleatória  
  para âmbito de variação  
  uso da parte para encontrar o todo  
análise combinatória  
análise comparativa qualitativa (ACQ)  
  vantagens da  
  uso analítico de casos desviantes na  
  comparada à AEP  
  concepção de causalidade na  
  não orientada para variáveis  
  procedimentos  
  uso de casos desviantes na, 1, 2  
análise da conversa  
análise do espaço de propriedades (AEP)  
  análise do desvio na  
  definição da  
  desvantagens da  
  como uma tabela quádrupla  
  redução da  
  substrução para  
  representação tabular da  
  representações mediante tabela de verdade da  
análise funcionalista  
análise histórica  
arqueologia  
arte moderna, coleção  
atitude, definição de

Bakhtin, Mikhail  
Barton, Allen H., 209  
base doméstica dupla  
Beck, Anatole  
Beck, Bernard  
Becker, Howard S., 1, 2, 3, 4, 5  
Bellos, David  
Biography: A Game (Frisch)  
Bittner, Egon  
Blacking, John  
Blumer, Herbert, sobre representações  
Bourdieu, Pierre  
Burawoy, Michael  
burocracia, definição de  
Burroughs, William, Naked Lunch



Cahnman, Werner  
Candido, Antônio  
Cardoso de Oliveira, Roberto  
casos arquetípicos  
categorias  
  problemas de  
  raciais  
  residuais  
causalidade, 1, 2  
censo (EUA)  
  categorias usadas  
  população negra subestimada no  
  uso de dados do  
Chambliss, Dan  
Chapoulie, Jean-Michel  
Chicago Community Fact Book  
Churchill, Caryl, Cloud 1, 2  
cirurgia de mudança de sexo  
classe social, definida, 1, 2  
clima  
Cloud 9 (Churchill)  
Cohen, Patricia Cline  
coincidência  
  em carreiras de cientistas sociais brasileiros  
  em minha própria vida  
combinações, lógica das  
comportamento sexual, organização do  
conceitos  
  definição de  
  como generalizações empíricas  
  como termos relacionais  
Confissões de um comedor de ópio (De Quincey)  
conhecimento comum, aceitação pelo sociólogo do  
contagem  
Cressey, Donald  
crime  
  definição de, 1, 2, 3  
  desfalque  
  do colarinho-branco  
*crock*, como descobri o significado de  
cultura  
  definição de  
  universitária, 1, 2  
  de prisões  
  
dados colhidos por outros, uso de  
Danto, Arthur  
  resumo do método  
De Quincey, Thomas, Confissões de um comedor de ópio  
descrição completa  
  por James Agee e Walker Evans  
  por Roger Barker  
  por Gregory Bateson e Margaret Mead  
  por Georges Perec  
desvio  
  análise em EAP

- na direção angélica, 1, 2
- teoria do, 1, 2
- Dexter, Lewis
- distribuição de papéis no teatro
- doença mental, como criar o problema da dragão, tornar-se
- Driscoll, James, 1, 2
- drogas
  - teoria do uso da maconha em Becker
  - teorias comuns da dependência
  - o aprendizado do uso
  - teoria da dependência de Lindesmith, 1, 2, 3
- Duchamp, Marcel

- educação
  - definição de
  - médica
- eficiência
- Elias, Norbert
- estereótipos raciais
- estigma
- etnomusicologia, 1, 2
- exemplos

- floresta pluvial brasileira
- fotografia
- Foucault, Michel
- Freidson, Eliot, 1, 2
- Frisch, Max, Biography: A Game
- Fromm, Erich

- Garfinkel, Harold, 1, 2, 3, 4
- Geer, Blanche, 1, 2
- Geertz, Clifford, 1, 2, 3
- Giallombardo, Rose
- Goffman, Erving, 1, 2
- Goody, Jack
- Gordon, Andrew
- Gould, Stephen Jay, 1, 2
- grupos étnicos
  - definição de
  - efeitos de sua cultura na prática médica

- habilidade
  - desenho
  - efeito do poder na definição de
  - variação histórica na demanda de, 1, 2
  - musical
  - numérica
- habilidade, definição de
- Hagaman, Dianne
- Haraway, Donna
- Harper, Douglas
- Harrison Narcotic Act
- Hashish Eater, The (Ludlow)
- Hatch, David

Hatch, Mary  
Hennessy, Thomas  
Hennion, Antoine  
Hirshhorn, Joseph  
histórias, aceitabilidade das  
Hobsbawm, Eric, 1, 2  
Horowitz, Helen  
Horowitz, Irving  
Hughes, Everett C.

descrição de vila canadense em transição  
sobre contingências  
sobre estereótipos étnicos  
sobre tudo com igual probabilidade de acontecer  
sobre empresas ativas  
sobre instituições, 1, 2  
sobre traços de status dominantes  
sobre revoluções  
linhagem sociológica de

Hunter, Albert

ideias convencionais, interferência no pensamento sociológico, 1, 2

“todo mundo sabe que”  
ideias de outras pessoas  
hierarquia de credibilidade  
“é banal”  
“nada está acontecendo”  
“por que eles?”

indução analítica (IA)

vantagens  
comparada com a AEP e a ACQ, 1, 2  
desvantagens, 1, 2  
na etnografia, usos da  
métodos de  
processos múltiplos, análise de  
não tão rigorosa  
redefinição do objeto de estudo, 1, 2  
rigorosa  
tabelas de verdade na, 1, 2

informação de background

instituições bastardas, 1

totais

inteligência, definição de

Kansas, Universidade do, 1, 2, 3

Kassebaum, Gene, 1, 2

Katz, Jack, 1, 2

Korzenik, Diana

Krasno, Richard

Kuhn, Thomas, 1, 2, 3, 4

Latour, Bruno, 1, 2

sobre como funciona a ciência  
sobre objetos

Lazarsfeld, Paul, 1, 2, 3

Lewontin, Richard

líderes do campus

Liebersohn, Stanley

sobre diferenciação étnica, 1, 2, 3  
Lindersmith, Alfred, 1, 2, 3  
teoria da dependência de drogas, 1, 2, 3, 4, 5  
Lohman, Joseph, 1, 2  
Ludlow, Fitz Hugh, The Hashish Eater, 34 Lynch, Michael

Marcus, George  
Marx, Karl  
más escolas, como produzir  
McCall, Michal, 1, 2, 3  
McEvoy, Arthur  
análise de pescueiros da Califórnia  
Mercer, Jane, 1, 2  
Merton, Robert, 1, 2  
Mills, C. Wright  
modo imperativo  
Molotch, Harvey, 1, 2  
Morganstern, Oskar  
Morris, Lori, 1, 2, 3  
músicos

Naked Lunch, (Burroughs)  
narrativa  
natação, campeões de

Orientalismo (Said)  
orquestras dançantes de negros

Park, Robert E.  
Parsons, Carol  
Pasteur, Louis  
Peirano, Mariza, 1, 2, 3  
Peneff, Jean, 1, 2  
pescueiros da Califórnia  
“prática artesanal”  
problemas sociais  
processos  
contingências de  
interconectados  
intercontingência de  
como um truque  
separação de casais  
professores de escolas públicas, 1, 2  
profissão, definição de  
Pullman, comunidade da

Rabinow, Paul, 1, 2  
Ragin, Charles C., 1, 2, 3, 4, 5  
Reitzes, Dietrich  
representações  
visão de Blumer das  
como aperfeiçoá-las  
sobre uso de drogas, 1, 2  
sobre diferenciação étnica  
científicas  
substantivas

residir em algum lugar, definição de  
retardo mental  
Robinson, W.A.  
rock medicine  
Rodia, Simon  
Roth, Julius  
Roy, Donald

Sacks, Harvey  
Sacks, Oliver  
Said, Edward, Orientalismo  
Sanders, Clinton, R., 1, 2  
Schaps, Eric, 1, 2  
Seeger, Charles  
sexo, aprendizado de como fazer  
significados  
silogismo  
Simmel, Georg, 1, 2  
sinédoque  
situações  
sociologia da manutenção de registros  
Stack, Carol  
status, teoria do  
Strong, Samuel  
subdesenvolvido, definição de  
Sudnow, David  
Sutherland, Edwin, 1, 2, 3  
Szasz, Thomas

tabelas de verdade  
    usadas por Danto na análise de obras de arte  
teclado QWERTY  
teoria  
    como mal necessário  
    visão de Hughes da  
Thompson, E.P.  
Thorne, Barrie, 1, 2  
tipologias, usos de  
tipos sociais  
    em comunidade negra  
    no pátio  
Tourette, síndrome de  
truques  
    pergunte “como?” não “por quê?”  
    pergunte de onde vêm os dados  
    de Bernie Beck; 1, 2  
    combinatórios (pense em combinações!)  
    definição de  
    duvide dos poderosos  
    aumentar o alcance de um conceito  
    tudo tem de estar em algum lugar  
    tudo é possível  
    encontre exemplos contraditórios  
    encontre a premissa maior  
    como os truques funcionam  
    como praticá-los  
    “isso não é (seja o que for)”

aprender como se traçam as linhas  
deixar o caso definir o conceito  
“Nine Wagner!”  
não restritos à pesquisa qualitativa  
não restritos à sociologia  
hipótese nula  
“e se a condição não for cumprida?”  
ponha os termos em contexto relacional  
processo  
da EAP  
atribuições aleatórias  
a sociedade como máquina  
a sociedade como organismo  
as coisas são simplesmente pessoas agindo juntas  
traduza questões práticas em questões sociológicas  
transformar pessoas em atividades  
o que uma garota legal como você está fazendo num lugar como este?  
quando usar  
de Wittgenstein  
Tukey, John, 1, 2

universidades, cultura das, 1, 2

valor comparável, definição de  
Vaughan, Diane, 1, 2  
Velho, Gilberto, 1, 2  
Vianna, Hermano  
Von Wright, Georg, 1, 2

Ward, David, 1, 2  
Warner, W. Lloyd, 1, 2  
Watts Tower  
Weber, Max, 1, 2, 3  
Wildavsky, Aaron  
Williams, Josephine  
Wittgenstein, Ludwig  
Woolgar, Steve



Nova Biblioteca de Ciências Sociais

diretor: Celso Castro

***Segredos e Truques da Pesquisa***

Howard S. Becker

***Teoria das elites***

Cristina Buarque de Hollanda

***Forças armadas e política no Brasil***

José Murilo de Carvalho

***Jango e o golpe de 1964 na caricatura***

Rodrigo Patto Sá Motta

***O Brasil antes dos brasileiros***

André Prous

***Questões fundamentais da sociologia***

Georg Simmel

***Kissinger e o Brasil***

Matias Spektor

***Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios***

C. Wright Mills

Título original:

*Tricks of the Trade*

*(How to Think about Your Research While You're Doing It)*

Tradução autorizada da primeira edição norte-americana, publicada em 1998 por The University of Chicago Press, de Chicago, EUA

Licensed by The University of Chicago Press, Chicago, Illinois, USA

Copyright © 1998, The University of Chicago. All rights reserved.

Copyright da edição brasileira © 2008:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua México 31 sobreloja

20031-144 Rio de Janeiro, RJ

tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800

editora@zahar.com.br

www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Eliane Stephan

ISBN: 9788537805756

---

---

Arquivo ePub produzido pela **Simplíssimo Livros - Simplicissimus Book Farm**

---

---